



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Um Brasil Ignorado:
O Espaço Marinho Nacional

Luiz Felipe de Macedo Soares Guimarães

Nº 731
Mai/Jun 1987

AS VANTAGENS PARA QUEM APLICA NO FUNDO UNIBANCO AO PORTADOR SÃO MUITO CLARAS.



E VOCÊ PODE MANTER O SEU NOME NO ESCURO.

Faça você também o investimento mais vantajoso do mercado. Aplique o seu dinheiro no Fundo Unibanco ao Portador.

Aqui ele rende todo dia e você pode movimentá-lo à hora que quiser, sem limite de tempo e totalmente isento de imposto de renda.

No Fundo Unibanco ao Portador é assim: você não se preocupa com prazos prefixados nem com período de carência. Você aplica e resgata seu dinheiro livremente, inclusive por telefone.



E ainda conta com a segurança e a experiência do Unibanco.

Se o seu dinheiro está aplicado em um investimento que não tem todas essas

vantagens, procure uma agência Unibanco e aplique no Fundo Unibanco ao Portador.

O valor mínimo de aplicação é Cz\$ 20.000,00.

No Fundo Unibanco ao Portador as vantagens são claras e você pode manter o seu nome no escuro.

UNIBANCO



SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO: TRAVASSOS, GOLBERY, MEIRA MATTOS Niedas Buscovich	7
O COMBATE NO SÉCULO XXI Clayton R. Newell	63
ÁREAS DE FRICÇÃO NA AMÉRICA DO SUL E SEUS REFLEXOS NA SEGURANÇA E HARMONIA DO SUBCONTINENTE João Roberto de Oliveira	137

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

POR QUE O EXÉRCITO CONSTRÓI? Jorge Luiz Abreu do Ó de Almeida	45
A FORMAÇÃO DOS MINIFÚNDIOS – OUTRO PROBLEMA CRÍTICO DA REFORMA AGRÁRIA Pedro Montenegro Barbosa	71
GENERAL AMARO SOARES BITTENCOURT – TRAÇOS DE UM PERFIL Sérgio Roberto Dentino Morgado	88
MISSÕES SILENCIOSAS – CORRIGINDO UM EQUÍVOCO Elber de Mello Henriques	177

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

UM BRASIL IGNORADO: O ESPAÇO MARINHO NACIONAL Luiz Felipe de Macedo Soares Guimarães	21
---	----

ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA

A SÍNDROME DA VIOLÊNCIA URBANA Amauri Meireles e Lúcio Emílio do Espírito Santo	101
--	-----

HOMENAGEM

Neomil Portella Ferreira Alves	175
--------------------------------------	-----

EDITORIAL	5
INFORMAÇÕES	181

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Primeiros Tenentes: BERTHOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor: Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompéo Cavalcante, Euclydes Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-simile da portada do N. 1, Ano I - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

ÍNDICE DOS ANUNCIANTES

Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.	2ª capa
Constran S.A. Construções e Comércio	3ª capa
Avibrás Indústria Aeroespacial S.A.	4ª capa
Eletronorte — Central Elétricas do Norte do Brasil S.A.	4
Portobrás — Empresa de Portos do Brasil S.A.	44
DOCAS do Rio de Janeiro.	70
GBOEx Grémio Beneficente.	87
Prológica Computadores.	136



NOSSA CAPA

O MAR. Visto, pelo homem comum, como expressão de beleza, grandeza, tranqüillidade, liberdade, perigo, medo ou pavor, ele representa, de fato, um fator de poder, pelo espaço que ocupa e pelas riquezas que esconde.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente:	Gen Div Anápio Gomes Filho
Diretor-Secretário:	Cel Sady Nunes
Diretor-Administrativo:	Ten Cel Geraldo Martinez y Alonso
Diretor-Tesoureiro:	1º Ten Luiz Tavares Pereira
Conselheiros:	Cel Celso José Pires
	Cel R/1 Asdrubal Esteves
Conselho Fiscal:	Cel José Claudio de Castro Chagastelles
	Ten Cel José Carlos Guimarães Osório
	Ten Cel César Augusto Barroso Ramos
Suplentes:	Cel R/1 José Eugênio de Carvalho
	Ten Cel Jaire Brito Prieto
	Ten Cel Marcio Paiva Barroso

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe:	Gen Div Anápio Gomes Filho
Redator-Executivo:	Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial:	Gen Bda Taunay Drummond Coelho Reis
	Cel Claudio Moreira Bento
	CMG José Correia de Sá e Benevides
	Professor Jorge Boaventura
Publicidade:	Cel R/1 José Eugênio de Carvalho
Produção Gráfica:	Edison Alves de Azevedo

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura anual (6 números) – Cz\$ 120,00
Exterior – US\$ 50
Número avulso – Cz\$ 30,00
As importâncias deverão ser enviadas por cheques ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
CEP 20445 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.
Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.
Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

PRODUÇÃO GRÁFICA E PUBLICIDADE

Detalhes Produções Gráficas e Publicidade Ltda.
Rua México, 148, gr. 501
CEP 20031 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel.: (021) 240-1530



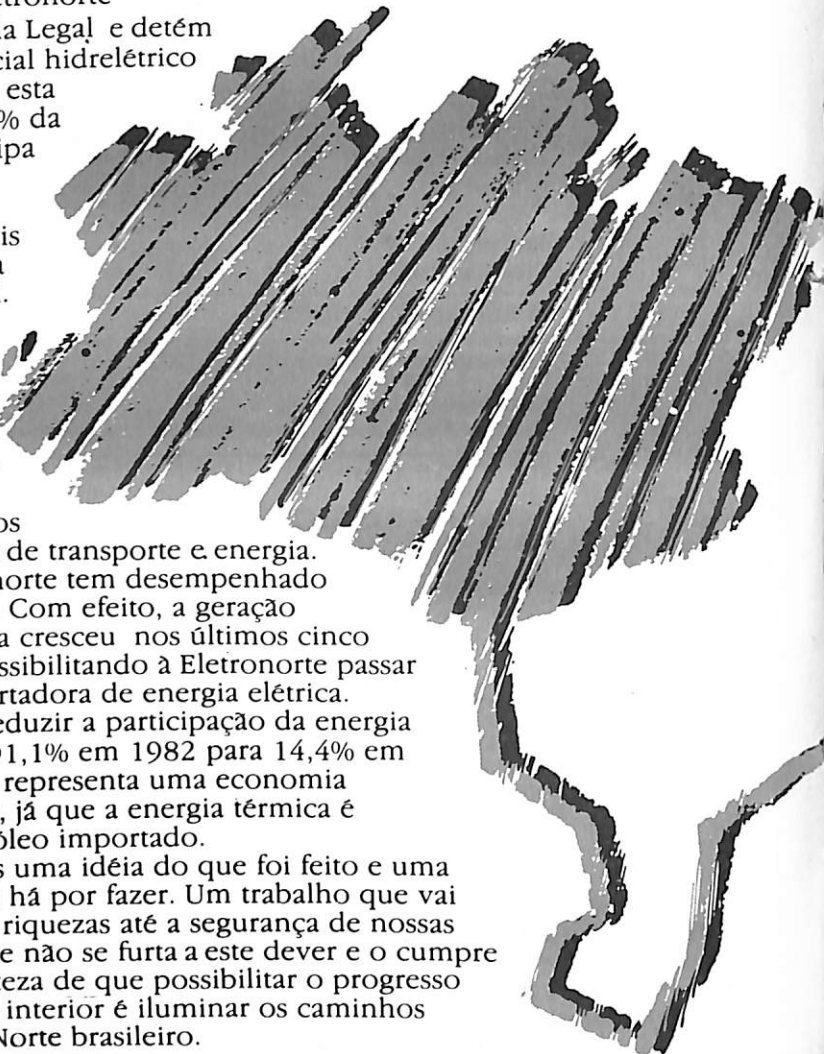
A independência do Norte

Eletrobrás  Centrais Elétricas Brasileiras SA

 **Eletronorte**
Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA

Ministério das Minas e Energia

Governo José Sarney
Tudo pelo social



A área de atuação da Eletronorte abrange toda a Amazônia Legal e detém cerca de 45% do potencial hidrelétrico do país. Por outro lado, esta região abriga apenas 11% da nossa população, participa com somente 3,5% da renda nacional e consome um pouco mais de 6% de toda a energia elétrica gerada no Brasil. Visando modificar este quadro, o Governo Federal vem criando mecanismos de fomento à implantação de atividades geradoras de empregos e renda, realizando investimentos expressivos nos setores de transporte e energia. Nesse sentido, a Eletronorte tem desempenhado um papel fundamental. Com efeito, a geração bruta de energia elétrica cresceu nos últimos cinco anos 70,7% ao ano, possibilitando à Eletronorte passar de importadora a exportadora de energia elétrica. Esforço que permitiu reduzir a participação da energia de origem térmica de 91,1% em 1982 para 14,4% em 1986. Esta substituição representa uma economia considerável de divisas, já que a energia térmica é gerada a partir do petróleo importado. Com estes dados temos uma idéia do que foi feito e uma projeção do muito que há por fazer. Um trabalho que vai da descentralização de riquezas até a segurança de nossas fronteiras. A Eletronorte não se furta a este dever e o cumpre com o orgulho e a certeza de que possibilitar o progresso ao nosso mais distante interior é iluminar os caminhos da independência do Norte brasileiro.



EDITORIAL

Vem-se tornando cada vez mais difícil, para a Redação da nossa Revista, compor-lhe o sumário com artigos originalmente a ela destinados. A periodicidade bimestral adotada fez crescer a demanda, ao tempo em que a oferta se retraiu.

Quais seriam as causas? O reinado das informações através da imagem e do som, inibindo a produção da informação escrita? A perplexidade diante das transformações que ocorrem no País e no mundo, confundindo convicções e certezas? A dificuldade de seleção de assuntos, diante da assombrosa multiplicidade deles?

O fato é que o nosso sumário, a cada edição, apresenta um maior número de transcrições de artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras, com as quais A Defesa Nacional mantém intercâmbio. Ainda que valorizando seu conteúdo, a reprodução de matéria já publicada, pela ausência, e não pela rejeição, de matéria original, é um fato que preocupa a Redação.

Se um apelo aos nossos colaboradores tradicionais e o incentivo a novos colaboradores representam a solução do problema, aqui ficam os mesmos registrados, encarecidamente.



PRÊMIO CULTURAL PANDIÁ CALÓGERAS 1987

O Prêmio Cultural Pandiá Calógeras, realizado nos anos ímpares, visa a produção de textos inéditos sobre; História Militar, Geopolítica, Estratégia, Biografias, Memórias, ou qualquer assunto de interesse militar.

Destina-se a oficiais das Forças Armadas e civis.

Os trabalhos deverão conter um mínimo de 150 (cento e cinquenta) páginas datilografadas em espaço duplo, papel ofício.

Não conter apresentações ou notas introdutórias de terceiros ou qualquer outra informação que possa identificar, de alguma forma, o seu autor.

Deverão ser acompanhados de um envelope fechado, contendo a identificação e o endereço do concorrente.

No caso de biografias e memórias, os originais deverão apresentar pseudônimo do autor para a fase de julgamento.

CALENDÁRIO

- Inscrições de 20 de julho a 20 de agosto.
- Entrega dos trabalhos, de 20 de agosto a 20 de setembro.
- Divulgação dos resultados a 5 de dezembro.
- Entrega dos prêmios, em solenidade na Bibliex, por ocasião do aniversário de sua fundação, a 17 de dezembro.

PRÊMIOS:

- 1º Lugar - Cz\$ 8.000,00
- 2º Lugar - Cz\$ 4.000,00
- Menções honrosas

BIBLIEX
Um serviço Sócio-Cultural
do seu Exército

Local para inscrições e entrega dos trabalhos:

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias - Pça. Duque de Caxias, 25
3º andar - Ala Marçílio Dias - CEP 20455
Horário - Das 9,00 às 11,30 e das 13,00 às 17,00 hs.
Tel.: (021) 253-7535



PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO: TRAVASSOS, GOLBERY, MEIRA MATTOS

Nicolas Buscovich

*Tradução de artigo publicado no nº 34 de Geopolítica Ha-
cia una Doctrina Nacional, revista trimestral do Instituto de
Estudos Geopolíticos da Argentina, dentro do programa de
Intercâmbio mantido com A Defesa Nacional.*

*Especialista em estudos de Infra-estrutura econômica bá-
sica e desenvolvimento regional, o autor nos dá sua inter-
pretação sobre o pensamento geopolítico brasileiro contem-
porâneo, identifica um desequilíbrio geopolítico gerado pelas
grandes obras empreendidas pelo Brasil nos últimos anos e
apresenta propostas para contrabalançá-lo.*

A geopolítica brasileira

O Brasil teve, através dos anos, homens que pensaram em termos geográficos e souberam valorizar o território como fator de poder. Se deixarmos de lado a frutífera etapa colonial — com um Alexandre de Gusmão, autor do Tratado de Madri, que reconhece o direito das conquistas portuguesas e dos bandeirantes depois de Tordesilhas, o gênio político de José Bonifácio ou a eficiência expansionista de José Maria

da Silva Paranhos, mais conhecido como Barão do Rio Branco — e circunscrevermos a análise às últimas décadas, deparamo-nos com Mário Travassos, autor, em 1931, de *Projeção Continental do Brasil*; Everardo Backheuser, com sua *Geopolítica Geral do Brasil*; o General Lysias A. Rodrigues que, em 1937, escreveu *Projeção do Brasil*, e os contemporâneos: Golbery do Couto e Silva (*"Geopolítica do Brasil"*), Carlos de Meira Mattos (*Brasil: Geopolítica e Destino*, *Projeção Mun-*

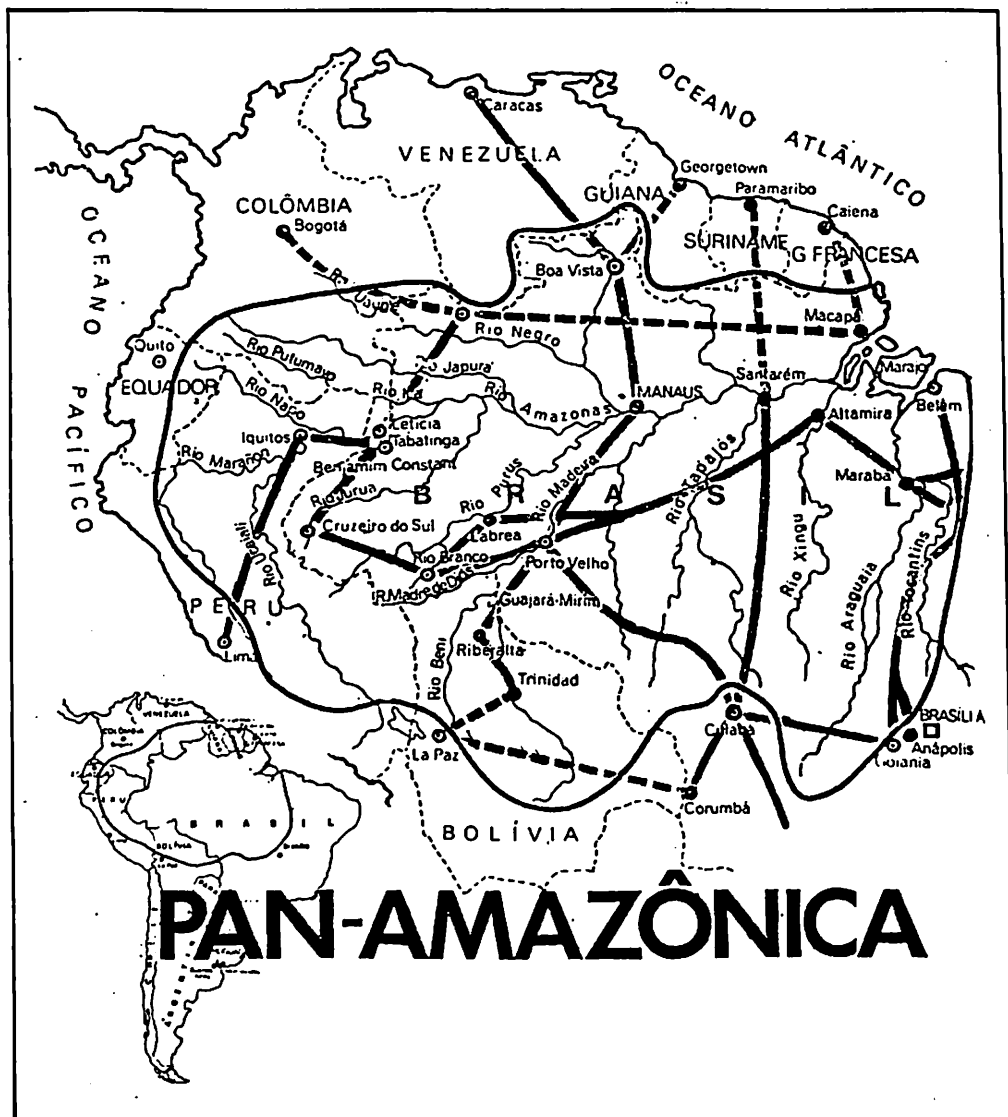


Figura 1.

dial do Brasil, Geopolítica Pan-Amazônica e Geopolítica e Trópicos), e a geógrafa Therezinha de Castro, com seu livro *Rumo à Antártica*, onde fundamenta a vocação antártica brasileira, com a tese da "defrontação"

como proposta para dividir o continente branco com base nos meridianos extremos, este e oeste, de cada país. Seria brasileiro, segundo essa tese, o setor antártico compreendido entre o meridiano 50 (Chuí) e o meri-

diano 30 (Ilha Martim Vaz, no Atlântico).

O que mais se destaca nestes pensadores geopolíticos é que centraram suas observações na realidade brasileira. Para todos eles, geopolítica era – e é – inseparável do conceito de nação. Assim o explica claramente Golbery em seu citado livro: “A contribuição da geopolítica só será válida se, como a estratégia, situar-se em objetivos permanentes”... “Tal é o fundamento da verdadeira geopolítica, que, embora admita, como toda arte, princípios gerais e consolide-se em torno de uma doutrina válida para qualquer meridiano ou paralelo, nunca deixará de ser, antes de tudo, uma geopolítica nacional. O corpo coerente da doutrina geopolítica brasileira é o resultado dessa tradição na análise e na investigação da realidade nacional, tão necessária no mundo atual para orientar a ação dos homens de Estado.” “Para nós”, prossegue Golbery, “a geopolítica é a fundamentação geográfica de linhas de ação política, ou, melhor, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular, de uma análise baseada principalmente nos conceitos básicos de espaço e posição, quer dizer: política como resultado das análises geográficas”.

OS HOMENS-CHAVE DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Nas últimas décadas, cada

geopolítico importante do país vizinho – Travassos, Golbery do Couto e Silva e Meira Mattos – desempenhou um papel transcendente em cada etapa, também importante, do desenvolvimento brasileiro.

Travassos é o homem que, com seu breve mas substancioso livro, escrito quando era um jovem capitão do Exército de seu país, inspirou toda a geoestratégia posterior para a execução de uma complexa e integrada infra-estrutura ferroviária (leste-oeste) e o plano de transporte fluvial, com a interconexão de suas diferentes bacias, destinada a desenvolver uma extensa rede de navegação interna para neutralizar a atração para o sul, contrariando o “determinismo geopolítico” *natural* e *histórico* que se orienta em direção aos vales e aos rios (Paraná, Paraguai, Vermelho, Uruguai).

Golbery do Couto e Silva foi o homem de maior influência nos governos militares do Brasil entre 1964 e 1983. Integrou o seleto grupo de assessores do Comandante da Revolução, General Castelo Branco, na Escola Superior de Guerra, que investigara profundamente, a partir de sua fundação, em 1949, o campo do conhecimento da realidade brasileira, e formulou uma doutrina de segurança nacional. Ali se formaram as elites militares e civis para governar o Brasil na etapa revolucionária. Golbery, que ensinara, nessa Escola, geopolítica, passou a cargos executivos de decisiva im-

portância no manejo do Estado, constituindo, como Chefe Militar e da Casa Civil da Presidência da República, o fator de poder mais influente nas sucessivas etapas dos governos militares. Em outro país vizinho da América – Chile – dá-se idêntico caso, na mesma ocasião: o General Augusto Pinochet Ugarte, ideólogo geopolítico e professor na Escola de Guerra, passa a desempenhar funções executivas do mais alto nível.

A revolução brasileira produziu um processo de mudança, colocando este país nos umbrais de converter-se em potência mundial de primeira grandeza.

Meira Mattos pode ser considerado, com justiça, o “novo Travassos” do Brasil atual. Concluída a etapa revolucionária, o geopolítico de duas décadas de transformações (Golbery), em que foi realizado o modelo “Brasil, projeção continental”, é substituído pelo geopolítico da etapa democrática (Meira), cujo projeto é “Brasil, projeção mundial”. Meira Mattos é autor de numerosos trabalhos sobre o tema, a partir de 1951. Nos últimos anos escreveu livros excelentes para uma nova geoestratégia. Culminou sua brilhante carreira militar com o cargo de vice-diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, para o qual, pela primeira vez, foi designado um oficial brasileiro.

O pensamento de Travassos

Travassos, na década de 30,

com sua concepção de “projeção continental” – para o que era preciso neutralizar as influências platinas (de Buenos Aires e do interior da Argentina, que, então, exerciam hegemonia e penetração em face do dinamismo da navegação dos rios Paraguai e Vermelho) e a rede de estradas-de-ferro e de rodagem que atravessavam as fronteiras para chegar às capitais dos países vizinhos e seus principais centros povoados e de produção – não crê no determinismo geográfico.

Ao contrário, considera que a ação do homem modifica as vantagens naturais, como acontecia então com as ligações das regiões centrais do continente (Bolívia, Paraguai, Mato Grosso) com Buenos Aires, mais afastada do que as saídas por Santos, e as facilidades naturais do Amazonas, em relação ao sistema platino. Diz no Capítulo I: “A rede viária das nações do Prata (Argentina) é uma das mais expressivas demonstrações de quanto vale o homem como fator geográfico de primeira qualidade”... “Aspectos como essa rede de estradas não deixam dúvidas de que a geografia política não é, em verdade, senão qualquer geografia animada pelo homem”... “No caso particular dessa rede de comunicações, essa atuação mostra-se muito interessante, posto que as vias vão concentrar-se no próprio coração de um dos países da Bacia do Prata, em Buenos Aires, centro viário, na própria

margem do referido rio, no Atlântico."

Mais adiante, refere-se, com enorme preocupação, ao caráter expansionista da política de transportes do Prata, e diz: "Como se vê, Buenos Aires está ligada diretamente por estrada-de-ferro às capitais de três países limítrofes: a Assunção, completando-o com a via fluvial, que assegura, também, a ligação entre as redes argentina, e uruguaia (Concórdia-Salto); a Santiago (Valparaíso), por meio da via férrea de montanha que vincula a riqueza andina ao Atlântico; a La Paz, pela união em Tupiza da via argentina com as linhas bolivianas, depois de percorrerem seus trilhos, até La Quiaca, 1.975 km"... "Quanto ao caráter concêntrico do sistema, é evidente sua importância"... "Por um lado as vias navegáveis nada perderam". "Não há rivalidade e sim cooperação". Além disso, o serviço portuário e as condições técnicas de navegabilidade fluvial desenvolvem-se cada dia mais e o Estado argentino mantém permanentemente dragados os rios navegáveis."

Frente a esta realidade na década de 30 (hoje totalmente modificada em favor do Brasil), Travassos esboçou a criação de um "novo determinismo transversal" com o traçado de vias férreas e rodoviárias com terminais nos portos profundos do litoral brasileiro (Santa Cruz, Corumbá, Santos) e com a abertura do Amazonas à navegação do centro do continente (prolonga-

mento da estrada-de-ferro Santa Cruz a Trinidad e Guajará-Mirim). A consolidação da "marcha para o oeste" requeria o controle do "triângulo mágico" da Bolívia (Santa Cruz-Sucre-Cochabamba), considerado o verdadeiro "hinterland" do continente sul-americano, para onde convergem e onde se unem as grandes regiões naturais, que logo darão origem aos pactos regionais (do Prata, do Amazonas, e Andino). A Bolívia é o único país encravado nas grandes regiões naturais da América do Sul.

O pensamento de Golbery do Couto e Silva

Golbery foi – como o assinalamos acima – o detentor do poder "atrás do trono" no período da revolução militar iniciada em 1963, que consolidou o Brasil como poder econômico-industrial e possibilitou o grande salto em sua integração territorial – a interiorização do Brasil – com a construção de estradas extensas e estratégicas, dezenas de aproveitamentos hidro-econômicos, a navegação interior, os portos profundos como terminais dos "corredores de exportação" e a incorporação, à economia nacional, de imensos territórios de Mato Grosso, Amazônia, Rondônia, Pará, Goiás e outros estados afastados. Relacionava a liderança brasileira no subcontinente à projeção mundial dos Estados

Unidos, com a teoria do "comércio leal", das "frentes ideológicas", das "fronteiras navais", de "satélite privilegiado" dos Estados Unidos, a "projeção andina", a "vocalização platense", a concepção do "pragmatismo responsável" etc.

A concepção de Golbery se enquadra na visão do "destino manifesto brasileiro" e de "potência emergente" em um universo em mutação. Em seu livro *Geopolítica do Brasil* (edição El Cid Editores, 1978) pode-se analisar seu pensamento, em pontos essenciais, para uma geopolítica brasileira no quadro continental.

Este pensamento central abarca o "destino manifesto" do Brasil como líder absoluto do subcontinente, o seu papel exclusivo na segurança continental (para o que devem fazer valer seu poder e desenvolvimento, atualmente maiores em relação à região, com uma estratégia baseada nos acordos bilaterais e na rejeição aos multinacionais) e a oposição terminante a toda integração política – e também econômica – dos países desintegrados desta parte da América:

– *Estados-barões e Estados-satélites* (pág. 41): "Abre-se a era da história continental predita por Ratzel." "Os países fortes tornam-se cada dia mais fortes e os fracos, mais fracos a cada dia; as pequenas nações vêem-se repentinamente reduzidas à humilde condição de estados pigmeus, e lhes é profeti-

zado, abertamente, um final obscuro, sob a forma de iniludíveis integrações regionais; a equação do poder do mundo simplifica-se a um reduzido número de termos e nela se percebem, desde já, apenas raras constelações de Estados-barões, rodeadas de satélites e vassalos".

– *Domínio do Atlântico Sul* (pág. 99): "Nosso nordeste é um amplo e inigualável porta-aviões que dará, aos comboios norte-americanos que demandam a África, a segurança da travessia oceânica na parte mais estreita e, portanto, menos vulnerável do Atlântico"... "Se a geografia conferiu à costa brasileira o monopólio do Atlântico Sul, esse monopólio é brasileiro e deve ser exclusivamente exercido por nós.

– *Statu quo territorial na América do Sul* (pág. 99): "... os Objetivos Nacionais Permanentes (são nove), que devem inspirar toda nossa ação política, tanto no âmbito interno, como no campo internacional são:... 7º "A manutenção do *statu quo* territorial na América do Sul, contra qualquer tentativa revisionista ou formação de blocos regionais, políticos ou simplesmente econômicos, que possam constituir uma ameaça para a própria paz do continente." Para não deixar dúvidas a respeito, Golbery volta, adiante, ao tema, em seu citado livro (pág. 162) (O Brasil no esquema sul-americano): "Do ponto de vista de

possíveis antagonismos que sempre poderão surgir entre Estados do continente, estimulados pela própria dinâmica de tensões naturais ou por motivos de outra ordem, é certo que o Brasil nunca deverá ignorar nenhum deles, intervindo para preveni-los, limitá-los ou apaziguá-los e, se possível, para fazê-los cessar, dentro do objetivo central de assegurar a paz, reforçar a unidade continental e manter o *statu quo*." "Somos uma nação territorialmente realizada, satisfeita com o território que lhe pertence, devido a antigos conflitos que não pudemos evitar, e a uma atuação diplomática perseverante e clarividente: *portanto de nenhuma maneira compartilharemos ou sequer transigiremos com qualquer idéia sem razão de revisionismo de fronteiras.*"

O pensamento de Meira Mattos

O General Carlos de Meira Mattos é o "geopolítico da democracia", na atual etapa do desenvolvimento brasileiro, que avança da concepção de "projeção continental" à "projeção mundial". Assim o expressa no prólogo de seu livro *Projeção Mundial do Brasil* (1960): "Passaram já 30 anos. Muitas das idéias lançadas por Mário Travassos continuam em plena vigência, como a do "Rumo ao oeste"... "Projeção Mundial do Brasil", que agora apresenta-

mos, está na linha intelectual de seu quase homônimo (Projeção Continental do Brasil), escrito pelo Marechal Mário Travassos. "Dele recebemos as primeiras luzes da geografia, quando éramos tenente em 1937." "Nele nos inspiramos e encontramos estímulo." "O capitão de 1931 sonhava com um Brasil como potência continental." "A ele pedimos licença para sonhar agora com um Brasil como potência mundial."

São pontos essenciais de seu pensamento, extraídos de seu livro básico *Uma Geopolítica Pan-Amazônica* (1980):

- *Integração multinacional do Amazonas*. Propõe a integração multinacional sem limites dessa extensíssima região de mais de 7.000.000 de km², dos quais 4.870.000 pertencem ao Brasil. Explica claramente a razão estratégica no Capítulo V: "O Pacto Amazônico e sua articulação com o Pacto Andino, de onde se pode concluir que, para Meira, duas situações geográfica e fisicamente semelhantes (exploração e desenvolvimento do espaço geo-econômico de duas bacias fluviais como a do Amazonas e a do Prata), porém com uma situação geopolítica diferente pelo domínio do acesso oceânico do rio, sugerem, também, duas geoestratégias opostas. No Amazonas, a integração multinacional realiza-se em benefício do Brasil, o que não se dá na Bacia do Prata, onde a integração física benefi-

ciaria a Argentina e o Uruguai, que são os donos da foz do Rio da Prata. Diz, na pág. 120: "No sistema transnacional amazônico, *que não é igual ao platino*, foi o Brasil, indiscutivelmente, o campeão da integração regional." "A seriedade e sinceridade de nossa posição na região amazônica não pode ser questionada, já que, sob o ponto de vista geopolítico, considera-se uma verdade universalmente aceita que a colaboração regional ao largo do eixo das grandes bacias fluviais coloca em posição privilegiada a nação que domina a embocadura oceânica." "Podemos confrontar, nós, os brasileiros, duas situações diametralmente opostas: na regionalização da Bacia do Prata não desfrutamos desse privilégio, favorável à Argentina e ao Uruguai."

— *Desenvolvimento da Bacia Amazônica apenas pelos países que dela fazem parte.* O papel exclusivo dos países amazônicos no desenvolvimento da região onde, como vimos, o Brasil tem participação e influência preponderante, por constituir o coração com grande parte de seu território e 90% de sua população, dominar o acesso oceânico do rio e possuir uma economia nacional maior e mais desenvolvida que todas as outras economias nacionais juntas (as Guianas, Suriname, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia). Na pág. 122 expressa, referindo-se ao Tratado de Cooperação Amazônica: "Sob o

andaime formado pelos 28 artigos do tratado, podem distinguir-se as vigas mestras de cinco princípios fundamentais: 1) a competência exclusiva dos países da Região no desenvolvimento e proteção da Amazônia"... A responsabilidade exclusiva dos países amazônicos nesta exigência é a resultante da própria natureza transnacional da Bacia"... "O corolário desta regionalização é que o bilhete do ingresso ao Tratado deve ser a condição amazônica de uma nação, que não pode ser outorgada, nem negada a nenhuma delas, porque visa-se um objetivo: *a presença soberana e independente da Amazônia.*

— *Geopolítica e regiões desintegradas.* É interessante como Meira Mattos justifica com argumentos atuais (seu livro foi escrito em 1980) a incorporação do então território boliviano do Acre, em princípios do século. Diz na página 59: "A Bolívia mostrou-se completamente incapaz de ocupar a região que reivindicava." "Não encontrou os recursos para superar o fato consumado de que a área foi ocupada pacificamente e transformada em um importante manancial econômico"... "A incorporação do território por 'compra', na ocasião da revolução dos acreanos (imigrantes brasileiros atraídos pela explosiva demanda mundial do caucho), leva Meira a tirar a seguinte conclusão: *"Como consequência, do ponto de vista geopolítico*

co, harmonizaram-se a geopolítica e a economia em uma região integrada." O custo dessa 'compra' para o Brasil é detalhada com simplicidade e sem rubores pelo General na pág. 56: "Termina-se a questão acreana com um ato diplomático de grande repercussão – a assinatura do Tratado de Petrópolis, a 17/11/1903 – pelos chanceleres do Rio de Janeiro e La Paz, pelo qual o Brasil incorpora 181.000km² a seu território, oferecendo em troca algumas compensações territoriais que somam 2.296m², além do compromisso de construir uma estrada-de-ferro paralela ao trecho com saltos do rio Madeira, a fim de permitir a saída do caucho boliviano pelo Amazonas."

É também muito importante o último livro de Meira, "*Geopolítica e Trópicos*", escrito em 1984. O professor da Universidade de Cambridge, Phillip L. Kelly, em recente artigo para o *Journal of Latin American Studies*, analisa o pensamento de quem considera o mais importante geopolítico brasileiro da atualidade e nos diz que... "do ponto de vista dos princípios éticos e do exercício do poder, Meira Mattos defende procedimentos democráticos", argumentando: "Nas sociedades abertas e livres, os elementos de persuasão predominam, baseados na convicção, na participação espontânea, no sentimento de obrigação social do cidadão; nas sociedades totalitárias fechadas, os instrumentos de

coerção e revitalização de mitos carismáticos ocorrem usualmente." De outro ponto de vista, Meira vincula democracia e progresso em relação ao desenvolvimento, estabelecendo a meta para uma "sociedade democrática brasileira desenvolvida, estável e feliz". O professor Kelly prossegue: "A nova confiança do Brasil em seu papel mundial de potência levou-o, durante a década passada, a uma maior preocupação por sua segurança no Atlântico Sul." O general afirma este ponto, quando declara: "Devemos chegar ao fim do século com uma disponibilidade de segurança militar que nos garanta o uso das vias aéreas e marítimas do Atlântico Sul, estabelecendo ali uma força estratégica dissuasiva de grande mobilidade"... "Os parâmetros da segurança atlântica, de interesse para o Brasil, são analisados por Meira da seguinte maneira: "o eixo Belém-Recife-Dacar estende-se ao norte em direção ao trópico de Câncer, envolvendo o Caribe – especificamente o Canal de Panamá, Trinidad-Tobago e as Antilhas Orientais – seguindo pela Península Ibérica e Gibraltar". "Em referência aos extremos meridionais" – prossegue Kelly – "o general está particularmente interessado nos pontos de choque do Cabo sul-africano e da Terra do Fogo". "Daí ressalta a importância vital para o Brasil do acesso ao Pacífico e ao Oceano Índico e apresenta a reivindicação sobre a Antártica,

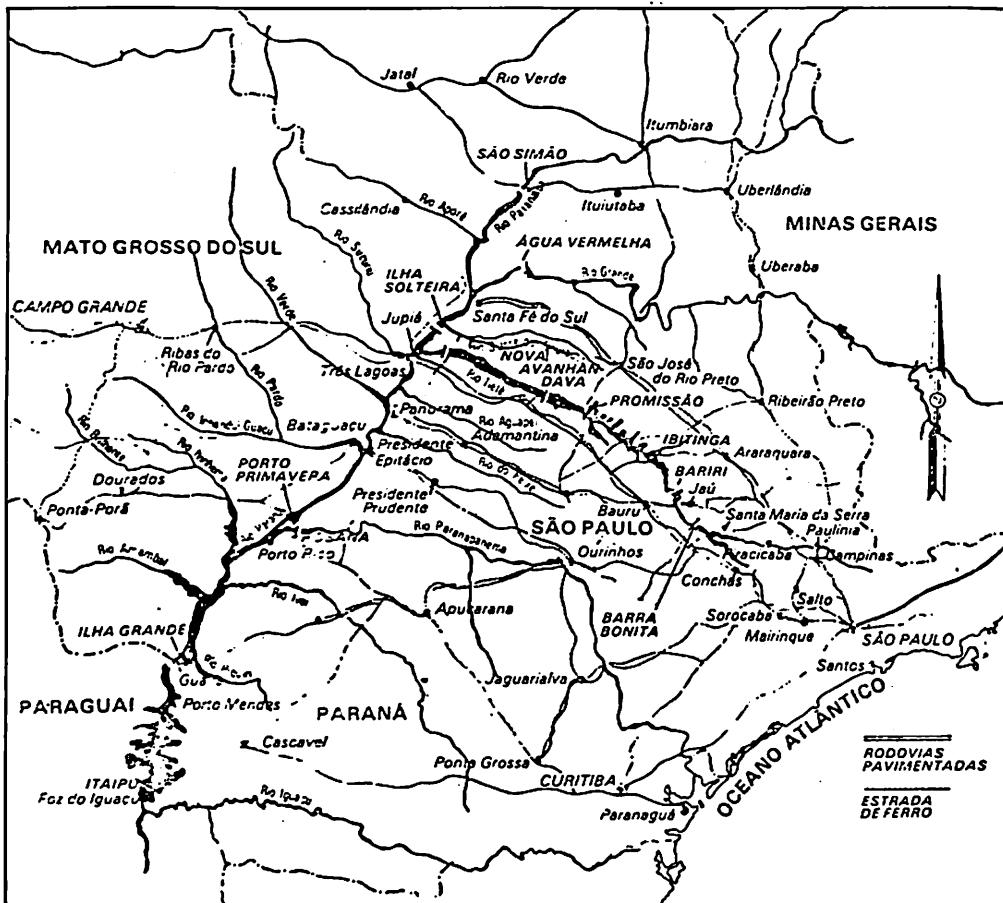


Figura 2.

tanto brasileira como argentina e chilena.”

AS REALIZAÇÕES GEOPOLÍTICAS BRASILEIRA E ARGENTINA

O pensamento geopolítico brasileiro é acompanhado pelas realizações geopolíticas. A execução de grandes projetos de infra-estrutura econômica consoli-

da o “novo determinismo”. Com o desenvolvimento dos “corredores de tráfico” e a promoção das “áreas interiores de intercâmbio fronteiriço” (unidades econômicas com cada país vizinho), que são absorvidas pela dinâmica do crescimento brasileiro, vai-se consolidando a integração multinacional com gravitação brasileira. Algumas das realidades geopolíticas do Brasil – criadas

pela vontade de poder e em continuação a "objetivos-chave" de uma política nacional de potência emergente, definida por Meira Mattos como "a capacidade de impor a vontade própria aos outros" para atingir o status de grande potência mundial – que incidem diretamente sobre a organização do espaço argentino, são:

- a) A construção de portos profundos, principalmente no Rio Grande do Sul, com o fim de dominar o Atlântico Sul. A revista *Veja*, de S. Paulo, comentava, em 20/7/71, em um artigo intitulado "O controle dos mares do Sul", o seguinte: "Nenhum porto do Uruguai ou da Argentina poderá competir com ele"... "Por isso, o Rio Grande poderá, em alguns anos, obter o monopólio das exportações e importações do Cone Sul"... "O objetivo de conquistar a liderança política na Bacia do Prata elimina qualquer objeção econômica ao projeto."
- b) O desenvolvimento integral do programa dos "Corredores de Exportação" na Bacia do Prata, seguindo as diretrizes de Mário Travassos desde 1931. O objetivo – como vimos – é neutralizar as "influências platinas". Em 1977, o Brasil assinou o Acordo de Cochabamba com a Bolívia para estender as vias férreas Santos–Santa Cruz de la Sierra até Cocha-

bamba, que está unida à Arica, no Pacífico. O Brasil está, também, por trás da estrada Transchaco, que é o prolongamento do corredor Parahaguá–Assunção e que continua através do Chaco paraguaio, Bolívia e a conexão com as estradas da Argentina e Peru, para terminar no Pacífico.

As pontes Pasadas – Encarnação, Iguazu–Meira e as em projeto São Tomé–São Borja e outras alternativas ao norte, por onde sairá toda a produção do nordeste argentino, do Paraguai e da Bolívia.

- c) O Brasil está empenhado em aproveitar não só os recursos hidrelétricos na Bacia do Prata, como, principalmente, em desenvolver um plano integral de transporte fluvial, com a execução de canais artificiais de navegação e diversas vinculações entre as bacias Paraguai–Amazonas, Paraná–Paraguai, Amazonas–Paraná, S. Francisco–Paraná, dos rios Paraná e Uruguai com o Oceano Atlântico – através do rio Tietê, do Ibicuí–Jacuí e do rio Negro, principal afluente do Iguazu –, com o objetivo de criar uma complexa e integrada rede fluvial que cobrirá todo o seu espaço interior. O exemplo mais característico é a hidrovía do Tietê para conectar o rio Paraná (à altura do complexo de Urubu-

pungá, que compreende os diques de Ilha Solteira e Jupiaá, a 650km ao norte de Iguacu) com o Atlântico, na altura de S. Paulo. O deputado estadual Hélio César Rosas, em uma nota para o diário *O Estado de S. Paulo*, de 21/2/84, diz: "Quando a hidrovia Tietê-Paraná" estiver terminada, terá uma área interna que cobrirá cinco Estados da Federação: São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás, além de abarcar todo o território paraguaio, através do lago formado pela represa de Itaipu." "Serão 1.700km de hidrovias principais e aproximadamente 1.000km de ramais secundários"... "Para 1985, existe a possibilidade de transportar anualmente cargas pela hidrovia nos dois sentidos, interior - litoral, da ordem de 13.000.000 de toneladas, que em 1990 chegarão a 17.000.000t." Este projeto de saída pelos lagos interligados das represas acima de Itaipu (Itaipu, Ilha Grande, Porto Primavera, Jupiaá, Ilha Solteira) e do rio Tietê, com suas 15 eclusas, é fundamental para neutralizar as "influências platinas", satelizar o interior continental e derivar toda a produção, não só do Paraguai, como do noroeste argentino. Esta obra, já em sua fase final, é muito mais complexa econômica e tecnicamente que a canalização do Vermelho - um brin-

quedo de crianças, comparativamente - que em nosso país é impossível realizar.

- d) A construção da represa de Itaipu, a 13km de nossa fronteira, é outro claro "projeto geopolítico". O empreendimento ideal, e o que mais convinha econômica e tecnicamente ao Brasil - e certamente otimizava a produção energética e a navegação no amplo âmbito regional multinacional - era Sete Quedas, do engenheiro Octavio Marcondes Ferraz. Sete Quedas era exclusivamente brasileiro, porém o objetivo político de atrair o Paraguai para sua órbita, arrancando-o das "influências platinas", induziu o Brasil a firmar com o Paraguai a Ata de Cataratas, em 22/6/66, onde, na realidade, nasceu Itaipu. O convênio assinado no hotel Acaray, pelos chanceleres Magalhães e Sapena Pastor, expressa: "Fica convencionado que a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde Saltos de Guafrá até Foz de Iguacu, será dividida em partes iguais entre os dois países, reconhecendo-se a cada um deles o direito de preferência para a aquisição da energia que o outro não consuma, a um justo preço." Certamente o Brasil será o consumidor total, e, além disso, nada perdeu economicamente ao construir Itaipu - compartilhada - em lugar de

Sete Quedas – própria – pois o preço que abona da energia que corresponde a seu sócio é insignificante e está congelado nos valores de abril de 1973, quando foi firmado o convênio definitivo de Itaipu.

Todas estas realizações do Brasil devem mobilizar nossa criatividade e esforço como personagem importante na área regional, começando prioritariamente pelo aproveitamento fluvial múltiplo do rio Vermelho, como objetivo de integração física com os países limítrofes de todo o Nordeste argentino, território rico em recursos hídricos onde, além da produção de energia e outros usos, é fundamental dar prioridade ao transporte por águas interiores que tem um custo/km várias vezes inferior ao ferroviário ou por estradas de rodagem.

Dai a importância do Vermelho com um correto aproveitamento para todo o âmbito do Nordeste argentino e o grande valor da decisão da navegação por canais de uso múltiplo para reduzir drasticamente o custo/km – 5 vezes menos que por estrada de ferro e 15 mais barato que por caminhão – de extensos e afastados territórios interiores da Argentina e dos países vizinhos vinculados historicamente às correntes comerciais Norte-Sul do eixo Paraná-Rio da Prata.

As outras obras básicas nesse âmbito regional são o Pa-

raná Médio, Jaciretá-Apipé, com Itati como represa de contra-embalse, e sua conexão com o aproveitamento do Iberá, que se converterá assim – como o previu o genial engenheiro Carlos Santos Rossel – no centro do Grande Litoral Rioplatense e Corpus corretamente projetado. Também o importantíssimo rio Paraguai terá que ser utilizado (com obras compartilhadas pelo Paraguai e pelo Brasil), como o prolongamento do “eixo do Paraná”, para que os transportes e a navegação fluvial cheguem ao coração do continente. Estará, assim, a um passo de concretizar-se o projeto de Gabriel del Mazo e outros estadistas americanos para ligar a Bacia do Prata ao Amazonas (pelo Guaporé-Madeira) e ao Orenoco.

Hoje, mais do que nunca, é preciso que a “vontade criadora”, que foi patrimônio dos primeiros heróis da nacionalidade, triunfe sobre a decadência das últimas décadas, aproveitando os fatores geográficos essenciais com obras de infra-estrutura, para articular os eixos de circulação que permitam a localização de zonas industriais para o desenvolvimento regional e a complementação econômica na Bacia do Prata.

É preciso romper os “fios delgados do curto prazo” – a conjuntura – que absorve todas as energias de governantes e governados para que seja possível dar o “grande salto” que permita reconstruir o perdido equilíbrio geopolítico.

Com um dinâmico e decidido Projeto Nacional para curto e médio prazos, a Argentina recuperará no campo regional sua gravitação e prestígio de outras épocas e se converterá, através de suas realizações e moderni-

zação produtiva, em um dos esclarecidos porta-vozes da Unidade Latino-Americana para a grandeza e autodeterminação de todas as pátrias deste continente.

NICOLAS BOSCOVICH – Doutor em Ciências Econômicas, especializado em estudos de infra-estrutura econômica básica e desenvolvimento regional. É colaborador dos principais periódicos especializados e conferencista convidado na maioria das universidades argentinas. Autor dos seguintes livros: "Soluciones Argentinas" (1960); "Un Proyecto Regional Argentino. Canalización del Bermejo de la Cuenca del Plata. Para la Creación del gran Litoral Argentino" (1979) e "Los Paises del Atlántico Sur. Geopolítica de la Cuenca del Plata" (1983), em colaboração. Colaborações para a revista Geopolítica: "Geopolítica y Geoestrategia en la Cuenca del Plata" (Nº 27 – 1983) e "Rio Bermejo: su Aprovechamiento Múltiple, Racional y Amplio" (Nº 29 – 1984).



UM BRASIL IGNORADO: O ESPAÇO MARINHO NACIONAL

Luiz Felipe de Macedo Soares Guimarães

A importância do mar, em todas as suas expressões, é o objeto deste artigo transcrito da Revista Marítima Brasileira (3º trimestre de 1986). O artigo foi publicado, também, na Revista Brasileira de Tecnologia (Brasília, janeiro/fevereiro de 1986).

O Presidente José Sarney sancionou, no dia 27 de dezembro de 1985, a Lei nº 7.453, que garante, aos estados e municípios, participação na exploração de combustíveis minerais (petróleo, xisto betuminoso e gás natural). Segundo noticiado, os chamados *royalties* representarão, em 1986, cerca de US\$ 206 milhões. O Estado do Rio de Janeiro, como maior beneficiário, ficaria com algo em torno de US\$ 53 milhões daquele total. O governador do Estado logo anunciou que, além de outras obras, a nova fonte de recursos permitirá a construção de 200 postos de saúde e de sessenta creches.

UMA DÁDIVA DO MAR

Na alegria geral pela medida que vai contemplar dez estados e grande número de municípios, além da Marinha do Brasil, houve um grande esquecido: o espaço marinho brasileiro, pois, afinal, é dele que se extrai boa parte dos hidrocarbonetos da produção nacional. Muito provavelmente os milhares de cidadãos que, dentro em pouco, estarão tirando proveito dos postos de saúde e das creches a serem implantados pelo governo fluminense não se lembrarão que a dádiva lhes vem do mar. É bem possível que para toda a gente o mar continue a ser um

elemento mítico-poético ou, quando muito, uma fonte de pescado, útil, principalmente, na Semana Santa. No Brasil, o mar é literalmente marginal.

Pesquisa de opinião realizada em princípios de 1983 propunha de saída a seguinte pergunta: "o que o mar representa para você?" Os resultados mostram que "na categoria afetivo-emocional situou-se a maior parte dos entrevistados, com respostas que iam da representação de beleza, grandeza, tranquilidade, liberdade e maravilhamento, à identificação com o perigo, pavor, medo, ou à percepção exata de que o mar é água, isto significando tudo, um valor em si". O mar brasileiro ainda é o domínio de Dorival Caymmi. De fato, a tradição histórica não é marítima. O *slogan* de Frei Vicente de Salvador sobre os caranguejos a arranhar as areias do litoral mantém o eco, passados três séculos. O impulso, de resto vital, que as autoridades quiseram imprimir às energias empreendedoras aponta para o oeste, para o sertão, para o planalto agreste. Efeméride tão fundamental como a abertura dos portos em 1808 teve sentido de fora para dentro, significou chegada de outras gentes, de inovações em bens e em idéias. Nossa história, vista pelo prisma dos ciclos econômicos, não comporta uma era marítima.

As futuras creches fluminenses podem mostrar que essa visão já está superada na prática. Das primeiras perfurações *off-*

shore, por volta de 1968, passando pelo início da produção comercial no Campo de Guara-ciema, ao largo de Sergipe, em 1973, a plataforma continental responde hoje pela maior parte do petróleo produzido no País e é principalmente dela que nos virá a auto-suficiência em hidrocarbonetos.

É preciso, no entanto, considerar que os êxitos da Petrobrás no mar não são uma intrusão excepcional e fortuita num meio que pouco mais teria a dar além de inspiração poética.

AS FRONTEIRAS TECNOLÓGICAS

Em 1911, quando Amundsen pôs os pés no pólo sul, encerrava-se o meio milênio das descobertas terrestres. Cerca de 40 anos depois, retomava-se o ímpeto descobridor em direção ao espaço exterior e ao fundo do mar, pois as grandes perguntas sobre a origem e a evolução do planeta não poderiam ser respondidas apenas pela exploração da massa continental, meros 30% da superfície terrestre. No bojo da exploração espacial e marinha, além de descobertas que têm mudado nossa concepção do universo, vieram avanços tecnológicos de extraordinária influência em nosso dia-a-dia sem que, muitas vezes, nos apercebamos de sua origem. O espaço exterior e o meio marinho são hoje as fronteiras do progresso científico e tecnológi-

co e os países industrializados, individualmente ou em consórcios, vêm expandindo continuamente seus esforços nessas áreas. No Brasil, nosso programa espacial vem cumprindo auspiciosamente suas etapas, mas, no mar, tirante os esforços da Petrobrás, ainda está por despertar-se a consciência nacional. Talvez isso se dê porque perdure a idéia de que desenvolvimento econômico é uma questão mais quantitativa do que qualitativa; em última análise, uma questão de balanço de pagamentos ou de PIB. Sem dúvida, aumentar a produção agrícola e industrial e manter uma balança comercial em níveis crescentes e superavitários são objetivos cruciais no estágio em que estamos. Contudo, só chegaremos ao desenvolvimento econômico e social equilibrado, só sairemos da periferia se galgarmos patamares tecnológicos que nos tirem da situação de dependência. São considerações óbvias, mas nem sempre lembradas, principalmente nos anos passados, em que foram escamoteadas no chamado modelo exportador. Ora, de 15 anos para cá, nenhum país apresentou tanto saldo comercial como os principais sócios da OPEP, e nem por isso eles deixaram de ser legítimos componentes do Terceiro Mundo. Inversamente, as grandes potências industriais não se caracterizam por vultuosos saldos comerciais. O entendimento entre os países industrializados não decorre de uma

paridade de poder econômico ou de qualquer outra sorte. O débito externo dos países industrializados tem sentido e solução muito diferente do que os de nossa dívida externa e dos demais países em desenvolvimento. É que o diálogo entre os países do Norte se faz por meio de uma linguagem tecnológica, cujo vocabulário nós não possuímos. Um dólar nas trocas entre países industrializados não tem a mesma significação que um dólar nas trocas entre subdesenvolvidos e industrializados, porque o conteúdo de um e outro dólar é fundamentalmente distinto.

Essa digressão serve para dissipar o falso dilema que ainda subsiste entre o investimento para as necessidades básicas e imediatas e para o incremento da capacidade de produção, de um lado, e o investimento para atividades sem retorno certo ou pelo menos em prazo previsível, de outro. Quantas vezes ouvimos críticas contra projetos de expansão científica e tecnológica que consomem grandes somas, enquanto a população carece de escolas, hospitais e moradias. Durante cerca de dez anos, a Petrobrás enterrou muito dinheiro no fundo do mar sem grandes resultados e, dentro em pouco, aí estarão as creches e postos de saúde combinados com a independência energética.

O QUE É O ESPAÇO MARINHO NACIONAL

Um dos fatores que dificult-

tam a formulação clara dos interesses marinhos nacionais é a falta de concepção clara do espaço a que eles se aplicam a partir do fato de que o mar não é evidente, não se revela à simples contemplação. Qualquer pessoa pode reconhecer a paisagem que o circunda, se ela é agrícola, pecuária, florestal ou desértica. Até mesmo a ocorrência de jazidas minerais nem sempre reclama meios sofisticados de prospecção. Já o mar é aparentemente uniforme, portanto enigmático e, mais ainda, esconde seu leito e o subsolo.

Antes de se considerar o que contém o espaço marinho, é preciso saber qual sua extensão. Desde cedo aprendemos que o território nacional ocupa uma área de 8,5 milhões de km². Pelo menos desde 1970, quando Decreto-Lei nº 1.098 fixou o mar territorial brasileiro na largura de 200 milhas, esse dado tornou-se anacrônico. No fundo, porém, nem a população, nem o governo interiorizaram a idéia de que a superfície do Brasil ultrapassa onze milhões de km², um terço da qual é espaço marinho. Essa extensão poderá vir a ser maior a curto prazo, quando entrar em vigor a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Essa Convenção, de cuja elaboração o Brasil foi um dos mais ativos participantes, representa a mais monumental construção jurídica da história das relações internacionais. Por meio de mais de quinhentos ar-

tigos, ela regula todos os usos em todas as áreas do âmbito oceânico. É a Carta que governará mais de 70% da superfície terrestre. Finalizada em 1982, a Convenção conta com 159 assinaturas, e 25 estados já a ratificaram. Ela entrará em vigor um ano depois que sessenta países a tiverem ratificado, o que se pode prever ocorrerá antes do final da década. No Brasil, a Convenção, já aprovada pela Câmara dos Deputados, encontra-se em exame pelo Senado Federal e pode-se esperar que a ratifiquemos ainda este ano.

Uma das questões mais intratáveis resolvidas pela Convenção é justamente a da extensão da jurisdição nacional dos estados costeiros. Entre outros aspectos, ela definiu, para efeitos de jurisdição nacional, o que é plataforma continental.

Em termos geomorfológicos, plataforma continental é simplesmente a porção submersa de território continental, tendo portanto as mesmas características geológicas deste. Ocorre que alguns países dispõem de uma plataforma continental em sentido estrito extremamente larga, enquanto outros praticamente não a têm. No Brasil, a plataforma continental geológica é larga no litoral norte, estreita-se muito no Nordeste e passa a alargar-se a partir do Sul da Bahia.

Para mitigar essa disparidade, a Convenção determina que a jurisdição de todos os países costeiros, independentemente

da conformação geomorfológica do fundo, estende-se a 200 milhas. A partir daí, dependendo da profundidade ou da espessura dos sedimentos, o Estado costeiro terá também jurisdição sobre o que se pode chamar de plataforma continental jurídica. Em diversos trechos de sua costa, o Brasil se beneficiará desse dispositivo. Para isso, custosos levantamentos terão de ser levados a cabo de acordo com critérios pormenorizados estabelecidos na Convenção.

Em suma, o limite leste do Brasil não será exatamente uma linha contínua distante 200 milhas da praia. A fronteira poderá passar mais longe, conforme o resultado dos levantamentos, que terão de ser submetidos a uma comissão internacional criada pela Convenção. O Brasil, por conseguinte, poderá ser ainda maior do que os atuais 11 milhões de quilômetros quadrados.

Pouca gente sabe que faltam ainda cerca de 6,5 mil quilômetros quadrados da fronteira nacional a serem definidos. Essa é uma tarefa absolutamente prioritária, já que o território é a base do Estado. Até dez anos após a entrada em vigor da Convenção, digamos, até o fim do século, os Estados costeiros terão de apresentar suas cartas com os limites da plataforma continental. O prazo não é tão longo como parece, diante do imenso trabalho a ser feito, que exigirá recursos vultosos. A Comissão Interministerial para

os Recursos do Mar (CIRM) já está planejando a execução da delimitação. Pelo menos, um navio com equipamentos para levantamento geofísico terá de ser empregado com exclusividade para esse fim, que trará, também, conhecimentos adicionais sobre os fundos marinhos adjacentes ao território continental brasileiro. A delimitação da plataforma continental, ao substituir a atual e abstrata linha contínua e ao ampliar nossa jurisdição, deverá nos dar uma sensação mais concreta do espaço marinho brasileiro.

A DESCRIÇÃO DO ESPAÇO MARINHO

A expressão *sensação concreta* (ou pode usar-se o termo mais elegante *percepção*) é, sem dúvida, vaga, mas grande parte do povo brasileiro ainda não chegou nem a esse estágio de relação com a parte marinha do território nacional. É possível que, há décadas atrás, esse fosse o nível de relação dos brasileiros com a Amazônia e, por muito tempo, insígnies publicistas dedicavam-se a convencer-nos de que o grande Norte era também Brasil e que muito teria a contribuir para o desenvolvimento do País. Tentemos dar um pouco mais de nitidez ao conteúdo do espaço marinho.

Qualquer estudante tem noção do que é a Serra da Mantiqueira, onde se situa e sua importância econômica. Dificilmen-

te, no entanto, saberá o que é o Platô de Pernambuco ou o Cãnion de Macaé. Os primeiros ensaios de planejamento econômico no Brasil tomaram por base uma descrição geográfica do território, assim como a divisão regional, elaborada cientificamente nos anos 40, não foi um artifício metodológico para finalidades didáticas e sim uma ferramenta para a formulação de planos adequados a diferentes realidades. A descrição geográfica do espaço marinho brasileiro e a análise sistemática de suas características devem ser encaradas como necessidades urgentes, não somente para que os currículos escolares deixem de ignorar um terço do país, mas também para que o aparelho de planejamento possa integrar a região marinha à economia nacional.

Claro está que não se parte da estaca zero; muito já se estudou sobre a faixa costeira a partir do trabalho cartográfico da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), do Ministério da Marinha. O que se põe agora é um trabalho de sistematização, da mesma forma como se procedeu, há cerca de 40 anos, com o espaço terrestre sobre a base dos conhecimentos que se acumularam e se refinaram desde a fase colonial.

A PESQUISA CIENTÍFICA MARINHA

Uma outra dimensão necessária para a efetiva apropriação

do espaço marinho é a pesquisa científica sobre os processos e fenômenos que ali ocorrem em seus aspectos físicos, químicos, biológicos, geológicos, geofísicos. Também nesse caso, não estamos saindo do nada, embora, até recentemente, o conhecimento científico do mar brasileiro fosse restrito a literalmente meia dúzia de pioneiros. A partir da criação do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, em 1946, passando pelo estabelecimento do Departamento de Geofísica da DHN, em 1953, só nos anos 60 é que começaram a espalhar-se pelo País instituições dedicadas à pesquisa científica marinha. Ainda assim, o número de cientistas marinhos brasileiros continua muito limitado. O International Directory of Marine Scientists da Food and Agriculture Organization (FAO), de 1983, lista apenas 367 nomes.

Dois obstáculos são comumente citados que desestimulam o crescimento da pesquisa marinha nacional: escassez de recursos e, conseqüentemente, impossibilidade de absorção da mão-de-obra. São objeções, aliás, comuns a todos os ramos da ciência. De fato, oceanografia é uma ciência cara pelo simples motivo de que só se faz com meios flutuantes. O Brasil dispõe de apenas três navios oceanográficos, todos velhos de várias décadas. O instrumental é insuficiente porque quase todo importado e, portanto, dispendioso. Não há nenhum impedi-

mento maior para a implantação de uma indústria nacional de equipamentos de observação marinha, a não ser o mercado interno diminuto. É o clássico círculo vicioso, que só poderá ser rompido se houver decisão para incorporar efetivamente o espaço marinho ao ecúmeno brasileiro.

Muito recentemente, as inscrições no vestibular registraram um espetacular crescimento da opção por ciências do mar. O entusiasmo logo arrefeceu diante da falta de emprego. É o mesmo círculo vicioso, que só pode ser resolvido nesta fase pela expansão de programas governamentais como o Programa Setorial de Recursos do Mar (PSRM) e o Programa Antártico Brasileiro (Proantar), que já auxiliam número crescente de pesquisadores. Também aí a expansão das atividades diversificará a absorção de pessoal. Há não muito tempo, os hidrólogos tinham como quase únicas possibilidades de abrigo o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), da mesma forma que os geólogos se concentravam no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Depois, não foi só a criação de empresas estatais que abriu novas oportunidades, mas igualmente muitos desses cientistas e técnicos fundaram empresas privadas, algumas das quais alcançam hoje grande porte.

Conhecer o espaço marinho é a base para seu aproveitamento econômico e, também, constitui objetivo estratégico. O Decreto nº 63.164, de 1968, que submete a pesquisa científica marinha na faixa sob jurisdição nacional ao consentimento prévio do Governo brasileiro e estabelece uma série de requisitos, foi recebido com alarme pelas potências marítimas. Imediatamente, nos foros internacionais especializados, elas procuram fazer passar um chamado princípio da liberdade de pesquisa científica nos oceanos sem limitação por jurisdições nacionais. A batalha durou mais de dez anos, até que logramos incluir na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar o princípio do consentimento prévio do estado costeiro. Contudo, não teria sentido instituir um regime de fronteiras fechadas, nem era esse o objetivo da negociação, e o Governo brasileiro tem concedido licença para pesquisa por outros países em nossas águas, mediante compromissos, tais como participações de observadores nacionais e recebimento de relatórios, dados e amostra. Também é forçoso reconhecer que a insuficiência da infra-estrutura de pesquisa quase que impede nossa participação real nos esforços empreendidos por outros países no mar brasileiro. O arcabouço jurídico não basta para preservar a soberania e resulta uma situação anômala e perigosa o fato de que outros países

conheçam mais do que nós o espaço marinho que nos pertence.

No campo do conhecimento científico deve-se incluir a pesquisa de direito do mar. Ao contrário do que se poderia esperar, haja vista a tradição jurídica brasileira, causa espanto que o direito do mar seja disciplina quase inexistente entre nós. Os cursos jurídicos a ela se referem como um capítulo do direito internacional público, visão correta, mas insuficiente. Contam-se nos dedos os volumes publicados, em contraste com a vasta bibliografia produzida em países vizinhos. São raras as teses de pós-graduação no setor e os poucos profissionais têm escasso contato entre eles. Pensa-se pouco no mar porque se faz pouco no mar e vice-versa. Outro círculo vicioso.

OS GRANDES PROGRAMAS INTERNACIONAIS

Esse quadro do conhecimento científico do espaço marinho é ainda mais grave do que o sugerido acima, quando se pensa que o estudo da faixa sob jurisdição nacional não basta. Os processos oceânicos desconhecem fronteiras e a oceanografia é um ramo do saber especialmente internacional, conforme mostra sua evolução em pouco mais de cem anos.

A primeira fase, que cobre o período de 1870 a 1914, foi caracterizada por longos cruzeiros

de navios individuais, como, por exemplo, a circunavegação do navio britânico *Challenger*, de 1872 a 1876. No período entre guerras, passa-se a fazer observação sistemática de áreas oceânicas limitadas, como fez o navio alemão *Meteor* no Atlântico Sul, entre 1925 e 1927. Esses estágios inaugurais da ciência permitiram identificar os fenômenos e processos.

É nos anos cinquenta que se chega ao capítulo atual da oceanografia, quando se procuram conhecer as origens, o funcionamento e os efeitos desses fenômenos e processos. O marco inicial pode considerar-se o Ano Geofísico Internacional, em 1957-1958, primeiro esforço cooperativo internacional para compreender como interagem os elementos em escala planetária. Logo depois, em 1960, criou-se a Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) para facilitar a coordenação dos esforços dos países pesquisadores, restritos até hoje às potências marítimas, em que pese alguma participação de países em desenvolvimento, como o Brasil. Vale a pena citar um par de exemplos desses grandes empreendimentos de pesquisa.

Ao longo da costa ocidental da América do Sul sobe a corrente de Humboldt, que, aliada à conformação da vertente submersa dos Andes e ao regime de ventos, produzindo a ressurgência, isto é, a subida de águas frias profundas, fertiliza aquela região marinha, que

consta entre as áreas mais produtivas do planeta. Em setembro de 1982, naquela região, subitamente a temperatura da água começou a subir vertiginosamente, resultando na destruição dos nutrientes e na consequente queda acentuada e até desaparecimento dos cardumes. O fenômeno, que se desfez em junho de 1983, tão abruptamente como surgiu, tem caráter cíclico e já era, portanto, conhecido e até carinhosamente alcunhado de *El Niño*. Só que dessa vez os cientistas estavam preparados e já tinham mesmo observado uma inversão dos ventos alísios de leste no Pacífico equatorial ocidental. Com o auxílio de imagens de satélites puderam reforçar a suposição de que anomalias na temperatura da superfície do mar estão associadas a anomalias na circulação atmosférica.

Como já se sabia, *El Niño* trouxe meses de chuvas torrenciais nos países andinos equatoriais e os prejuízos no Equador, Peru e Bolívia somaram ao redor de US\$ 3,5 bilhões. Mas as coisas não ficaram aí. Observaram-se, no período, violentas tempestades na costa oeste dos Estados Unidos e um *record* de nevadas nas Montanhas Rochosas, com subseqüentes inundações na primavera. A Polinésia foi assolada por tufões que mudaram seu rumo normal, a Austrália enfrentou estiagem sem precedentes, a Índia viu perturbações em seu regime de chuvas, a China e a Nova Zelândia

tiveram verões desusadamente frios. No Brasil, verificaram-se estiagem na Amazônia, agravamento das secas no Nordeste e inundações no Sul.

Reforçou-se, na comunidade científica, a idéia de que tais eventos estavam inter-relacionados e a urgência de se conhecerem as causas e o funcionamento da associação entre as variações oceânicas e as mudanças na circulação atmosférica de modo a se poder prever com suficiente antecedência desastres naturais como ocorreram naqueles anos. Nenhum país, por mais poderoso que seja, está em condições de empreender sozinho um estudo de tal envergadura. Esse é um caso típico em que a cooperação internacional se torna imprescindível.

Em 1984, a COI, juntamente com a Organização Meteorológica Mundial, organizou uma conferência internacional para preparar um programa decenal, a partir de 1985, identificado pela sigla TOGA (Oceano Tropical e Atmosfera Global), como parte do Programa Mundial de Pesquisa do Clima. O Brasil já preparou seu plano para participação no TOGA, que nos poderá trazer informações sobre o problema da seca no Nordeste, as quais jamais poderíamos obter individualmente.

Outro avanço dramático para a compreensão da história passada e do futuro do nosso planeta é a teoria conhecida como tectônica de placas, que, no final dos anos 60, mostrou que os

continentes estão em contínuo movimento, que o Brasil se afasta da África à razão de vários centímetros por ano, comprovando, assim, a tese de que a América do Sul, a África, a Antártida, a Austrália e o Subcontinente Indiano formaram antes o chamado supercontinente Gondwana.

A descoberta encerra consequências de extraordinária relevância, inclusive do ângulo econômico. A partir da Cordilheira Mesoatlântica, onde se limita com a Placa Africana, a Placa Sul-Americana deriva para o poente. No seu bordo ocidental, na costa do Pacífico, ela colide e se sobrepõe à Placa Nazca, que avança para leste. O atrito e a superposição provocam o enrugamento da beirada ocidental do continente, zona de alta instabilidade, com conseqüentes terremotos e atividade vulcânica. A margem continental do Pacífico sofre, então, as emanações magmáticas de tal atividade, gerando tipos de depósitos minerais que não ocorrem no litoral leste, este distante dos limites da placa e não sujeito a pressões. É possível, portanto, prever as características metalogênicas de determinada região, conforme sua posição em uma dada placa.

Nossa margem continental, ao contrário da do Pacífico, esta convergente e ativa, é divergente e passiva. Ela teria se formado, desde uns 50 milhões de anos atrás, quando o continente africano, soldado ao nosso na

altura de Pernambuco, passou a desprender-se, abrindo a comunicação do Atlântico Sul com o Atlântico Norte. A fenda original está hoje na Cordilheira Mesoatlântica. Pode-se daí, por correlação com regiões semelhantes, inferir a ocorrência de formações e depósitos, como pláceres, carbonatos, lama metálica e fosfato. Na camada inferior podem formar-se hidrocarbonetos. De fato, as mais promissoras prospecções da Petrobrás começam a fazer-se a profundidades crescentes. Obviamente, perfurar sob lâmina de água de 900 metros implica investimento cada vez mais elevado e, levando-se em conta o preço atual do barril de petróleo, antieconômico *stricto sensu*.

Há fatores, porém, muito mais importantes que a relação custo-preço. Em primeiro lugar, põe-se a auto-suficiência como um objetivo estratégico, além, a curto prazo, da economia de divisas. Em segundo lugar, e talvez até mais importante, figura o domínio da tecnologia. Além do *know-how* pioneiro que a Petrobrás já detém, a abertura de poços profundos porá a estatal adiante de todas as demais empresas petrolíferas do mundo.

A TECNOLOGIA MARINHA

Não só as atividades extrativas levam a saltos tecnológicos. Empreendimentos de pesquisa científica têm, como foi dito, gerado tecnologias e aplicação múltipla que são protegidas por

seus detentores com a mesma circunspecção que os avanços no campo espacial, da informática, da biotecnologia e outros setores chamados de *ponta*. Um bom exemplo é o Programa de Perfuração Oceânica (ODP), iniciado em 1964 por um consórcio de instituições norte-americanas. Em 1974, para ampliar os recursos do programa, ele foi aberto à participação estrangeira e conta hoje, como associados, com o Canadá, República Federal da Alemanha, França e Japão. Até 1983, o Programa realizou 1.092 perfurações em 624 sítios, ao longo de 96 cruzeiros. Boa parte dessas perfurações foram feitas sob lâmina de água superior a 5.000m, sendo retirados mais de 100km de testemunhos. Boa parte dos dados obtidos sobre a tectônica de placas provieram do ODP, juntamente com importantes dados de interesse econômico futuro. A coleta de amostras de sedimentos em grandes profundidades e de rochas ígneas subjacentes proporcionaram novas informações sobre a evolução da Terra e, pode-se dizer, inauguraram uma nova disciplina nas ciências da terra: a paleoceanografia. Assim, por exemplo, descobriu-se que o Mediterrâneo secou completamente há cerca de sete milhões de anos.

A partir de 1985, o ODP passou a operar novo navio que permite o uso de sondas de 10km. Foi feito o planejamento para os próximos anos, contemplando, em áreas de nosso inte-

resse, operações na elevação de Rio Grande, ao largo de nossa costa, e no Mar de Weddell, uma das mais promissoras bacias petrolíferas na Antártida. Os países participantes do ODP pagam uma quota de US\$ 2 milhões e têm direito a ter cientistas a bordo e a receberem todos os dados. Em 1983, o Brasil foi admitido como observador nas reuniões de planejamento da atual fase do ODP, a fim de poder julgar sobre a viabilidade de ingressarmos no programa. Não se chegou a uma decisão, tendo em vista principalmente a contribuição para admissão no ODP.

Outro avanço tecnológico digno de nota é a sonda acústica geológica inclinada de longo alcance, batizada com as iniciais GLORIA (Geological Long Range Inclined Asdic).

Desde que decretou, em abril de 1983, uma zona econômica exclusiva de 200 milhas, o Governo norte-americano decidiu empreender o mapeamento detalhado de toda essa faixa. Visualizou, também, que o investimento teria retorno assegurado por meio da venda de serviços a outros países. Podendo operar até profundidades de 5.000m, a sonda GLORIA executou, em 1984, em apenas três meses, o mapeamento de toda a costa oeste dos Estados Unidos, um total de 250 mil milhas quadradas. Foram descobertas mais de cem montanhas submarinas; muitas, possivelmente, ricas em incrustações de manganês, co-

balto e outros elementos. Está agora, sendo iniciado o mapeamento da costa leste.

OS RECURSOS NÃO-VIVOS

Se os norte-americanos tinham uma idéia tão incompleta de sua margem continental, podemos imaginar o quanto nos falta para conhecer os fundos marinhos que nos pertencem. À parte as cartas batimétricas, elaboradas desde 1935 pela DHN e constantemente aprimoradas, cobrindo toda a nossa costa e também os trabalhos da Petrobrás, embora em boa parte submetidos à confidencialidade industrial, o levantamento sistemático da margem continental brasileira ainda é compreensivelmente incompleto. O primeiro grande programa integrado de pesquisas geológicas marinhas, denominado Geomar, foi lançado, em 1969, pela DHN, Petrobrás e DNPM. Realizaram-se 14 cruzeiros, a partir dos quais instaurou-se, sob a égide do CNPq, o Programa de Geologia e Geofísica Marinha (PGGM), reunindo cerca de 13 instituições nacionais, mormente universitárias.

Em 1972, o Ministério das Minas e Energia, em convênio que congregava a Petrobrás, o DNPM, a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), a DHN, a Seplan e o CNPq, organizou o Programa de Reconhecimento Global da Margem Continental Brasileira (Projeto Remac). Cobrindo todos

os aspectos de geologia e geofísica, o Remac, ao longo de seis anos, realizou 35 cruzeiros e produziu 11 volumes de relatórios.

Embora continue a existir o PGGM, pode-se dizer que nenhum programa de envergadura foi iniciado nos últimos anos.

OS RECURSOS VIVOS

Uma outra meta inerente à apropriação do espaço marinho, e por sinal a mais tradicional, é a alimentação. Não cabe aqui descrever o setor da pesca no Brasil, que ocupa um modesto vigésimo lugar entre as nações pesqueiras. A produção nos últimos anos tem-se mantido por volta de 850 mil toneladas, pouco mais de um por cento da captura mundial. A exportação, que não chega a US\$ 200 milhões, tem reduzida importância na balança comercial. O consumo interno de pescado, com exceção de algumas áreas, é pouco expressivo. O fator mais apreciável da atividade pesqueira prende-se ao emprego de cerca de 400 mil pessoas, das quais 95% na pesca artesanal, responsável por algo ao redor da metade da produção. Há, portanto, um agudo desequilíbrio na distribuição da renda no setor. Se é certo que o Atlântico Sudoeste não pode rivalizar com a piscosidade da área de ressurgência da costa oeste da América do Sul, também é mais que provável que nossa produtividade ótima está longe de ser

alcançada. Vale mencionar que a pesca artesanal perde parcela significativa da captura, devido à manipulação defeituosa do produto. Esse quadro sucinto pouco auspicioso é suficiente para mostrar o quanto há por fazer para dar ao setor pesqueiro a posição que a extensão de nossa costa implica.

Ainda que os estímulos internos não tenham dado os resultados esperados, seremos forçados a tomar medidas por força da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que impõe aos Estados costeiros avaliar a captura total permissível, de modo a ensejar o aproveitamento ótimo dos recursos vivos sobre os quais detêm direitos soberanos na faixa de 200 milhas e na plataforma continental. Após essa avaliação, cada Estado costeiro determinará a captura anual que pretende realizar. O excedente, se houver, deverá ser negociado com outros países interessados, com prioridade para os Estados mediterrâneos da região. Note-se que a fixação da captura reservada ao Estado costeiro não é passível de contradição por nenhum outro Estado. Quer dizer, se o Estado costeiro declarar que aproveitará a captura total permissível, não poderá ser contestado *a priori*. No entanto, há que levar em conta que as estatísticas de pesca são controladas pela FAO e que nenhum Estado quererá fraudar abertamente um pacto internacional.

Resulta, portanto, que, até o

final da década, teremos de fazer, dentro dos melhores padrões técnicos, e não da maneira aleatória até hoje praticada, um levantamento do estoque pesqueiro nacional. Os órgãos responsáveis, que dispõem de pouco tempo para se prepararem para a tarefa, disporão, pela primeira vez, de uma base clara para o planejamento pesqueiro que obrigatoriamente terá de passar a existir, visto que, simultaneamente, deverá ser fixado o nível de captura nacional.

Esse planejamento da pesca imposto pela Convenção demandará intenso labor de pesquisa biológica e aí vemos, mais uma vez, o papel preponderante da atividade científica.

A PRESERVAÇÃO DO MEIO MARINHO

Para fechar o *tour d'horizon* da área sob jurisdição nacional há que fazer referência a um objetivo que incide sobre todos os demais: a conservação do meio ambiente marinho. Como não poderia deixar de ser, a Convenção dedica toda uma parte a esse domínio. Ela constitui, na verdade, o primeiro código abrangente sobre preservação do meio marinho. Em muitos casos, ela é apenas indicativa, dado seu caráter universal, e pressupõe arranjos mais pormenorizados em nível regional ou bilateral. Ademais, haverá necessidade de promulgar nova legislação interna para atender

às diretrizes preconizadas na Convenção.

Encontra-se em estudos um projeto de lei sobre o gerenciamento costeiro, que representa passo importante e que deverá, aos poucos, ser complementado para cobrir o espaço sob jurisdição nacional. Nesse campo, também, o trabalho científico é fundamental para que se estabeleçam parâmetros mínimos de proteção ambiental.

NAVIOS – PRESENÇA NO MAR

O leitor terá notado que não se fez menção até aqui da navegação, lacuna grave à primeira vista, pois o mar, ainda, hoje, é antes de mais nada um caminho, uma vida de comunicação, a principal no transporte mundial. Contudo, vimos tratando o espaço marinho sob o aspecto de seus recursos, como área a ser utilizada e incorporada ao território nacional e não como lugar de passagem. Os problemas relativos à construção naval, ao transporte marítimo, à segurança da navegação, têm suma importância, mas escapam à idéia central destas páginas. Ressalte-se, apenas, que não há presença no mar sem meios flutuantes – marinha mercante ativa, frota pesqueira moderna e eficiente, navios oceanográficos e hidrográficos, esquadra ágil e numérica e tecnologicamente adequada. O Brasil tem a infraestrutura para dotar-se desses

meios em grande medida. Seria, no entanto, descabido discutir aqui os problemas e perspectivas da construção naval e do transporte marítimo.

OS FUNDOS MARINHOS INTERNACIONAIS

Pode parecer um exagero expansionista dizer que o espaço marinho brasileiro não acaba no bordo exterior da plataforma continental, mas, de certa forma, a afirmação é correta.

A origem, em 1967, das negociações que levaram à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar foi a questão de saber a quem pertenceriam os fundos marinhos situados além das jurisdições nacionais. Aquela época, já era patente o interesse das empresas de países industrializados e de consórcios multinacionais pelas riquezas que se vinham descobrindo crescentemente desde a década de 50. Seriam os fundos marinhos e seus recursos uma terra de ninguém, a serem apropriados pelos que chegassem primeiro?

Essa tese tipo *far west*, defendiam-na as grandes potências e, claramente, não os convinha aos países em desenvolvimento. Repartir equitativamente os fundos marinhos entre todos os países era, obviamente, impossível. Surgiu, então, a idéia de um conceito novo de Direito Internacional, que se apelidou de Patrimônio Comum da Humanidade.

O conceito aplica-se a um espaço cuja propriedade é comum a todos os países, mas nenhum deles, isoladamente ou em grupo, pode apropriar-se de nenhum pedaço. Como, então, ter acesso aos recursos e aproveitá-lo? O conceito tem como corolário o estabelecimento de uma entidade supranacional que, em nome da comunidade internacional, pode explorar e comercializar, ela mesma, os recursos ou pode outorgar concessões mediante normas e requisitos específicos, percebendo compensação. Tal entidade, a Convenção chamou-a de Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, que, para efetuar sua exploração direta, disporá de uma empresa. Essa brilhante solução, completamente inovadora no âmbito das relações internacionais, parece simples, mas foi longa e duramente disputada. Até hoje, a atual administração norte-americana enxerga-lhe cores socialistas, inimigas da livre iniciativa.

Para se saber onde terminava o Patrimônio Comum da Humanidade, era preciso definir onde começa a jurisdição nacional. Foi por isso que a Convenção teve de resolver o problema da extensão da jurisdição nacional, até então desprovido de qualquer regra de aceitação universal, que ameaçava tornar-se foco de graves conflitos.

A jurisdição nacional, fixada pela Convenção em 200 milhas mais, eventualmente, faixas adicionais de plataforma conti-

mental, ocupará entre 35 e 40% dos mares e oceanos. O restante, correspondente a 50% da superfície terrestre, é, portanto, Patrimônio Comum da Humanidade.

O Brasil é, por conseguinte, sócio dessa imensa área em pé de igualdade com todos os demais países. Por isso, não é absurdo dizer que, além da jurisdição exclusiva sobre cerca de 2,5 milhões de quilômetros quadrados na faixa adjacente ao litoral, o Brasil participa da jurisdição dos fundos marítimos situados além das jurisdições nacionais. Resta ver quais as consequências práticas dessa situação.

Os principais recursos econômicos dos grandes fundos marinhos são os nódulos polimetálicos, concreções metálicas ricas em manganês, cobre, níquel e cobalto. Os levantamentos efetuados desde o início dos anos 60 permitem uma avaliação conservadora das reservas desses metais contidos nos nódulos polimetálicos, conforme o quadro abaixo, que se compara com as reservas em terra firme:

Milhões de toneladas		
Reservas	Em terra	Nos fundos marinhos
Níquel	54	290
Cobre	498	240
Cobalto	1,5	60
Manganês	5.440	6.000

À vista dessa espantosa riqueza, não é para menos que a parte da Convenção que trata dos fundos marinhos tenha sido tão árdua para concluir e que ainda tenha a oposição dos Estados Unidos.

Já há vários anos, constituiram-se quatro consórcios multinacionais que desenvolveram tecnologia para mineração nos nódulos, que se encontram a profundidades ao redor de 5.000m. A França e o Japão formaram consórcios nacionais e a União Soviética e a Índia criaram empresas estatais para a exploração dos nódulos. São, hoje, 11 países no total, que ingressaram na tecnologia de mineração submarina abissal, desenvolvendo novos meios de coleta de dados, novos tipos de ligas e soldas, plataformas flutuantes e inúmeros outros avanços que permitirão usos em outras esferas.

Três dos países citados já pediram registro para concessões no Pacífico Norte, onde os consórcios liderados pelos Estados Unidos, também selecionaram áreas de seu interesse. Apenas a Índia pleiteia uma concessão no Oceano Índico. Não é coincidência a concentração no Pacífico Norte, pois lá estão os campos de nódulos com maior densidade e teor metálico mais alto. Os montantes já investidos e a competição cerrada pelos melhores pontos são prova suficiente da importância econômica, comercial e estratégica dos depósitos de

nódulos polimetálicos. Afinal, as potências industrializadas não costumam interessar-se por quimeras.

Sem dúvida, o Japão e os países europeus têm séria deficiência de recursos minerais e buscam a segurança de suprimento, assim como as superpotências procuram dotar-se de estoques estratégicos. Com excedentes de capital e contínuo aprimoramento tecnológico, os industrializados podem dar-se ao luxo de pensar décadas à frente. Esse raciocínio é falho e a Índia, comprovadamente, não o segue. Como vimos, o investimento em áreas avançadas não pode esperar pelas escolas, moradias e hospitais. A sina de países como o Brasil é fazer tudo ao mesmo tempo e até, em certos casos, fazer as creches esperarem pelos poços de petróleo. Se não for assim, estaremos condenados ao subdesenvolvimento.

O argumento, segundo o qual não nos interessa ir buscar manganês, cobre e níquel a 5.000m de profundidade no Oceano Pacífico porque os temos em casa, padece de certa limitação de horizontes. Em primeiro lugar, o fato de possuímos algum recurso não nos impede de acumularmos mais. Em segundo lugar, ao iniciar-se a produção marinha desses metais, deverá haver acentuada queda de preços e a produção de nosso níquel laterítico, por exemplo, altamente consumidora de energia, terá de ser subsidiada.

diada. Por mérito que tenham, há que conceder serem essas razões discutíveis. Elas se tornam supérfluas diante da verdadeira vantagem que reside na passagem, por novos umbrais tecnológicos, para um domínio que poucos países conhecem. A entrada em restritos círculos nos quais se pratica uma linguagem específica constitui, mais do que a acumulação de poder, a chave para sair da periferia.

O Brasil aceitou o repto espacial, o da informática e outros e seria de um derrotismo injustificável abdicar da tecnologia marinha avançada sob o pretexto de que há tarefas mais urgentes e que a situação econômico-financeira aconselha modéstia. É preciso examinar logo que medidas devem ser tomadas para assegurar-nos o acesso efetivo ao Patrimônio Comum da Humanidade, a não ser que queiramos nos contentar com o rótulo, com a vitória moral, um pouco como nos últimos quinze anos nos regozijamos com as 200 milhas sem saber bem para quê.

Antártida

Nesse vazo expansionista, não nos contentamos com a co-propriedade dos fundos marinhos e ampliamos nosso espaço marinho às águas que circundam a Antártida. O Tratado da Antártida, do qual o Brasil é uma das dezoito partes consultivas, isto é, as que participam

das decisões, abrange os mares austrais, ao sul do paralelo de 60º sul. A zona é extremamente rica em recursos vivos e potencialmente detentora dos últimos depósitos petrolíferos supergigantescos.

O minicamarão chamado *krill* tem aparecido com frequência no noticiário. Sua biomassa total foi estimada entre 500 e 750 milhões de toneladas ou mais. É o maior recurso de uma única espécie no mundo. A única outra espécie com uma biomassa superior a 100 milhões de toneladas é, provavelmente, o *homo sapiens*. Os cientistas calculam que uma captura anual da ordem de 70 milhões de toneladas, igual, portanto, à tonelagem total da pesca mundial, não teria efeitos prejudiciais sobre o ecossistema. União Soviética, Japão, Polônia e alguns outros países têm pescado quantidades ainda modestas de *krill*, entre 200 e 500 mil toneladas por ano. O Brasil tem progredido em suas pesquisas biológicas na Antártida e contamos aderir este ano à Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos e ingressar na Comissão que regula o aproveitamento do *krill* e outras espécies na região. Temos posição geográfica favorável para começarmos a participar da exploração econômica do *krill*.

Há vários anos, países, como os Estados Unidos, Japão, França, Noruega, República Federal Alemã e outros vêm fa-

zendo levantamentos geofísicos intensivos na margem continental antártica. Afirmções enfáticas de órgãos técnicos norte-americanos sobre a existência de reservas de trilhões de barris de petróleo têm sido cuidadosamente atenuadas e até desmentidas. Os estudos, no entanto, prosseguem, e deu-se início, há pouco mais de três anos, à negociação de um regime para a exploração e aproveitamento de recursos minerais antárticos, considerada como tarefa urgente. O Brasil tem participado nas negociações com o objetivo de preservar e, mais ainda, abrir caminho para futuras atividades nossas na Antártida. Mas é necessário que o espaço que possamos abrir para nós nas negociações seja logo preenchido por investimentos de pesquisa geofísica ainda ausentes do Proantar por falta de recursos. Como boa parte dos países à volta da mesa detém conhecimentos sobre a existência, dimensões e localização de tais recursos, nossa posição negociadora fica dificultada. É como participar de um carteador sem conhecer as cartas que estão na mesa.

São esses, pois, dois objetivos prementes de nossas atividades no espaço marinho que co-administramos na Antártida: intensificar a pesquisa biológica e encetar a pesca experimental é, por outro lado, iniciar um grande programa de geofísica nas áreas que se abrem para nossa costa.

Áreas marinhas de interesse nacional

Vimos que o espaço marinho brasileiro abrange não somente a faixa vizinha ao litoral, propriamente de jurisdição nacional, mas também, em sentido amplo, o mar antártico de que somos co-responsáveis e os fundos marinhos além das jurisdições nacionais, de que somos co-proprietários. É preciso atentar que o Patrimônio Comum da Humanidade se limita aos fundos marinhos e a seus recursos e não abrange a coluna de água, que corresponde ao alto-mar, onde vige a tradicional liberdade de acesso e uso. Não há, portanto, ali, nenhum tipo de jurisdição. Ainda assim, há que distinguir áreas de interesse nacional.

Uma simples mirada no mapa nos mostra que a região de interesse primordial para o Brasil é o Atlântico Sul. Ele abre-se para a Antártida com as vitais passagens, a leste para o Índico e a oeste para o Pacífico, e estreita-se na comunicação com o Atlântico Norte. Recife está mais perto da África do que da extremidade ocidental de nossa fronteira. A visão do Atlântico Sul deve ser de ordem estratégica e sua discussão extravasa o âmbito desta descrição. Digase, apenas, que ela requer presença brasileira, esforço para o conhecimento dos processos oceânicos e de suas relações com a atmosfera, possível expansão da pesca nacional para

o Atlântico Sudoeste. É zona que deve ser mantida fora das rivalidades entre as superpotências. O Atlântico Sul não é um *mare nostrum*, mas nossa presença deve ser marcante. Isto será feito mediante o fortalecimento de nossa Marinha de Guerra e a intensificação do intercâmbio e o tráfego mercante com a África Ocidental.

Também o Atlântico, ao largo de nosso litoral norte, constitui área de especial interesse para nós.

O quadro político-institucional

Tudo indica que o próximo Programa Nacional de Desenvolvimento, de modo auspicioso, contemplará os recursos do mar como um dos setores prioritários. Conseqüentemente, é de se prever que, nos próximos anos, se disporá de maiores recursos para valorizar o espaço brasileiro. Isto nos leva a algumas considerações de natureza institucional.

Na estrutura do Estado, quem se ocupa, quem é responsável pelo desenvolvimento e integração econômica de um terço do território nacional? Talvez uma resposta automática, sem maior reflexão, atribua essa responsabilidade à Marinha. Claramente não deve ser assim e interessa à própria Marinha desfazer esse tipo de equívoco latente. À Marinha compete a defesa do espaço marinho nacional e assegurar nossa pre-

sença nos espaços de nosso maior interesse. A idéia de que a Marinha deva fomentar prioritariamente ou exclusivamente o desenvolvimento do espaço marinho deve ser resistida a começar pela própria Marinha, que se veria desviada de seus cometimentos vitais para a segurança do Estado. Na realidade, ninguém no Brasil é responsável pela economia do espaço marinho. Há, é bem verdade, alguns órgãos que se ocupam de aspectos distintos da economia marinha, mas vários outros usos do mar sempre estiveram administrativamente órfãos e o espaço marinho como um todo não é considerado, pois, como vimos, não há consciência clara de que ele pertença efetivamente ao Brasil.

Alguns países como Chile, França e Portugal elevaram a administração marinha ao nível de ministério.

No Brasil, desde os anos 50, utilizou-se a figura da superintendência para diminuir o subdesenvolvimento relativo de certas regiões e para integrar outras à economia nacional, como Sudene, Sudam e outras. Dir-se-á que o mar não carece de estrutura administrativa porque ninguém lá mora. Ora, a Sudam não foi criada porque a Amazônia contivesse densa população, muito pelo contrário. Para que uma prioridade dos recursos do mar seja real, para que os desafios apontados acima sejam enfrentados, terá de haver alguma adaptação administrativa. Não

se propõe aqui qualquer solução específica, pois ela deverá vir com o tempo, como decorrência da decisão política de apropriar o espaço marinho. Não quer dizer que estejamos na estaca zero; muito já tem sido feito e, no fundo, o objetivo deste artigo é dar um panorama sobre o problema, introduzir alguns conceitos e contribuir para que se passe a uma concepção mais orgânica do espaço marinho brasileiro e das políticas a ele atinentes.

O papel central na formulação, coordenação e execução das ações governamentais sobre recursos marinhos é desempenhado pela CIRM. Criada em 1974 e reformada em 1979, quando passou a contar com uma secretaria permanente, a CIRM vem acumulando encargos imensos, pois, afora alguns órgãos especializados, ela constitui o único foro onde se pensa o espaço marinho como um todo. O instrumento principal, elaborado há poucos anos, é a Política Setorial para os Recursos do Mar, sobre cuja base se executa o Programa Setorial de Recursos do Mar (PSRM). Pela primeira vez, há uma relação de projetos, executados por entidades públicas e instituições universitárias, que configuram, um pouco ao sabor das aptidões existentes e sob asfixiantes restrições orçamentárias, se não as prioridades, pelo menos as possibilidades nacionais imediatas. O orçamento do PSRM, no entanto, desmente que haja uma

política decidida de integrar o espaço marinho à economia nacional e, muito menos, de enfrentar os reptos tecnológicos que nos alçariam a um restrito grupo de países.

Além do PSRM, a CIRM executa o Programa Antártico Brasileiro (Proantar), empreitada heróica que, com recursos modestíssimos, tem possibilitado a inclusão do Brasil no grupo de países que toma decisões sobre a Antártida. Contudo, a consecução real dos objetivos da política antártica traçada pela Comissão Nacional de Assuntos Antárticos (Conantar) demandará esforços e recursos muito maiores que os atuais. À CIRM, provavelmente, caberá, ainda, a execução de um programa de gerenciamento costeiro, que decorrerá da lei ainda em projeto. Em todos esses campos, a CIRM tem sido um refúgio de apoio para a desamparada comunidade científica marinha brasileira, base de tudo o que se tem feito e se poderá empreender.

Apesar de seu formato colegiado e de sua função coordenadora, a CIRM torna-se mais e mais um órgão executivo, preenchendo a lacuna da falta de um órgão administrador do espaço marinho. Até que naturalmente se chegue a essa conclusão, todo o apoio deve ser dado à CIRM.

Coordenada pelo ministro da Marinha, a CIRM não é um órgão naval. Sua secretaria, no entanto, pertence à Marinha,

embora boa parte de seus quadros seja civil. Deve-se prestar homenagem à Marinha, que tem aceitado os encargos administrativos do PSRM e do Proantar, alheios à sua missão específica.

No recente debate nacional promovido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia houve referência à questão do mar, mas ela foi marginal no contexto do debate, refletindo a marginalidade do espaço marinho brasileiro. Postos no conjunto da discussão sobre desenvolvimento científico e tecnológico, os problemas do mar são, naturalmente, quase ignorados. A comunidade científica marinha é diminuta e tem dificuldade para privilegiar sua área em meio a todas as demais questões. Ademais, os assuntos do mar são pouco conhecidos e necessitam uma atenção com maior profundidade. Seria útil que se organizasse um encontro nacional sobre o mar com participação de órgãos administrativos e entidades de pesquisa dos governos federal e estaduais, de instituições universitárias, do Congresso Nacional e da iniciativa privada. O esquecido espaço marinho precisa de um pouco de agitação e propaganda.

MAR – UM FATOR DE PODER

Em país das dimensões do Brasil, os recursos naturais são uma das bases do poder nacional. Em primeiro lugar, é claro,

os recursos naturais – a terra arável, as extensões florestais, a rede hídrica, o mar – são olhados pelos bens que produzem. Mas eles também são olhados em si mesmos, independentemente do aspecto utilitário. Como nos diz o Hino Nacional, orgulhamo-nos de nossos recursos naturais. Tê-los, simplesmente, nos confere uma idéia de solidez nacional, nos garante o futuro. Nesse sentido difuso da percepção dos recursos naturais, o primeiro cuidado é defendê-los. Antes mesmo que fossem delineados planos objetivos para o desenvolvimento da Amazônia, preexistia a noção de preservação da região, de mantê-la nacional, de recusar veleidades de intromissão externa.

Um estágio mais avançado da compreensão dos recursos naturais é instrumentalizá-los positivamente para a projeção do poder nacional. Não se trata aí de comercializar seus produtos, de auferir ganhos. Isso é parte da compreensão dos recursos naturais sob a óptica dos bens. A idéia é tomar os recursos naturais, as dimensões totais que eles ocupam, sua própria existência como um fator de poder. Nesse sentido, o Brasil, independentemente do PIB ou da balança comercial, atuaria no cenário internacional como detentor de espaços de imensa riqueza e de grande potencial.

Essa concepção, aqui apenas sugerida, mereceria debate e especulação. Poder-se-ia de-

envolver uma nova conceituação, que seria uma política externa dos recursos naturais. Pode ser que ela já exista em termos difusos e valeria a pena elaborá-la em termos mais orgânicos.

A consciência do espaço marinho brasileiro seria um dos fundamentos desse novo pensamento.

BIBLIOGRAFIA

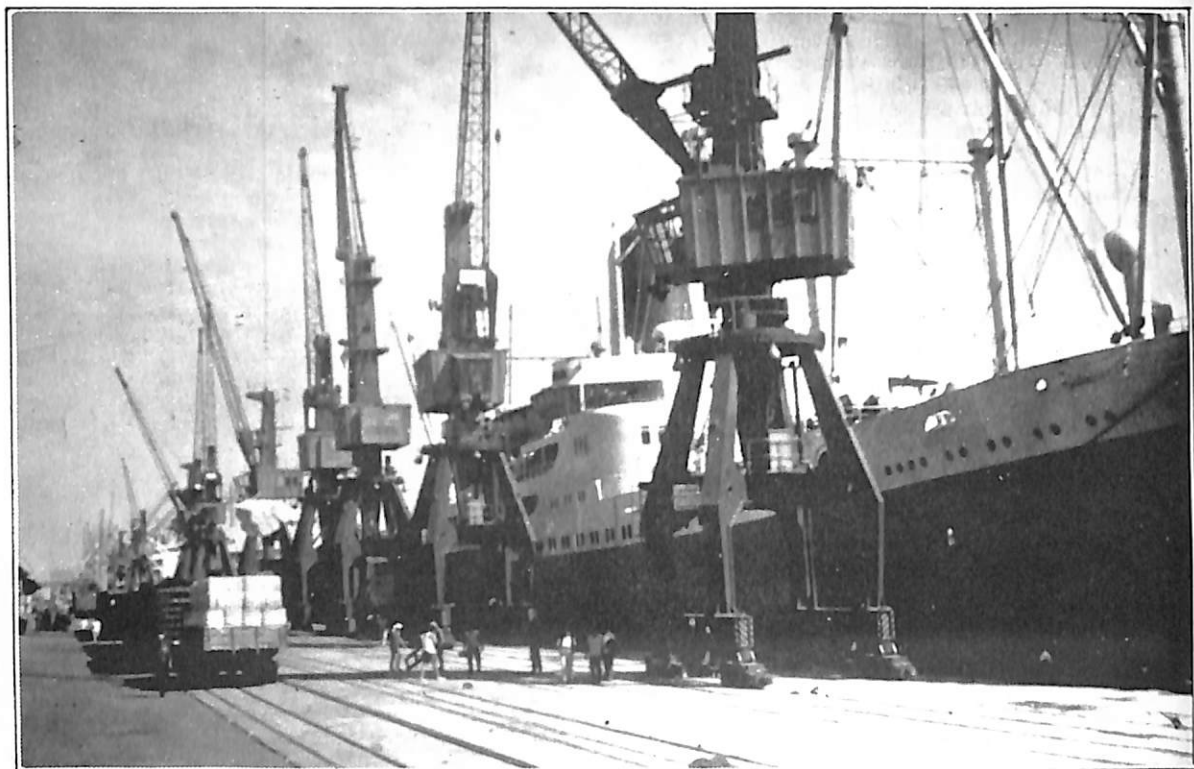
1. BAKKER. Múcio Piragibe Ribeiro de. Direito do mar: a humanidade conquista um patrimônio comum. *Rev. Bras. Tecnol.* V. 15 (6) nov./dez., 1984.
2. CAMINHA, João Carlos Gonçalves. Nossa marinha. Pobre marinha! *Jornal da Tarde* - 03/11/84.
3. COI. *The Tropical Ocean & Global Atmosphere Programme*. 1985.
4. COI. *Ocean Science for the Year 2000*. 1984.
5. COI. *IOC Programme Group on Ocean Processes and Climate*. First Session, 1985.
6. COI. *Bruun Memorial Lectures*. 1982.
7. COI. *XIII Meeting of the Assembly* - report. 1985.
8. FAO. Committee on Fisheries. *Review of the state of world fishery resources*. 1985 (COFI/85/mt.4).
9. GATT. *Problems of trade in fish and fisheries products* (MDF/W/55). 1985.
10. LARGE, Arlen J. Ultradeep drilling. *Wall Street Journal*. 6/8/1985.
11. LEGGETT, Jeremy. Deep-ocean drilling: Britain flounders. *New Scientist*. 25/09/1985.
12. GUIMARÃES, L.F.M.S. Os interesses marítimos do Brasil. 1984 (não publicado).
13. _____. Fundos marinhos: princípio e prática. 1982 (não publicado).
14. MADDOX, John. Observational plate tectonics. *Nature*, vol. 315. 27.06.1985.
15. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Grupo de Trabalho sobre Minérios Marinhos. *Relatório Final*. 1980.
16. MOURA, A.D. et alii. *Plano Brasileiro (Preliminar) para Participação no Experimento TOCA do Programa Mundial do Clima*. INPE. 1985.
17. ODP. JOIDES Journal. *Guide to the Ocean Drilling Program*. Vol. XI Special Issue 4. September 1985.
18. NAÇÕES UNIDAS. The law of the sea. United Nations Convention on the Law of the Sea. 1983.
19. SAMUELSON, Maurice. Sea-bed survey technology. *Financial Times*. 24/10/1985.
20. SANTOS, Milton. A geografia e a nova dimensão do planeta. *Rev. Bras. Tecnol.* vol. 15 nº 5 - set./out. 1984.
21. SULLIVAN, Walter. Deep Drilling May Answer Some Mysteries About Continents. *International Herald Tribune*. 04/04/1985.
22. WOLFRUM, Rüdiger (ed.) *Antarctic Challenge*. Duncker & Humblot Berlin. 1984.
23. WRIGHT, Pearce. Echo device to map the seabed - *Times*, 25/10/1985.

LUIZ FELIPE DE MACEDO SOARES GUIMARÃES - Cursos de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Sociologia Política, "Ecole de Hautes Études en Sciences Sociales". Assistente do Chefe da Divisão da América Central e do Chefe da Divisão da OEA. Auxiliar do Chefe da Divisão da América Meridional e do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Americanos. Subchefe da Divisão das Nações Unidas. Foi Segundo Secretário da UNESCO. Encarregado de Negócios em Sofia e Copenhague. Primeiro Secretário em Montevideu e Copenhague. Na década de 1980, participou da III Conferência das Nações Unidas sobre Direitos do Mar, do I Seminário sobre Assuntos Antárticos, das Comissões Interministeriais para Recursos do Mar -

PROANTAR. Recebeu a Ordem do Mérito Naval, Ordem do Mérito Tamandaré, "Ordem de Mayo" – Argentina, "Ordem al Mérito" – Chile e "Ordem do Dannebrog" – Dinamarca. Foi Chefe da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço e Ministro Conselheiro na Delegação do Brasil junto à UNESCO. Em dezembro de 1986 recebeu o título de Ministro por merecimento.

PORTOBRÁS

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES



**EXPORTANDO OU IMPORTANDO,
O PORTO É A VANGUARDA DO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**



POR QUE O EXÉRCITO CONSTRÓI?

Jorge Luiz Abreu do Ó de Almeida

A Indagação, título do presente artigo, periodicamente é posta à baila, nos debates que se fazem em torno da intromissão do Estado em atividades da competência da iniciativa privada ou do possível desvio do Exército de sua atividade-fim.

O autor apresenta um histórico das ações da Engenharia do Exército no campo das construções e responde a essa e a outras perguntas que costumam ser feitas em torno do tema, ressaltando a valiosa cooperação que a Engenharia Militar tem dado ao desenvolvimento nacional.

O que é que o Exército tem a ver com obras públicas?

Esta e muitas outras perguntas têm sido formuladas sobre a Engenharia Militar. Sem pretensão a respondê-las, é possível acrescentar-se algo, naquilo que alguns já disseram antes e ao que muitos já sabem.

A atividade de Engenharia no Exército não é nova. O marco inicial da formação de engenheiros militares no Brasil foi uma ordem enviada de Portugal, em 18 de setembro de 1774, apresentando ao Vice-Rei em exercício, Marquês do Lavradio, o Tenente-Coronel Antônio Joaquim de Oliveira, incumbido de

ensinar "Arquitetura Militar na Aula do Regimento de Artilharia". A finalidade era criar oficiais com aptidão para o "exercício de engenheiros", em falta na Capital, e necessários às obras de fortificação; tudo isto, como assinala uma exposição feita posteriormente pelo Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos à Rainha D. Maria I, de Portugal.

A Academia Real Militar, criada por D. João VI com a Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810, instalou-se no Rio de Janeiro e constituiu-se no primeiro núcleo formador de engenheiros no Brasil; estimava-se graduar especialistas em "minas, canais, pontes, fortificações e calçadas", e funcionou

ininterruptamente até 1918, final da I Guerra Mundial. Em 31 de dezembro de 1928, foi criada a Escola de Engenharia Militar, que começou a funcionar três anos depois, transformando-se na Escola Técnica do Exército, em 1933, e mais tarde, no Instituto Militar de Engenharia (IME), em 1959.

Estes foram os órgãos formadores dos Engenheiros Militares; mas, o que faziam depois de formados?

A partir de 1774, atendendo à ordem enviada de Portugal, oficiais lusos e brasileiros, com "exercício de engenheiros", eram enviados para o sertão, rumo oeste, noroeste ou sul, a fim de "explorar, descobrir ou desbravar novos territórios, os rios, as serras, e identificar riquezas minerais". Traziam dessas expedições dados precisos de ordem geográfica, topográfica e descritiva, que serviram de base à organização das Cartas Geográficas e Topográficas do Brasil. Mais tarde, com conhecimentos de Matemática e Astronomia Teórica e Prática, puderam determinar, com precisão, a extensão percorrida, a forma e a grandeza dos rios, os relevos e acidentes geográficos, a latitude e a longitude, além dos desvios da agulha magnética.

Nas comissões instituídas pelos Tratados de Limites, particularmente no sul do País, os oficiais com exercício de engenheiros prestaram grandes ser-

viços na demarcação do nosso território, a partir de 1777.

Como se organizaram?

No início, não se distinguia o artilheiro do "oficial com exercício de engenheiro". Em 1812, foi criado o Batalhão de Artífices Engenheiros, reunindo artífices, mineiros, pontoneiros e sapadores, sob o comando de oficiais com exercício de engenheiros. Já em 1842, o Corpo de Engenheiros, instruído na Academia Real Militar, abrangia 150 oficiais, com patentes de 2º tenente a coronel, formados como engenheiros, engenheiros-geógrafos e topógrafos. Em 1908, era a Engenharia reconhecida como Arma Combatente do Exército.

Quais eram as suas especialidades?

Com a fundação da Escola de Engenharia Militar, iniciou-se a formação de engenheiros de construção, ao lado de engenheiros eletrotécnicos e químicos; em 1933, a Escola Técnica do Exército passou a formar oficiais engenheiros em Construções, Eletricidade, Transmissões, Armamento, Metalurgia, Química e Aeronáutica, além de Geógrafos, antes formados pelo Instituto Geográfico Militar.

Quais foram suas primeiras construções?

Foi no Brasil Império que os Engenheiros Militares iniciaram

suas primeiras atividades de construção. Ante a absoluta inexistência de comunicações terrestres com áreas sensíveis do nosso território, foram encarregados dos estudos e da construção da primeira ligação terrestre permanente – uma estrada carroçável – entre Paranaguá e Curitiba, galgando a Serra da Graciosa; realizaram, também, os primeiros estudos para as ligações Paraná–Mato Grosso e Curitiba–Salto das Sete Quedas. Em 1923, ainda sem forma de Unidades Especializadas, os Engenheiros Militares receberam o encargo de construir uma estrada, ligando a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – construída por ingleses – com a fronteira do Paraguai.

E quando começaram a construir ferrovias?

As atividades no setor ferroviário são anteriores; antes da utilização do veículo motorizado, o trem era o único meio de transportes, em caráter permanente. Para atender a essa finalidade, foi criado, a 24 de abril de 1889, o 1º Batalhão Ferroviário, na cidade de Cachoeira do Sul (RS), oriundo de uma Ala do Batalhão de Engenheiros; construiu inúmeros trechos ferroviários na região, enriquecendo a malha de transporte regional. A partir de 1938, instalou-se em Rio Negro (PR), o 2º Batalhão Ferroviário, com a missão de construir a Estrada de Ferro Rio

Negro–Caxias (RS), trecho originário do atual Tronco Sul.

E, agora, o que estão construindo?

O Ministério do Exército mantém Convênio com diversos órgãos federais, estaduais e municipais, o que lhe assegura a execução de obras e serviços que fazem parte da programação daqueles Órgãos e que, para o Ministério do Exército, são denominadas de Obras de Cooperação. Abrangem os setores de construção e conservação de rodovias e ferrovias, de comunicações, saneamento e habitação; obras contra a seca e de irrigação; coopera, também, com a implantação dos projetos de colonização e de reforma agrária e outras obras e serviços de engenharia em geral.

Quem executa estas obras?

Estas obras são executadas, atualmente, por nove Batalhões de Engenharia de Construção (BECnst), divididos entre o Nordeste e a Amazônia, destinados a implantação e pavimentação de numerosos trechos rodoviários, além de outras missões; para as ligações ferroviárias, dispõe o Exército de dois Batalhões Ferroviários, com larga experiência e muitos equipamentos especializados.

Os trabalhos topográficos e cartográficos, bem como o mapeamento de considerável parte

A Engenharia Mil de Construção

PRESENTE NA AMAZÔNIA E NO NORDESTE



Figura 1.

do nosso território, foram realizados por cinco Batalhões de Levantamento e pelo Centro de Operações Cartográficas.

Como compatibilizam as tarefas de construção com as suas missões de soldados?

As Unidades de Engenharia de Construção – os BECnst e os BFv – como todas as Unidades do Exército, incorporam e instruem os contingentes de recrutas,

formando o soldado e os graduados da reserva do Exército e adestrando os seus quadros de oficiais e graduados profissionais, permanentes na Força.

Paralelamente, através da instrução e por força de seu trabalho, dá ao seu contingente incorporado uma formação profissionalizante que será utilizada ao término do Serviço Militar, no retorno à sua vida civil.

Em suas atividades, os BECnst e BFv mantêm escolas,

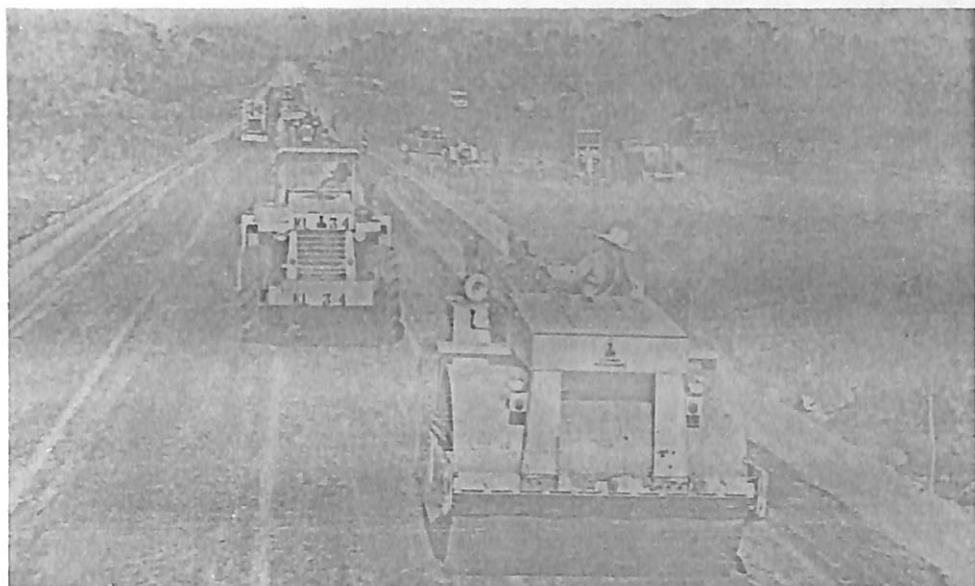


Figura 2. O soldado recebe treinamento para operar em compactador autopropulsado vibratório DYNAPAC modelo CA 35.

prestam assistência médica e odontológica; assistem, amparam e orientam a população mais carente, tão comum em nosso interior, e onde, normalmente, atuam pela natureza de suas construções, auxiliando a colonização e a fixação do homem, levando a Bandeira Nacional às regiões mais longínquas do País e mantendo a confiança nas Instituições e no Exército Brasileiro.

E serão bons, os soldados formados nestes Batalhões?

Sim; sem qualquer dúvida, são bons estes soldados e se transformam em excelente reserva da Arma de Engenharia, pois foram bem adestrados.

Atendem, perfeitamente, os padrões exigidos no Exército Brasileiro e cumprem, com dedicação ímpar, suas tarefas de instrução militar, como, também, as de construção de obras de cooperação. E quando submetidos a testes ou campeonatos, nunca fizeram vergonha: muito pelo contrário, durante largo período, era reconhecido como o melhor "Pelopes" do CMP, o do 2º BFv, de Araguari; na prova de "Combatentes de Selva", por exemplo, durante cinco anos sucessivos, o 2º Gpt ECnst sagrou-se vencedor, superando Unidades Especiais de Infantaria de Selva.

Poder-se-ia afirmar, com algum orgulho que, se o Exército Brasileiro entrar hoje em opera-

ções de guerra, já teria a Arma de Engenharia bem adestrada nas missões de apoio ao combate, ofensivo ou defensivo (missões táticas e logísticas pertinentes à Arma de Engenharia).

Mas, os soldados de Engenharia, que trabalham em obras de cooperação, não se afastam de suas missões de soldados?

Não, necessariamente. É o que afirma a História Militar, através daqueles que realmente puderam tomar parte em operações de guerra. Durante a Campanha da Itália, a Engenharia foi representada na Força Expedicionária Brasileira pelo seu 9º Batalhão de Engenharia, "a quem coube a honra de ter sido a primeira tropa brasileira a ser engajada em combate contra o inimigo nazista". Sobre o 9º BE, assim se exprimiu o Cmt da FEB:

Participou, sem conhecer canseiras e mostrando sempre o alto padrão de sua eficiência, de todas as operações de guerra, afetas à tropa brasileira, seja integrando o Destacamento FEB, ao Norte de Pisa e no vale do Serchio, seja atuando no âmbito divisionário, desde os contrafortes da área de Porreta até o Vale do Pó.

.....
Os engenheiros do 9º BE aumentaram o poder com-

bativo da nossa Infantaria, sobressaindo-se principalmente nos sacrifícios e nas glórias de Monte Castelo, Castelnuovo e Montese, vitórias conquistadas também com o tributo do sangue dos soldados da Engenharia, nas aberturas de brechas em campos minados e em sua integração com o escalão de ataque.

E, segundo o testemunho de alto Chefe Militar, no 9º BE durante a campanha da Itália, os engenheiros originários dos Batalhões que trabalhavam em missões de cooperação demonstraram, inicialmente, maior versatilidade sobre os demais, em termos de experiência técnica e preparação profissional, emprego de equipamento, influência do terreno. . .

Mas isto foi um acontecimento isolado, sem outras conotações e sem outras experiências para confirmá-lo?

Não, decididamente; não foi um acontecimento isolado. Na Guerra da Tríplice Aliança, todos reconheceram o valor do soldado de Engenharia, no combate da Ilha de Redenção: ali, o Tenente-Coronel João Carlos de Vilagran Cabrita, Comandante do Primeiro Batalhão de Engenharia veio a falecer, em consequência dos ferimentos recebidos por um dos tiros dos ca-

nhões do Forte de Itapiru, justamente quando redigia a "parte diária", dando conta dos feitos daquele dia. E foi partindo desta Ilha de Redenção, conquistada e mantida pelos soldados de Engenharia, que a coluna brasileira realizou o assalto vitorioso e pisou no solo paraguaio. Sobre este fato, leia-se o que ficou marcado na História Militar Brasileira:

No combate da Ilha de Redenção e no sacrifício de Vilagran Cabrita, aquele Primeiro Batalhão de Engenharia, criado em 1855, e descendente direto do lusitano Real Corpo de Engenheiros, deixava de ser, apenas, um grupo de técnicos e doutores, de muita ciência e pouca vivência militar, para afirmar-se como o admirável pugilo de bravos combatentes, de participação efetiva, em todos os eventos subseqüentes da Guerra da Tríplice Aliança em Tuiuti, em Tuiu-Cuê, em Humaitá, na realização da extraordinária manobra de Caxias em Angostura e Piquiciri, na Dezembroada e nos lances finais da Campanha da Cordilheira.

Com efeito, "Vilagran Cabrita realizou a síntese perfeita da técnica e da tática, somando ao arrojo do guerreiro a capacitação do especialista. É, realmente, o paradigma desta Arma, que

nasceu com a predestinação do sacrifício e da renúncia".

E estas construções, ainda são válidas nos dias de hoje?

Sim; como já vimos, as Obras de Cooperação são o instrumento de que se vale o Exército para manter ativa a sua Engenharia de Construção, formando a reserva e adestrando os seus Quadros, colaborando com os órgãos do País para o cumprimento dos seus programas de obras e para assegurar os parâmetros de seus custos, quando estas são confiadas às empresas privadas.

Isto só acontece em países subdesenvolvidos...

Não; nos Estados Unidos, por exemplo, o "Corps of Engineers", buscando seu adestramento, já realizou grandes obras como a seguir se verá:

- 350 grandes barragens;
- 14.500km de diques;
- 36.000km de canalizações de cursos de água, seja para navegação fluvial, seja para produção de energia;
- obras de canalização dos principais portos americanos, a saber: Nova York, Filadélfia, Nova Orleans...;
- construção dos principais edifícios públicos no Distrito de Columbia (Washington), inclusive o Capitólio;

- inúmeros hospitais e centros de assistência social;
- Centro Espacial John F. Kennedy, em Cabo Canaveral, inclusive o edifício de montagem vertical de engenhos, considerado o maior do mundo;
- construção e instalação do Campo de Provas do Mississippi, do Centro de Astronaves Pilotadas, em Houston, e do Centro de Vôos Espaciais, em Huntsville, Alabama;
- e, a partir de 1970, assumiu a responsabilidade da execução de todo o programa de construção para o Serviço Postal, desde pequenas agências até os grandes Centros de Recebimento e Distribuição de Correspondência.

Então, por que há perspectiva de sua desativação?

Isto é mais difícil responder. Pode-se afirmar que há bem pouco tempo, quando era analisada uma proposta para sua redução, um esclarecido Chefe Militar votou contra, declarando que "não havia vantagens para o Brasil em desmontar o cordão saneador formado pelos Batalhões de Engenharia ao longo da fronteira Amazônica". Depois, afirmou, a mesma autoridade, que "se tivéssemos deslocado um BECnst para a região de Xambioá, teríamos acabado com aquele foco de guerrilha

com menos suor, menos sangue e menos lágrimas".

E há vantagens práticas para o Exército?

Sim; pois adentra a sua Engenharia sem despesas. Quanto custa um tiro de obus 105mm? E do obus 155mm? E quantos tiros são necessários para adentrar uma guarnição de obuseiro? Quanto se gasta para formar uma guarnição de um carro-de-combate? E para adestrar a Aviação do Exército?

E para a comunidade nacional, há vantagens?

As construções realizadas pela Engenharia Militar apresentam um elevado padrão técnico, além do custo bem menor e do atendimento do prazo estabelecido. Vejamos as justificativas:

Menor custo – todos sabem que os militares que servem nestas Unidades continuam pagos pelo Min Ex; mas, mesmo que essa parcela venha a ser somada ao gasto total, é normal que o custo seja cerca de 20% mais baixo que o das empreiteiras menos gananciosas; se pegarmos uma construtora civil, que atenda rigorosamente a todas as normas de controle técnico, aos requintes da compactação por camadas, que não reduza o nível de cimento em seu concreto nem troque os ferros previstos para suas obras, mesmo assim, nosso preço é

usualmente bem menor, havendo ocasiões de diferenças marcantes. E por isto, é possível servir-se como referencial e limitador de preços para outras licitações, o que desagrada a muitos empreiteiros.

Qualidade técnica – nada fica a desejar, se comparada com a de empresas particulares do ramo. Há casos de uma sensível inversão a favor da Engenharia Militar, onde a busca do aperfeiçoamento é uma constante, e em algumas ocasiões, com o uso de tecnologia avançada e pesquisa aplicada, buscando a maximização da eficiência. Para exemplificar, o 2º Batalhão Ferroviário desenvolveu um equipamento especial para mecanizar o avançamento de linhas férreas, usando trilhos soldados. O 9º BECnst foi o pioneiro em selar o pavimento de um campo de pouso com “Fog Seal” que, também, usou na pavimentação de trecho rodoviário, ambos com bons resultados.

Prazos – realizada por militares habituados ao cumprimento de missões e de prazos, essas obras são executadas em obediência ao cronograma físico acertado, custe o sacrifício que custar.

Como são pagas as despesas dessas obras? Fazem prestação de contas? A que órgãos?

As obras de construção e de conservação rododotferroviária são

executadas por delegação do DNER e da RFFSA ao Ministério do Exército, através de Convênios e de Termos Aditivos para cada trecho.

Estes termos ajustam o desenvolvimento físico dos trabalhos, bem como o cronograma de desembolso dos recursos correspondentes, que podem preceder a execução ou ser decorrente da medição física das obras e serviços.

Sempre haverá uma Prestação de Contas Analítica dos recursos, que é feita diretamente ao DNER e à RFFSA ou, no caso da medição física citada, através dos órgãos do Sistema de Acompanhamento Financeiro e de Auditoria do Ministério do Exército, que após realizar a Tomada de Contas de cada recurso, expede o Relatório e o Certificado de Auditoria ao DNER, à RFFSA e submetem este controle ao TCU.

E as obras delegadas por outros órgãos?

Para a execução de obras que não pertençam à programação do Ministério dos Transportes, mas que sejam de interesse desses órgãos, por estarem incluídas em seus programas, são lavrados Convênios específicos com cada órgão – federais ou vinculados à área federal. Assim, ocorreu com a instalação das estações de tropodifusão na Amazônia (EMBRATEL), construção de linhas telegráficas

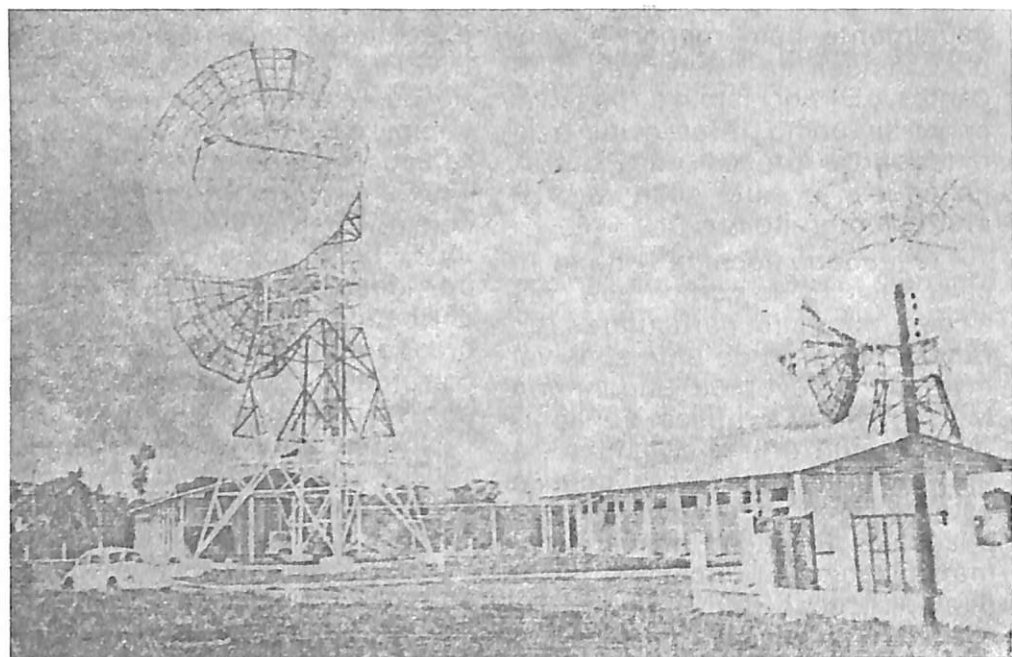


Figura 3. Estação repetidora construída para o tronco de microondas da Amazônia.

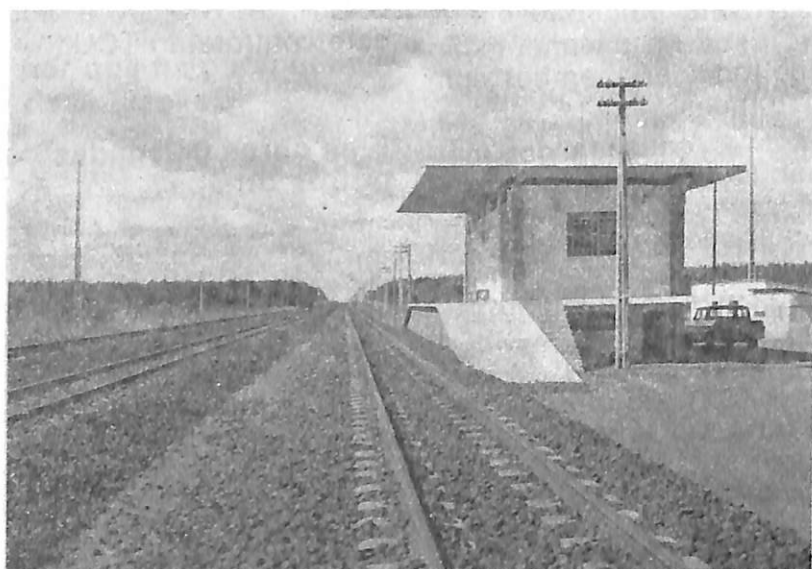


Figura 4. EF-045, trecho Araguari—Celso Bueno, obra do 2º BFv.

(EBCT), saneamento de cidades (MInter), obras aeroportuárias (MAer, através da Infraero), agrovilas e colonização (INCRA), obras hídricas (SUDENE), habitações individuais (IPASE), centros médicos e urbanização do Distrito Industrial (SUFRAMA), estradas, pontes e outras obras públicas (diversos Governos estaduais e de territórios).

Também, nesses casos, os recursos previstos nos Convênios são repassados aos BECnst e BFv precedendo a execução ou decorrente da medição física das obras e serviços.

A Prestação de Contas analítica dos recursos, também co-

mo na citação precedente, é feita diretamente ao órgão conveniente ou, quando o desembolso for a contrapartida da medição, será feita através dos órgãos do Sistema de Acompanhamento Financeiro e de Auditoria do Ministério do Exército, que recebem e analisam a Prestação de Contas, preparam a Tomada de Contas, expedem o Relatório e o Certificado de Auditoria ao órgão conveniente e submetem tais controles ao TCU.

Quais são os benefícios dessa sistemática?

Colaborando com a execução do Plano Nacional de Via-



Figura 5. Rodovia BR-174, Manaus/marco BV8, na fronteira com a Venezuela.

ção e cooperando em outras áreas da ação governamental — o que eleva significativamente o nome do Exército — ao mesmo tempo em que se adentra sem maiores gastos, com o emprego de algumas de suas Unidades nessas missões, a Engenharia Militar participa ativamente na consecução dos Objetivos Nacionais e da Estratégia de Desenvolvimento do País.

Mas, nesses Batalhões, quem realmente trabalha nos Canteiros de Obras são os civis. . .

Não é verdade. Quem afirma isto, provavelmente, nunca terá saído do conforto do seu gabi-

nete para visitar algo mais que a sede de um destes Batalhões. É certo que os Batalhões possuem um efetivo de civis, por vezes até numeroso, sempre adequado às missões e aos prazos impostos aos seus trabalhos. Esse pessoal reúne desde a mão-de-obra não especializada até pessoal de nível médio e superior, que dá aos Batalhões não apenas a potencialidade adequada mas permite superar dificuldades decorrentes da flutuação do efetivo militar, pelas transferências dos profissionais permanentes e pelo licenciamento dos contingentes ao término do serviço militar.

Deve ser ressaltado que o pessoal civil trabalha integrado



Figura 6. Alguns civis, operadores de equipamentos e mestres de campos, supõem o efetivo militar e superam as dificuldades decorrentes da transferência dos profissionais permanentes.



Figura 7. Civis e militares, juntos, ajustam uma camada de concreto betuminoso usinado a quente, em alguma rodovia.

com o pessoal militar e os servidores categorizados contribuem com elevada parcela para a formação profissional dos artífices e especialistas militares, que incorporam como recrutas sem uma desejada e necessária habilitação profissional.

A responsabilidade pela condução do trabalho, pela administração dos recursos humanos e materiais é atribuição dos oficiais e graduados, militares do efetivo dos Batalhões.

E estes Batalhões fazem as obras diretamente ou apenas administram empreitadas?

Em princípio, as obras coordenadas pela DOC devem ser

realizadas pelas Unidades encarregadas, isto é, por execução e administração diretas. Isso é indispensável à formação e ao adestramento dos contingentes e dos quadros, não sendo, entretanto, uma razão de impedimento de executar tarefas, parte das obras e serviços, mediante o regime de administração indireta, desde que o prazo disponível assim exija, fazendo parte do planejamento do trabalho. Por outro lado, essa administração indireta também é utilizada como parte do treinamento e da habilitação desejados para os quadros permanentes, capacitando-os à administração dos trabalhos, à análise, à assimilação de técnicas e de processos construtivos.

Outra hipótese em que é adotada a empreitada com firmas particulares, diz respeito a serviços atípicos e de alto risco ou elevada especialização, como ocorreu na ponte da Rodovia 163/364 sobre o córrego Serragem; ali, apesar das sondagens preliminares nada haver indicado, quando era cravado o 4º entre 10 tubulões, foi verificada a existência de uma fenda geológica, que atingia a 3 tubulões; para sanar este impasse foi necessária a utilização de "estacalito" e da "injeção de cimento", tecnologia de só algumas firmas especializadas dispõem e não seria viável a um Batalhão o domínio dessa técnica e a posse de equipamentos necessários, todos importados e muito dispendiosos. Neste caso, a empreitada se justifica, mas deve ser acertada, tendo o respaldo dos escalões superiores da Engenharia de Construção.

E como são escolhidas as missões de um BECnst?

Usualmente, as missões de cooperação são acordadas com o Departamento de Engenharia e Comunicações (DEC) e a Diretoria de Obras de Cooperação (DOC), que providenciam a lavratura do competente Convênio e Termos Aditivos específicos, sempre atendidos os interesses maiores do Exército. Há casos, entretanto, que as propostas vêm dos próprios Batalhões, através de contatos em suas

áreas; mas, serão sempre encaminhadas aos escalões superiores, para estabelecer a relação jurídica adequada.

E a DOC controla todas as obras?

Não; a DOC controla as obras rodoferroviárias e outras missões de construção, atribuídas aos BECnst e BFv. Estas obras são integralmente controladas e, freqüentemente, vistoriadas, além de sofrer auditoria contábil da DOC e dos Comandos dos Grupamentos de Engenharia de Construção, se for o caso.

Então existem obras que a DOC não controla?

Além das obras de cooperação acima mencionadas, a Engenharia Militar executou outras missões coordenadas pela Diretoria do Serviço Geográfico (DSG), tais como a delimitação de áreas indígenas, a locação do Distrito Federal e ainda, com grande eficiência e utilização de sofisticada técnica, a locação dos pilares e o nivelamento da ponte Rio-Niterói; executou, também, os levantamentos topográficos e editou cerca de 35% de todas as cartas do território nacional — missão essa que a Engenharia realiza em um Teatro de Operações.



Figura 8. A locação dos pilares e o nivelamento da Ponte Rio-Niterói foi um dos importantes trabalhos executados pelos cartógrafos do nosso Exército.

Que experiência acumularam?

Os Batalhões de Engenharia, que trabalham em obras de cooperação, acumularam a experiência decorrente das seguintes realizações, consideradas até 31 Dez 85:

- 11.157km de rodovia implantada;
- 4.565km de rodovia pavimentada;
- 3.246km de ferrovia construída integralmente;
- 45.297 metros de pontes e viadutos, em rodovias e ferrovias;
- 52.097 metros de túneis em ferrovias; e mais:
- 683 poços tubulares, 16 açudes, inclusive de grande porte, 13 campos de pouso, 18 quartéis e 4.929 casas.

Depois de apresentados estes números frios, é necessário destacar:

- importância de trechos ferroviários tais como Mafra-Roca Sales (transpondo a Serra Geral, com o maior túnel ferroviário na época de sua construção, com 2.832m), a Ferrovia da Soja e do Trigo, entre Passo Fundo e Roca Sales (onde foi construído, entre muitos outros, um viaduto de 140 metros de altura e 509 metros de extensão), a ligação Uberlândia-Araguari-Pires do Rio-Brasília, que permitiu o acesso ferroviário à Capital Federal e a ligação Fortaleza-Recife.

- entre as rodovias, destacam-se pelo pioneirismo e a determinação exigida, as ligações Cuiabá-Santarém, com 1.777km

e Manaus-Boa Vista-Marco BV8, que venceram a selva amazônica e a malária, além de suportar índios hostis.

E projetam também?

Uma parte ponderável das obras de cooperação já são acordadas partindo de um projeto realizado, acima do qual é estabelecida a sistemática financeira; entretanto, há acordos em que é incluída, numa primeira fase, a confecção do projeto final de engenharia, o qual, após aprovado, é, depois, executado pela Unidade encarregada. Cito como exemplo histórico desta capacidade, que o primeiro projeto final de engenharia de uma ferrovia no Brasil foi realizado no início da década de 70 pelo 2º Batalhão Ferroviário, para o trecho da EF 050, Araguaari-Pires do Rio.

Além de estradas, ferrovias, aeroportos, obras hídricas e cartas topográficas, que mais fizeram os Engenheiros Militares?

“Quando as linhas telegráficas levaram aos rincões mais longínquos do território pátrio, as vozes do progresso, fê-lo pelas mãos de um dos mais ilustres representantes da Engenharia Militar, o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, cujos feitos ultrapassaram as fronteiras do País.” Outro brasileiro que muito trabalhou

pelo transporte fluvial, Couto de Magalhães, era um Engenheiro Militar. Em algumas outras atividades, destacaram-se, também, integrantes desta Arma.

Então, devo considerar que a Engenharia Militar é necessária?

Sim; é indispensável nas operações de guerra. Um dos grandes “capitães de Guerra” que o mundo conheceu, assim se exprimiu, quando as cores da derrota se delinearam no seu horizonte:

*“Acredite que não dispo-
nho, aqui, de um oficial de
Engenharia! Não pode ima-
ginar meu desespero, quase
darei minha raiva, por não
dispor de um bom oficial de
Engenharia!” (Carta de Na-
poleão a Carnot, seu Minis-
tro da Guerra.)*

AÇÕES COMPLEMENTARES REALIZADAS PELA ENGENHARIA MILITAR NOS ESTADOS UNIDOS

- 350 grandes barragens;
- 14.500km de diques;
- 36.000km de canalização de cursos d’água visando ao controle de inundações, à navegação fluvial e à produção de energia elétrica;
- grandes obras de canaliza-

ções nos principais portos norte-americanos, como Nova York, Filadélfia, Nova Orleans etc.;

- construção dos principais edifícios públicos no Distrito de Columbia (Washington), inclusive o Capitólio e o Monumento a George Washington;
- construção de inúmeros hospitais e centros de assistência social;
- cinco aeródromos em Marrocos;
- construção para a NASA do Centro Espacial John F. Kennedy (Cabo Canaveral), inclusive do edifício de montagem vertical dos engenhos, considerado o maior do mundo;
- da instalação do campo de provas do Mississippi;
- do centro de aeronaves tripuladas, de Houston;
- do centro de vôos espaciais, de Huntsville, Alabama;
- de bases para o lançamento de mísseis balísticos intercontinentais (ICBM), em todo os EUA;
- a partir de 1970, assumiu a responsabilidade da execução de todo o programa de expansão nacional do serviço postal dos Estados Unidos, com a construção desde pequenas agências locais até os grandes centros de recebimento e distribuição de correspondência.

AÇÕES COMPLEMENTARES REALIZADAS PELA ENGENHARIA MILITAR BRASILEIRA

Iniciadas em 1777, com a ativa participação dos "oficiais com exercício de engenheiros" na demarcação do nosso território, as atividades realizadas pela Eng Mil. Brasileira já somavam, a 31 Dez 85, as seguintes marcas.

- 11.157km de rodovia implantada, incluindo trechos através da floresta amazônica;
- 4.565km de rodovia pavimentada, seja em concreto betuminoso usinado a quente, seja por tratamento asfáltico duplo ou triplo;
- 3.246km de ferrovia construída, onde se destaca a ligação com a Capital Federal;
- 45.297 metros de pontes de concreto e viadutos, em rodovias ou ferrovias, incluindo um com 509m de extensão por 140m de altura;
- 52.097 metros de túneis, para ferrovias, destacando-se um de 2.832m, que, na época, era o maior da América do Sul;
- 683 poços tubulares;
- 16 açudes, incluindo alguns de grande porte;
- 13 campos de pouso, inclusive pavimentados;
- 18 quartéis e 4.929 casas para diversos órgãos;

Fonte: *Military Review*, edição brasileira, Fev/75.

- algumas estações de tratamento de água;
- e, ainda, a delimitação de áreas indígenas, a locação do Distrito Federal;
- a locação dos pilares e o nivelamento da ponte Rio-Niterói;
- cerca de 35% de todas as cartas do território nacional;
- amparo aos flagelados da seca no Nordeste, com destaque para a grande seca no início dos anos 80, quando chegou a alistar mais de 615.000 flagelados, dando-lhes emprego, comida e assistência médica e social.

Fonte:

Relatórios e publicações da DOC, *Noticiário do Exército*, *O Seu Exército*, *O Verde-Oliveira*, e outros trabalhos correlatos.



Cel JORGE LUIZ ABREU DO Ó DE ALMEIDA – Natural do Estado do Rio de Janeiro, é Coronel da Arma de Engenharia e do Quadro de Estado-Maior da Ativa do Exército (QEMA). Durante metade de sua carreira de oficial prestou serviços na Engenharia Militar de Construção, no Nordeste, na Amazônia e no Planalto Central. Comandou o 9º Batalhão de Engenharia de Construção, com sede em Cuiabá (MT), durante três anos consecutivos, implementando obras, sobretudo rodoviárias, espalhadas pelos Estados do Pará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Possui todos os cursos fundamentais destinados aos oficiais de carreira do Exército, além do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra.



O COMBATE NO SÉCULO XXI

Clayton R. Newell

Reprodução de artigo publicado na Military Review, edição brasileira, do 1º trimestre de 1987.

Como sinopse, o artigo registra:

"É, de fato, extremamente difícil prognosticar o que o próximo século trará, em seu bojo, em relação à arte e ciência da guerra. Contudo, o artigo a seguir, vencedor do concurso promovido pela edição americana da Military Review, sustenta que o desafio mais importante, a ser enfrentado pelo Exército dos Estados Unidos será lembrar-se dos seus soldados."

O artigo focaliza a dependência crescente das soluções tecnológicas na condução da guerra moderna e chama a atenção da importância do homem, cujo valor moral e preparo profissional continuarão sendo o fator decisivo de êxito.

"A menos que os generais se lembrem de que comandam soldados, e não máquinas, "ressalta o articulista", a tecnologia poderia, presumivelmente, reduzir a capacidade do Exército em conduzir a guerra no futuro".

É um alerta significativo, em face da sua origem, e constitui objeto de reflexão para os que defendem o Serviço Militar voluntário em nosso País, limitativo do universo para a seleção de vocações.

“**O**s soldados combatem e os reis são os heróis,” reza um velho provérbio hebreu. À medida que nos aproximamos do século XXI, os soldados ainda combatem, porém o herói, nos dias atuais, é a tecnologia. Seja qual for o problema, acreditamos que existe sempre uma solução tecnológica para ele.

O emprego da tecnologia

pelo Exército dos EUA no campo de batalha é, nos dias de hoje, sem precedentes. O Exército tinha, antes da II GM, um ponto de vista muito conservador no que se refere à aprovação de novas idéias e equipamentos. Por exemplo: só tivemos o ímpeto de aceitar plenamente o carro de combate como arma útil no campo de batalha após a *blitzkrieg* alemã. No de-

correr da guerra, todavia, os cientistas e engenheiros desenvolveram um sem-número de maravilhas tecnológicas para o soldado norte-americano. A II Grande Guerra terminou com uma retumbante vitória aliada e, desde então, a nossa atração pela tecnologia intensificou-se ao ponto de as máquinas, e não os soldados, tornarem-se, num curto espaço de tempo, os heróis do campo de batalha.

A lição que visivelmente aprendemos da II Guerra Mundial foi que máquinas mais aperfeiçoadas e em maior número constituíam a solução para praticamente todos os problemas existentes no campo de batalha. A tecnologia tem sido capaz de transformar as idéias mais imaginativas em máquinas para o emprego pelo soldado em combate. Contudo, a imaginação torna-se realidade, hoje em dia, em um ritmo tão veloz, que o Exército passou a depender em demasia das soluções tecnológicas, não importando a sua complexidade.

É a centelha da criatividade que inflama o desenvolvimento tecnologicamente sofisticado da maquinaria de guerra. Segundo a opinião de alguns, essa centelha também contribuiu para, praticamente, eliminar o papel autônomo desempenhado pelo soldado no campo de batalha. Muitos nos levariam a acreditar que o soldado atua hoje, simplesmente, como um dos dentes da engrenagem da complexa máquina bélica, enquanto cada

novo produto da tecnologia nos aproxima de um futuro em que as guerras serão travadas exclusivamente pelas máquinas. Trata-se de um argumento tentador, porém, perigoso. Como no passado, será o próprio soldado quem, em última análise, estabelecerá a diferença no campo de batalha. É imperioso que o Exército não se esqueça de seus soldados, à medida que se prepara para atuar no século XXI.

Nesta era de constantes avanços tecnológicos, dificilmente passa um dia sem que os meios de comunicação transmitam aos lares norte-americanos notícias sobre uma nova arma ou outra peça de equipamento militar sofisticada. Todavia, embora sejam mostrados os mais recentes helicópteros de ataque em voo ou o mais novo carro de combate disparando em movimento, o público raramente é informado acerca do pessoal responsável pelo funcionamento do equipamento — os soldados.

Existe, até mesmo nas Escolas de Estado-Maior e de Alto-Comando, uma tendência de depender quase que exclusivamente dos sistemas ou da administração computarizados, ao ponto de excluir do campo de batalha a dinâmica humana. Apesar disso, contudo, todos esses objetos, produtos sofisticados da alta tecnologia, se reduzem a nada mais do que objetos se não contarem com o apoio dos soldados para utilizá-los ou mantê-los. É verdade

que a tecnologia fortalece o Exército com armas poderosas e suplementa o cérebro do soldado com computadores; mas, apenas os soldados podem proporcionar a imaginação e a vontade para fazê-las funcionar.

Em nosso numeroso e complexo Exército, em que muitos de nós passamos anos afastados dos soldados, exercendo funções em estados-maiores de alto nível, instruindo em escolas ou desempenhando outras missões, estamos propensos a esquecer aqueles que realizam a verdadeira atividade-fim, quer na paz ou na guerra. Há pouco tempo o Major Michael L. McGee, oficial de estado-maior do QG do Comando das Forças do Exército dos EUA, foi espontaneamente visitar o verdadeiro Exército e o relatório resultante dessa visita foi publicado na edição de agosto de 1984 da revista *Army*; na qual ele nos lembrou corretamente que:

... Temos de encontrar tempo para voltarmos ao local em que "nos sujamos pela primeira vez", aprendendo a nossa profissão. ... Temos de voltar a valorizar os executantes — os soldados que vivem e atuam na poeira, nos pântanos e na neve para cumprir as missões determinadas pelos nossos estados maiores.

Os grandes capitães da história compreenderam a importância de aprenderem, a partir dos escalões inferiores, o que motiva os soldados a combate-

rem. Os grandes comandantes nos campos de batalha foram vitoriosos porque conseguiram inspirar os seus soldados a fazerem mais do que a tecnologia atual nos levaria a considerar como possível. Antes de a tecnologia inundar o campo de batalha com seus artifícios, os comandantes venciam as batalhas através de idéias inovadoras. Eles ainda possuem idéias inovadoras, porém, elas parecem estar hoje voltadas para as máquinas ao invés de para os soldados.

O Exército emprega, atualmente, o que há de mais moderno em equipamento automático de processamento de dados e computadores de alta tecnologia para prognosticar os possíveis desfechos de futuras batalhas. Todo esse processo é de elevada precisão, e um sem-número de analistas passa horas infindas alimentando máquinas com dados precisos relativos a toda a maquinaria de combate do Exército. Após analisarem os números, os computadores produzem pequenas cartas bem montadas, que mostram as batalhas se desenvolvendo racionalmente à medida que exércitos simulados avançam e recuam através de terrenos também simulados. A observação das guerras simuladas nas telas de televisão exerce uma influência entorpecente que nos induz a acreditar que estamos, realmente, assistindo a uma guerra em andamento. Mas a guerra real é bem diferente.

A Grã-Bretanha enviou, em 1982, uma força-tarefa com o objetivo de recapturar as Malvinas, invadidas pela Argentina. Esse conflito produziu alguns resultados interessantes. Por um lado, o êxito espetacular alcançado pela Força Aérea Argentina com o emprego do míssil *Exocet*, de tecnologia ultra-avançada, nos primeiros dias da guerra, foi um excelente exemplo de quão impessoal e destrutiva a guerra moderna pode ser. Um só homem, pilotando uma aeronave a diversos quilômetros de distância do alvo, foi capaz de destruir uma moderna belonave e evadir-se praticamente sem ser detectado. Isto, evidentemente, serviu para confirmar a tendência, manifesta desde a II GM, da adoção da guerra de interruptores, em que as máquinas exercem o domínio sobre o homem. Os comentaristas descreviam as extraordinárias armas empregadas, à medida que transmitiam a guerra invisível através da magia da televisão.

Por outro lado, todavia, a guerra terminou com a extenuante marcha a pé de 80 quilômetros realizada pelos Reais Fuzileiros Navais, através da lama, com o objetivo de conquistar a cidade de Stanley, capital das Malvinas. Essa marcha dificilmente pode ser considerada como um exemplo de alta tecnologia. Constitui-se ela, ao invés disso, numa lição de que as virtudes desenvolvidas na formação básica do militar continuam sendo fundamentais ao

êxito na guerra terrestre. Certamente, as armas e os equipamentos sofisticados que, primeiramente, transportaram as forças terrestres até as Ilhas Malvinas, que lhes proporcionaram segurança quando combatiam pela posse do terreno e que as mantiveram reabastecidas, foram de suma importância à vitória final. O fato, contudo, é que, apesar da ênfase na tecnologia, a importância do papel desempenhado pelo soldado no terreno está longe de ser minimizada. Ele continua sendo tão essencial nos campos de batalha modernos quanto o foi nos da antiguidade.

O Exército encontra-se, atualmente, em meio ao mais amplo programa de modernização da sua história. Infelizmente, todavia, muitas dessas modernas máquinas são de tal complexidade que são praticamente impossíveis de serem reparadas sem o auxílio dos técnicos civis altamente treinados e qualificados que as projetaram e desenvolveram. A revista *Military Logistics Forum*, em sua edição de janeiro-fevereiro de 1986, reportou que estudos recentes indicam que não se dá a devida importância aos soldados encarregados de reparar a máquina. Isto, provavelmente, bem pode redundar em máquinas que sejam praticamente impossíveis de serem mantidas em condições operacionais em combate.

Nesse mesmo artigo, um membro do setor de pesquisas do Instituto de Administração de

Logística, uma agência logística federal, expressou a opinião de que "num exército de alto nível tecnológico a maioria dos soldados não combate, mas, isso sim, repara e mantém equipamentos complexos". Se pudéssemos ter certeza de que sua opinião é correta, a preparação para a próxima guerra seria um pouco mais simplificada; contudo, o futuro campo de batalha talvez não proporcione tempo suficiente ou instalações apropriadas para manter esse complexo equipamento em condições operacionais.

Na guerra árabe-israelense de 1973, os israelenses levaram todo o seu pessoal de manutenção e recuperação para a frente, imediatamente à retaguarda das unidades de combate, e atribuíram ao pessoal de material bélico, que trabalhou em condições de campanha, o mérito de ter mantido em combate um número suficiente de CC para vencer a guerra. O desfecho final da batalha talvez dependa não do lado que dispuser dos CC mais sofisticados no início, mas, isso sim, daquele que contar com o maior número de CC operacionais ao seu término. Os soldados das unidades de apoio do Exército, da mesma forma que os das unidades de combate, devem estar preparados para se defender. A guerra futura não disporá da áreas de retaguarda dotadas de relativa segurança da época da II GM, em que as complexas máquinas podiam ser evacuadas do combate para se-

rem reparadas.

Esse fascínio pelas soluções de alto nível tecnológico pode ser o fator que induziu o Senador William V. Roth Jr., representante do Estado de Delaware, a escrever, no *The Washington Post*, de 20 de maio de 1984, que "as armas são importantes demais para deixar que a sua aquisição fique exclusivamente a cargo das Forças Armadas". Ele propõe a organização de um corpo civil de aquisição encarregado do projeto e desenvolvimento das armas para que possamos determinar o culpado quando não funcionarem. Trata-se de uma idéia magnífica para identificar o responsável, mas não oferece soluções aos problemas enfrentados pelos soldados no campo de batalha, quando se defrontam com armas complexas demais para serem empregadas ou reparadas na "poeira, pântanos e neve" onde as guerras são travadas.

Os usuários devem possuir, no campo, equipamento que lhes seja útil; eles não devem tornar-se escravos da tecnologia. Se bem que seja importante determinar o culpado, deve existir uma outra maneira de fazê-lo sem pôr os nossos soldados em risco, ao delegar o projeto e desenvolvimento de armas a engenheiros que pouco ou nenhum conhecimento têm a respeito de onde serão empregadas.

O Tenente-General Franz Uhle-Wettler é um veterano combatente da II Grande Guerra e destacado autor militar. Ao

escrever na edição de maio-junho de 1984 da revista *NATO's Sixteen Nations*, lembra que uma das armas alemãs de maior sucesso na II GM foi o *Panzerfaust*, um dispositivo anticarro de reduzido custo, leve e descartável, produzido em número suficiente para ser distribuído ao soldado de infantaria na quantidade por ele desejada. Essa arma eficaz de curto alcance produziu dois efeitos – o primeiro foi negativo para os CC inimigos e o segundo positivo para os soldados de infantaria, que tiveram uma boa possibilidade de neutralizar os blindados inimigos.

Uhle-Wettler prossegue, relatando a sua carreira militar após a II Guerra Mundial no *Bundeswehr*, onde as virtudes da tecnologia, segundo ele, continuaram a desenvolver a capacidade anticarro da infantaria que chegou a ser tão sofisticada que apenas poucos soldados tinham, posteriormente, uma possibilidade real de êxito contra os CC. A mensagem por ele transmitida é que existe um real perigo de que a tecnologia possa, de fato, reduzir, em determinados casos, a capacidade do soldado no campo de batalha.

A menos que os generais lembrem-se de que comandam soldados e não máquinas, a tecnologia poderia, presumivelmente, reduzir a capacidade do Exército de conduzir a guerra no futuro. A experiência em conflitos tais como as Malvinas e a guerra árabe-israelense confir-

ma que, a despeito do emprego de armas de alta tecnologia, o soldado bem instruído, que possui espírito de luta e uma liderança dedicada, constitui-se no principal ingrediente na guerra.

Portanto, o provérbio continua, até certo ponto, sendo verdadeiro. Serão sempre os soldados que combaterão. O perigo está em que as máquinas, e não os reis, sejam consideradas como os heróis do futuro. Quando os comentaristas dos meios de comunicação e os funcionários de alto nível do Departamento de Defesa falam da capacidade de conduzir ataques de alta precisão e insinuem que as armas de alta tecnologia podem atingir alvos sem causar, praticamente, qualquer dano à área circunvizinha, estão, na verdade, prestando um desserviço às Forças Armadas. Ao fomentar no povo expectativas não-realísticas das operações militares, os inevitáveis fracassos e reveses resultantes, provocados pelo atrito de guerra de Karl von Clausewitz, tornam-se difíceis – se não impossíveis – de serem explicados.

As guerras não são travadas com bisturis, mas, isso sim, com cutelos. A tecnologia pode prestar apoio aos soldados e reduzir as suas vulnerabilidades, mas a guerra sempre exigirá vítimas. A esperança de que a tecnologia permitirá que os objetivos militares sejam atingidos sem perda de vida humana é falaciosa.

O General John A. Wickham, Chefe do Estado-Maior do Exér-

cito, escreveu no número de janeiro-fevereiro de 1985 da revista *Army Research, Development & Acquisition* sobre a necessidade de inovação no Exército. Ele cita as palavras do Major-General J.F.C. Fuller para transmitir a sua idéia: "Quanto mais mecanizadas se tornarem as armas, menos mecanizada deve ser a mente que as controla." É a mente do soldado que determina o êxito no campo de batalha. Todos nós, da carreira das armas, devemos nos lembrar sempre dessa advertência. A herança do Exército e seu papel na defesa dos Estados Unidos constitui um orgulho e deve continuar a depender, em última análise, do espírito de corpo dos seus soldados e não de complicadas máquinas.

Os Exércitos devem preparar-se continuamente para a guerra durante o tempo de paz. Eles tentam traduzir as experiências da última guerra em êxito na próxima. Mas, se a história serve como um indicador, a guerra seguinte nunca é travada exatamente da maneira prevista.

Embora a tecnologia vá continuar a desenvolver novas máquinas de guerra, o trunfo que os EUA têm nas mãos continua sendo o mesmo de sempre: soldados altamente motivados que dependem mais de seus corações que das máquinas. Quando o comandante de um pelotão de infantaria se levanta no meio da batalha e grita "sigam-me!", as máquinas simplesmente permanecerão estáticas, a menos que os soldados que as operam estejam dispostos a seguir seus comandantes.

Se bem que o soldado norte-americano mereça, sem dúvida, o melhor equipamento que a alta tecnologia lhe possa oferecer, ele também merece ser lembrado como o elemento decisivo na batalha. Assim como os veteranos de guerras passadas responderam ao desafio, serão os soldados das futuras batalhas que determinarão o resultado final. O desafio mais importante enfrentado pelo Exército, à medida que se prepara para o século XXI, é lembrar-se dos seus soldados.



O Tenente-Coronel CLAYTON R. NEWELL é o diretor da Seção de Conceitos de Operações Conjuntas do Departamento de Estratégia, Planejamento e Operações Militares, da Escola de Alto-Comando do Exército, Carlisle Barracks, na Pensilvânia. Formou-se pela Universidade Estadual do Arizona e cursou a ECEME/EUA. Exerceu as funções de subchefe do sistema de Comando de Ins-

trução e Doutrina do Exército dos EUA no Sistema de Análise de Todas as Fontes, no Centro e Escola de Informações do Exército, Forte Huachuca, no Arizona, e de especialista em operações militares da Agência de Análise de Conceitos do Exército dos EUA, em Bethesda, Maryland.

Porto do rio completa 77 anos com mais de 1,8 milhões de t e dois terminais especializados

Inaugurado no dia 20 de julho de 1910, o Porto do Rio não é considerado um velho estabelecimento ao completar 77 anos de serviços porque superou as expectativas da época e atualizou-se ao longo dos anos para acompanhar o crescimento comercial entre as nações, cumprindo assim rigorosamente o objetivo implícito no empreendimento de sua construção.

Desde o primeiro descarregamento de 250 tambores de tinta, 250 sacos de arroz, da Índia e 25 amarrados de latas de óleo de Lisboa, Portugal, do navio inglês "Horace" no armazém 3 (hoje 16), a movimentação de carga em seu cais se diversificou e cresceu, chegando em julho à casa das 1.851.046t.

Uma das obras mais significativas do Porto do Rio surgiu na década de 70, quando o transporte Ro-Ro, já desenvolvido em grande escala nos maiores portos do mundo, aportou no velho cais, indicando a urgência da implantação do sistema para nós.

O projeto global do terminal Ro-Ro prevê uma área de cerca de 60.000m² com um avanço de 500m de frente de cais e 185m de fundos, rampa adequada à atracação do tipo de navio que atua nesse sistema e capacidade para a realização de operação simultânea de dois navios, um de popa e outro de lado.

O terminal atua, no momento, com 21.000m² de área disponível e garante o embarque de 6.000 veículos numa única operação. O custo de aproximadamente 30.000m² de placas de concreto, construído pela Cobráulica, foi de 3.884.573,173,79 cruzeiros.

NOVA MODALIDADE DE TRANSPORTE

A unitização de carga como sistema de maior rapidez e garantia para o transporte também veio transformar a operação do porto, estimulando a criação de outro Terminal Especializado, agora de Container, para atender à crescente demanda de cofres de carga movimentada no mundo.

A construção do TECON/Rio está dividida em 3 fases e abrangerá uma área total de 251.000m², com uma projeção de movimentação para 1993 – levando-se em conta as 60.000 TEU's registradas em 1986 – de 600.000 TEU's.

O custo da parte civil da obra está na ordem de 500 milhões de cruzados, e o dos equipamentos de grande porte – 2 transtainers, 2 portainers – adquiridos pela Portobrás, é de 14 milhões de dólares.

Os equipamentos que atuarão no terminal são: 2 portainers de 18,0m de bitola, movimentação nominal de 20 TEU's/hora e 32,0t de carga máxima SPREADER, que medem 62m de altura, mais do dobro dos transtainers, e têm uma lança de 92m de comprimento; 2 transtainers de 25,0m de bitola, movimentação nominal de 17 TEU's/hora e 30,0t de carga máxima SPREADER; 5 empilhadeiras de 37t, top-loaden; 6 empilhadeiras de 2,5t Fork-lift/torre rebaixada; 6 empilhadeiras de 7/10t de quadros frontais/containeres vazios e 15 unidades de conjuntos cavalos mecânicos/semi-reboque.

A primeira fase do TECON/Rio deverá ser entregue ao tráfego antes do fim do ano.

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
EMPRESA DO SISTEMA PORTOBRÁS

Rua Acre, 21 - Tel.: 296-5151 – Telex (021) 22163
Rio de Janeiro – RJ



A FORMAÇÃO DOS MINIFÚNDIOS — OUTRO PROBLEMA CRÍTICO DA REFORMA AGRÁRIA

Pedro Montenegro Barbosa

Com o presente trabalho, transcrição de artigo publicado na revista Cultura e Fé (Out/Dez 86), do Instituto de Desenvolvimento Cultural (Porto Alegre, RS), A Defesa Nacional procura apresentar aos seus leitores subsídios para a compreensão do complexo problema da Reforma Agrária, assunto posto em foco, ciclicamente, no panorama nacional e marcado, em geral, pelo sensacionalismo e pelo conflito de interesses e paixões.

Nele, o autor apresenta uma síntese do processo histórico da formação dos minifúndios no Brasil, aborda sua situação atual no País, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), examina o Estatuto da Terra, promulgado com a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e focaliza ações do extinto Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA).

Desprovido de conteúdo ideológico e abalizado pelo currículo do autor, o trabalho enseja, à A Defesa Nacional, a abordagem de um assunto, cuja importância dispensa qualquer realce.

A Reforma Agrária surge como decorrência inevitável de distorções graves no sistema agrário, distorções essas que atingem a sua medula estrutural, prejudicando não apenas o processo produti-

vo agrícola, mas, de forma marcante, o bem-estar da comunidade rural, com reflexos em todo o corpo social do País.

Quando discorremos sobre a natureza do bem agrário fundamental, que é a terra, procura-

mos destacar, repetidamente, sua essencialidade para a economia e para o bem-estar de toda a coletividade humana. Ele é, na verdade, o lastro vital do organismo sócio-político de uma nação.

Por isso mesmo, quando o regime de propriedade, posse e uso da terra se mostra traumatizado por qualquer deficiência ou anomalia, todo o sistema agrário sofre e todo o conjunto de suas relações sócio-econômicas é atingido.

Muito se tem repetido que é na saúde agrícola que repousa, principalmente, o progresso industrial e o desenvolvimento mais sólido de uma nação. E isso parece que já é tido como o óbvio indiscutível.

No Brasil, como já foi assinalado, as concessões de vastas propriedades rurais – pelo regime das sesmarias – foi o processo dominante de sua formação fundiária. Já desde o início, consolidou-se no País uma agricultura voltada para a grande produção com destino ao comércio exterior. Assim foi no ciclo da cana-de-açúcar, depois no ciclo do algodão, no da borracha (aí a exploração extrativa imprevidente); e mais tarde, o do cacau e do café, (que, até a algumas décadas era nosso principal produto de exportação e de captação de divisas no intercâmbio internacional).

E em todos esses tipos de cultura – como igualmente na expansão da economia gadeira, no Nordeste e no Sul e depois

no Centro-Oeste do País – a grande propriedade latifundiária foi a característica marcante da estrutura agrária brasileira. Foi assim. E, por conjunturas histórico-sociológicas, não poderia deixar de ser assim.

Entretanto, ao lado dessa estrutura latifundista e juntamente com ela, – aí no alvorecer do século XIX – é que começaram a surgir as pequenas propriedades agrárias. Após mais de 300 anos de domínio do latifundismo colonial, encorajado pelo sistema escravista de plantação, é que começam a esboçar-se no mapa fundiário brasileiro, a começar pelo Sul do País, os primeiros núcleos de prédios médios e pequenos, constituídos em bases estáveis.

Até então, a grande propriedade latifundiária, firmada e alimentada pelo modelo exportador, vinha impedindo que se fixasse em caráter permanente esse grande contingente de rurícolas que vegetavam à sombra das sesmarias ou se agregavam aos engenhos e fazendas. Quando num e noutro lugar, longe dos núcleos das plantações ou perto delas, buscavam fixar-se os camponeses, daí eram expulsos pela dilatação das lavouras ou das criações dos grandes senhores de terras. E o que de regra sucedia era receber pequenos tratos de terra para a agricultura de subsistência, enquanto se convertiam em mão-de-obra de reserva dos latifúndios.

É assim que Passos Guima-

rões descreve essas primeiras tentativas de acesso dos pequenos agricultores à posse da terra no Brasil. Na verdade, como ele corretamente acentua, são parcas as informações da crônica histórica sobre as origens desse contingente de trabalhadores do campo, que aparecem no quadro rural brasileiro, como ele diz – “desprovidos de todos os meios de produção e sem qualquer função importante na estrutura produtiva”. (Em *Quatro Séculos de Latifúndio*, p. 96).

Mas nem sempre foi assim. A intrusão e o apossamento de glebas, que deflagraria a formação da pequena propriedade, era inevitável, apesar da rigidez e da resistência do sistema latifundiário. O aumento demográfico natural, principalmente dos mais carentes de recursos, levou-os a enfrentar o poder latifundiário, tangidos pelo imperativo vital da sobrevivência. As invasões que a princípio se faziam nos intervalos entre as sesmarias ou em terras de ninguém, como acentua Passos, freqüentemente se realizam nas áreas internas dos latifúndios inexplorados ou semi-explorados.

“Apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las – observa Cirne Lima – tornou-se coisa corrente entre nossos colonizadores e tais proporções essa prática atingiu que pôde, com o correr dos anos, vir a ser considerada como modo legítimo de aquisição de domínio, paralela-

mente a princípio e, após, em substituição ao nosso tão desvirtuado regime das sesmarias (...) Depois da abolição das sesmarias, então, a posse passou a campear livremente, ampliando-se de zona a zona, à proporção que a civilização dilatava a sua expansão geográfica. Era a ocupação tomando o lugar das concessões do Poder Público, e era, igualmente, o triunfo do colono humilde, do rústico desamparado, sobre o senhor de engenho e fazendas, o latifundiário sob o favor da metrópole. A sesmaria é o latifúndio, inacessível ao lavrador sem recursos. A posse é, pelo contrário – ao menos nos seus primórdios – a pequena propriedade agrícola, criada pela necessidade, na ausência de providência administrativa sobre a sorte do colono livre e vitoriosamente firmada pela ocupação” (Rui Cirne Lima, ob. cit.).

A legitimação dessas posses viria com a Lei de Terras, de nº 601, de 18 de setembro de 1850, mais tarde regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Neste estatuto, pela primeira vez no País, se busca uma disciplinação sistemática da propriedade e posse da terra, no intuito de legalizar as sesmarias caídas em comisso e, ao mesmo tempo, legitimar as posses que dentro de seus limites e nas terras devolutas se estabeleceram com cultura efetiva e a morada do agricultor. Reconhecendo o Poder Público o fracasso do sistema das

sesmarias – que não alcançou o objetivo desejado, que era o de povoar e produzir tudo o necessário ao desenvolvimento e à alimentação da coletividade brasileira –, veio com essa Lei prestigiar e premiar os que, mesmo à margem do direito ou contra as normas legais, tornaram fecundas as terras ociosas e povoaram com suas famílias as grandes vastidões do Brasil.

A colonização “estrangeira” no Brasil viria ampliar, e então com cunho oficial, o número de pequenas propriedades que de uma forma e de outra, arrostando dificuldades e hostilidades, se insinuavam, já nos primeiros séculos da colonização brasileira, entre as malhas das grandes propriedades sesmeiras. Vieram para cá os açorianos (cerca de 2.000 casais), estabelecendo-se nas Províncias do Sul, aos quais se distribuíram lotes de 1/4 de légua quadrada (900 hectares) segundo o registro de alguns estudiosos, (enquanto outros apontam os lotes como tendo 274 hectares). E foi marcante e exitosa a presença e a atividade produtiva e civilizadora desses imigrantes.

Do Cantão de Friburgo seriam trazidos para o Brasil uma boa leva de agricultores que iriam localizar-se na então denominada “Nova Friburgo”, em terras que fizeram prosperar rapidamente com lavouras e criação. Lamentavelmente, a interposição da Serra do Mar entre a nova colônia e o Rio de Janeiro, formou (segundo Jean Batiste

Debret, em *Viagem Pitoresca e História do Brasil*, cit. p. Passos, p.114, ob. cit.) “uma barreira intransponível e desastrosa para a exportação dos produtos da colônia”. E isso foi causa de sua ruína. Assim, como também pela imprevidência do Governo, outras colônias não alcançaram o esperado sucesso, tais como a Leopoldina, em 1818, São Jorge dos Ilhéus, em 1822 e Santa Januária, em 1828.

Entretanto, por ato de 31 de março de 1824, do Governo Imperial, chegaria ao Brasil a colonização alemã. Foi escolhida a antiga Feitoria de Courita, no Rio Grande do Sul, para localizar a nova colônia que se passaria a chamar São Leopoldo. Tiveram suas passagens pagas, um subsídio diário em dinheiro, para os primeiros tempos de sua permanência, e um lote de 87 hectares (segundo Passos, sendo que outros estudiosos os dão como de 50 e 25 ha) para cada família ou agricultor, além de certa quantidade de bois, cavalos e outros implementos agrícolas.

Segundo os apontamentos de Laudelino Medeiros (em *Formação da Sociedade Rio-grandense*, p. 45), – “essa imigração passou por várias fases... A primeira vai de 1824 a 1830, quando foram trazidos aproximadamente 4.700 imigrantes alemães”. Anota este autor que “de 1830 a 1845 até a pacificação da Província, raras pessoas entraram, e sempre por conta própria. Com a pacifica-

ção se inicia uma nova fase. Dessa data até 1850, entraram mais 2.700 imigrantes, perfazendo um total de cerca de 7.500”.

Depois de São Leopoldo, a mesma corrente migratória fundaria outros núcleos coloniais promissores. Surgiram, assim, São José do Hortêncio, em 1827; as colônias de São Pedro, Três Forquilhas e Missões. Depois, Santa Cruz, São Francisco de Paula, e, Pelotas, já se admitindo que tais nucleamentos coloniais não se fizessem apenas em terras devolutas, como nas particulares, onde diversas foram fixadas. É o caso de Taquerra e muitas outras – Rincão d'El Rey (Rio Pardo), em 1850; Estrela, em 1853; Mariante, em 1856; São Lourenço, em 1857 e Monte Bonito (Pelotas), em 1850 (L. Medeiros, ob. cit.).

Esse surto de assentamentos colonizatórios se intensificara desde a promulgação da Lei Imperial, de 28 de setembro de 1848, que veio conceder áreas territoriais às Províncias para fins de colonização, ao mesmo tempo em que proibia o trabalho escravo nessas áreas. As Províncias, por sua vez, promulgam leis especiais, incentivando e disciplinando as concessões de lotes coloniais em seus territórios. A necessidade de povoar grandes extensões do País ainda desertas e de prover as populações dos produtos de subsistência – feijão, arroz, milho, batata etc. – cujo plantio não interessava nem aos grandes proprietários de engenho, nem aos

do café, forçava o Poder Público a esse empenho colonizatório, que passou a engajar até mesmo a iniciativa particular, eis que a terra já passava a converter-se em mercadoria lucrativa.

E assim se incrementa a multiplicação de colônias nas Províncias, como as que foram citadas, no Rio Grande do Sul, e as de Joinville, Blumenau e Brusque em Santa Catarina, e outras mais em várias regiões.

Os imigrantes italianos começariam a entrar no Brasil na segunda metade do século XIX. Primeiramente, atraídos para São Paulo, dentro da política chamada de “braços livres”, que concretizava o empenho dos grandes fazendeiros de café, em substituir o trabalho escravo que entrava em decadência, já ameaçado de extinção diante do avanço do movimento abolicionista. E, no último quartel desse século (aí por 1875), viria para o Rio Grande do Sul uma importante leva de camponeses da Itália, constituída de eficientes agricultores, trazendo uma “apreciável experiência agrícola”, na correta expressão de Laudelino Medeiros (ob. cit.).

E é assim, através do antigo, gradativo e persistente processo de ocupação possessória de terras baldias, devolutas ou abandonadas, pelo enorme contingente de rurícolas – das diversas raças e procedências –, que proliferaram à margem das concessões e dos domínios das grandes propriedades, e, mais tarde, através das providências

da colonização oficial e particular com as correntes migratórias estrangeiras, que se disseminam pelo território brasileiro as pequenas propriedades, embrião que se vai tornar, dos milhões de minifúndios que hoje permeiam o vasto setor agrário do País.

Perdoem-me os leitores essa breve digressão – talvez um tanto cansativa – sobre a formação fundiária no Brasil, referentemente às grandes e pequenas propriedades em nosso território. Mas essa sucinta abordagem era preciso ser feita, para que se entenda, com mais amplitude, onde e como se geraram os conflitos e distorções agroeconômicas e sociais que clamam, atualmente, pela reformulação estrutural que se busca com a Reforma Agrária.

Apenas se afloraram, nessa rápida exposição, sem a pretensão de uma fluência histórico-cronológica exata, os lances mais marcantes da formação da estrutura fundiária brasileira. Sabe-se que, após a inauguração da República, e no transcorrer deste século XX até nossos dias, esse processo dinâmico de modificação e de alteração da estrutura agrária nacional, particularmente no que se refere às transformações em seu setor fundiário, jamais se estancou.

As posses, as ocupações (e, mesmo, os esbulhos), de terras continuaram a concretizar-se em todas as regiões do País. Os primitivos núcleos de colonização estrangeira – das mais di-

versas etnias (tendo como as mais relevantes a alemã e a italiana) – perfilharam novos nucleamentos colonizatórios, especialmente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, derramando-se por outros Estados do Brasil.

Mas, em todo esse processo de crescimento das fronteiras agrícolas do País, permaneceu sempre o original contraste e a conflitiva distorção, que marcou não apenas o Brasil, mas todos os países da América Latina – o complexo latifúndio-minifúndio, até hoje o grande problema agrário a ser resolvido.

O QUE NOS DIZEM OS DADOS CADASTRAIS DO INCRA

Essa patológica anomalia da superfície fundiária brasileira – extremando-se no latifundismo e no minifundismo, ambos anti-econômicos e anti-sociais – nos é retratada nos levantamentos censitários do INCRA. A terra, em vastas extensões, veio concentrar-se em mãos de uma minoria de proprietários. Enquanto isso, numa faixa, pode-se dizer, residual do território agrícola veio fixar-se a grande maioria da população rural.

Compulsando-se os mapas cadastrais do INCRA – com levantamentos censitários de 1984 – temos uma visão nítida da atual estrutura fundiária do Brasil.

Na área total agricultável de 595.371.393 de hectares, o número de prédios rurais soma 4.433.214. Destes, 2.767.081 são classificados como minifúndios, por dimensão e modo de exploração, ocupando uma área de 47.429.480 hectares. Os classificados, por dimensão, como latifúndios são 326 e ocupam uma área de 44.896.281 hectares, enquanto que os classificados por exploração atingem 371.692.091 hectares, e são em número de 1.202.924 imóveis. Como empresas rurais, o cadastro aponta 449.734 imóveis a ocupar uma área de 128.575.678 hectares.

Esses números, por si só, nos revelam, eloqüentemente, o panorama da formação fundiária nacional em sua contundente anormalidade estrutural. Consta-se que os minifúndios, representando cerca de 63% da totalidade dos prédios agrários, ocupam apenas 8% da área agrícola do País, enquanto os latifúndios, somando cerca de 25%, ocupam perto de 70% da superfície rural brasileira. E as empresas rurais, em todo o País, não chegam a 500 mil e não atingem nem um quarto da área global agricultável. E outra revelação mais surpreendente, ainda, aqui nos golpeia a vista – os 326 latifúndios, acima arrolados, em suas extraordinárias dimensões, só por si, já somam uma área quase equivalente à totalidade da área abrangida por todos os imóveis minifundiários do País, que vão a mais de dois

milhões e setecentos mil (60%, como vimos, do número total dos prédios rurais).

Esses números são, na verdade, impressionantes. Mas não fiquemos por aqui. Vamos ver como se comportam os dados levantados nas diversas regiões do País.

Na região Norte o mapa cadastral nos aponta 83 latifúndios por dimensão, que ocupam uma área de 24.365.829 hectares (apresentando uma média aproximada de 300 mil ha por imóvel). Se somarmos a estes os latifúndios por exploração, teremos 69.987 prédios que atingem quase 100 milhões de hectares, perto da quarta parte da área total agrária do País. Só os minifúndios são 196.024 imóveis e ocupam a área de 10.930.198 hectares. E as empresas rurais são apenas 6.363, atingindo uma área de 14.206.130 hectares.

Aqui, mais uma vez, o contraste gritante: os minifúndios, em número quase 12 vezes superior aos latifúndios, ocupam uma área territorial quase 7 vezes menor que a que estes atingem.

Na região Nordeste temos 107 latifúndios por dimensão a ocupar uma área de 11.266.177 hectares (o que dá uma média aproximada de 100 mil hectares por imóvel), e 324.471 prédios, classificados como latifúndios por exploração, que somam 92.811.722 hectares. Verifica-se, por esses dados, que a região Nordeste, igualmente, se desta-

ca (como a Norte) com mais de 100 milhões de hectares constituídos por propriedades latifundiárias. Aí, menos de 10% dos imóveis ocupam perto da quarta parte da área agrária total do País.

Na região Centro-Oeste a deformação fundiária não é menos contundente. Acusa o cadastro 65 latifúndios por dimensão a ocupar 7.304.420 hectares, enquanto que 144.627 latifúndios por exploração atingem uma área de 133.056.734 hectares – (o que significa que seus prédios latifundiários, representando menos de 5% dos imóveis do País, cobrem mais de 30% de sua área agrícola). E nessa região se registra outro dado inusitado: o número de latifúndios (por dimensão e exploração) supera o número dos minifúndios. E outro fato aqui também digno de nota: a superfície latifundiária é mais de 30 vezes maior que a minifundiária.

E os levantamentos censitários até aqui revelados nos dão mais uma indicação: é no Norte, Nordeste e Centro-Oeste que se concentram, em número e em dimensão, os grandes latifúndios do setor agrário brasileiro.

Na região Sudeste localizam-se 56 latifúndios por dimensão, que ocupam uma área de 1.395.201 hectares, e 337.389 latifúndios por exploração que ocupam uma superfície de 47.686.716 hectares. Os minifúndios vão a 595.480, a ocupar uma área de 7.116.137 hectares. Enquanto que as empre-

sas rurais são mais de 158.000 a ocupar a área de 30.143.139 hectares. Aqui, também, um dado novo: as empresas rurais já atingem uma área majoritária na região, o que revela um fato positivo, sob o ponto de vista econômico e social.

Na região Sul os latifúndios por dimensão são em número de 15 e ocupam uma área de 564.652 hectares (conferindo uma média de cerca de 38.000 hectares por imóvel). E os latifúndios por exploração somam 326.533, a atingir uma área de 23.688.466 hectares. É a região que conta com o maior número de minifúndios – 802.612 imóveis, que somam uma área de 7.919.767 hectares. As empresas rurais, nessa região, contam com 174.267 propriedades, cobrindo uma área de 21.670.152 hectares.

Esses são os dados que expressam o desenho da estrutura fundiária brasileira. Pode ser que eles contenham erros. É possível que não traduzam, com fidelidade absoluta, toda a realidade; pois não existem levantamentos estatísticos perfeitos. E, certamente, eles não dizem tudo.

E nem podem dizer... Eles traduzem, apenas, uma dimensão da questão agrária. Uma dimensão muito importante, inegavelmente. Aquela que retrata o ponto nevrálgico do problema agrário, como anteriormente sublinhamos. Pois, traduzem a polarização conflitante e injusta da distribuição da pro-

priedade fundiária. Uma polarização traumática, que é herança, como se frisou, da formação econômica do Brasil e que veio a cristalizar-se durante esses quatro séculos de História.

A grande propriedade – e, mesmo, a tendência ao sistema latifundístico – acompanhou a evolução do País e permaneceu. E, como consequência, empalmando o poder econômico e político.

De outra parte, sendo o Brasil, até há bem pouco tempo, um País de predominante economia agrária e exportador de matérias-primas, era sobre as grandes fazendas de café, grandes plantações de cana e usinas de açúcar, as grandes lavouras de cacau e do algodão, as grandes fazendas de gado e, depois, as grandes lavouras da soja e do trigo que repousava a política econômica dominante.

E, dentro dessa política, o crédito abundante, as facilidades, a assistência e o fomento governamentais sempre visaram, privilegiadamente, aos grandes proprietários, não só porque representavam a fonte de divisas estrangeiras necessárias ao País, mas, também, porque eram os que podiam oferecer garantias patrimoniais mais seguras ao crédito bancário.

De outro lado, nem mesmo os casamentos e as imposições do direito sucessório, repercutindo na partilha das terras, tiveram grande influência sobre a continuidade e a sobrevivência da grande propriedade agrária.

Eis que a tendência natural foi de os ricos casarem com os ricos, e os pobres com os pobres (com raras exceções a tal regra, é claro). E, assim, se garantia a persistência dos grandes prédios rurais. E os grandes domínios, ao invés de se enfraquecerem, foram até mesmo crescendo e se multiplicando, quando as regiões do Norte e Centro-Oeste foram sendo penetradas pelas grandes rodovias, nestas últimas décadas, e os respectivos Estados dessas zonas facilitaram as aquisições de imensas glebas a quem a elas se habilitassem. E foi a vez, então, das vendas e sobre vendas (algumas lícitas e outras ilegítimas), apossamentos e "grilagens" de extensas áreas territoriais em Goiás, Mato Grosso, Pará, Amazonas e outros Estados e Territórios do País. E por aí se estendeu o domínio dos que detinham poder aquisitivo competente – procedentes do próprio âmbito rural, do mundo industrial e do comércio (e, entre estes, lamentavelmente, até pessoas e empresas estrangeiras que, segundo revelações pela imprensa, vieram a adquirir imensas áreas territoriais da nação).

No tocante à pequena propriedade, isso já não ocorreu. Muito ao contrário. Inviabilizadas por sua própria exigüidade, carentes de assistência técnica e creditícia e sem meios de se desenvolverem, os pequenos prédios rurais ainda foram subdivididos, cada vez mais, pelas

partilhas sucessórias ou divisões possessórias, até se tornarem nessa imensa e problematizada pulverização fundiária. E que, atualmente, se constitui num desafio talvez ainda maior do que se impõe com o latifúndio.

E foi dentro dessa perspectiva que nasceu e cresceu o grande problema agrário brasileiro.

Os grandes proprietários (e entre eles grandes latifundiários), representando uma diminuta minoria, ocuparam a maior parte da área agricultável do País. Enquanto que os minifúndios, hoje, somando 63% aproximadamente, sobrevivem, precariamente, em menos de 10% da superfície global.

O ESTATUTO DA TERRA

Essa aguda problemática agrária, que o Censo Agrícola de 1960 já salientava, levou o Brasil, juntamente com os demais países latino-americanos, a assinar a carta de Punta de Leste, em 1962, que em seu Título Primeiro, art. 6º, dispõe que as Repúblicas Americanas procurarão:

“Impulsionar, respeitando as particularidades de cada país, programas de reforma agrária integral, encaminhada à efetiva transformação onde for necessária a modificação das estruturas dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substi-

tuir o regime de latifúndios e minifúndios por um sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização, distribuição dos seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha, em base de sua estabilidade econômica, fundamento de seu crescente bem-estar e garantia de sua liberdade e dignidade”. (Da Mensagem nº 33 de 1964, que encaminhava o Est. da Terra.)

A assinatura desta Carta – como corretamente acentuou a Mensagem nº 33, de 1964 – nascia da necessidade de se conferir à terra uma nova regulamentação, modificando-se a estrutura agrária do País. Uma modificação “de si mesma evidente, ante os anseios de reforma e justiça social de regiões de assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes e posseiros que não vislumbravam, nas condições vigentes no meio rural, qualquer perspectiva de se tornarem proprietários da terra que cultivavam”. Já naquela época, a essa necessidade vinha somar-se “no sentido de acentuar-lhe a urgência, a exasperação das tensões sociais criadas, quer pelo inadequado atendimento das exigências normais no meio agrário, como assistência técnica e financiamentos, quer pela propositada inquietação, para fins políticos subalternos”, que na Mensagem o Governo de então denunciava.

Na verdade, essa era a rea-

lidade social e política, na maioria dos países americanos e, especialmente, no Brasil, quando da assinatura da histórica Carta de Punta de Leste. Havia intenso descontentamento e inquietação no campo. Estavam em ebulição os reclamos por uma reforma agrária, urgente e abrangente. E, tal como hoje se repete, nela estavam engajados os autênticos agricultores "sem terra" e os falsos "trabalhadores rurais"; autênticos e, também, falsos "líderes" políticos, a insuflarem e a comprometerem o movimento por uma necessária e justa reformulação da estrutura agrária.

Foi no auge dessa agitação social, que se generalizava no País, que sobreveio o movimento militar, implantando no Brasil o Governo de exceção e autoritário, que durou por mais de vinte anos e há pouco extinto.

O Estado de Direito foi substituído pelo Poder Revolucionário, em que se centrava no Chefe do Executivo um incontestável poder de decisão discricionário, com o esvaziamento do Poder Legislativo de suas prerrogativas fundamentais, o que é a regra tradicional nessas situações excepcionais de Governo.

Nessa fase emergencial tudo poderia ter acontecido. A Reforma Agrária poderia ter sido riscada das metas do Governo. Ou simplesmente imposta, com drásticas e radicais disposições, até mesmo confiscatórias de terras, sem qualquer indeniza-

ção ou com ínfima compensação, como foi estabelecida em outros países, em situações semelhantes.

Entretanto, tal não sucedeu. Não se pode negar ao Presidente Castelo Branco o grande mérito de ter entendido o momento crítico que o País atravessava e a fome de reformas sociais que o inquietava. E, entre as reformas que pôs em movimento, colocou, em primeiro lugar, a Reforma Agrária como a mais premente. E, assim, foi promulgada a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – o Estatuto da Terra.

Uma Reforma Agrária, ampla, se implanta através de dois modos: ou por meio da *imposição revolucionária* e, neste caso, dispensam-se as leis e confisca-se o que for preciso; ou, então, por *meio do direito*, e, nesta hipótese, cria-se um estatuto legal que a normatize.

Também com referência a ela se abrem duas opções: ou a *opção socialista*, que transfere a propriedade da terra para o Estado, imediatamente, sem formalidades legais, elimina a liberdade de iniciativa e determina as formas de assentamento e as tarefas dos camponeses dentro de um plano global do Estado; ou a *opção democrática*, que, respeitando o direito de propriedade, subordina o domínio, a posse e o uso da terra à sua função social e busca corrigir a anomalia fundiária através do processo legal.

O Estatuto da Terra optou

pela solução democrática. E, de fato, – como se declara na Mensagem nº 33 que o encaminhou ao Congresso – não se limitou a ser uma lei da reforma agrária, visou, também, à modernização da política agrícola do País, com o objetivo de se constituir num Estatuto de Desenvolvimento Rural.

Na verdade, o Desenvolvimento Rural – em seus aspectos econômicos e sociais – é a meta perseguida pela Política Agrária, entendida em seu mais amplo e correto sentido. E a própria reforma agrária é apenas um capítulo dessa Política Agrária que, na lúcida visão de Vivanco, tem caráter científico e, por isso mesmo, validade universal.

E esse caráter científico – porque independente de fatores e interesses puramente circunstanciais e transitórios – e essa validade universal da Política Agrária se revelam pelos três fins essenciais que ela objetiva: a conservação dos recursos naturais, humanos e culturais, o incremento racional da produção e a segurança e progresso da comunidade rural, tudo isso com vistas a alcançar o bem-estar da comunidade em geral. A concretização do bem comum.

O Estatuto da Terra – como tudo que é humano – não é obra perfeita. É fruto de um tempo tempestuoso da vida nacional. Nasceu sob o signo de uma crise social e política. Num momento em que se antagonizavam forças radicalizantes – de

um lado, os que pretendiam uma reforma agrária socializante, do outro os que nada queriam ceder dos seus privilégios sobre a terra.

Poucos eram os que se mantinham numa posição de equilíbrio entre essas tendências polarizantes. E eu me felicito por estar entre estes, pois como proclama a velha máxima romana, *in medio est virtus*. Quis a Providência que eu estivesse à testa da Promotoria de Justiça de Camaquã, quando fermentava a questão agrária, em 1962. E por imposição funcional me coube a tarefa de ajuizar naquela comarca as desapropriações nas terras do “Banhado do Colégio”, ordenada pelo então Governador do Estado. Esta seria uma experiência que viria a marcar a minha vida funcional por longo tempo...

Em virtude de minha atuação nessas desapropriações, fui trazido a Porto Alegre e designado pelo Procurador-Geral da Justiça para a Procuradoria de Terras, com o simultâneo assessoramento do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, no novo Governo que se inaugurava no Estado, em 1963.

Todos esses fatos vieram revigorar a minha intimidade e meu interesse com a questão agrária. Como Assessor Jurídico do IGRA, onde atuei por oito anos, fui designado pelo Governador Ildo Meneghetti, para participar, juntamente com um selecionado grupo de ilustres agrônomos e técnicos do Esta-

do, de uma Comissão Especial destinada a oferecer ao Governo os estudos e subsídios necessários, que, concluídos, foram reunidos em alentado documento, sob o título de "Bases e Diretrizes para uma Reforma Agrária no Estado".

O Estatuto da Terra ainda não nascera, como é óbvio. Os projetos sobre a reclamada Reforma Agrária transitavam no Congresso Nacional. E os Estados, especialmente o Rio Grande do Sul, onde prematuramente se desencadearam processos de desapropriação de terras (no entendimento de que os Estados eram, para tanto, competentes), tinham um interesse justificado em participar do debate e contribuir com proposições a respeito. E muitas proposições pertinentes enviou o Rio Grande, através do IGRA, ao Congresso Nacional, pioneiro que se fizera no processo reformista e já com pesquisas realizadas sobre o assunto.

Até que explodiu o Movimento Revolucionário de 31 de março. E o Estatuto da Terra surgiria na proa das transformações que estariam por vir. Mas, enquanto durou, o IGRA não cessou seus estudos e atividades no setor agrário. Atraiu a Porto Alegre técnicos competentes do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária (CIRA), órgão da OEA, que ministraram ao corpo de técnicos e funcionários do IGRA (e eu entre eles) cursos

específicos sobre desenvolvimento rural e reforma agrária.

Mas não se ficou nisso. O Rio Grande, que foi pioneiro na deflagração do processo reformista, em 1962, avançaria na frente nos estudos, levantamentos de dados e no debate sobre o problema agrário.

DEBATES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

Promulgado o Estatuto da Terra – e declarado o Rio Grande do Sul como "zona prioritária de Reforma Agrária" – continuou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) as suas atividades nas áreas já anteriormente submetidas à sua administração, sendo as mais importantes as do "Banhado do Colégio" e da "Fazenda Sarandi" (também desapropriada), e nas quais se consolidavam, embora ainda pendentes de solução na Justiça, a posse e os assentamentos agrícolas planejados pelo Estado.

Enquanto isso, as pesquisas, as reflexões e o intercâmbio do IGRA com entidades afins do País e do exterior, especialmente com o IICA e o CIRA, continuavam. Em 1966, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul designou a Direção do IGRA e de seu Gabinete de assessoria e Planejamento (GAP), para uma coordenação de esforços, conhecimentos e experiências de técnicos de vários órgãos da

esfera estadual e federal entre estes a Secretaria da Agricultura, Secretaria da Economia, a CESA, o IRGA, o DNOS, no sentido de pesquisar a viabilidade de concentrar esforços dentro de uma área específica, objetivando imprimir modificações fundamentais na utilização dos recursos naturais da região compreendida pelas bacias hidrográficas dos arroios Duro, Velhaco e Sutil.

Para a elaboração do Projeto, o Grupo de Trabalho RA LITORAL SUL contou, igualmente, com a colaboração do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), da Organização dos Estados Americanos (OEA), especializados em assuntos de Agricultura, com vistas a enquadrar o Projeto nos requisitos dos organismos internacionais de crédito, para obtenção de financiamento externo, para a execução desse plano de reforma agrária da região, que seria, sem dúvida, o que de mais sério, técnico e científico foi elaborado no Brasil em matéria de planejamento de reformulação agroeconômica agrária, e que serviria de modelo (e ainda pode servir atualmente), para futuros projetos reformistas em nosso País.

Esse projeto, denominado Litoral Sul (PRALS), abrangia os municípios de Camaquã e Tapes, parte dos municípios de

Barra do Ribeiro e São Lourenço. Pretendendo, numa primeira fase, a realocação de 1.670 famílias, numa área de 41.900 ha, na região de Camaquã, dilatar-se-ia por 260.000 ha em sua complementação, reformulando totalmente toda a região por ele abrangida. Seu esquema completo foi apresentado por seus autores e pode ser lido no alentado volume, que condensa os trabalhos apresentados na IV Semana Social, do ISCRE (hoje nosso Instituto de Desenvolvimento Cultural, IDC), sobre a Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, realizada em 1969, em Porto Alegre.*

Mas, voltemos ao ponto – a preocupação do Estado sul-riograndense com a questão agrária. . .

Em 1967, a Assembléia Legislativa do Estado inaugurava os seus Ciclos de Estudos Sócio-Econômicos do Rio Grande do Sul. E dedicou o 1º Ciclo, sob a inspiração e coordenação dos Deps. Harry Sauer e Fernando Gonçalves (ex-Presidente do IGRA) à Reforma Agrária. Foi este um acontecimento marcante e memorável, pode-se afirmar, na história do Legislativo gaúcho. Pois, de 16 a 20 de outubro, daquele ano, realizou-se ali o mais amplo, profundo e brilhante debate sobre a questão agrária, na época, em nosso País.

* A obra citada pode ser adquirida no Instituto de desenvolvimento Cultural.

Para esse evento (em que o autor deste artigo participou, modestamente, em um dos seus painéis) foram convidados e nele atuaram técnicos, estudiosos, professores e autoridades exponenciais do Brasil e da América Latina, trazendo dados, idéias, experiências e outras contribuições valiosíssimas ao entendimento e equacionamento da Reforma Agrária. Entre eles, o Dr. Victor Gimenez Landinez, Diretor de Programas de Reforma Agrária do IICA, ex-Ministro da Agricultura da Venezuela e ex-Embaixador daquele país na Itália, Enrique Torres Llosa, ex-Ministro da Agricultura no Peru, então Especialista Regional do IICA, Dr. José Emílio de Araújo, Chefe do Centro Interamericano de Reforma Agrária (CIRA) e Desenvolvimento Rural, o Bispo de Facativa, na Colômbia, Dom Raul Zambrano, Dr. Jefferson Rangel, Chefe de Programas do IICA no Brasil e Antônio Gilles, Especialista Regional do IICA no Brasil, Arnaldo Veras, Especialista do IICA no Paraguai, além do Ministro da Agricultura, na época, Ivo Arzua, Prof. Rui Cirne Lima, representantes do IBRA (hoje INCRA), IGRA, FARSUL, FETAG, Universidade do Rio Grande do Sul e outras entidades educacionais ligadas ao assunto.

Desse marcante Ciclo de Estudos ficou um precioso volume da série "Documentos Parlamentares" – *Reforma Agrária*, – da Assembléia Legislativa, onde todos os especialistas e autori-

dades já mencionadas, debateram exaustivamente com Deputados, e todos quantos participaram daquele encontro, a questão agrária em todos os seus aspectos. Esses "anais" deveriam, hoje, ser lidos e meditados por todos aqueles que são responsáveis pela implantação da Reforma Agrária em nosso País e, também, por aqueles que, ignorantes do assunto, gostam de emitir palpites infelizes sobre um assunto tão complexo e de tanta relevância.

Em 1969, o Instituto Social Cristão de Reforma de Estruturas, (ISCRE, atualmente IDC, – Instituto de Desenvolvimento Cultural), que vinha estudando as condições e possibilidades do Rio Grande do Sul, através de encontros de reflexão e debates, denominados Semanas Sociais do Rio Grande do Sul, dedicou sua IV Semana ao tema: "Reforma Agrária do Rio Grande do Sul."

Para esse evento, que também marcou a paisagem cultural do Estado, o Instituto contou com a presença do então Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA, hoje INCRA), Gen Carlos de Moraes, que pronunciou o discurso de abertura. Nele foi apresentado, em todos os seus detalhes técnicos, o projeto de reforma agrária, anteriormente mencionado, o "Litoral Sul" (PRALS), pelos seus autores, João Teófilo R. Mattos, Antônio Giles, José Barrios e Jorge Wolfgang Groleig. Tive, igualmente, a feliz oportu-

nidade de apresentar o meu trabalho sobre a "Estrutura Agrária do Rio Grande do Sul", já então completado com os levantamentos recentes realizados pelo IBRA. O Economista João Domingos Corrêa participou com seu interessante trabalho sobre os "Centros Cooperativos de Treinamento Agrícola", do Rio Grande do Sul. O Economista Remi Stein, técnico do IGRA, trouxe ao debate "Os Projetos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul" – Experiência do IGRA. O interessante tema sobre "Associativismo no Contexto da Reforma Agrária" foi abordado talentosamente pelos Professores Roque Lauschner, S. J. e Martinho Lenz, S. J., com substanciosos dados sobre o cooperativismo no Estado. José F. Sanchothene Felice, na época, Delegado do IBRA/RS, contribuiu com uma lúcida exposição sobre "Estrutura Agrária Irracional como Obstáculo ao Desenvolvimento". E Porto Alegre, nessa "Semana Social", teria, mais uma vez, a satisfação de ouvir as conferências magistrais dos dois ilustres professores e eminentes técnicos da Organização dos Estados Americanos, Dr. Enrique Torres Llosa, Diretor dos Programas de Reforma Agrária do IICA, com seu trabalho sobre "A Reforma Agrária na América Latina, Condição para o Desenvolvimento", e o Dr. José Emílio Gonçalves Araújo, então Diretor do IICA-CIRA, abordando o seu trabalho sobre "Uma Sistemática do Processo Reformis-

ta", e que seria, mais tarde, em 1971, publicado, na Revista *Desarrollo Rural En Las Americas* (editada pelas ref. entidades da OEA, Vol. III, nº 1, Enero-Abril, 1971).

Esses dois ciclos de estudos sobre a questão agrária, no Rio Grande, foram, sem dúvida, os mais importantes, no atinente ao enfoque específico da Reforma Agrária. Outros encontros e debates foram efetivados a respeito, posteriormente. Produtivos e interessantes. Mas, ousou acreditar que não deixaram, como os que acima citei, os substanciosos volumes de subsídios valiosos que esses dois eventos culturais proporcionaram.

Por aqui encerro essa rápida abordagem sobre as origens da pequena propriedade e a formação dos minifúndios – a outra face da anomalia fundiária, a desafiar o processo de Reforma Agrária.

Depois do breve registro que apresentei sobre a situação econômica e social – e também de inquietação política – que levou o Brasil a assinar a Carta de Punta de Leste e a promulgar o Estatuto da Terra, busquei assinalar os mais importantes debates que se realizaram no Rio Grande do Sul sobre a questão agrária e os acontecimentos que nela me envolveram, razão, talvez, que me põe aqui a escrever este trabalho. Trabalho que pretendo acabar no próximo segmento, quando me atreverei a fazer uma breve

análise crítica do Estatuto da Terra e uma sintética abordagem da sistemática do processo reformista agrário.



PEDRO MONTENEGRO BARBOSA – Procurador de Justiça aposentado. Advogado, membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul. Ex-Assessor Jurídico do extinto IRGA (Instituto Gaúcho de Reforma Agrária). Foi membro da Comissão Governamental que apresentou as Diretrizes e Bases para um Programa Estadual de Reforma Agrária, 1964. Presidente do Instituto de Desenvolvimento Cultural. Autor do trabalho sobre “Estrutura Agrária do Rio Grande do Sul”, na IV Semana Social do Rio Grande do Sul, em 1969, promovida pelo ISCRE.

TRANQUILIDADE

É O QUE VOCÊ
CONQUISTA QUANDO
SE ASSOCIA AO GBOEX.



**GRÊMIO
BENEFICENTE**



"GEN AMARO SOARES BITTENCOURT — TRAÇOS DE UM PERFIL"

Sérgio Roberto Dentino Morgado

"Efetivamente este nome vale por si só e é por isso que, propositadamente, não o adjetivamos, a fim de não toldar o brilho dessa jóia que é a sua encantadora modéstia."

Cel CARMERIO GONDIN

*Comandante da Escola de
Aperfeiçoamento de Oficiais*

A história biográfica constitui excelente fonte de inspiração de vida, nem sempre bem explorada nos dias atuais.

O presente artigo, produto de pesquisa desenvolvida pela Comissão de Pesquisa Histórica Básica de A Defesa Nacional e Arquivo Histórico do Exército, registra uma síntese da vida do General Amaro Soares Bittencourt e aspectos da conjuntura do Exército e do ambiente político do seu tempo. Escrito em linguagem leve e simples e narrativa atraente, vale a pena ser lido.

A personalidade do Gen Amaro Soares Bittencourt foi ornada de múltiplas facetas.

Cada uma mais cativante e mais reveladora.

Aqueles que o conheceram, privaram de sua amizade e com ele serviram, trabalharam ou conviveram, puderam mais de perto sentir, avaliar e usufruir de seus atributos.

* Elogio consignado por seu Comandante na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Seu grande interesse, a Eletrotécnica, constante em sua vida, não se conflitou com seu espírito militar; ao contrário, deu-lhe maior realce.

O gaúcho Amaro Soares Bittencourt nasceu na pequena vila de Taquari.

Seus pais, Alvaro Soares de Azambuja e Honorina Bittencourt Azambuja, em quadra difícil para as finanças e a economia do País, buscavam manter-se, gerindo modesta casa comercial: um armazém de secos, molhados e utilidades várias, que, no linguajar sulino se conhece como "boliche".

Desde garoto, acostumou-se ao trabalho e a levantar de madrugada. Aos poucos, foi sendo encarregado de serviços diversos, principalmente da entrega de mercadorias e do atendimento à freguesia, junto ao balcão.

Aprendeu a ler, escrever e contar, em sua própria vila natal. Esperto, inteligente e aplicado, instruiu-se depressa. Esses traços chamaram para si a atenção do seu professor, que passou a dedicar-lhe maior interesse. Dentre em pouco, Amaro era o menino da "aula" que melhor lia, escrevia e fazia as quatro operações.

A boa índole e o coração generoso levaram-no, mal contando treze anos de idade, a tornar-se professor, criando situações como a de receber na sala um rapazote, imigrante italiano, de sua idade, seu companheiro de folguedos, que lhe veio a ser o primeiro aluno. Fol-

guedos de lado, Amaro lhe transmitiu, com empenho de adulto, os mesmos ensinamentos que aprendera. Seu discípulo não o decepcionou.

Corre o tempo, e a Vila de Santo Amaro, depois Vila de Margem - hoje denominada General Câmara - foi aquinhoadada com uma estação, ao ser inaugurado o trecho ferroviário entre o povoado da Margem do Taquari e o de Cachoeira do Sul. Algumas vezes, o jovem Amaro esteve nesse povoado.

Numa delas, indo à estação, deparou com o aparelho telegráfico a emitir os sons dos sinais breves e longos do código Morse e viu, também, a estreita fita de papel a correr e a receber impressos esses mesmos sinais, compondo uma mensagem.

Esperto, inteligente e sempre curioso, ávido de novos conhecimentos, Amaro interessou-se pelo assunto. Pediu que lhe ensinassem. Seu empenho foi notado. Bom ouvido, aprendeu depressa. Praticou sem cessar, sem querer largar o manipulador. Contemplava os vidros com o ácido, os elementos de cobre, o líquido meio esverdeado, os fios de cobre que se ligavam aos bornes, o maquinismo de relojoaria, a chave que lhe dava vida. Quanta novidade! Estava empolgado: poder "falar" com alguém distante e trocar mensagens!

Um dia, o telegrafista efetivo adoeceu gravemente.

Não havia como substituí-lo, de pronto. O chefe da estação

lembrou-se, então, do rapazinho de 15 anos, o praticante, mas já aproveitável. Amaro ocupou o lugar do outro, vindo, a seu turno, a tornar-se telegrafista efetivo da ferrovia. Diariamente, vencida a distância de casa à estação, a pé, ou no lombo de um burrico, para chegar, às cinco e meia da madrugada, ligar o aparelho e avisar à estação seguinte, liberando a linha férrea para o trem que partia. Ali, confirmava-se, precoce, o senso de responsabilidade.

Mas, se a telegrafia com fio lhe agradava, não chegava a ser uma vocação. Seus horizontes, mais amplos, atingiam os sonhos de ser oficial do Exército. Entretanto, insulado nas pequenas vilas do interior e trabalhando para sustentar-se e ajudar os pais, não lhe sobrava tempo para os estudos mais adiantados, necessários à preparação para os exames de suficiência para o curso de formação. Por outro lado, tinha condições para a aprovação em exames parcelados, chamados de "preparatórios", perante bancas nomeadas pelo Governo, na capital do Estado, que lhe dessem condições de ingressar no ensino superior. O obstáculo foi superado quando o Exército, na busca permanente de vocações para recompletar seus efetivos e renovar seus quadros, criou escolas "preparatórias", visando a recrutar os candidatos vocacionados à Escola Militar que não satisfizessem às exigências do ensino Superior ali ministrado.

Devidamente orientado, Amaro bateu às portas de um quartel e sentou praça no 2º Batalhão de Engenharia de Rio Pardo. Como tal, teve garantida sua matrícula, prioritária para militares, na Escola Preparatória e de Tática, então sediada em Rio Pardo, no Rio Grande do Sul.

Ressaltam-se duas coincidências notáveis: a primeira, a de que Amaro verificara praça em uma Unidade de Engenharia, Arma na qual despontaria, mais tarde, como oficial; a outra, a de que, em sua organização, essa Unidade dispunha de uma Companhia de Estrada de Ferro e de Telégrafos, atividades com as quais tanto se familiarizara.

Mas, foi como aluno militar que sua vida na carreira se iniciou, no remoinho das transformações trazidas com a República.

Estava surgindo um novo Exército, despertado pelo desastre de Canudos, órfão dos grandes chefes da época do Império, dos chefes da Campanha do Paraguai. Ressurgia empolgado pela vitalidade e pela vontade do Gen Hermes da Fonseca.

O término de seu curso preparatório coincidiu com o episódio da revolta contra a vacina obrigatória, que eclodira no Rio de Janeiro, e da qual resultaria o fechamento da Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha, na época, principal centro de formação de nossos oficiais – bacharéis na sua essência, fruto do pensamento e da ação de Ben-

jamin Constant e de seus seguidores.

Este fato gerou, ainda, grandes transformações no nosso Ensino de Formação.

Para Amaro, redundou na volta à tropa e em um estágio como soldado, no 4º Regimento de Artilharia de Campanha, aquartelado em Bajé, onde chegou a ser promovido a anseçada, a atual graduação de cabo.

Para a sua Escola, mudança de nome e de destinação. O Decreto nº 5.698, de 2 de outubro de 1905, criava a Escola de Guerra de Porto Alegre, "que mostrava, pelo nome, a determinação de formar guerreiros, para a defesa interna e externa da Pátria, e não mais Oficiais Bacharéis ou Doutores em Ciências Físicas e Matemáticas, que não conseguiram responder à altura aos desafios operacionais no campo da Segurança Interna, gerados com as Revoltas de Canudos, da Esquadra e da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, no final do século dezenove".

Era o início do esforço de profissionalização.

Pôde, então, o jovem aluno retomar o seu caminho. Com ele, muitos dos que, no Rio, participaram do episódio da Revolta contra a vacina. Em Porto Alegre, reintegrados ao Exército, puderam matricular-se naquela Escola, e no seu tempo, enriqueceram a história do Exército, tornando-se grandes chefes militares das décadas de 30 e 40.

Nessa Escola, preparou-se para o oficialato, por dois anos, recebendo aulas teóricas de Física e Química, que muito o atraíram. Seus conhecimentos se ampliaram e alicerçaram. Teve, então, a oportunidade de reconhecer em livros e em laboratórios, aqueles assuntos e personagens que tanta curiosidade e tanto agrado lhe haviam causado na meninice.

Em seguida, a conclusão do curso; breve, de dez meses, na Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria em que se aprofundou na parte militar de sua formação. Nela, voltou à prática da telegrafia, além de aprender telefonia, fotografia e criptografia.

Ampliados os seus conhecimentos, alicerçados pela prática e pela aplicação no campo militar, em 2 de janeiro de 1909, foi declarado Aspirante a Oficial de Infantaria e Cavalaria.

A vida de aluno demonstrava sua aptidão para a especulação científica e despertara, de forma definida, sua vocação.

Os conhecimentos adquiridos possibilitaram-lhe as condições para requerer licença, que obteve, para cursar a Escola de Artilharia e Engenharia, na Capital Federal, no subúrbio carioca de Realengo.

Seus alunos, já oficiais, frequentavam-na em regime escolar de externato. Alguns, já casados, levando vida caseira, diferente dos solteiros congregados em "repúblicas", de que havia várias, espalhando-se pelo

Realengo, Campinho, Cascadura e, até, o centro da cidade.

Amaro alojou-se em uma delas, no Campinho.

O trajeto de ir e vir, cumpria-o de trem, passando diariamente pelo sobrado junto à estação, residência de Olga Ramos, jovem, bonita e fagueira. Logo, percebeu a moça coincidir seus horários no portão, a tempo de retribuir-lhe a atenção, com o olhar e o sorriso. O namoro resultou em casamento.

O curso da Escola de Artilharia e Engenharia era feito em duas etapas. Dois anos para a fase de Artilharia e outros três para a de Engenharia.

Havia matérias comuns aos dois cursos.

Na instrução teórica, a Física e a Química aplicadas à arte da guerra, isto é, ao que se relacionasse com explosivos, telegrafia, telefonia, fotografia e a uma novidade: a aerostação (balões e aviões – o mais leve e o mais pesado que o ar). Resalte-se, entretanto, o interesse e o conhecimento aprofundados que Amaro passara a ter pela eletricidade.

Na instrução militar propriamente dita, a prática de telegrafia, telefonia e fotografia. Os progressos nesses campos foram notáveis.

Nosso Exército já ingressara na modernização e reorganização. Seus oficiais cursavam e estagiavam no exterior, em particular Alemanha e França. De regresso, divulgavam seus co-

nhecimentos e congregavam-se para melhor difundi-los.

Artigos em jornais e revistas mostravam o ardor de que estavam possuídos e o objetivo que pretendiam fosse mantido e desenvolvido: a profissionalização do Exército, mensagem permanente dos "jovens turcos", tempo do surgimento de *A Defesa Nacional*.

A telegrafia e a telefonia sem fio aperfeiçoavam-se. Nosso Exército, cobiçado como futuro bom freguês, recebia propostas e testava aparelhos de fabricantes europeus.

Por essa época, Amaro terminava o curso. Ao concluí-lo, conforme permitia uma Lei ainda do tempo do Império, transferiu-se para a Arma da Engenharia, recém-criada.

Sua primeira Unidade como oficial de Arma foi o 3º Batalhão de Engenharia. O destino conduzia-o ao mesmo 2º Batalhão de Engenharia em que sentara praça em Rio Pardo e que, agora, encontrava-se construindo a estrada de ferro de Cruz Alta a Ijuí, com a nova denominação.

Forçado a relegar a outro plano a eletricidade, Amaro lidou por cerca de sete anos, com trilhos, tijolos, dormentes, locomotivas, desenhos, cálculos, empreiteiros, trabalhadores e firmas estrangeiras.

Responsável pela construção da ponte sobre o rio Ijuí, desempenhou, no 3º Batalhão, diversas funções. Comandou as Companhias, chefou o Tráfego,

o Escritório Técnico, a Locação e a Construção.

Sua vida, ora no campo, ora na vila e na cidade, em casas de madeira, raras vezes de alvenaria, sem os confortos da cidade grande, foi difícil e penosa, mas encerrou seus encantos, na companhia da jovem esposa e com a alegria dos dois primeiros filhos.

O nascimento dos meninos permitiu-lhe a oportunidade para render homenagens aos sábios e inventores a quem dedicava tanta admiração. Ao primeiro, deu o nome de Kelvin, lorde inglês que inventou o galvanômetro para o recebimento de sinais telegráficos; ao segundo, o de Hertz, cientista que observou as ondas que lhe receberam o nome e cruzam o éter, nas emissões radiofônicas.

O casal teria mais um filho, nascido em 1924, que recebeu o nome de Ajax, o guerreiro grego da Lenda de Tróia. A seguir-se uma regra, poder-se-ia deduzir ser uma homenagem a seu lado bélico.

Nesta fase de sua vida, há uma breve passagem pelo Rio de Janeiro, como instrutor na Escola Militar, em Realengo, "coadjuvante do ensino prático", como se chamava então. Mas, aí, só permaneceu até o fim do ano letivo.

De retorno a Cruz Alta, foi destacado para prestar serviços na Residência de Engenharia de Santo Ângelo.

Sua experiência como construtor de ferrovias durou até

1920, quando foi transferido para Curitiba, para servir no 5º Batalhão de Engenharia. Doravante, a rigor, iria lidar tão-somente com a instrução da tropa. Dedicou-se a preparar seus soldados com o mesmo empenho de sempre, transformando analfabetos em soldados aptos para os exames de recruta.

Nem o frio intenso, nem a geada quebraram a sua determinação. Obteve excelentes resultados.

Entretanto, a permanência em Curitiba – apesar de pouco mais de um ano – representou uma nova oportunidade para fortalecer sua vocação de Engenheiro de Eletricidade. O fato se deu menos de um mês depois de sua chegada: convidado, aceitou e viu-se nomeado para lecionar a cadeira de Eletrotécnica e suas aplicações, na Faculdade de Engenharia do Paraná. Contava, então, 35 anos.

Em 1922, deslocou-se para o Rio, à disposição do Estado-Maior do Exército, para cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Na ocasião, o Exército sofreu a influência da Missão Militar Francesa; e o "Episódio dos 18 do Forte" marcou a agitação política e o início do "Tenentismo".

Na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, travou contato com os instrutores franceses; principalmente, o Comandante Thiebert, a quem, no futuro, iria substituir. No final de 1922, nas manobras de outubro, na região

de Rio Claro, em São Paulo, exerceu as funções de Adjunto do Serviço Telegráfico do I Exército.

Concluiu o curso, classificado em 1º lugar entre os de sua Arma, o que o qualificou a ser convidado para permanecer como instrutor da Escola. Aceito o convite, desempenhou a função por oito anos, quase uma década, desenvolvendo larga experiência bélica, em especial, ao participar, a cada final de curso, das manobras do Estado-Maior do Exército, sempre em funções ligadas ao Serviço de Transmissões. Pioneiro, nas manobras de 1923, instruiu, antes de partir, os integrantes da Companhia de Transmissões do 1º Batalhão de Engenharia, no manejo dos aparelhos de rádio, recém-chegados da Europa.

Sua permanência na EsAO foi brilhante. Destacado instrutor, de valor reconhecido, comumente substituiu os mestres franceses, professando os cursos, em seus lugares.

Nesse período, sua atividade não se limitou aos muros da EsAO, tendo sido um dos organizadores do Centro de Instrução de Transmissões, o CIT, considerado o embrião da nossa atual Escola de Comunicações.

Em fins de 1924, um outro episódio marcaria sua vida e influiria em sua carreira.

Designado Chefe do Serviço de Transmissões das Forças em Operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina, serviu às ordens do Gen Rondon. Legalis-

ta, lutou contra os Tenentes do Gen Isidoro Dias Lopes que, abandonando São Paulo, defendiam, agora, seus ideais no Oeste do Paraná, instalando seu Quartel-General na região de Catanduvas, próximo de Guaraçuva.

Nesse ambiente de batalha, o técnico teve a oportunidade de confirmar sua vocação de soldado, de coragem tranqüila, segura, pleno de iniciativas felizes, confiante, audaz.

Rondon, instalado inicialmente em Laranjeiras, onde existia uma pista de aterragem, interditada por causa das chuvas, decidiu aproximar seu Quartel-General, avançando-o para a região de Formigas.

Os rebeldes, sabedores da possível presença de Rondon nessa localidade, decidiram atacá-la.

João Cabanas – um antigo tenente do Regimento Estadual de Cavalaria de São Paulo – à testa de sua "Coluna da Morte", cerca de 300 homens, inclusive alguns paraguaios, foi designado para conduzi-lo. Poder-se-ia adivinhar a ação violenta e sangrenta, logo confirmada, no ataque de surpresa. Amaro se portou com bravura e sangue frio, mantendo-se no posto telefônico e telegráfico, em comunicação constante com o restante das Forças. Quando ali não pôde mais permanecer, pela intensidade do fogo rebelde e face a uma ameaça de envolvimento, retirou os aparelhos e, após pô-los a salvo, incorporou-se ao

reduzido Esquadrão do 4º Regimento de Cavalaria Divisionária, comandado pelo Cap Mário Xavier, com ele cooperando na assistência local e no combate em retirada que tiveram de sustentar.

Seu valor combativo se pronunciaria outras vezes.

Nos idos de março de 25, por ocasião de um ataque rebelde à retaguarda da Polícia Baiana, na região de Roncador, sem medir sacrifícios, nem se preocupar com a desigualdade com que entrava na luta para se opor ao ataque, avançou e lutou.

Quando percebeu que lhe poderiam faltar elementos para prosseguir, resolveu fazer novo esforço para desalojar o inimigo das trincheiras. Então, preparou e carregou. Os rebeldes fugiram, entregando-lhe as trincheiras. Com a sua ação decidida, evitou a perda do Posto de Suprimento de um dos Destacamentos, o do Cel Mariante.

Desses fatos, nunca fez alarde, como era do seu feitio. Mas, dessa Campanha participaram ilustres soldados, notabilizados em futuro próximo, que levariam no espírito a imagem do técnico combatente a defender seu Posto de Transmissões e a carregar contra trincheiras, nos momentos de necessidade extrema e de execução.

O Gen Rondon, na sua proclamação, citou a proficiência de seu Chefe de serviço de Transmissões. Nele, além das qualidades muito especiais de

técnico, que o recomendavam para a função, vêem-se reveladas rara energia, calma e coragem refletida, além de enorme capacidade de comando, caracterizadas em combate.

Haviam-se passado oito meses, desde que partira de casa. Terminada a Campanha, encontraria agora o caminho do lar e a paz da Escola, a repassar ricas experiências.

Em fevereiro de 1925, acumulou as funções de Professor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, indicado para as cadeiras de Eletricidade e Transmissões. Voltava ao elemento que lhe era mais agradável; e, logo, começou mais uma etapa significativa de sua vida.

No mês de março de 1926, reuniram-se em convenção, no Rio de Janeiro, os amadores em transmissão em ondas curtas. Dessa reunião, resultou a Associação Brasileira de Radioamadores, tendo Amaro como um dos fundadores.

No mesmo impulso, surgiu a revista *Antena – Rádio para Todos* que, desde então, vem circulando, renovando-se até nossos dias. É de se imaginar o fervor com que se entregou Amaro à missão voluntária, junto com Meira de Vasconcelos, capitão como ele, no Corpo de Redatores. O resultado foi uma série memorável de artigos intitulados "Eletricidade". Amaro chegou a ser Redator-Chefe da Revista. Não se esgotou na Re-

vista, entretanto, sua produção intelectual, sempre estimulada pelo tema de sua especialidade; tendo publicado livros que comporiam, com outros, a "Biblioteca do Radioamador". Esteio redatorial de *Antena*, foi sob sua orientação técnica que a Revista atingiu seu apogeu. Mesmo depois de se desvincular de sua direção – por outros afazeres –, nunca deixou de colaborar com ela. Participava, sempre que podia.

Essas circunstâncias terão sido consideradas pelo Ministro da Guerra a fim de nomeá-lo Chefe do Serviço Rádio do Exército, cargo que desempenharia cumulativamente com a direção do Centro de Instrução de Transmissões.

No País, a política continuava em efervescência, conduzindo-o à Revolução Constitucionalista de São Paulo. Cursava, Amaro, a Escola de Estado-Maior, na ocasião; e, enquanto grande número de oficiais das duas Escolas, Estado-Maior e Aperfeiçoamento, eram integrados aos Comandos e Estado-Maiores das Unidades e Grandes Unidades envolvidas, Amaro permaneceu adido ao Departamento de Guerra, prestando serviço em sua especialidade.

De volta à normalidade, concluiu o curso, novamente em 1º lugar, com menção "muito Bem". Um bicoroadado, no jargão do Exército de hoje.

Em 1934, ascendeu o General Pedro Aurélio de Goes Monteiro ao cargo de Ministro da

Guerra. Amaro, já tenente-coronel, foi chamado a desempenhar as funções de Oficial do Gabinete do Ministro, do qual viria a ser Chefe.

Dessa fase, deixou em seus superiores a mesma impressão de brilho de outras oportunidades. O Ministro Goes Monteiro chegou a confidenciar a um amigo: "o indivíduo melhor que já tive no Gabinete, moralmente, intelectualmente, como profissional, como soldado, foi o Amaro".

Tenente-Coronel antigo, sente a atração pelo desafio do comando. Amaro desejava realizar-se, complementar-se após a experiência vivida. Fora honrosa a missão; mas, sentia-se incompleta, sem viver os problemas do comando, que observara na experiência alheia, de sua mesa no Gabinete. Naquela ocasião, o Gen Goes iniciava uma reformulação da Engenharia, acompanhando a evolução da transposição de cursos de água. A Engenharia de pontes teria que estar à beira dos rios. Com esse espírito, criou, então, dois Batalhões de Pontoneiros: O 1º, às margens do rio Sapucaí; o 2º, em Cachoeira, banhado pelo Jacuí.

Amaro solicitou e recebeu o Comando do Batalhão de Cachoeira. Missão árdua. Para ele, o desafio tinha sabor de realização de carreira. Afinal, fora por ali que ingressara na vida militar.

Encontrou, em Cachoeira, um quartel vazio. O 3º de Sapa-

dores, que o ocupara, fora transformado em Batalhão Rodoviário e dali transferido para Bento Gonçalves.

Cabia-lhe dar vida à Unidade. Mostrou, então, ser um grande organizador. Cercou-se de bons quadros, principalmente oficiais: convidando, dentre outros, o Cap Lyra Tavares, que servia em Vacaria e que, prontamente, aceitou. Era o seu único oficial com curso de aperfeiçoamento.

Quanto às praças, verdadeiro desastre. Poder-se-ia imaginar serem os conscritos que haviam sobrado de todas as incorporações, tais as precariedades de motivação, de aparência e de disposição para se enquadrarem à disciplina militar.

A experiência vivida não se lhe apagaria da memória. Com seus oficiais, viu o final do ano chegar; o Batalhão tinindo, ao seu feitio: enquadrado, instruído, pronto! Amaro, promovido a coronel, passou o Comando para assumir outro Batalhão.

Dessa feita em Lajes, Santa Catarina. Era o 2º Batalhão de Sapadores abrindo caminhos, construindo o trecho da estrada de rodagem entre Lajes e o Passo do Socorro, na divisa entre o Rio Grande e Santa Catarina.

Para sua felicidade, do outro lado da fronteira estadual, comandando o 1º Batalhão de Sapadores, seu amigo de sempre, o Cel Raul Silveira de Melo, com idêntica missão no território gaúcho, referente ao trecho

Passo do Socorro-Vacaria. Pedacos da história de nossos Transportes, de como e de quem construiu trechos que vieram a compor a atual BR-116, espinha dorsal de nossa malha rodoviária.

Política novamente em evidência. Interesses, manobras e confabulações voltavam a caminhar *pari passu* com a labuta cotidiana dos quartéis.

Desta feita, no Sul, Flores da Cunha, discípulo de Pinheiro Machado, almejava o poder. Nos pagos, manejando batalhões de "provisórios", tornara-se um verdadeiro condestável.

Goes Monteiro, tático, hábil, visão do estrategista, experiente da Campanha de 1930, da qual fora um dos principais chefes militares, movimentou suas pedras e fechou os acessos de Flores para o Norte.

Outra vez, tem Amaro a oportunidade de temperar suas aptidões.

Com a missão de barrar os "provisórios" de Flores da Cunha, o 2º Batalhão de Sapadores recebeu, em reforço, uma Cia do 14º Batalhão de Caçadores, um Esquadrão e uma Seção de Metralhadoras do 5º RCD e elementos da Força Pública de Santa Catarina, constituindo o Destacamento Amaro.

Do outro lado do rio, servindo no Batalhão do amigo Raul, seu filho Kelvin, colocado lá na frente, à testa da Unidade, para ficar perto do pai, até o final da missão.

Essas experiências de com-

bate que lhe ornaram o caráter militar nunca chegaram a afastá-lo de sua vocação de menino. E ei-lo deixando Lajes, recebendo o comando da Escola Técnica do Exército, sediada, então, na Rua Moncorvo Filho (onde hoje funciona a Policlínica Militar, no Rio de Janeiro).

Nela, desenvolveu laboriosa atividade, culminando com a regulamentação do Quadro de Técnicos do Exército (o atual Quadro de Engenheiros Militares).

A promoção a general foi um prêmio que lhe chegou quando estava no Comando da Escola, em janeiro de 1939.

Recebeu, então, o Comando da 9ª RM (MT) onde ficou por pouco tempo. Retornou à Capital Federal, no Rio de Janeiro, como 1º Subchefe do Estado-Maior do Exército, comissão também de curta duração, antes de iniciar outra fase de brilho em sua carreira, espraçando-a fora do Brasil.

Nomeado Adido Militar nos EUA, acumulou a função com as de Chefe da Comissão de Compras e de Representante do Exército na Junta Interamericana de Defesa.

Na Comissão, teve a oportunidade de cooperar com o Embaixador brasileiro na realização de um acordo secreto, que incluiu o Brasil na lei americana "do Empréstimo e do Arrendamento". Sua ação tornou possível os primeiros embarques de material de guerra, em meados de 1941, e de muitos outros,

abrangendo matérias-primas vitais à nossa indústria militar, incluindo máquinas e até mesmo fábricas, que possibilitaram a ampliação de nossa indústria bélica. Tal foi a dimensão do seu trabalho.

Como membro da Junta de Defesa, prestou, também, importante colaboração; apresentando, entre outros, um trabalho sobre a defesa conjunta do continente, visando, em particular, ao Nordeste do Brasil, naquela época, muito em foco, em face das ameaças que as vitórias do Eixo, no Norte da África, trariam ao território nacional.

Com o espírito da época, em face do inimigo comum que se avizinhava, este trabalho teve grande repercussão no Estado-Maior norte-americano, e serviu de base a estudos feitos por técnicos especialmente designados para tal fim.

Sua atuação no exterior, inclusive como Adido, deixou marcada, fortemente, sua passagem por Washington, o que se pode avaliar por ter sido o primeiro oficial estrangeiro a ser agraciado com a "Legião do Mérito", condecoração criada por George Washington, e que lhe foi entregue em presença de uma guarda de honra de 7.000 homens, a qual desfilou em sua homenagem, após ele tê-la passado em revista.

De volta à Pátria, chefiou a Diretoria de Engenharia. Nessa função teve a oportunidade de inspecionar obras em todo Brasil. Dentre elas, a construção da

nova Academia Militar, em Resende.

Com a entrada do Brasil na Guerra, foi nomeado comandante da 7ª Divisão de Infantaria Especial, sediada no Recife. Sua missão: preparação para a guerra e vigilância e segurança do litoral.

Quase ao término do conflito é nomeado para exercer, interinamente, o Comando da 2ª RM, em São Paulo. Promovido a general-de-divisão, último posto da carreira, à época, foi efetivado no Comando.

Finda a guerra, a vida política do Brasil foi alterada pelas consequências da participação da nossa Força Expedicionária nos campos de batalha da Europa, lutando contra o totalitarismo.

Deposto Getúlio Vargas, assumiu o Ministro José Linhares. O nome de Amaro foi, então, cogitado para Ministro, entre os três levados ao novo Presidente. Mas, Goes permaneceu na função.

Transferido para o Rio Grande, sua terra natal, Amaro foi nomeado Comandante da 3ª Região Militar.

Quatro meses depois, pediu

transferência para a reserva; o que se efetivou em 4 de maio de 1946.

Despedia-se da vida militar aonde começara menino, nas margens do Jacuí, aos 45 anos de serviço ativo.

Como ocorrera tantas vezes após o combate, desta feita na paz da inatividade, retornava à sua primeira e maior vocação: as Comunicações.

Voltando a escrever para a *Antena*, assistiu ao advento da televisão, interessando-se pela novidade. Fiel, entretanto, intensifica suas atividades de radioamador.

Só então pôde dedicar-se à construção de sua primeira e definitiva casa própria, na Rua Raiz da Serra, na Usina, no Alto da Tijuca, onde hoje ainda vive D. Olga aos 91 anos.

O General Amaro faleceu no dia 12 de abril de 1963, aos 78 anos de idade.

Foi povoar a eternidade, deixando ecoar entre nós o seu prefixo de radioamador; aquele mesmo prefixo que todas as manhãs rasgava o éter, fazendo a clássica advertência: "PY 1 A V." A de Amaro, V de voltando à nossa lembrança, neste artigo.



Ten Cel Cav QEMA SÉRGIO ROBERTO DENTINO MORGADO – Natural do Rio de Janeiro, possui os cursos da AMAN, EsAO, ECEME e o curso de Relações Públicas da Fundação Getúlio Vargas. Foi condecorado com as medalhas militar de Prata (20 anos) e Ordem do Mérito das Belas Artes – Grau Grande Oficial. Teve como funções principais: Cmt de Pelotão no 9º Regimento de

Cavalaria, São Gabriel – RS (1ª OM), Sub Cmt do Esquadrão Ten Amaro, Ajudante de Ordens do Exmo Gen Argus Lima no Comando da 6ª Região Militar, Salvador – BA e no Comando Militar da Amazônia, Manaus – AM, Instrutor do Curso de Cavalaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Diretor do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos de Cavalaria do I Ex, Instrutor de Seção de Política e Estratégia da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, sendo, atualmente, responsável pela cadeira de História Militar.



A SÍNDROME DA VIOLÊNCIA URBANA

Amauri Meireles e
Lúcio Emílio do Espírito Santo

*"A verdade é que pensamos
demasiadamente e sentimos muito
pouco.
Na verdade precisamos muito mais de
humanidade do que de máquinas.
Precisamos de mais bondade e ternura
e menos de inteligências.
Caso contrário, a vida se tornará cada
vez mais violenta e tudo se perderá."*

(Charles Chaplin)

Transcrito da revista O Alferes, nº 7, da Polícia Militar de Minas Gerais, o assunto objeto deste artigo focaliza um dos grandes males da sociedade em nossos dias.

Aqui ele é tratado por dois oficiais pertencentes à instituição encarregada de combatê-lo. Apresenta uma análise das causas do que os autores chamam "síndrome da violência urbana" e revela uma percepção policial que o dia-a-dia da imprensa, normalmente, oculta do grande público.

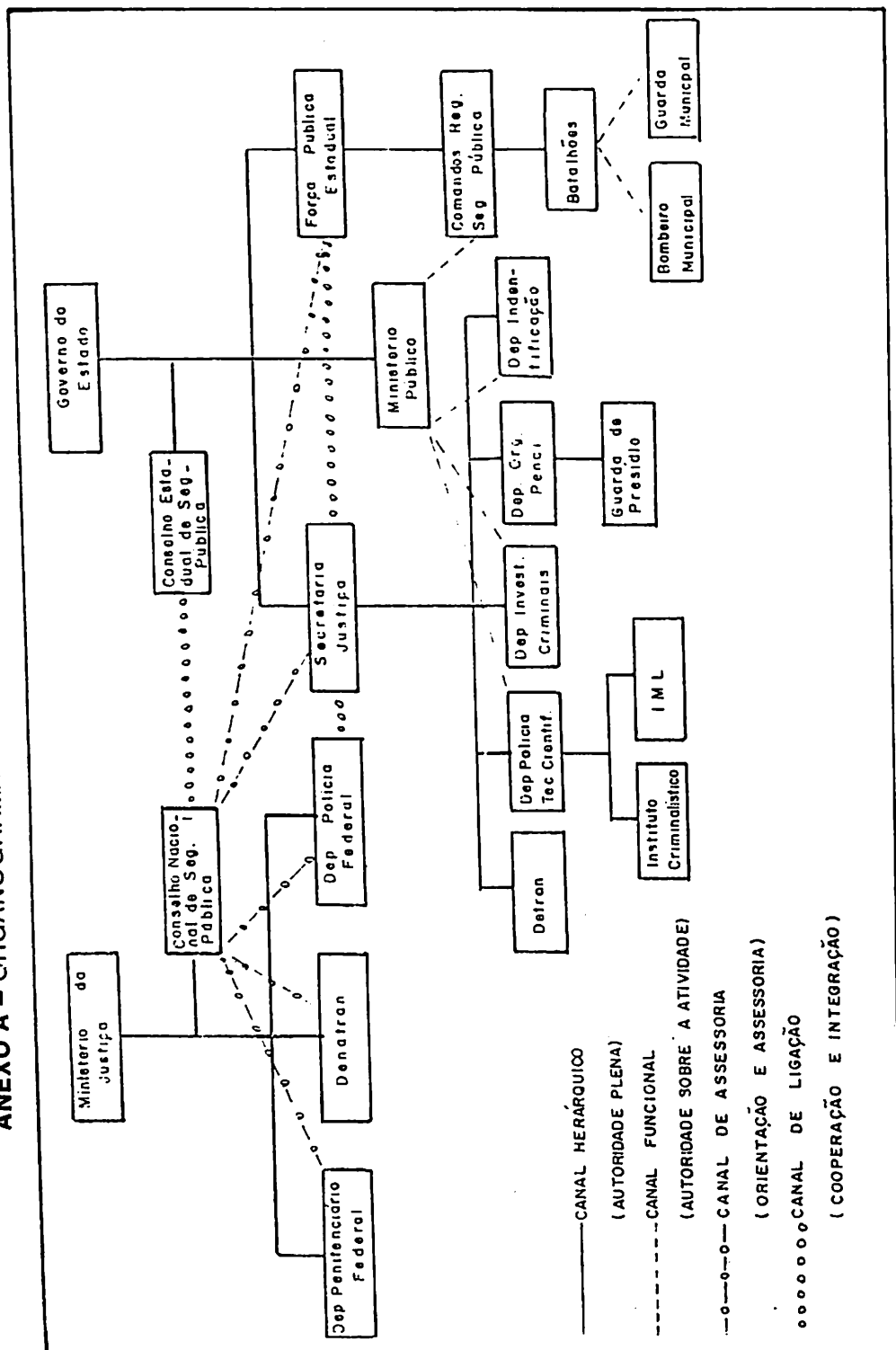
INTRODUÇÃO

O sistema policial, qualquer que seja sua atuação espaço-temporal, não só exerce poderosa influência na vida do cidadão, como, também, é fortemente influenciado pelos demais grupos comunitários, a que tem o dever de ser-

vir. Afinal, é desta interação grupal, e de outras, que surgem 'sociedades' locais ou regionais.

Seja em razão das atribuições típicas de polícia — proteção, socorro e recondução comunitários —, seja em razão da universalidade e obrigatoriedade da norma de direito, donde as instituições policiais retiram sua

ANEXO A – ORGANOGRAMA DO NOVO SISTEMA POLICIAL BRASILEIRO



forma e substância, não há um só setor comunitário que não interaja com a organização policial.

Interessa, pois, tanto às comunidades como à polícia, a identidade de propósitos, a cooperação ampla e o desenvolvimento harmônico de uma e outra, de tal forma que não haja qualquer distanciamento entre os estágios de progresso da sociedade e da polícia que a integra.

É intolerável que uma comunidade que já adentrou a era tecnocrônica ou pós-industrial, de que fala Alvin Toffler, mantenha uma polícia apegada a métodos medievais e defasados no tempo.

Polícia truculenta, violenta, atrabiliária; polícia da chibata; polícia "científica" do pau-de-arara, do inquérito policial da Província do Brasil; polícia desajustada às necessidades de segurança da comunidade a que serve, face a insuficiência de seus recursos materiais e à ineficiência de seus recursos humanos.

De igual forma, uma polícia avançada certamente não convirá a uma sociedade atrasada, subdesenvolvida, rudimentar, diante do risco de transformar-se em instrumento de dominação, de subjugação intensa, longe de constituir-se em principal veículo que enseja o bem-estar social.

TECIDO SOCIAL E POLÍCIA

"A ordem e a desordem dependem da organização; a coragem e a covardia, das circunstâncias; a força e a fraqueza, das disposições."

Como de resto ocorre com qualquer instituição, a polícia é tecido do próprio organismo social. É um segmento constituído de pessoas do povo para a sua própria defesa. É um simulacro da sociedade como um todo. Repete, em contraponto, as tendências, as características, os anseios e as aspirações do organismo social de que se origina.

Inúmeras observações poderiam ser aqui alinhadas, como corolários obrigatórios da verificação que acabamos de fazer.

A primeira delas é, sem dúvida, a esperança ou, até mesmo, o desejo, que a comunidade, a cada instante, manifesta de que a polícia não fosse uma repetição de si própria, ou, se a refletisse, pelo menos reproduzisse apenas os pontos positivos, as virtudes e as qualidades e não os vícios e defeitos.

Em outras palavras, uma vez transportado para a área policial, a comunidade espera que o segmento retirado de si mesma se transforme, se transubstancie, se torne imune a toda sorte de comportamentos inadequados, modos de sentir e de ver a realidade que ela mesma reprovava.

As instituições policiais-militares procuram criar, para o trabalho comunitário, novo homem, através do caráter militar de sua organização. Este caráter, aliás, é maldosamente difundido como sinônimo de atividade bélica, guerreira, quando, na verdade, se refere à atividade desempenhada, pela força da administração, de forma controlada. E o controle desta força está nos pilares de sua estruturação – a disciplina e a hierarquia – e nos valores éticos peculiares, dentre eles o juramento do sacrifício da própria vida, se necessário, na defesa do indivíduo, da comunidade. Porém, vencer a herança social, a influência do meio e a identificação natural com o ambiente no qual se vive, é tarefa árdua, nem sempre coroada de êxito.

Há, também, da parte da comunidade, o desejo de que a polícia seja um organismo convenientemente aparelhado para o exercício de suas importantes funções. Af, também, esta aspiração entra em choque com o que a sociedade é em si. Um país pobre em recursos e rico em problemas sociais terá grandes dificuldades em destinar os recursos necessários ao aparelhamento da polícia, ainda que haja grande sensibilidade por parte dos governantes ou se torne inadiável a solução das questões ligadas à Segurança Pública.

Por conseguinte, a polícia, em sua constituição física e psíquica, em suas potencialida-

des e limitações, reflete a sociedade, em função do seu grau de desenvolvimento e de suas condições morais e materiais. A sabedoria popular afirma que o povo tem a polícia que merece.

Essa "dependência" (ou *correlação*) não pode ser motivo para o imobilismo, a inação. Ao contrário! O aperfeiçoamento à sensibilidade e aos anseios do organismo social devem ser preocupação constante. Se há um setor público que deve conjugar o próprio desenvolvimento com o da sociedade, esse é o policial.

Mais ainda, se possível, deve estar um passo à frente daquele, visando à familiarização antecipada.

SOCIEDADE E MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

"Tranqüilize-se que eu, da minha parte, estou tranqüilo."

(Alexandre Herculano)

Lamentavelmente, porém, dada a velocidade das transformações que hoje se operam, devido ao avanço tecnológico presente em todas as áreas do existir humano, é de se constatar que, a partir de determinado momento, as corporações policiais, cujas transformações dependem de mudanças no ordenamento jurídico e nas quais já há, naturalmente, um espírito mais conservador, revelam relativo atraso com relação do de-

envolvimento global da sociedade.

Penso que isso intensificou-se há alguns anos, quando resultante da política de desenvolvimento imposta pelo Regime de 64, a sociedade se viu com uma rede de telecomunicações sofisticada, contando, inclusive, com a comunicação espacial via satélite, com um incremento inusitado dos meios de comunicação de massa, que passaram a ter influência decisiva, inusitada e avassaladora, na vida do brasileiro.

Comunidades distantes, perdidas na vastidão continental do nosso País, de repente se ligaram nas revistas, rádio, televisão e jornal, oriundas da capital do consumo, São Paulo, e outros centros, vivendo o clima imperante nessas matrizes.

Os velhos hábitos sociais, religiosos e até políticos foram sendo arquivados e uma nova linguagem, a do consumo, foi substituindo a fala mole e arrastada do caboclo que, agora, já frequenta Mobral, usa "*prestobarba*" para aparar os bigodes e a costeleta e pensa até em comprar uma televisão a cores.

E como andam o som e a imagem!

Os próprios índios do Xingu caminham pelas selvas virgens do Eldorado amazonense com o pequeno rádio de pilhas grudado aos ouvidos, curtindo os "Paralamas do Sucesso" ou "RPM". Qualquer antropólogo, menos arguto, intuiria que entre o Xingu e São Paulo existe, nada

mais, nada menos, que quinhentos anos de história. E nós perguntamos: o que é que os aproxima? Qual o elo de ligação entre culturas tão distanciadas no tempo?

Só pode ser o rádio — um dos meios de comunicação de massa, surgido nos fins do século passado e personagem central da Primeira Guerra Mundial, que seria copiado, em suas façanhas, anos mais tarde, pela televisão, raiz da Segunda Guerra também Mundial.

Muito se tem escrito, muito se escreverá ainda, sobre essas duas invenções do nosso século, que, juntamente, com o cinema, o jornal, a revista e o livro, constituem os chamados Meios de Comunicação de Massa (MCM), nossos companheiros inseparáveis, nossos conselheiros, nossos deuses e senhores.

Avalia-se o estágio de desenvolvimento de um povo pelo conteúdo das mensagens que os seus meios de comunicação de massa veiculam e pela tiragem ou audiência *feedback* de sua aceitação e penetração.

Não se sabe o que seria da indústria sem a extensa ramificação dos meios de comunicação coletivos, a difundir as mensagens comerciais e a persuadir compradores nos mais escondidos e acanhados lares desse planeta.

Tais mensagens, quase sempre, vão encontrar, ali, um homem simplório, de boa fé, afeito aos padrões de sua própria cultura, calcado na lealdade

e na verdade, que não suspeita nem desconfia dos numerosos artifícios impiedosos do apelo consumista. Surgem, então, em sua mente, falsas necessidades. E na hierarquia dos bens de consumo, os supérfluos exercem maior encantamento. Ter, adquirir, comprar, são verbos – símbolo da obsessão consumista, definitivamente instalada nos recessos de sua casa interior.

As excelências da televisão e do rádio, a imagem e o som voando na velocidade da luz, são decantadas em prosa e verso. Um dos seus mais ardorosos defensores, Defleur, alinha como pontos positivos dos meios de comunicação de massa:

- 1) põem a nu o pecado e a corrupção;

- 2) são guardiães da liberdade de expressão;

- 3) proporcionam, pelo menos, alguma cultura a milhões de pessoas, pela primeira vez;

- 4) proporcionam divertimento diário inofensivo às massas cansadas que compõem a força de trabalho;

- 5) informam-nos sobre o que está acontecendo no mundo;

- 6) fazem com que o nosso padrão de vida melhore, com sua insistência na compra e consumo de produtos, estimulando nossa instituição econômica.

White, outro entusiasta, acredita que os aspectos positivos dos meios de comunicação

superam os seus pontos negativos, circunscritos quase que a alguns aspectos banais, grotescos e desumanos, sem quaisquer outras implicações.

Na verdade, assevera aquele estudioso, "graças aos MCM, o homem médio pode dispor de uma riqueza cultural que em nenhuma época anterior foi posta a seu alcance".

A avaliação da atuação dos MCM no Brasil, posto que ainda cedo, vem também com as cores alegres do otimismo.

Alguns, como Wagley, coloca os MCM como carro-chefe do nosso desenvolvimento econômico e social "simultaneamente consequência e causa" do progresso. Ainda, para Wagley, apesar das contradições e disparidades regionais de nosso desenvolvimento, o que mais impressiona é o crescimento de materiais impressos, a penetração do rádio, a expansão da rede televisiva, característica fundamental do Brasil contemporâneo.

Há, ainda, os que lembram os efeitos dos MCM na alfabetização, o Projeto Minerva e o Telecurso que abriram às camadas mais numerosas e esquecidas de nossa sociedade os umbrais da mansão do saber.

Se no sentido positivo ou se no negativo – parece-nos irrelevante no momento – o certo é que os MCM afetam profundamente a vida social onde se instalam, obrigando instituições, entidades, governo e tudo mais que exista no universo social, a

mudanças de atitudes, a adaptações e, paradoxalmente, a utilizar-se deles de alguma forma, seja para defesa, seja para veicular suas próprias mensagens.

POLÍCIA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Antes tarde do que nunca. . .

Instituições, como a polícia, que prestam ao público serviços essenciais, segurança individual e comunitária, não podem ignorar essa realidade, sob pena de verem neutralizados seus esforços para prestar ao público os seus melhores serviços.

A polícia não existe no vácuo.

Ao contrário! Suas atividades se desenvolvem num cenário determinado, temporal e espacialmente definido.

Dá a necessidade de um amplo e profundo conhecimento, por parte da população, do alcance, das limitações, dos condicionantes visíveis e invisíveis da ação policial, através dos MCM que, a par de se constituírem em veículos de educação, seriam difusores de informações policiais de interesse público.

A presença dos MCM, quer queiramos, quer não, é algo que devemos considerar no planejamento de nossas ações. Sendo elemento estranho à instituição, os MCM acendem acalorados debates sobre o seu convívio com a polícia ou com os as-

suntos a ela ligados, como o crime e a violência.

Estudos recentemente realizados evidenciaram que a instituição policial não pode ser abordada em si mesma e do ponto de vista dos resultados que obtém na prevenção e eventual repressão criminal.

Não basta enfocar a missão, a estrutura organizacional, o dispositivo operacional ou o conceito de operações, sem embargo de sua enorme importância.

Há fatores condicionantes da ação policial que se situam fora do âmbito da instituição e que se revelam tão importantes quanto qualquer dos elementos da ação policial.

Ou seja: o produto final da atividade policial-militar, a segurança individual e a comunitária, só é obtido através da combinação de dois elementos básicos:

a) elemento subjetivo, que se define como crença na ausência de risco;

b) elemento objetivo, que é a ausência de risco.

O elemento subjetivo da segurança está em função do grau de confiabilidade da população, resultante de nossa capacidade de preencher necessidades imediatas e mediatas, e de uma vigorosa política de Assuntos Cíveis, englobando as Relações Públicas, as Ações Comunitárias e a Comunicação Social.

Influenciam diretamente na confiabilidade da população:

a) notícias de crime, exploração sensacionalista da violência, endeusamento dos bandidos etc;

b) artigos, comentários, notícias parciais enfocando aspectos negativos do organismo policial;

c) ineficiência e a ineficácia da atividade policial-militar no preenchimento das necessidades comunitárias;

d) falta de compreensão, por parte do público externo, da verdadeira função da polícia, de seu papel social, do valor da instituição, de seu passado e, no presente, de suas principais metas para consecução dos objetivos sociais.

O elemento objetivo decorre do grau de operacionalidade, resultante da ação de presença da PM, atuando preventiva e ou repressivamente com predominância para aquela:

- preventivamente, inibindo vontade ou obstaculizando oportunidades;

- repressivamente, coibindo (dissuadindo ou determinando cessar) ou prendendo.

A preocupação fundamental da Corporação, até alguns anos atrás, se dirigia, quase que exclusivamente, ao elemento objetivo, com resultados sempre aquém dos esperados. A ausência de risco, por mais efetiva que fosse, era insuficiente para a instauração do verdadeiro ambiente de segurança. Aventouse, então, a hipótese da existência de condicionantes exter-

nos que, afetando a credibilidade pública da Corporação, impediam a instauração do ambiente de segurança pretendido.

A SÍNDROME

"Mais vale a lágrima derramada por não ter vencido, que a lágrima derramada por não ter lutado."

Levantada a necessidade de serem isolados esses condicionantes para se conhecer a intimidade de seus mecanismos, foram constituídas as Teorias PM, visando a identificar:

- desvios de informação sobre a atividade policial que, invariavelmente, conduzem a julgamentos incorretamente adversos;

- desvios de finalidade que conduzem a julgamentos corretos, ainda que adversos.

A "Síndrome da Violência Urbana", objeto de nosso estudo, é uma das Teorias/PM.

O nome com que foi batizada essa teoria pode causar estranheza. Síndrome não é uma palavra de uso corrente e, além disso, é uma proparoxítona, tipo de vocábulo que causa certa aversão por ser de difícil pronúncia.

Entretanto, as palavras costumam participar do destino dos homens. Há vocábulos que se associam a certas ocorrências da vida social, a certas circuns-

tâncias, adquirem personalidade própria, passam a ser moda.

Há algum tempo, o filme intitulado "Síndrome da China" concorreu para que a palavra *síndrome* alcançasse alguma popularidade, mesmo envolta em aspecto místico, ou semelhante a medo, pavor.

Os filmes têm o seu pique de público. Depois, caem no esquecimento.

Mas a palavra *síndrome* parece levar sorte ou maldição. É que, há cerca de dois anos, o vocábulo varreu o mundo de ponta a ponta, encabeçando o nome de um estado mórbido, chamado "*Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida*" ou AIDS.

Síndrome porque conjunto de sinais e sintomas que denotam inexistência de defesa orgânica. AIDS, portanto, não era uma doença. É ausência de anticorpos, estado em que o organismo fica impossibilitado de combater agentes etiológicos das várias enfermidades. Sem defesa, uma simples gripe pode ser fatal ao portador da AIDS.

Síndrome, portanto, volta ao vocabulário popular. Acredito que muitos foram aqueles que, a esta altura, já se socorreram do Mestre Aurélio, na tentativa de conhecer o significado dessa palavra. Mas, mesmo assim, percorrendo caminho idêntico, consultamos vários dicionários, com a preocupação de estabelecer comparação entre as várias acepções do termo.

"Síndrome ou *síndroma* -

reunião de sinais que envolvem em conjunto, provocados por um mesmo mecanismo, dependentes de causas diversas."

"Síndrome. (Do Gr *Syndromé*, "Concurso") s.f. Med. Conjunto de sintomas ligados a uma entidade mórbida e que constitui o quadro geral de uma doença: "Empresta dimensões de síndromes terríveis à mais ligeira manifestação de azia ou acidez estomacal." (Fernando Sabino, o Homem Nu, pág. 34). (Var.: *Síndroma*). Síndrome de Adams-Stokes. Med. A que se caracteriza por pulso lento, síncope e convulsões pseudo-epilépticas. Síndrome de Cushing. Med. A que produz adiposidade no rosto, pescoço e tronco, associada à descalcificação óssea e hipertensão sangüínea. Síndrome Geral de Adaptação. Med. Denominação dada pelo fisiologista austríaco Hans Selye (1907) às reações orgânicas inespecíficas em resposta ao traumatismo e ao stress. Síndrome de Menière. Med. A que se manifesta por vertigem, náusea, vômitos, zumbidos e acidez progressiva." (Novo Dicionário Aurélio, Nova Fronteira, 1ª Edição.)

"Síndrome, s.f. (grego *syndromé*) 1. Conjunto de sintomas que se apresentam numa doença e que a caracterizam; 2. Grupo de coisas concorrentes; 3. Concorrência de condições e resultados; *síndrome social, econômica, política; conjuntura.*" (Novo Dicionário Brasileiro, illus-

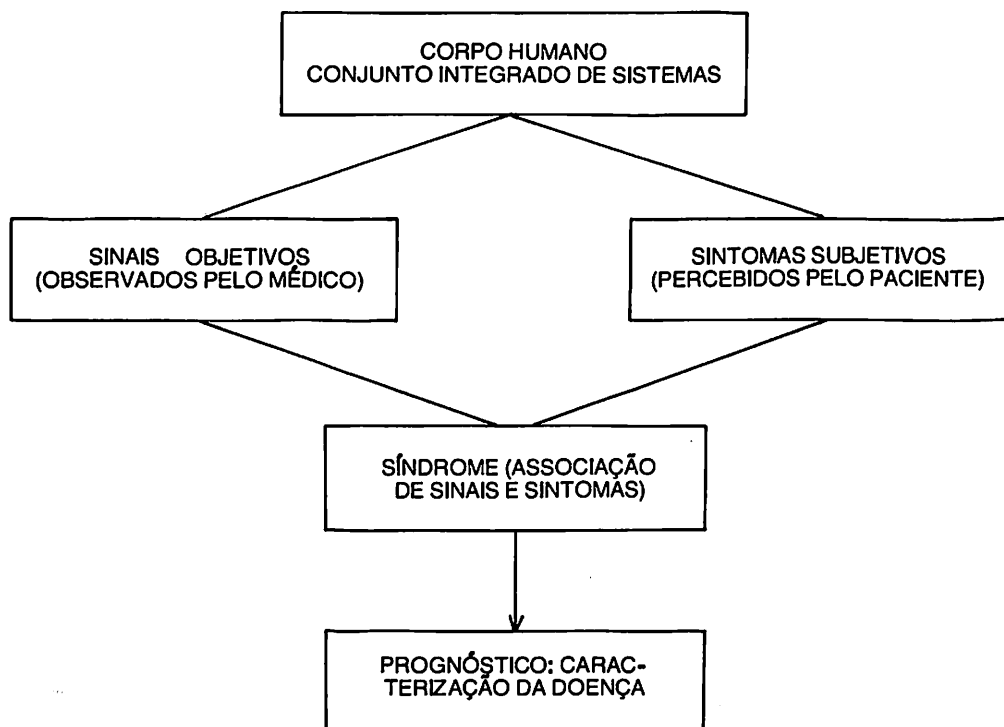
trado. Edições Melhoramentos, 1963.)

Macbryde e Blacklow, na obra intitulada *Sinais e Sintomas*, depois de fazerem a distinção entre sintomas (*"a rigor os sintomas são subjetivos, percebidos apenas pela pessoa doente"*), e sinais (*"observados por outros e, em alguns casos, pelo próprio paciente"*), assinalam que o médico, através de entrevista, faz um levantamento de sinais e sintomas e, associando-os em síndromes, procura determinar a doença, fundamentado no fato de que *"certas perturbações na fisiologia são caracterizadas pela associação*

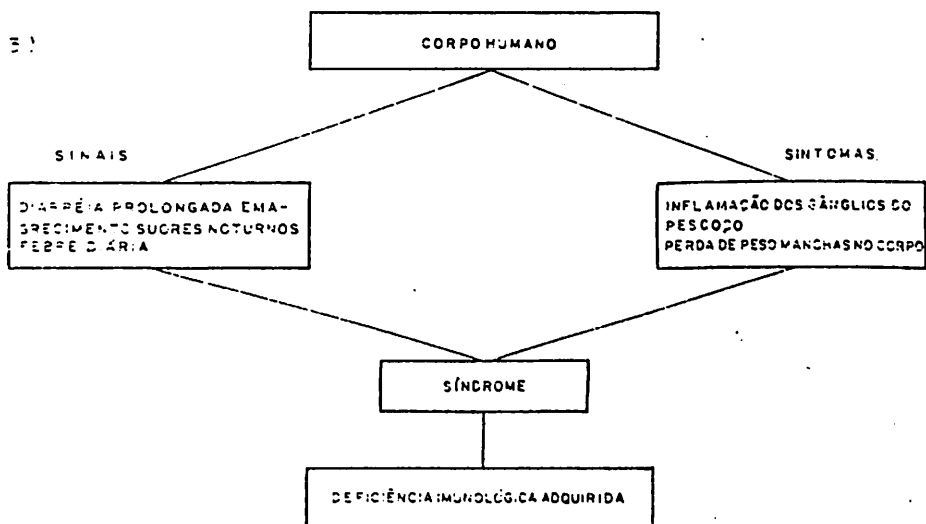
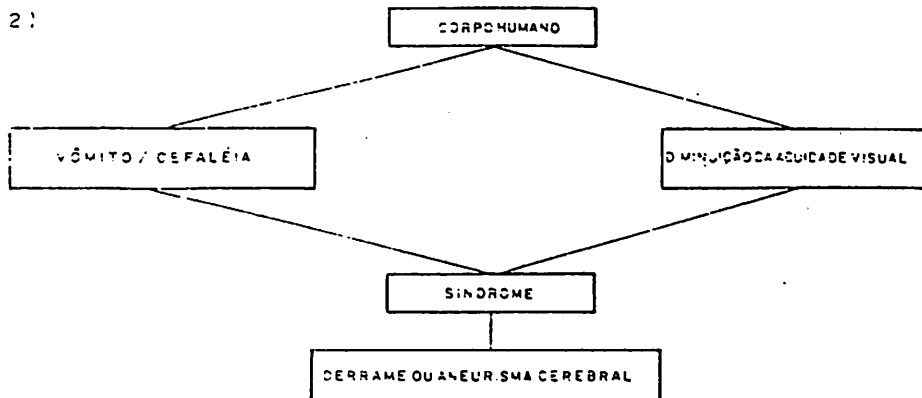
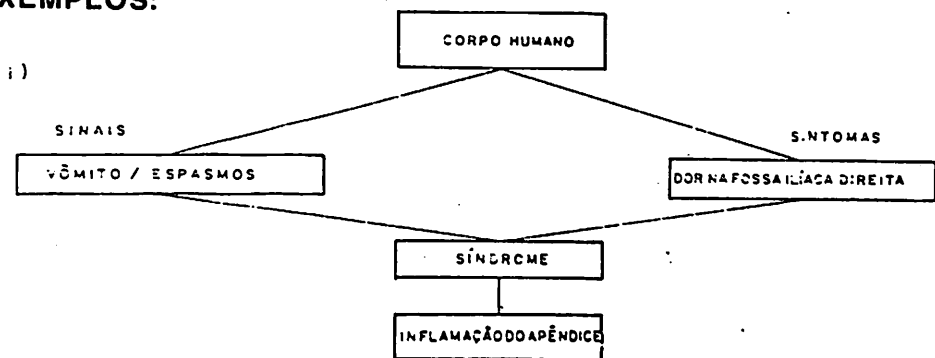
de dois ou mais sintomas".

A seguir, exemplificam: "é útil saber que uma convulsão foi precedida por espasmo carpopedioso, porque sugere hipocalcemia, ao passo que a convulsão precedida por fome e sudorese sugere hipoglicemia. Da mesma maneira, o vômito acompanhado de dor na região da fossa ilíaca direita e espasmo muscular indicará apendicite, enquanto que o que é seguido por cefaléia e diminuição de acuidade visual leva à suspeita de hipertensão intracraniana".

Esquematizando essas noções, temos:



EXEMPLOS:



Síndrome pode ser definida por "conjunto de sinais e sintomas de um estado mórbido".

Vimos que o médico, para formular um diagnóstico, reúne sinais e sintomas que o ajudam a caracterizar uma doença. O mesmo comportamento pode ser adotado quando se trata de examinar a sociedade.

Os primeiros sociólogos, particularmente Spencer, na procura de leis relativas à estrutura e funcionamento do agregado humano, se utilizaram largamente da analogia entre sociedade e organismo humano.

A principal semelhança se refere ao fato de, tanto a sociedade como o corpo humano, serem um conjunto de sistemas integrados, funcionando harmonicamente.

Sistema nervoso, sistema respiratório, sistema circulatório, sistema imunológico, estão em estreita colaboração garantindo a manutenção da vida.

Na sociedade ocorre o mesmo: sistema de segurança, sistema religioso, sistema moral devem funcionar harmonicamente, possibilitando o coexistir coletivo.

Não há sistema mais importante que o outro. Todos são imprescindíveis e necessários. Quando um se danifica, prejudica o funcionamento do todo. Um sistema imunológico deficiente poderá acarretar colapso de todos os outros sistemas.

Devido a esta interligação e inter-relacionamento de sistemas, muitas vezes, é difícil es-

tabelecer o que é causa e o que é efeito. Há sinais e sintomas do mau funcionamento de algo. No corpo humano, porém, as dificuldades nesse sentido não são tão grandes como na caracterização de estados mórbidos da sociedade. Detectamos sinais e sintomas, mas não há meios de definir se a causa reside nesse ou naquele órgão.

VIOLÊNCIA URBANA

A violência sempre existiu. Daí não devemos concluir que ela é inevitável ou faz parte da natureza do homem. Devemos, sim, nos perguntar se a razão humana já foi empregada, não para estimular, mas para vencer a violência. Se a violência vencer a razão, a humanidade está destruída.

(Luama Meisan)

Sabe-se que a sociedade brasileira vem sendo afetada por índices elevados de criminalidade e violência, acima dos limites toleráveis. Pesquisas recentes revelaram que o item *Segurança* constitui uma das prioridades do povo brasileiro. A Nova República, sensível a esse problema, inseriu o combate à violência entre as suas metas fundamentais. Está em curso o *"Mutirão Contra a Violência"*, destinado a mobilizar todos os setores da sociedade para a erradicação desse problema que, segundo palavras do próprio

Presidente Sarney, vem *"desfigurando o Brasil; corroendo nosso estilo de vida, ameaçando a fisionomia de uma Pátria de irmãos"*.

É difícil encontrar uma causa determinada para este estado mórbido. O procedimento típico da ciência natural não funciona plenamente quando se trata de problema da ciência social, onde pululam inúmeros e heterogêneos fatores subjetivos.

Entretanto, para abordarmos o fenômeno da violência, recorreremos ao modelo biológico, por ser o que mais se aproxima do modelo social.

A sociedade apresenta uma série de sinais e sintomas que associados formam a *"Síndrome da Violência Urbana"*. Todos esses indícios estão relacionados com o estado mórbido, embora nenhum em particular possa ser apontado como causa da violência urbana.

As nossas megalópoles são os cenários privilegiados da Violência Urbana.

Oriunda da raiz latina *vis*, igual força, violência, sem adjetivos, significa:

1. Violência, s.f. (lat. *violentia*). Estado daquilo que é violento, a violência dos ventos, das paixões. Ato violento. Ato de violentar. Força de que se faz uso contra o direito, contra a lei. Empregar a violência. Jr. Constrangimento exercido sobre uma pessoa para obrigar a fazer ou a deixar de fazer um ato qualquer! Coação.

2. Violência, s.f. 1. Qualidade de violento. 2. Qualidade do que atua com força ou grande impulso; força, ímpeto, impetuosidade. 3. Ação violenta. 4. Opressão, tirania. 5. Intensidade. 6. Veemência. 7. Irascibilidade. 8. Qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa. 9. Dir. Constrangimento, físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa, para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem; coação. (Laudelino Freire)

3. Violência: "Tomada única e exclusivamente sob a forma de conceito puro, a violência é o sumo grau de energia no qual a força opera com grande impulso; coação."

– "Utilização ilegítima e ilegal da força"

– "Uso da força contra a regra, lei e direito"

– "Utilização voluntária da força para agredir uma pessoa ou a propriedade de terceiros, desafiando a lei e o direito." (Violência e Comunicação de Massa, ADESG/GP/3/81)

Em seu conceito puro, a violência tem um emprego restrito. O seu uso mais freqüente é a forma adjetivada. Fala-se em violência moral, violência física, violência rural, violência ecológica, violência ideológica, violência urbana. Quando se quer evidenciar o sujeito ativo ou passivo, fala-se em violência do homem, da sociedade, e do Estado e da tecnologia contra o homem.

Nesse estudo interessa-nos uma de suas formas adjetivadas, a Violência Urbana.

Tal expressão é nova.

Seu aparecimento coincide com a consolidação dos MCM e a crise econômica, instalada a partir da segunda metade da década de 70.

Quer significar os elevados índices de criminalidade e de violência das principais metrópoles brasileiras, onde se manifestam, com mais intensidade, graves problemas sociais.

Seria a violência patrocinada pelas "populações marginalizadas ou periféricas dos grandes centros urbanos, fruto das correntes migratórias que fluem do interior, especialmente, para as grandes cidades". Não sendo possível a esses centros fornecerem empregos, espaço físico, moradias condignas e, é importante salientar, investimentos sociais de base, a um número sempre crescente das ditas populações, persiste em escala crescente, principalmente, a fome e a proliferação de bolsões de vícios, onde têm livre tráfego, os tóxicos, o jogo e onde impera a promiscuidade, a prostituição, o crime e a violência. Como consequência lógica desse submundo estrutural e conjuntural, tem-se, como resultado último, as agressões em via pública, os assaltos, estupros, homicídios e outros.

A SÍNDROME DA VIOLÊNCIA URBANA

"Quem conhece nunca é manipulado."

"Conhece-te a ti mesmo."

(Sócrates)

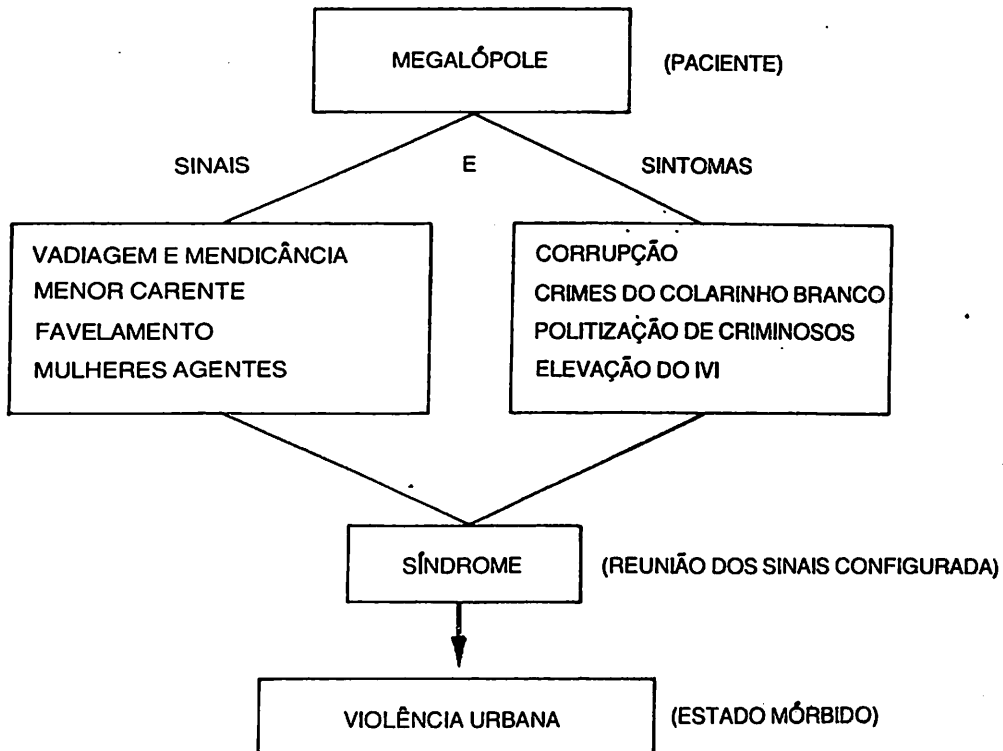
Para a Polícia Militar, a Violência Urbana é a nova roupagem da velha questão criminal.

Mudando-se a sociedade, mudou-se o perfil do criminoso, a qualidade dos crimes e a sua frequência.

E a Síndrome emergiu, dentre outros, como:

- menor carente, abandonado e, finalmente, delinqüente;
- vadiagem e mendicância;
- favelamento;
- corrupção e crimes do colarinho branco;
- elevação do índice de violência;
- participação de mulheres como agentes, não apenas vítimas;
- politização de criminosos;
- crime organizado.

Do que foi dito, podemos, por analogia com o modelo biológico, estabelecer o seguinte diagrama:



Decorrem de situações-causa ou, não o sendo comprovadamente, pelo menos não podem ser dissociados do fenômeno da violência urbana:

- 1) migração interna;
- 2) desemprego e subemprego;
- 3) crescimento populacional;
- 4) proliferação do uso e tráfico de entorpecentes;
- 5) superpopulação em grandes centros;
- 6) inversão de valores;
- 7) analfabetismo;
- 8) facilidade do cidadão em se armar;
- 9) a não aplicação da lei das contravenções penais;

10) deficiência das instituições policiais e do Poder Judiciário;

11) falhas no Sistema Prisional;

12) excesso de indulgência;

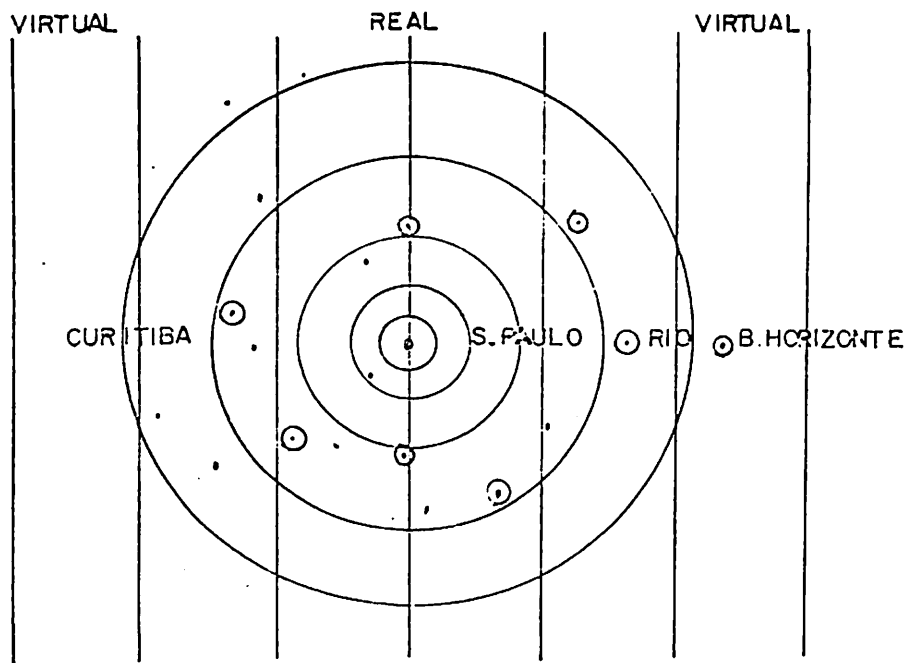
13) crise de autoridade e de responsabilidade.

O estudo dessa Síndrome tem interesse para as instituições policiais porque, espelhando a realidade local, os MCM refletem o conjunto de sinais e sintomas, a Síndrome. "A expansão dos meios de comunicação social transporta a imagem e o fato às mais longínquas regiões, na velocidade da luz, es-

palhando a notícia de crime com a mesma eficácia com que veicula mensagens comerciais. Problema específico das megálópoles e, por vezes, de cidades de porte médio, a "Síndrome da Violência Urbana" é transportada indistintamente para os pontos mais distantes e longínquos do território nacional, que passam a viver, solidariamente, o

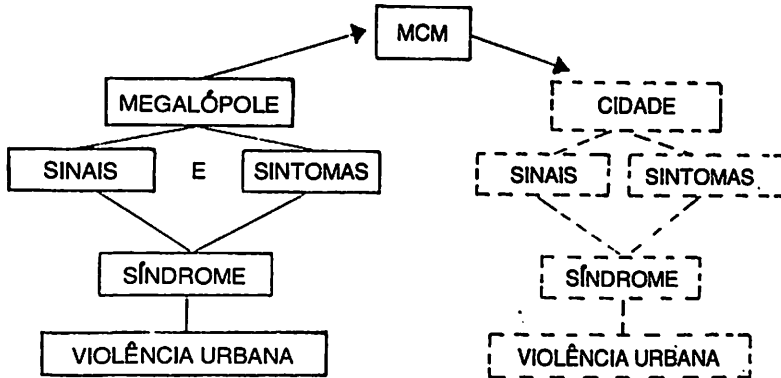
mesmo clima de insegurança vivido pelos grandes centros."

A imagem real, à medida que se distancia do universo ao qual se aplica, vai se tornando virtual, sem perder, contudo, o seu poder característico de persuasão; indubitavelmente, uma das maiores virtudes dos MCM e, paradoxalmente, o seu maior perigo.



Associado à massividade dos MCM ("as mensagens são rapidamente transmitidas ou multiplicadas, como cópias idênticas da mensagem original, têm caráter público e são imediatamente consumidas, não por eli-

tes ou pequenos grupos de pessoas, mas por vastas audiências desconhecidas, heterogêneas, que, não raro, ultrapassam os limites nacionais e até os continentais"), o seu poder de persuasão cria uma comunidade de



sentimentos e emoções, com uma série de consequências para a ação policial-militar, cuja eficácia é condicionada pelo clima imperante na sociedade.

Os MCM criam, nas áreas por onde se expandem, a "ilusão de isotopia" (iso = igual; topia = lugar), isto é, a sensação de nos situarmos no ambiente ou no contexto, onde é produzida ou para o qual é produzida a mensagem.

Muitas vezes, o próprio comunicador procura criar essa ilusão, utilizando-se da polissemia (poli = muitos; semia = significados) da linguagem.

Recentemente, o *Diário da Tarde* estampou em sua primeira página a manchete "Assaltam Banco e fogem no carro da PM". No entanto, abrindo-se o jornal, na seção policial, a notícia se referia a fato ocorrido no Rio de Janeiro. A divulgação da ocorrência em Minas Gerais não tinha nenhuma justificativa, a não ser a vendagem do jornal ou a intenção de manter o clima de

insegurança, mister a que se dedicam alguns poucos profissionais não conscientes de seu grandioso papel de formadores e informadores da opinião pública.

As pessoas que leram a manchete – e o número desses é bem maior que o número dos que lêem a notícia – tiveram, certamente, aumentada a sua sensação de desproteção e minada a sua crença nos organismos policiais, em nítida desvantagem com relação a bandidos, que, não satisfeitos em assaltar, ainda fogem no carro da instituição encarregada de reprimilos e de proteger a sociedade. Combinando ilusão de isotopia e polissemia, conseguiram fazer brotar ou aumentar o medo, a sensação de estar à mercê, de ser a próxima vítima, em paralelo ao descrédito na defesa local pela ridicularização sutil, pretensiosamente inteligente mas, com certeza, danosa à sociedade.

Sem dúvida, a matéria-prima

da comunicação é a palavra, falada ou escrita. Sua importância supera a da imagem, que só adquire vida se acompanhada do "áudio".

Um comunicador que não saiba manejar convenientemente esse instrumento provocará grandes danos à sociedade.

O cuidado com o uso da palavra no seu contexto, evitando-se a distorção de significado, nem sempre é preocupação de alguns comunicadores que se preocupam com o caráter vendável da notícia, o lado ruim e trágico, o efeito catártico da manchete.

Sabe-se, entretanto, que esse acerto entre palavras e contexto é fundamental.

Tomemos, como exemplo, a palavra solar. Que significa "solar"? A resposta só pode ser dada, se inserirmos tal vocábulo num determinado contexto. Só assim podemos dizer, com certeza o que significa.

"O solar (casa) dos Neves em São João del-Rei" não se confunde com o "raio solar" (do sol), nem com o "solar" (porta) de uma casa ou com o "solar" (colocar solá) do sapateiro e o "solar" (executar um solo) do músico.

Essa polissemia é utilizada em larga escala pela imprensa, seja com o fim de provocar a curiosidade ou tornar uma notícia banal mais atraente ou, ainda, para criar a "ilusão de isotopia", que, à falta de matéria local mais vendável, ajuda a vender notícias de outros centros.

Além da presença dos MCM, a sociedade de consumo se caracteriza pela disputa de mercado. A capacidade de produção de bens e serviços, dado o emprego de avançadas tecnologias, cresceu em dimensões tais que a produção, para maioria dos países industrializados, já não constitui preocupação. A distribuição de bens e serviços é que constitui, hoje, principal problema de órgãos, instituições, empresas, entidades, que precisam vender seus produtos, fazer com que sejam consumidos, persuadir o público a adquiri-los.

As instituições policiais são vistas como empresas que precisam, também, vender o seu artigo: segurança. A produção de segurança já não é problema. As polícias, particularmente as militares, dispõem de recursos humanos altamente qualificados e treinados, verdadeiras máquinas da produção de segurança. E produzem artigos de primeira qualidade, o que representa um importante e decisivo passo, porque a qualidade do produto é a sua melhor propaganda. Quando um objeto tem mais defeitos que virtudes, não há publicidade que o faça vender.

Uma distribuição eficaz depende, basicamente, da aceitação pública da mercadoria, isto é, da confiança do consumidor na sua qualidade; da sua persuasão de que tal produto é superior àquele outro, da manutenção de uma imagem positiva do objeto a ser consumido e da

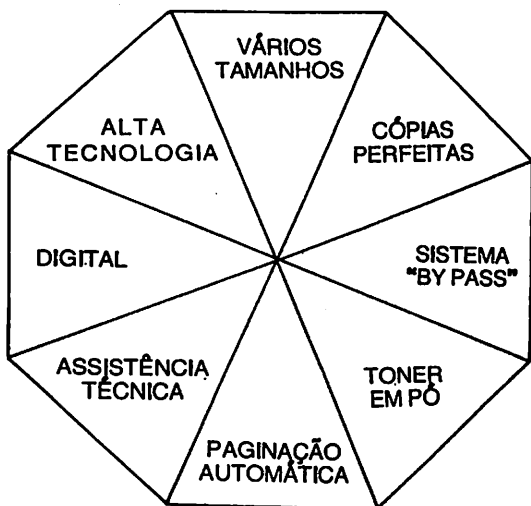
captação da opinião pública favorável.

Para alcançar estes objetivos, as empresas se utilizam amplamente dos MCM, através da propaganda.

Analisa o artigo, suas vantagens e desvantagens com relação aos produtos dos competidores e formulam uma determinada imagem, fundada, sobretudo, nas vantagens do produto.

A "imagem publicitária", quase sempre acompanhada de sua imagem real, se forma, à maneira de um mosaico de idéias e sugestões, que são passadas à mente do consumidor, pela repetição continuada nos MCM.

A simples leitura de um anúncio, dada a apurada técnica de comunicação ali utilizada, é suficiente para a formação da imagem pretendida.



As massas estão condicionadas a reconhecer bons servi-

ços através de suas imagens publicitárias, não só avaliando o mosaico de idéias e sugestões, mas também formando opinião a respeito, decidindo ou não pelo consumo. Isso ocorre com relação a toda e qualquer instituição ou entidade, inclusive, as de prestação de serviço público.

No caso de uma instituição policial, ainda que não faça qualquer tipo de propaganda, o público tenderá a formar imagem semelhante à publicitária.

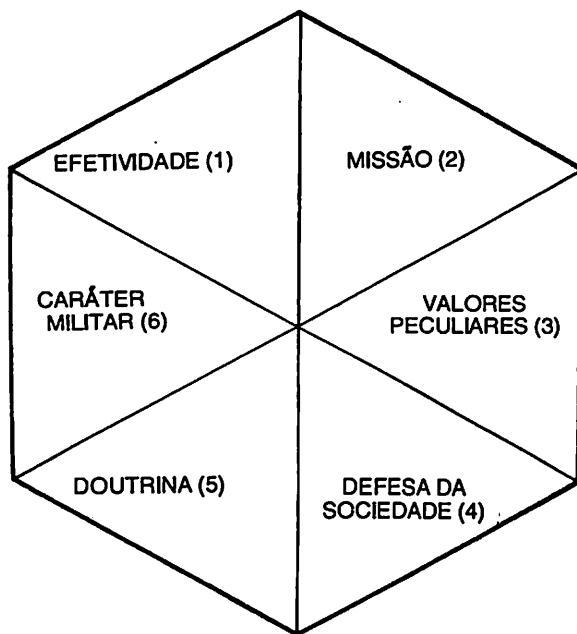
Se o organismo policial, valendo-se de técnicas apropriadas, cuidar de sua imagem pública, haverá um mínimo de distorções. Caso contrário, ficará à mercê do acaso, presa fácil de profissionais da insegurança.

A Polícia Militar tem um permanente cuidado com a sua aceitação pelo público, estimulando a confiança da população em sua eficiência e capacidade de servir, fortalecendo o seu prestígio.

O ambiente de segurança, já o dissemos em outra oportunidade, só se obtém pela combinação do aspecto subjetivo (crença de ausência de risco) e do aspecto objetivo (ausência de risco).

Embora jamais tenha sido feita qualquer pesquisa no sentido de aferir a receptividade pública de nossa Corporação, acreditamos que, pelo ideário permanentemente veiculado por nossos órgãos de comunicação social (PM5), a imagem seria um hexágono, que poderia chamar-se eidético, relativo à es-

sência, ao que ela é na realidade, relativo à idéia (conceito), com as seguintes idéias e sugestões:



HEXÁGONO EIDÉTICO DA PMMG

(1) *Efetividade*: busca permanente da eficácia dentro da destinação social constitucional;

(2) *Missão*: manutenção da ordem pública, objetivando a conveniência harmoniosa e pacífica;

(3) *Valores peculiares*: pedagogia, juridicidade, técnica e ética específicas (por ex. o juramento do sacrifício da própria vida);

(4) *Defesa da comunidade*: através proteção (predominantemente), socorro e recondução à normalidade da ordem pública;

(5) *Doutrina*: conjunto permanente de princípios perma-

nentes que servem de base à atividade policial-militar, em toda a sua amplitude;

(6) *Caráter militar*: assim como existem professor-militar, padre-militar, médico-militar, existe o policial-militar. Militar no sentido de classe e não de atividade bélica, guerreira.

A Polícia Militar de Minas Gerais é, reconhecidamente, uma instituição prestante, operosa, profissional. No ambiente sócio-político sempre teve destacada atuação e, particularmente, a tem aumentada nos dias de hoje, quando a necessidade básica de segurança vem

constituindo-se em prioridade nas comunidades.

Integrada na comunidade mineira, vem procurando aperfeiçoar esta integração, alicerçando suas atividades em elevado espírito público.

Desempenha sua missão com serenidade, urbanidade e responsabilidade, exatamente no desaguadouro de ansiedade e tensões consciente de que se encontra no vértice de causas e efeitos da criminalidade (particularmente a violenta).

A Corporação, praticamente, superou a fase adversa de desinformação, com muito trabalho, sem polemizar. Tem aperfeiçoado, permanentemente, sua estrutura organizacional, tornando-a mais ágil, mais leve. Fez evoluir os meios, contando com a sensibilidade do Governo e das comunidades. Dispõe de recursos humanos treinados e aptos ao exercício de missão. Com isto, a Corporação alcançou elevado conceito, sendo considerada uma das melhores polícias do Brasil e "*verdadeiro patrimônio do povo mineiro*", expressão usada por parlamentares mineiros e que hoje sintetiza o nosso hexágono eidético.

A síndrome da violência urbana enseja a proliferação de reportagens, editoriais, livros, estudos, teses sobre a criminalidade e a violência. Eis, aqui, uma visão panorâmica dos variados tons e matizes com que o assunto é abordado nesses veículos de CM:

"A cada vinte minutos, uma pessoa é roubada no Rio de Janeiro. Em São Paulo, a situação não é melhor: um roubo a cada quinze minutos, nos primeiros meses de 1984. Em Porto Alegre, no mesmo período ocorreram 81 homicídios, 1500 furtos e quinze assaltos por semana a motoristas de táxi. Em São Paulo, em 1983, os números foram aterradores: dois mil assassinatos, seiscentas agências de banco assaltadas, mais de cem mil assaltos a mão armada, 88 mil casos de roubo. . ."

"Como não ter medo? Cada um de nós ou de nossos amigos já foi atingido por esta violência que transformou as cidades brasileiras em autênticos barris de pólvora prestes a explodir, em verdadeiras fortalezas de muros, gradis e guaritas, ameaçadas permanentemente pelo ataque de um exército inimigo. A ameaça já se incorporou ao nosso cotidiano, condicionou nossos hábitos de viver, conviver, trabalhar, passear e nos tornou vítimas permanentes de um perigo cada vez mais próximo, mais real." (Cecília Pires. *A Violência no Brasil*, Editora Moderna, 1985.)

"O dono de uma casa, ao atender a campainha, levou um tiro no peito. Passageiros, motoristas e cobradores de ônibus, no Rio são assaltados, roubados e assassi-

nados quase todos os dias. Se você, leitor, de qualquer cidade deste País, sair andando por perto de sua residência ou de seu escritório, tome cuidado porque algo parecido lhe pode ocorrer.” (Henry Maksoud – *Visão*, 21 de novembro de 1983.)

Há uma tendência em ser divulgada a Síndrome da Violência Urbana e não uma análise de causas; divulga-se o que está acontecendo e não o que é favorável acontecer, sob a ótica do prevenir, preparar. O universo do que “pode” é infinitamente mais indefinido do que o “é provável”.

Diante desse quadro, o leitor, o telespectador, o ouvinte, sob efeito da “ilusão de isotopia”, sem procurar saber o contexto-origem da notícia, é induzido a perguntar:

Onde está a Polícia?

Que faz?

Por que não consegue conter ou evitar esse estado de coisas?

Outros ousam arriscar algumas colocações, como:

- a PM é autoritária;
- a polícia é despreparada;
- a polícia não deve ser militar;
- a polícia não está cumprindo sua missão;
- não deve haver duas polícias etc.;
- a polícia é corrupta!
- As ruas estão despoliciadas!

Em outras palavras, a Síndrome começa a gerar uma instabilidade na imagem da Corporação, que, por sua vez, é levada, com base nas colocações honestas e procedentes:

(1) a constatar desvios e promover sua correção, aprimorando estruturas que eventualmente não estejam satisfazendo; ou

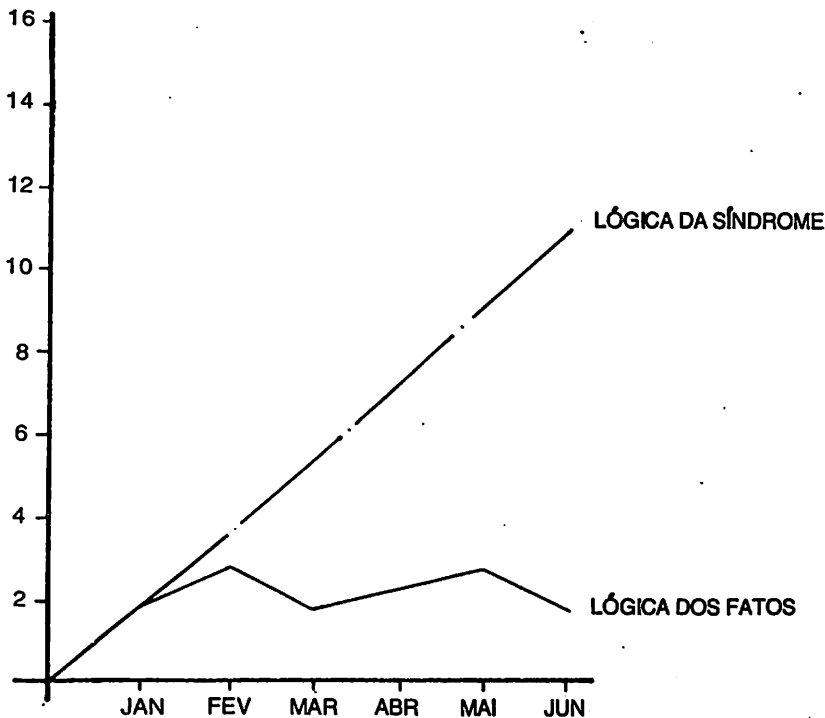
(2) a recompor a imagem, através do esclarecimento e informação da opinião pública, tarefa do setor de comunicação social da PM, com o fim de dissipar colocações das quais algumas são inteiramente procedentes, e outras, felizmente a maioria, são falsas, refletem interesses subalternos, baseiam-se em estereótipos e preconceitos.

De qualquer forma, todo aquele questionamento é indício de que está havendo prejuízo para a imagem da instituição perante o público. Na mente do consumidor de segurança, o hexágono eidético está entrando num processo de deterioração.

É preciso, a todo custo, impedir que o cidadão passe a acreditar na lógica da Síndrome (segundo a qual a violência estaria em descontrolado ascenso) e coloque-se na situação de próxima vítima, desprotegida e exposta à ação de marginais que a instituição policial não conseguiria conter. O setor de comunicação social da PM deve mostrar que a lógica dos fatos não coincide com a lógica da síndrome e que esse estado de

coisas tem conseqüências danosas para o próprio profissional da insegurança, que poderá ser atingido pelo clima de alarme e descrédito que ajuda a criar. Na-

da mais estimulante para o delinqüente que a certeza de que a instituição que lhe dá combate não tem a confiança e a simpatia do público.



Assim, o fenômeno da violência urbana, em Belo Horizonte, começou a apresentar contornos preocupantes em 1978, quando seu índice superou em 73,1% aquele anotado no ano anterior. Naquele ano, estudos elaborados indicaram a conveniência de se criar o Índice da Violência, separando-o do Índice de Criminalidade, porque este, não obstante muito citado, tem para nossa Corporação grau de

importância inferior àquele, uma vez que a categoria crime é genérica e abrange uma vasta gama de eventos, alguns até muito pouco relacionados com a segurança do cidadão.

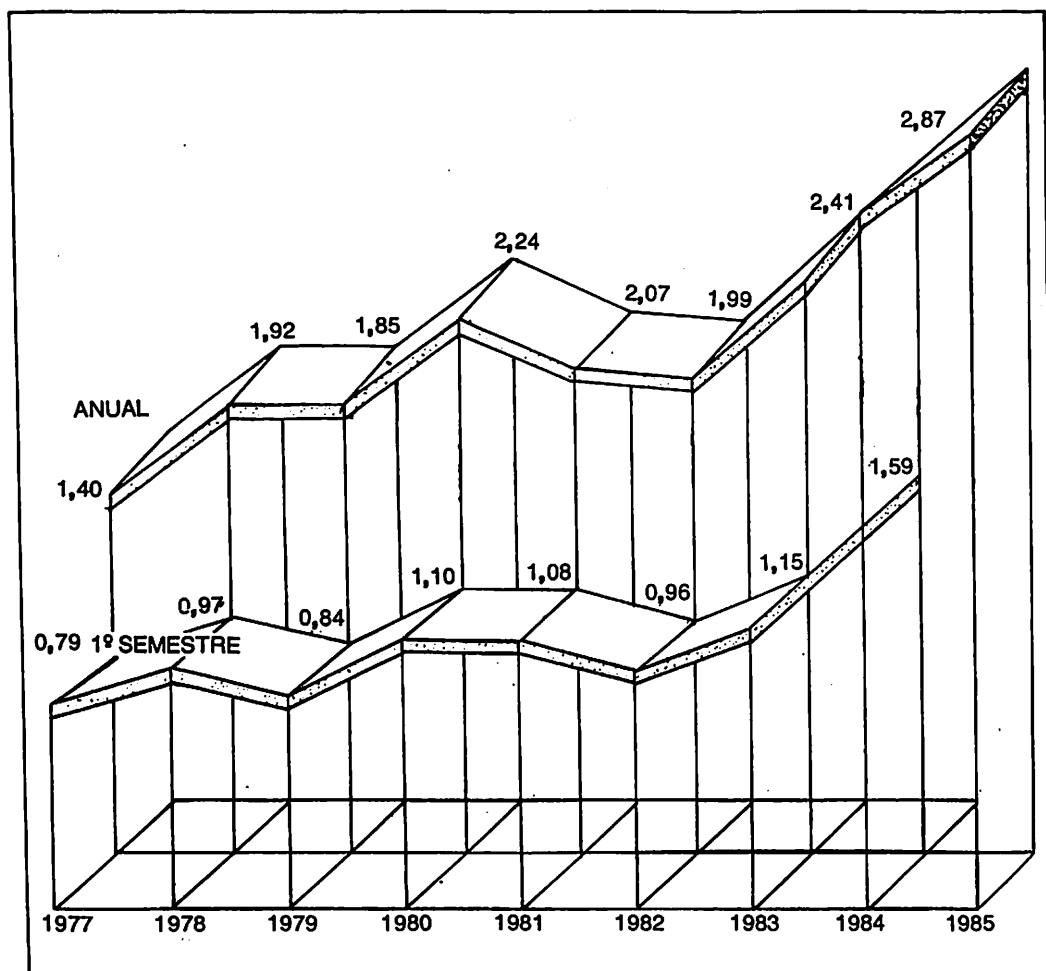
O Índice de Violência nos é especialmente importante, já que leva em conta delitos de gravidade e que, por suas peculiaridades, tem decisiva influência na sensação de segurança da comunidade.

O Índice de Violência é análogo ao Índice de Criminalidade, com a diferença básica de abranger apenas aqueles crimes em que a ação violenta é um componente necessário (homicídio, tentativa de homicídio, estupro, assalto, roubo e seqüestro).

O Índice de Violência, tal qual por nós concebido, deriva da relação matemática entre:

– número de crimes violentos (roubos, assaltos, homicídios e sua tentativa, estupros) registrados em determinado espaço

GRÁFICO DE ÍNDICE DE VIOLÊNCIA
(1977 a 1985)



de tempo na área geográfica considerada;

— número de habitantes considerados por grupos de 1000.

Como se pode verificar no gráfico, os índices de violência não seguem a lógica da Síndrome, ou seja, não estão em crescimento acelerado e uniforme, conforme sugerem as expressões alarmistas com que é enfocada pelos profissionais da insegurança.

O Índice de Violência, após o salto de 1978, manteve-se relativamente estável no ano seguinte. Em 1980, o problema agravou-se com a curva atingindo patamares inéditos. O problema começa a ser contornado no semestre do ano seguinte, permanecendo em baixa até o terceiro trimestre de 1982. A partir daí, o Índice de Violência volta a crescer e assim permanece, acompanhando o período recessivo por que tem passado a economia do País.

Hoje, quase três quartos (71,4%) do Índice de Violência resultam dos crimes contra o patrimônio, especialmente os assaltos. Esse aspecto foi detectado em 1983, haja vista que em 1977 a participação não passou de reduzidos 30,9%, com amplo predomínio dos crimes contra a pessoa (57,8%). A partir de 1978, enquanto estes declinavam, os delitos contra o patrimônio iniciavam sua ascensão, tanto que já em 1979 os crimes contra a pessoa, dos

57,8% de 1977, estavam reduzidos a 39,9%, chegando a 1984 com menor taxa conhecida, 23,4%.

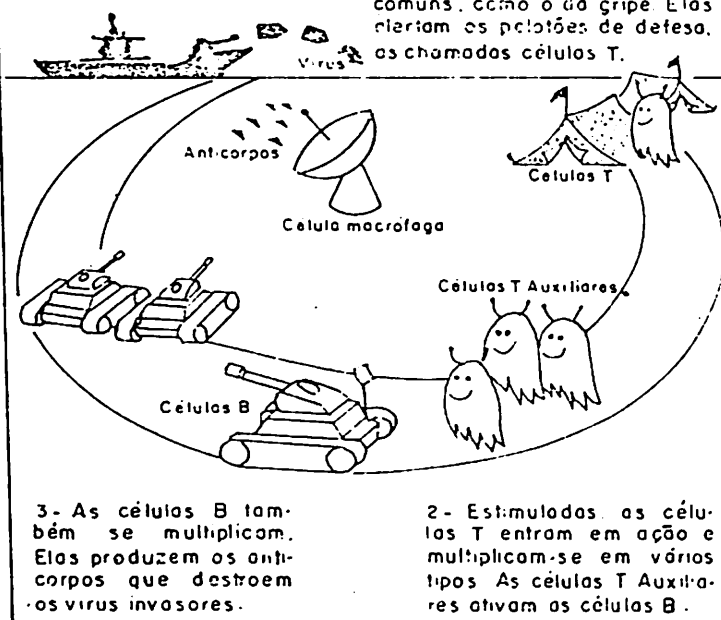
COMPARAÇÃO

No campo da pesquisa relativa à AIDS, consta que o agente patológico vinha sendo estudado de há muito e as últimas notícias são de que o vírus, HTLV 3, já foi isolado, inclusive. Quer dizer, antes de o assunto ser de domínio público, já havia alguém preocupado em reduzir efeitos e eliminar causas. Quanto à violência urbana, exatamente pela falta de políciólogos, sempre houve, particularmente a partir da segunda metade da década de 70, noção de que algumas causas, não determinadas com precisão, estavam provocando transformações nefastas à sociedade. Porém, nunca houve convicção quanto à premente necessidade de se conhecê-las, equacioná-las, estabilizá-las e erradicá-las.

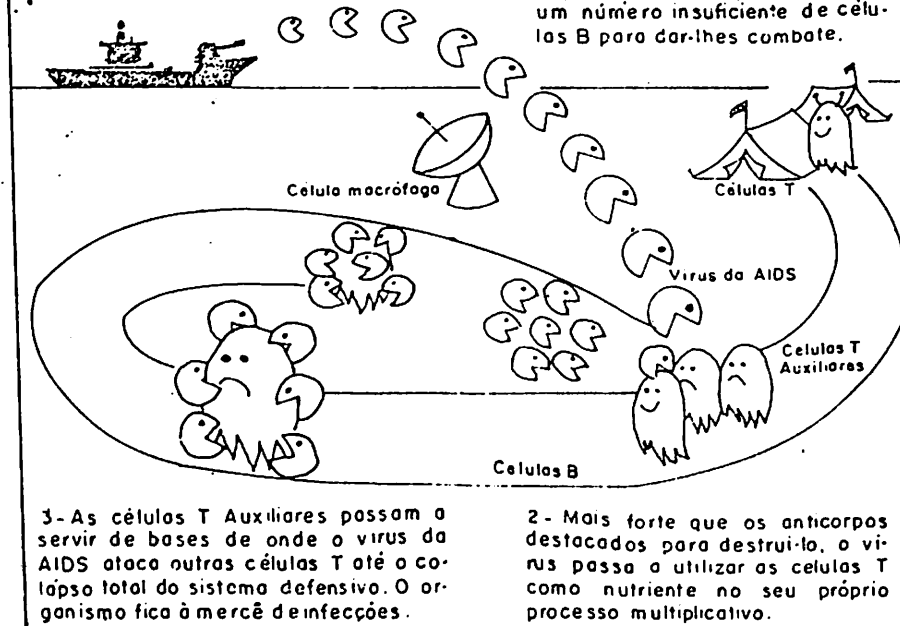
Um fenômeno interessante ocorre com os VCM e essas síndromes. No que se refere à AIDS, constata-se que a divulgação se refere às causas, isto é, o trabalho insano que vem sendo desenvolvido contra a moléstia que, até agora, é 100% mortal, bem como informações muito oportunas e eficazes a respeito de precauções efetivas.

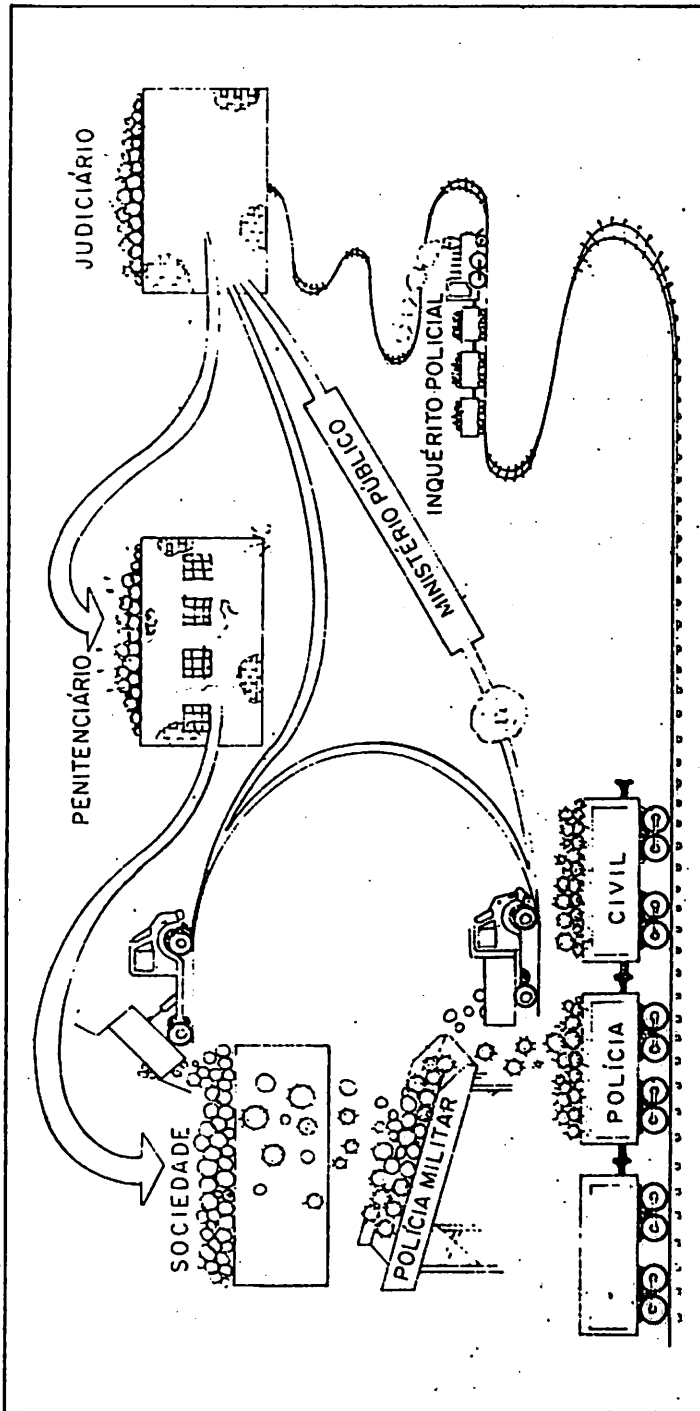
Quanto à violência urbana, a divulgação quanto às causas é mínima, cedendo espaço à di-

O sistema imunológico sadio

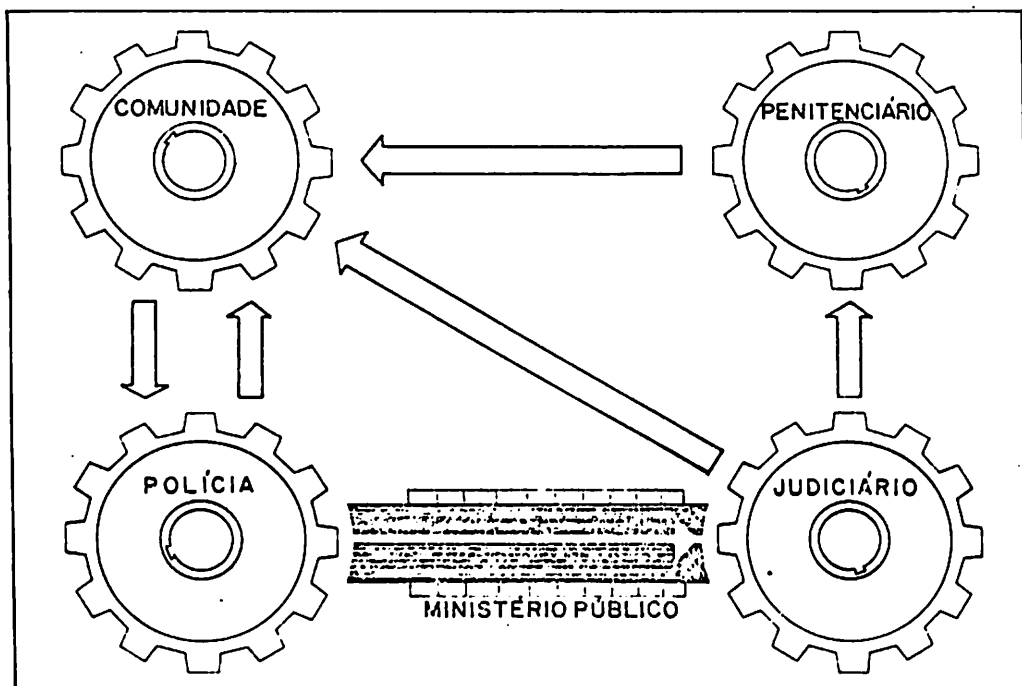


As defesas minadas pela AIDS





PRECÁRIO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL



ADEQUADO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL

vulgação da própria síndrome e ao trabalho que *"deveria ser desenvolvido"* pelos instrumentos de defesa que, erroneamente, são sintetizados na polícia. É um erro primário, como o seria debitar aos fagócitos ou macrófagos, a incapacidade de enfrentar a AIDS. Os mecanismos de defesa do organismo humano são escalonados, harmônicos e de atuação localizada. Assim também o são os de defesa social. Percebe-se, portanto, que o trabalho dos VCM a respeito da AIDS compreende informativos excelentes que, efetivamente, se prestam a conduzir esta fase crítica, se não absolutamente tranqüila, no mínimo, de forma

menos traumática. Quanto à SVU, constata-se que há informação deficiente, a par de uma barulhenta minoria que prima pela desinformação ou má informação. Estes, levados, por certo, pelo entendimento de que a má notícia, dada com retoques de maldade, é a boa notícia, é a que vende e projeta o veículo, não se aperceberam de que a atitude gera intranqüilidade, desconfiança, insegurança. Sugiro que os senhores leiam a respeito da Síndrome de Peter-Pan ou Síndrome de Avestruz ou Síndrome de Machete. Facilitaria o entendimento desta postura negativa e inconveniente. Assiste-se, assim, a um ataque,

de alguns inconseqüentes, às instituições de defesa da sociedade, ao invés de carrear esforços para aprimorá-las, para reforçar-las, torná-las altamente efetivas. É como se descobrisse um antídoto (permitam-nos a extensão) contra a AIDS e se movesse uma campanha sistemática contra ele, sob alegações in-

teresseiras infundadas, exageradas ou até mesmo corretas, acerca de efeitos colaterais, cuja gravidade esteja aquém do fundamental.

Gostaríamos de estabelecer um paralelo entre a forma de percepção da sociedade a respeito desta Síndrome e a AIDS:

CATEGORIAS	SVU	AIDS
Área	Patologia Social	Patologia Individual
Campo	Sociedade	Organismo humano
Grupos de risco	Metrópoles	Viciado em drogas homossexuais hemofílicos
Precauções Efetivas	<ul style="list-style-type: none"> - Ação de providências elementares de segurança física (pessoal e de instalação); - Evitar situações de risco (locais, horários, negligência). 	<ul style="list-style-type: none"> - Evitar relações homossexuais; - Transusão de sangue somente de pessoal examinado e liberado; - Uso de seringas descartáveis; - Abstenção do uso de drogas.
Precauções Irreais	<ul style="list-style-type: none"> - Andar armado, às vezes, até mesmo, sem saber atirar; - Não conduzir bolsa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não estender a mão para homossexuais; - Não doar sangue.

Obviamente, os senhores já se aperceberam de que estamos abordando o aspecto terapêutico da SVU. Isto porque, conforme já nos manifestamos anteriormente, a violência urbana é me-

nos um problema policial que um complexo problema social. E, em maioria, o problema social é um problema de educação, sem dúvida, um recurso profilático excepcional, de indu-

bitável valor e que, pouco a pouco, vem tendo tratamento prioritário.

Síndrome, como já falamos, é um nome difícil, de significação não muito clara para muitos e que pressupõe algo de místico, de misterioso, de fantasmagórico. Com certeza, por isto, há entendimento, quase que generalizado, de que a palavra é sinônimo de medo. Não o é, mas que parece, parece... O fato é que qualquer síndrome gera medo, exatamente pelo enfrentamento a uma situação, não muito visível, de princípio. A tendência é de que a inquietação aumente à medida que se desconheça ou se pressuponha a extensão do perigo real, potencial ou imaginário.

Em 4 de agosto de 85, a *Folha de São Paulo* apresentou interessante artigo assinado por Júnia Nogueira de Sá, de uma página, cujo título era: *"Desinformação sobre AIDS muda hábitos do paulistano"*. A repórter discorre sobre o vazio nas calçadas, bares e boates, então freqüentados pelos homossexuais e o fechamento de saunas-gay. Fala sobre donas-de-casa que dispensam copeiro e cabeleireiro homossexuais. Uma delas, inclusive, dizendo-se mulher livre, declara haver reduzido suas relações sexuais. Lembra, a repórter, os dois meios cientificamente comprovados de transmissão do vírus, o esperma e o sangue, excluindo, portanto, a saliva. A certa altura, relata: "E a falta genera-

lizada de informação altera hábitos necessários".

Em outro trecho:

"Todo este pânico é perfeitamente justificável, diz o professor e médico Ricardo Veronesi, 60, titular da cadeira de Moléstias Infecciosas na USP. A população está pouco esclarecida sobre o fato de a AIDS não ser uma doença exclusivamente homossexual e ainda fica à mercê de alguns interesses subterrâneos que espalham por aí coisas como a doença não existe ou o teste sanguíneo para detectar a AIDS não funciona." O assessor de imprensa do Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS responde: "É preciso que as pessoas entendam que a doença é muito mais grave que o homossexualismo. E é apenas ela que deve ser combatida."

O editorial da *Folha de São Paulo*, de 4 de agosto de 85, *"AIDS, Medo e Informação"*, consegue reunir concisão, objetividade, clareza e capacidade de síntese:

"A taxa exponencial com que se intensificam os registros AIDS (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida) está produzindo, como ocorre em toda onda de epidemia, reações de pânico e alarmismo que podem levar a mudanças de hábito entre a população. De fato, essa relação entre a doença e os

costumes pode ter, frequentemente, influências tão relevantes como as dos vetores da transmissão isoláveis em laboratórios. A AIDS, sobre a qual muito pouco se sabe, é largamente associada aos hábitos homossexuais ou à promiscuidade.

Já no século XV, diante da seqüela de Peste Negra, notabilizou-se Boccaccio ao catalisar numa obra literária, o "Decameron", as relações entre pestilência, culpa e incerteza, de um lado, e explicitação tanto do imaginário quanto das práticas sexuais do ser humano. É a mesma associação que agora ressurge, precipitada, não pela falta de evidências referentes à maior incidência da Síndrome em certos grupos típicos, mas pela própria ignorância que ainda existe em torno do real significado dessa enfermidade. Mas essa ignorância, aliada a uma correlação perversa e antiga entre sexualidade e desvio, tem dado margem à adoção de práticas nitidamente preconceituosas, senão agressivas e impensadas, contra os grupos em que se tem manifestado. Os dados da Pesquisa-Folha, que hoje publicamos, se revelam um saudável espírito de tolerância na população em face do homossexualismo, não desmentem a possibilidade de atitudes preconceituosas

ganharem ímpeto, associativas ao estigma da doença.

Nesse contexto, a responsabilidade dos órgãos de comunicação de massa é magnificada. A importância de se buscar toda a informação, por mais fortes e preconceituosas que sejam as forças em jogo, não pode subestimar-se. Se o assunto é polêmico, todas as fontes devem ser valorizadas e cotadas, sem distinção de grupos institucionais, acadêmicos ou comunitários. Cabe à imprensa, em todas as suas formas, empenhar-se para que nada fique oculto, mas também para que as revelações se dêem num clima de esclarecimento e tranquilidade, evitando o pânico e o sensacionalismo. O trabalho informativo será, desse modo, capaz de contribuir para a transformação do próprio contexto cultural que, nesses casos de doença "social", muitas vezes, prejudica o progresso dos próprios trabalhos de investigação científica."

Já tivemos oportunidade de dizer que a preocupação primeira do homem é com sua sobrevivência e, a segunda, com a sobrevivência de sua espécie. Portanto, qualquer noção de um perigo real ou imaginário, que possa representar uma ameaça, causa grande inquietação no homem, e é chamada de medo.

Um grande susto ou medo seria o pavor. O sentimento do medo pode evoluir, absorvendo grande concentração física ou mental, recebendo a denominação de tensão.

Esta pode tomar ares de tormento, tribulação, isto é, transformar-se em angústia, que é, do ponto de vista psíquico, *"desagradável sensação de tensão expectativa e o estreitamento da consciência"*. É uma das manifestações da neurose, *"perturbação mental que não compromete as funções essenciais da personalidade e em que o indivíduo mantém penosa consciência de seu estado"*. O medo mórbido, doentio, aversões irreprimíveis, são sintomas específicos de neurose, a que chamamos fobias. Há, ainda, as psicoses ou *"processos mórbidos de desintegração da personalidade"*.

É de se concluir, portanto, ser da maior importância a participação dos veículos de comunicação de massa (VCM) no esclarecimento, na educação e no combate às doenças, particularmente as que estamos discorrendo: a deficiência imunológica e a violência urbana, respectivamente, do organismo do homem e do organismo social. Repetindo e ratificando o papel da imprensa, segundo a *Folha de São Paulo*:

"... empenhar-se para que nada fique oculto, mas também para que as revelações

se dêem num clima de esclarecimento e tranquilidade, evitando o pânico e o sensacionalismo."

Retornando ao que falou o professor e médico Ricardo Veronesi: *"A população está pouco esclarecida... e ainda fica à mercê de alguns interesses subterrâneos que espalham por aí coisa como..."* Em relação à violência urbana, ocorre situação semelhante. A população está muito mais desinformada ou mal-informada do que corretamente informada, face à polisssemia, à ilusão de isotopia, ao efeito catártico da notícia, de que se aproveita uma minoria barulhenta, irresponsável, inconseqüente e de interesses subterrâneos. Adotando postura demagógica, formam um grupo pequeno, porém, forte, dos profissionais da insegurança: quanto mais insegurança, mais lucro imediato. Porém, não pensam ou preferem não pensar nos graves prejuízos mediatos que causam à sociedade, que também integram. É de se pressupor, então, que esta sociedade tende a ser tomada e varrida pelo pânico, pelo medo generalizado fora de controle racional, em razão de desfigurar-se sua causa eficiente: convivência, viver com, interação, interdependência. Bem sabemos que o homem não vive só, mas, a expectativa de *"ser a próxima vítima"*, vem levando-o ao enclausuramento.

CONCLUSÃO

Realizamos uma longa caminhada, através dessa conferência, pelas veredas ínvias e dificultosas da realidade do modelo social em que vivemos e em que exercemos nossas tarefas.

Esperamos haver delineado a Síndrome da Violência Urbana e a influência dos MCM na ação policial-militar. Muito pouco parece haveremos conseguido, pois, resta-nos saber o fundamental: que fazer para solucionar o problema aqui colocado? Como conseguir reunião de esforços, por onde começar, quando enfrentar causas?

O que se pode adiantar por ora é que, se a imprensa adotar a postura sugerida pela própria *Folha de São Paulo*, muito se terá caminhado em termos de engajamento dos MCM no reforço da segurança subjetiva, como valiosa contribuição à prevenção criminal e ao combate à violência. Quanto aos profissionais da insegurança, os que se realizam com ela, espera-se que o aspecto moral de sua atividade prepondera sobre o exercício legal.

Como se vê há muitas dúvidas e poucas certezas.

Aliás, certeza só uma: não podemos ignorar a Síndrome da

Violência Urbana nem subestimá-la.

O que se fizer de positivo no sentido de encontrar soluções para esse problema, só poderá somar e contribuir para o engrandecimento de nossa Corporação sesquicentenária, verdadeiro e perene patrimônio do povo mineiro, em razão do aprimoramento de nossa secular atividade de defender o indivíduo, a comunidade.

As medidas adotadas com relação à AIDS, certamente, estão contribuindo para impedir o avanço da doença, hoje letal em 100% dos casos, e, em pouco tempo, erradicá-la através da vacinação e cura dos pacientes.

Se medidas análogas fossem adotadas com relação à SVU, provavelmente já teríamos obtido progressos consideráveis na redução dos índices de violência e sua manutenção dentro dos limites suportáveis, ensejando, assim, a instauração de um ambiente de verdadeira segurança, ideal de toda sociedade.

Inexplicavelmente, porém, quando abordada pelos vários segmentos sociais, enfocada pelos MCM, a Síndrome da Violência Urbana recebe tratamento diferenciado, notadamente nos seguintes pontos:

SÍNDROME DA VIOLÊNCIA URBANA

DESINFORMAÇÃO: Não há a preocupação de trazer autoridade no

SÍNDROME FÍSICA (POR EXEMPLO, A AIDS)

INFORMAÇÃO: Os cientistas, pesquisadores, médicos, especialistas,

assunto para orientação do público. A Polícia Militar, p. e., não foi ouvida nem chamada a integrar as Comissões que estudaram o assunto.

OMISSÃO QUANTO A CUIDADOS, PRECAUÇÕES ETC: Os comunicadores não orientaram a população sobre a forma de evitar a violência. Receitam atitudes que vão incrementar a violência, em vez de reduzi-la, como portar arma, aprender Karatê. Fomentam a polisssemia, a ilusão de isotopia, confundem a opinião pública.

ALIMENTAÇÃO DE MITOS, PRECONCEITOS E ESTEREÓTIPOS QUE INTRANQUILIZAM E GERAM INSEGURANÇA NA POPULAÇÃO: São comuns frases do tipo: "Você é a próxima vítima". "A polícia é incapaz de prevenir crimes; é fator de mais violência". "Cada um deve se defender". "Não confie na polícia".

SOLUÇÕES INADEQUADAS, EMOCIONAIS, INTERESSEIRAS: São freqüentes as sugestões do tipo: introdução da pena de morte; ataque ao caráter militar das forças policiais; linchamento; medidas de combate a efeito; ausência de mentalidade preventiva.

ESCASSEZ DE RECURSOS PARA PESQUISA: Não há interesse pela descoberta das causas. Morosidade, no tratamento dos efeitos, insensibilidade pela prevenção.

entim, as maiores autoridades no assunto são chamados a orientar o público a respeito do processo etiológico.

ORIENTAÇÃO SOBRE CUIDADOS PARA EVITAR CONTAMINAÇÃO ETC: A população é orientada sobre os perigos representados pelos grupos de risco, sobre precauções para evitar a doença. Não há estardalhaço nem sensacionalismo quanto às ocorrências.

DISSIPAÇÃO DE LENDAS, CRENÇAS INFUNDADAS QUE INTRANQUILIZAM A POPULAÇÃO: Viu-se, no caso da AIDS, a constante preocupação sobre os riscos reais e irreais de contágio, evitando-se o pânico e a inquietação da sociedade inteira.

SOLUÇÕES CIENTÍFICAS: Procura-se a identificação das causas, do remédio eficaz e produção de vacinas (prevenção).

DESTINAÇÃO DE VULTOSOS RECURSOS PARA A PESQUISA: Com o fim de identificação do agente etiológico, tratamento do paciente e prevenção da doença, vultosos fundos são canalizados para entidades e instituições de pesquisa.

Em resumo: inversamente ao que acontece com as notícias sobre a AIDS, as notícias sobre SVU, em maioria, deseducam, desinquietam, alardeiam e colo-

cam os órgãos de defesa na condição de "bode expiatório".

Não se está pleiteando tratamento benevolente, complacente. Estima-se, sim, que, em

conjunto, sejam estabelecidas atitudes que visem a tornar mais eficientes as defesas sociais. Mais uma vez, a Biologia nos auxilia: doenças só se evitam, só se restringem seus efeitos, só se eliminam, através de fortalecimento dos dispositivos de defesa do organismo. Também a Policiologia deve estudar

e propor medidas que visem a fortalecer as defesas do organismo social. Enquanto isso, temos de admitir que os profissionais da insegurança irão vicejar, irão prosperar, à custa de intranquilizar as comunidades, à causa do modismo de falar mais da polícia.



Ten Cel AMAURI MEIRELES – Possui os Cursos de Formação de Oficiais (CFO), de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), Superior de Polícia (CSP), Instrutor de E.F. (EB); Ciclo de Extensão sobre Informática na Sociedade Brasileira, ESG/85; Instrutor de Tática PM, no CAO/PMMG e de "Trabalho de Comando" no CSP/PMMG. Tem publicados os seguintes trabalhos: Manual Básico

de Policiamento Ostensivo para as Polícias Militares (Comissão/IGPM/EME); Papel do Oficial Subalterno como Comandante; Quadro de Emprego das Polícias Militares; Teoria da Síndrome de Violência Urbana; Teoria das Realidades Culturais Diferentes; Teoria do Vértice de Causas e Efeitos; Teoria da Compatibilização Eficaz e Policiometria: Um modelo para alocação de efetivo, estimativa de ocorrências e atuação preventiva.



Cap da PMMG LÚCIO EMÍLIO DO ESPÍRITO SANTO – Formado em Filosofia, é instrutor de Metodologia Científica na Academia de Polícia Militar. Possui o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, exerceu funções na 1ª Seção do EM/PM e foi Secretário do Comandante-Geral, no período 1984-1987. Atualmente é Secretário do Gabinete Militar do Governador.

MAIS DE 3.000 SOLUÇÕES PARA O SEU NEGÓCIO.



Solution 16

O Solution 16 foi concebido totalmente compatível com o IBM PC[®]/XT: a máquina de maior sucesso mundial.

Consequentemente, é a máquina com mais títulos de software disponíveis no mercado: são mais de 3.000 soluções para profissionais liberais, pequenas e médias empresas, e departamentos de grandes empresas, qualquer que seja o seu negócio ou atividade.

Além, na compra de um Solution 16, você ganha grátis um catálogo que relaciona os principais softwares existentes para micros de 16 bits.

O Solution 16 é também uma máquina de grandes recursos: tem memória RAM de 512 Kb, saída para

vídeo colorido, interface incorporada para impressora paralela, e slots livres para a conexão de todos os acessórios compatíveis com o IBM PC[®]/XT, permitindo, entre outras operações, acesso ao Círculo e Videotexto, comunicação micro a micro, emulação de terminal, e ligação de um mouse serial.

E se você ainda necessitar maior capacidade de armazenamento de memória, o Solution 16 permite incluir um disco rígido de 10 Mb no próprio gabinete da máquina.

Tudo isto num conjunto integrado: o teclado fecha sobre a



caixa tornando-o mais compacto, fácil de transportar e de instalar. O Solution 16, na sua configuração básica, tem capacidade, por exemplo, para processar 600 páginas de texto, mala direta com 6.000 nomes, controle de estoque com 4.000 itens e faturamento de 3.200 duplicatas, no mínimo.

Conheça de perto o Solution 16, assistindo uma demonstração gratuita nos principais magazines e lojas do ramo, e ganhe de brinde um catálogo de software e uma introdução ao micro computador.

E comprove as inúmeras vantagens que ele vai trazer para o futuro dos seus negócios, fazendo com que o seu antigo micro seja apenas parte do passado.

Compre já um Solution 16: o momento exige decisões mais eficientes.

Vídeo
De 12" monocrômico verde, com controle de intensidade.

Teclado
Composto por 89 teclas com caracteres em português, 10 teclas de funções e teclado numérico reduzido.

Unidade de Disco
2 discos flexíveis: dupla face slim com capacidade de 360 Kb cada.

Documentação
Manual de orientação objetivo e didático, bem como catálogo com os softwares disponíveis no Brasil para IBM PC[®].

CP
COMPUTADORES PESSOAIS

TECNOLOGIA PROLOGICA

para maior atualidade, consulte o nosso DDG (Distribuição Direta Gratuita): 572-1291 (Grande São Paulo) ou (011) 300-1291 (interior de São Paulo e outros estados)



ÁREAS DE FRICÇÃO NA AMÉRICA DO SUL E SEUS REFLEXOS NA SEGURANÇA E HARMONIA DO SUBCONTINENTE

João Roberto de Oliveira

Extraído de monografia produzida pelo autor, como trabalho curricular para obtenção de diploma do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército. Artigo sobretudo didático, além de bastante abrangente e elucidativo, constitui subsídio preciso, em particular para candidatos ao ingresso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e para os que se iniciam em estudos de natureza geopolítica, estratégica e, mesmo, diplomática.

INTRODUÇÃO

As áreas de fricção existentes na América do Sul tiveram suas origens fundamentadas, principalmente, no processo de colonização implementado no subcontinente pelos espanhóis.

Souberam os portugueses desenvolver um processo de colonização, na porção centro-oriental da América do Sul, que possibilitou a formação de uma

nação unitária e coesa, enquanto que os domínios espanhóis fragmentaram-se em várias repúblicas. Seria natural que esses países ao se emanciparem, herdassem os territórios correspondentes à antiga divisão político-administrativa da colônia espanhola. Entretanto, a diversidade de órgãos coloniais espanhóis existentes (Vice-Reinados, Capitânias-Gerais, Audiências e Presidências, entre outros), com áreas de jurisdição

mal definidas e, às vezes, coincidentes, trouxeram uma notória imprecisão de limites, o que se constituiu na principal causa dos atritos entre as novas nações de origem hispânica que se iam tornando independentes.

Por outro lado, o descaso da Espanha em relação a áreas que não apresentavam interesse econômico imediato, permitiu a infiltração de franceses, holandeses e ingleses em uma pequena faixa atlântica no norte do subcontinente, trazendo em seu bojo novos focos de fricção por questões fronteiriças.

Dentro do contexto apresentado podem ser enquadradas as pendências entre os países sul-americanos abaixo relacionados:

- Venezuela e Guiana: questão da Guiana Essequiba.
- Venezuela e Colômbia: questão de Guajira - Zulia.
- Equador e Peru: questão da Amazônia Equatorial.
- Chile, Bolívia e Peru: questão de Arica.
- Bolívia e Paraguai: questão do Chão Boreal.
- Argentina e Chile: questão de Beagle.
- Argentina e Uruguai: questão da Ilha de Martin Garcia.
- Guiana e Suriname: questão da faixa territorial entre os rios Corentyne e Novo.

Como único exemplo de

área de fricção envolvendo um país do subcontinente (Argentina) e uma potência extracontinental (Grã-Bretanha), a questão das Ilhas Malvinas (Falkland) adquire uma característica especial, visto que dela decorreu, recentemente, um conflito bélico de consideráveis proporções, o qual trouxe importantes repercussões para o subcontinente. Esses pontos de fricção existentes na América do Sul influem de maneira direta no relacionamento entre os países envolvidos e, de maneira indireta, no relacionamento entre todos os países da área. Além disso, o rumo dos acontecimentos que marcam o desenvolvimento de cada questão pode causar desdobramentos que irão afetar a segurança dos países envolvidos, de seus vizinhos e, num sentido mais amplo, de todo o subcontinente.

É dentro desse contexto que se situa o objetivo do presente trabalho. A partir de um estudo do processo evolutivo e de análise reflexiva dos aspectos que envolvem cada questão, principalmente os de ordem econômica e geopolítica, pretende-se deduzir conclusões, apresentando algumas repercussões dessas áreas de fricção na harmonia e na segurança do subcontinente.

Verifica-se, cada vez mais, no campo das relações internacionais, o intento das nações reunirem-se em organismos, buscando a defesa de seus interesses comuns. No continente

americano, o sistema OEA-TIAR e a ALADI são exemplos disso. Mais especificamente, na América do Sul aparecem organismos representados pelo Pacto Andino, Tratado de Cooperação Amazônica e o Tratado da Bacia do Prata. Formando um bloco de nações com problemas e interesses semelhantes, urge que o sentido de integração dos países sul-americanos seja cada vez maior. A solução ou, pelo menos, a amenização dos problemas de fricção existentes no subcontinente, sem dúvida, contribuirá significativamente para que isso venha a acontecer. Aqui se evidencia a importância do assunto, objetivo do presente trabalho. Sua atualidade pode ser constatada pelo tratamento, quase que diário, que a imprensa a ele dispensa. Além disso, o mesmo constitui preocupação constante dos Governos das nações sul-americanas através de seus organismos de relações exteriores. O tema é, ainda, objeto de atenção de um considerável número de estudiosos, tais como, geopolíticos e historiadores.

QUESTÃO DA GUIANA ESSEQUIBA

A questão da Guiana Essequiba envolve a Venezuela e a Guiana, na qual a primeira reivindica a posse do território guianense localizado a oeste do rio Essequibo.

A origem da controvérsia remonta aos tempos coloniais, tendo sido motivo de constantes disputas no século XIX, entre a Venezuela e a Inglaterra.

Durante o século XVII, os holandeses fundaram os núcleos coloniais do Suriname, Essequibo, Demerara e Berbice (os três últimos formam hoje a Guiana), os quais, em várias ocasiões durante o século XVIII, foram alvos de ataques ingleses, que disputavam, com os holandeses, a posse e a colonização daquelas terras. Convém salientar que foram os espanhóis os descobridores da região, a qual, entretanto, nunca chegaram a ocupar.

As colônias do Essequibo, Demerara e Berbice foram conquistadas pelos ingleses em 1803; não conseguindo, os holandeses, retomá-las, como já havia acontecido antes. Em 1814, ao fim das guerras napoleônicas, foi firmado um acordo, segundo o qual a Inglaterra ficava com as três colônias conquistadas, restando, aos holandeses, a colônia do Suriname. Para os espanhóis, entretanto, os limites da Capitania Geral da Venezuela se estenderiam até o rio Essequibo e, já naquela época, reivindicavam a região do Essequibo. A Venezuela, quando conquistou sua independência, herdou o conflito de fronteira com os ingleses.

Em 1834, o prussiano Robert Schomburgk, comissionado pela Sociedade Geográfica de Londres, explorou a região e, em 1840, apresentou um mapa, se-



Fig. 1 - Região da Guiana Essequiba

gundo o qual a então Guiana Inglesa incluía 141.930km^2 a oeste do rio Essequibo. Entretanto, segundo a versão venezuelana, em 1835, Schomburgk já teria apresentado a linha de fronteira incluindo somente 4.920km^2 da área contestada.

Por volta de 1886, os ingleses resolveram consolidar a ocupação da área contestada, em virtude da descoberta de jazidas de ouro na região. Pouco podendo fazer contra a Inglaterra, a Venezuela apenas protestou.

Em 1899, a questão foi submetida a um conselho arbitral, tendo a Venezuela reivindicado a fronteira pelo rio Essequibo, com base no "uti possidetis juris" de 1810 (elemento básico geralmente aceito pelas antigas colônias espanholas para estabelecerem seus limites após a independência). A Inglaterra reivindicou uma área de 203.310km^2 a oeste do rio Essequibo, com base na alegação de ocupação efetiva do território. Por unanimidade, o Tribunal de Arbitragem, composto por

dois ingleses (representantes da Inglaterra), dois americanos (representantes da Venezuela) e um russo (Presidente do tribunal), estipulou o limite entre os dois países englobando 159.500km² a oeste do Essequibo; portanto, bastante desfavorável à Venezuela. Venceu a tese inglesa de ocupação efetiva do território.

A partir daí, durante cerca de 60 anos, os venezuelanos, embora inconformados com o Laudo Arbitral, não tomaram atitudes mais sérias referentes ao caso, preocupados que estavam com os problemas internos de seu país. As reações mais veementes surgiram a partir de 1962, quando a Venezuela declarou a nulidade do Laudo Arbitral, alegando parcialidade dos juízes na decisão em favor da Inglaterra (não havia juízes venezuelanos e dois deles eram ingleses).

A Guiana, após tornar-se independente em 1966, herdando a questão com a Venezuela, continuou insistindo na validade dos limites estipulados pelo Laudo de 1899.

Em 1970, foi firmado entre os dois países o protocolo de Port of Spain, pelo qual não seria revivida a questão por 12 anos, podendo, ao término dos mesmos, o prazo ser prorrogado. Expirado o prazo em 1982, a Venezuela não concordou com sua prorrogação. De tempos em tempos, a questão recrudesce, às vezes, com ocorrência de pequenos incidentes na fronteira

que, felizmente, até o presente, não têm trazido consequências mais graves.

Ao que tudo indica, a controvérsia não deverá ter uma solução pacífica satisfatória para os dois países, pelo menos a curto prazo. Embora não se possa negar razões à Venezuela quando questiona a isenção do tribunal que expediu o Laudo Arbitral de 1899, não se pode negar, também, que a ocupação efetiva do território contestado, realizada pelos ingleses, a partir de sua conquista, confere à Guiana uma posição bastante privilegiada. Considerando-se, ainda, que a área reivindicada pela Venezuela representa 2/3 do território guianense, com um subsolo rico em recursos minerais, parece pouco provável que a Guiana venha a concordar em ceder qualquer porção territorial ao seu oponente.

Embora tenha reiterado inúmeras vezes que deseja uma saída pacífica para o caso, o emprego da força pela Venezuela é hipótese que não pode ser descartada. A atuação de grupos nacionalistas radicais nos dois países pode exacerbar os ânimos. Além disso, o exemplo proporcionado pela ação argentina de 1982 nas Malvinas (Falkland) pode influenciar a Venezuela a tentar ação semelhante, considerando-se, principalmente, o seu poderio econômico e militar em relação à Guiana.

O agravamento da tensão entre os dois países, caso venha a concretizar-se, poderá trazer

conseqüências altamente danosas à segurança e à harmonia na América do Sul. O risco de uma penetração mais efetiva do Movimento Comunista Internacional no subcontinente seria grande, pois pode-se supor, nesse caso, que a Guiana venha a ter assistência cubana e até soviética, considerando-se as tendências marxistas do governo daquele país. O exemplo da Nicarágua, na América Central, poderia ser reeditado na América do Sul. Dentro da hipótese apresentada, poder-se-ia esperar, também, a assistência inglesa à Guiana; pelo menos, através de pressões diplomáticas e comerciais contra a Venezuela.

Por ter parte de seu território fazendo fronteira com a região em litígio, a questão preocupa particularmente o Brasil. Novas evoluções no caso poderiam suscitar tentativas de revisão de suas fronteiras naquela região. Além disso, a eclosão de um conflito armado entre os dois países poderá afetar a segurança do território brasileiro na área limítrofe com o Essequibo.

De uma maneira mais ampla, a existência da área de fricção torna menos amistoso o relacionamento dos dois países dentro de organismos regionais, nos quais eles tomam parte, como a OEA e o Tratado de Cooperação Amazônica. O fato torna menos fluido o funcionamento desses organismos. Deve-se considerar, também, que a

Guiana já conta com uma relativa dificuldade de integração regional, decorrente de sua diversidade de cultura e idioma em relação ao restante da América do Sul.

QUESTÃO DE GUAJIRA - ZULIA

A questão de Guajira - Zulía envolve a Colômbia e a Venezuela, que disputam a posse de uma faixa de terras na península de Guajira (junto ao Golfo da Venezuela) e de um pequeno trecho no vale do rio Zulía; as regiões promissoras quanto à possibilidade de exploração de petróleo.

A pendência teve início em 1831, com a dissolução da Grã-Colômbia, que englobava, numa Confederação, as atuais repúblicas do Equador, Colômbia e Venezuela. Naquela ocasião, não ficaram perfeitamente definidos os limites entre a Venezuela e a Colômbia.

Os dois países cerca de 50 anos em negociações, ao longo dos quais vários desentendimentos se registraram, inclusive, ocorrendo rompimentos e reatamentos de relações diplomáticas. Em 1883, a questão foi submetida à arbitragem do Rei da Espanha, que apresentou um Laudo Arbitral, em 1893, concedendo quase toda península de Guajira à Colômbia. Os trabalhos de demarcação da fronteira

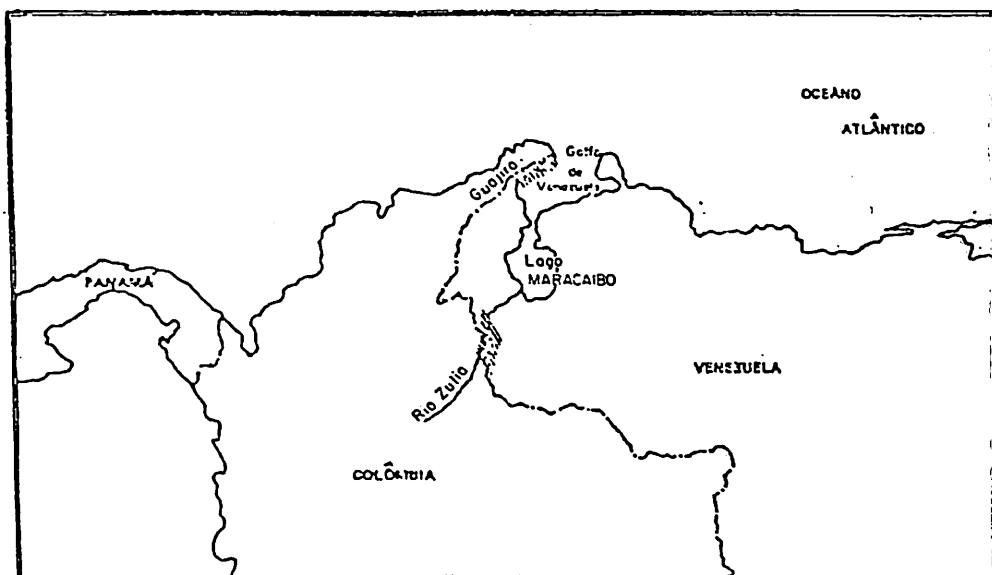


Fig. 2 - Questão de Guajira - Zulia (Colômbia X Venezuela)

foram iniciados e executados com vários percalços, até que foram suspensos em 1913, em virtude da não concordância da Venezuela a que a Colômbia fosse ocupando parcialmente os territórios em litígio, à medida que fossem sendo demarcados.

A controvérsia permanece até os dias atuais, com ambos os países não demonstrando muita disposição para resolver o impasse. Entretanto, a qualquer momento, a questão pode entrar em efervescência, quando se tornar necessária a definição da soberania sobre a península de Guajira, para fins de exploração de petróleo no Golfo da Venezuela.

A solução pacífica para o caso, embora este envolva áreas ricas em petróleo, não pa-

rece difícil. Os dois países têm envidado esforços para manter o bom nível das relações bilaterais e não se vislumbram maiores disposições, de parte a parte, para a busca de uma solução pelo confronto bélico. Isto tornaria-se bastante desgastante para os dois países, em face de suas potencialidades serem semelhantes. A Venezuela já tem a pendência com a Guiana, que a absorve em maior grau, e a Colômbia está a braços com uma conturbada situação interna, apresentando-se como um dos países sul-americanos onde as organizações revolucionárias têm atuado com maior desenvoltura. Além do mais, venezuelanos e colombianos têm se portado lado a lado em questões que envolvam o relacionamento

com outros países. Ambos fazem, por exemplo, do grupo de Contadora, juntamente com o México e Paraná; grupo este que tenta promover, através de seus chanceleres, uma solução negociada para os problemas da América Central.

O conflito, por outro lado, envolve a região do Golfo da Venezuela, que além da existência de petróleo em suas águas, constitui via de escoamento desse produto, extraído do Lago Maracaibo, pela Venezuela. Como este país exporta petróleo para vários outros da América do Sul, é lícito considerar que a questão poderá trazer prejuízos ao intercâmbio comercial realizado neste sentido.

O agravamento da tensão entre os dois países, caso venha a correr, trará alguns reflexos negativos para toda a América do Sul. Uma das hipóteses a ser considerada, seria o alastramento do conflito, com a participação da Guiana ao lado da Colômbia, já que aquele país poderia aproveitar a oportunidade para tentar demover a Venezuela de seus intentos reivindicatórios sobre a região do Essequibo. Além disso, haveria um relativo enfraquecimento dos organismos regionais, dos quais ambos tomam parte, como a OEA, o Pacto Andino e o tratado de Cooperação Amazônica. Enfraquecer-se-ia, também, o poder dos governos dessas nações em contraporem-se à ação dos grupos revolucionários em seus territórios, principalmente na Co-

lômbia, os quais poderiam aproveitar-se da situação para tentar tomar o poder em seus países, criando dessa maneira, uma séria ameaça à harmonia e à segurança do subcontinente.

QUESTÃO DA AMAZÔNIA EQUATORIANA

A questão da Amazônia Equatoriana envolve o Peru e o Equador à definição dos limites entre os dois países no rico espaço fronteiro banhado pelos rios Marañon, Zamora, Santiago e Lagarto-Cocha. É um dos exemplos mais marcantes da indefinição de limites resultante do processo de colonização espanhola desenvolvido na América do Sul.

No ano de 1822, o Equador (antiga presidência de Quito), a Colômbia (então, Nova Granada) e a Venezuela, recém-libertos do domínio espanhol, formavam a República da Grã-Colômbia, organizada por Simon Bolivar. O Peru, que teve sua independência consolidada em 1824, entrou em litígio com a Grã-Colômbia, exigindo desta os territórios de Maynas e Quijos (que, antes, integravam a presidência de Quito), alegando que tais territórios teriam sido anexados ao antigo Vice-Reinado do Peru, pela Cédula Real de 1802 e que, portanto, lhe pertenceriam, de acordo com o critério do "uti possidetis de 1810", que nortearia a constituição das nações libertadas do jugo espanhol na América do

Sul. Reclamava o Peru, ainda, a posse da província de Jaen, também anexada à Grã-Colômbia, alegando que, em 1822, o povo da referida província havia se manifestado favorável à sua anexação àquele país. Esses e outros motivos levaram os dois Estados à guerra, que se desenvolveu durante os anos de 1828 e 1829.

Finda a guerra, com a derrota do Peru, foi firmado, em 1829, o Tratado de Guayaquil que, complementado pelo protocolo Adicional de 1830, definia a fronteira passando por Tumbes-Maracá-Marañon, seguindo por este até a fronteira com o Brasil. Assim, o Peru estaria limitado ao norte, em sua maior extensão, pelo corte do rio Marañon-Amazonas. Ainda em 1830, com a dissolução da Grã-Colômbia, o Equador herdou os problemas da fronteira com o Peru.

Após a ocorrência de vários incidentes, foi firmado, em 1890, o Tratado Garcia-Herrera, pelo qual o Equador reconhecia o direito do Peru sobre os territórios de Tumbes Jaen e Iquitos, cedendo ainda outra área na parte oeste, embora reservasse a si o direito de acesso ao rio Marañon, através do rio Santiago. O Peru, mesmo assim, não se deu por satisfeito e continuou reivindicando novas áreas.

Em 1924, os dois países assinaram um protocolo, segundo o qual submeteriam a questão à arbitragem dos Estados Unidos. Como não se concretizasse tal

arbitragem, foi firmada, em 1936, a Ata de Lima, concordando os litigantes em manter um "status quo" em suas posições até a decisão final. Tal acordo foi amplamente desfavorável ao Equador, que não possuía, na época, nenhum sinal de ocupação nas regiões das desembocaduras dos rios que deságuam no Marañon pela margem norte.

Com o agravamento da dissensão, o Peru invadiu o Equador, em 1941, ocupando vastos territórios, com o objetivo, talvez, de atingir os limites da Célula Real de 1802, ou seja, as nascentes dos afluentes da margem norte do Marañon. Cesadas as hostilidades, por ação de mediadores; o Peru encontrava-se de posse de uma área bem maior do que aquela definida pela linha do "status quo" de 1936.

Os Estados Unidos, o Brasil, a Argentina e o Chile solicitaram o fim imediato do conflito, o qual ameaçava a segurança no hemisfério sul, em virtude da deflagração da II Guerra Mundial. Em 1942, durante a III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada no Rio de Janeiro, os dois países foram instados a obter uma solução para a pendência. A linha de limites proposta pelos mediadores era, mais ou menos, a linha do "status quo" de 1936. Restava, ao Equador, duas opções: ou aceitava a linha proposta pelos mediadores, ou não concordava; ficando, assim, sob

a mercê do Peru, que ocupava militarmente grande faixa de seu território. Decidiu-se o Equador pela primeira opção, com a qual concordou também o Peru, tendo sido assinado o Protocolo de Paz Amizade e Limites entre os dois países.

Segundo Flavio de Galvão, em sua publicação *"O Litígio entre o Equador e o Peru"*, o Ministro das relações Exteriores do Equador, ao assinar o protocolo, exclamou: "o Equador faz um imenso sacrifício ao aceitar as fronteiras descritas neste documento, pois implicam a renúncia, do Equador, aos seus mais caros direitos e legítimas aspirações, no altar da tranqüilidade continental" (Tosta — 1958, 119).

A observância do que foi estabelecido no protocolo significava, para o Peru, a posse da maioria dos territórios que vinha pleiteando desde a sua independência. Para o Equador significava a renúncia a uma importante e extensa área localizada na região amazônica, ao norte do rio Marañon, perdendo as ligações diretas com o Brasil.

A demarcação dos limites estabelecidos no protocolo não se completou, permanecendo sérias divergências referentes aos trechos do rio Lagarto-Cocha e do "divortium aquarium" entre os rios Zamora e Santiago. As nascentes do rio Lagarto-Cocha ficariam a 8.500 metros a oeste do ponto estipulado no protocolo, com o que, o Equador perderia, ainda, mais

território para o Peru. Quanto ao segundo problema, em face da dificuldade de definição da linha do "divortium aquarium" entre os rios Zamora e Santiago, foi solicitada aos Estados Unidos a realização de levantamentos aerofotogramétricos da área, os quais revelaram a existência, entre os referidos rios, de um terceiro, o rio Cenepa, não citado no protocolo.

Pressionado pela opinião pública, que reagiu contra as disposições de acordo, e aproveitando-se do impasse surgido, o Equador suspendeu os trabalhos demarcatórios em 1948, alegando que o Tratado não tinha condições de ser executado fisicamente.

O impasse continuou, tendo o Peru, inclusive, rejeitado uma proposta dos países-garantes do protocolo para que negociasse diretamente com o Equador. Aproveitando-se da recusa, em 1965, o Equador denunciou o protocolo de 1942, por ocasião da II Conferência Interamericana da OEA, o qual já vinha proclamando nulo, desde 1960.

Em janeiro de 1981, voltaram a ocorrer choques militares entre os dois países na Cordilheira do Condor, região limítrofe ainda não demarcada. O conflito teve curta duração e ficou conhecido, pela imprensa local, como "a guerra dos cinco dias".

A controvérsia parece longe de ter solução definitiva. O Equador não se conforma com a perda de grande faixa de território, onde, inclusive, há indícios

de ocorrência de petróleo, e pretende a revisão do Protocolo do Rio de Janeiro o qual, segundo os países-garantes, continua válido até que as nações envolvidas não disponham em contrário. O Peru, sistematicamente, recusa a revisão do protocolo, alegando que a questão se resume, simplesmente, em problema técnico de demarcação de fronteiras.

A não solução do conflito traz reflexos negativos, prejudi-

cando uma maior integração entre os países sul-americanos. Em face da divergência, por exemplo, Brasil e Equador ficam privados de terem ligações terrestres passando pelo território peruano e importantes ligações fluviais, através da Bacia Amazônica. Além disso, um melhor desempenho de organismos regionais, como a OEA, a ALADI, o Pacto Andino e o Tratado de Cooperação Amazônica, ficam prejudicados. Equador e Peru

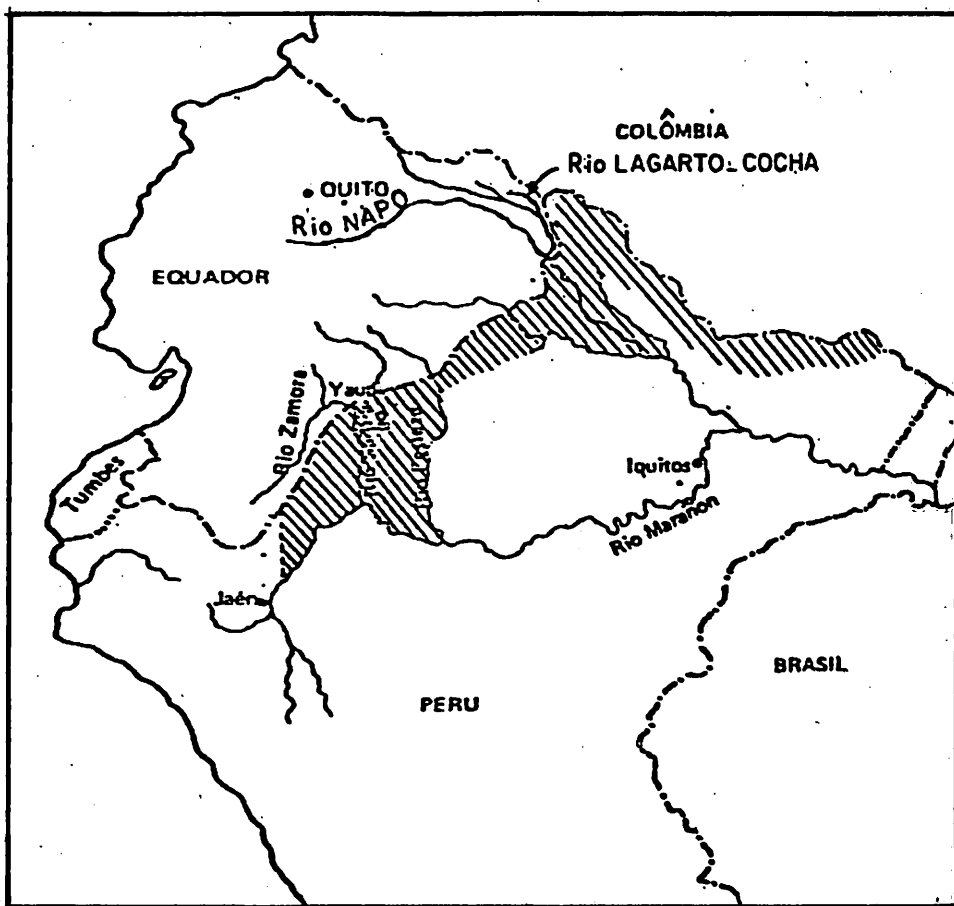


Fig. 3 – Fronteira Equador-Peru

fazem parte desses organismos e grande porção da área em litígio fica na Região Amazônica, trazendo reflexos mais sensíveis para o último organismo citado.

Cumprе ressaltar, também que: "a revisão do Protocolo do Rio de Janeiro, pretendida pelo Equador, pode alimentar pretensões quanto ao desencadeamento de um processo revisionista de limites do Alto Solimões e seus formadores, envolvendo o Peru, o Equador, a Colômbia, o Brasil e, muito provavelmente, a Bolívia, em relação ao Estado do Acre (Brasil)" (Oliveira - 1982, 83).

Pode-se deduzir os reflexos negativos que seriam sentidos no relacionamento entre esses países, caso isso viesse a acontecer.

Por outro lado, a deflagração de um conflito armado entre os dois principais protagonistas, em proporções maiores que o ocorrido em 1981, traria sensíveis reflexos na segurança da América do Sul, considerando-se que Peru e Equador são países importantes dentro do subcontinente.

QUESTÃO DE ARICA

A questão de Arica, envolvendo o Chile, o Peru e a Bolívia tem, como ponto central, a tentativa permanente deste último país de eliminar sua condição de mediterraneidade, desde que, em 1883, perdeu seu território litorâneo no Oceano Pacífico para o Chile.

A Intendência de Potosi, pertencente à Presidência de Charcas, da qual se originou a Bolívia, possuía territórios que se estendiam até o Oceano Pacífico, os quais compreendem, atualmente parte da região norte do Chile, mais ou menos entre os paralelos de 19º e 24º de latitude sul. A Bolívia, ao se tornar independente, em 1825, herdou esses territórios que, todavia, tinham limites imprecisos, tanto ao norte, com o Peru, quanto ao sul, com o Chile. Daí decorrem discussões de limites, nas quais os bolivianos reivindicavam a área do paralelo de 26º para o norte e os chilenos, a área do paralelo de 20º para o sul. Convém ressaltar, também, que os bolivianos não se preocuparam em afirmar sua soberania sobre aquela faixa territorial, a qual incluía a região do deserto de Atacama.

No início do século XIX, aventureiros chilenos descobriram, na região do referido deserto, ricos depósitos de salitre e guano, que naquela época tinham grande importância para a produção de fertilizantes. A descoberta atraiu mais chilenos para a área, os quais organizaram companhias e passaram a explorar essas riquezas, inclusive, na região de Tarapacá, situada mais ao norte, e que pertencia ao Peru.

Não tardaram a aparecer choques de interesses entre chilenos e bolivianos na área de Atacama, apressando a tentativa de definição dos limites entre

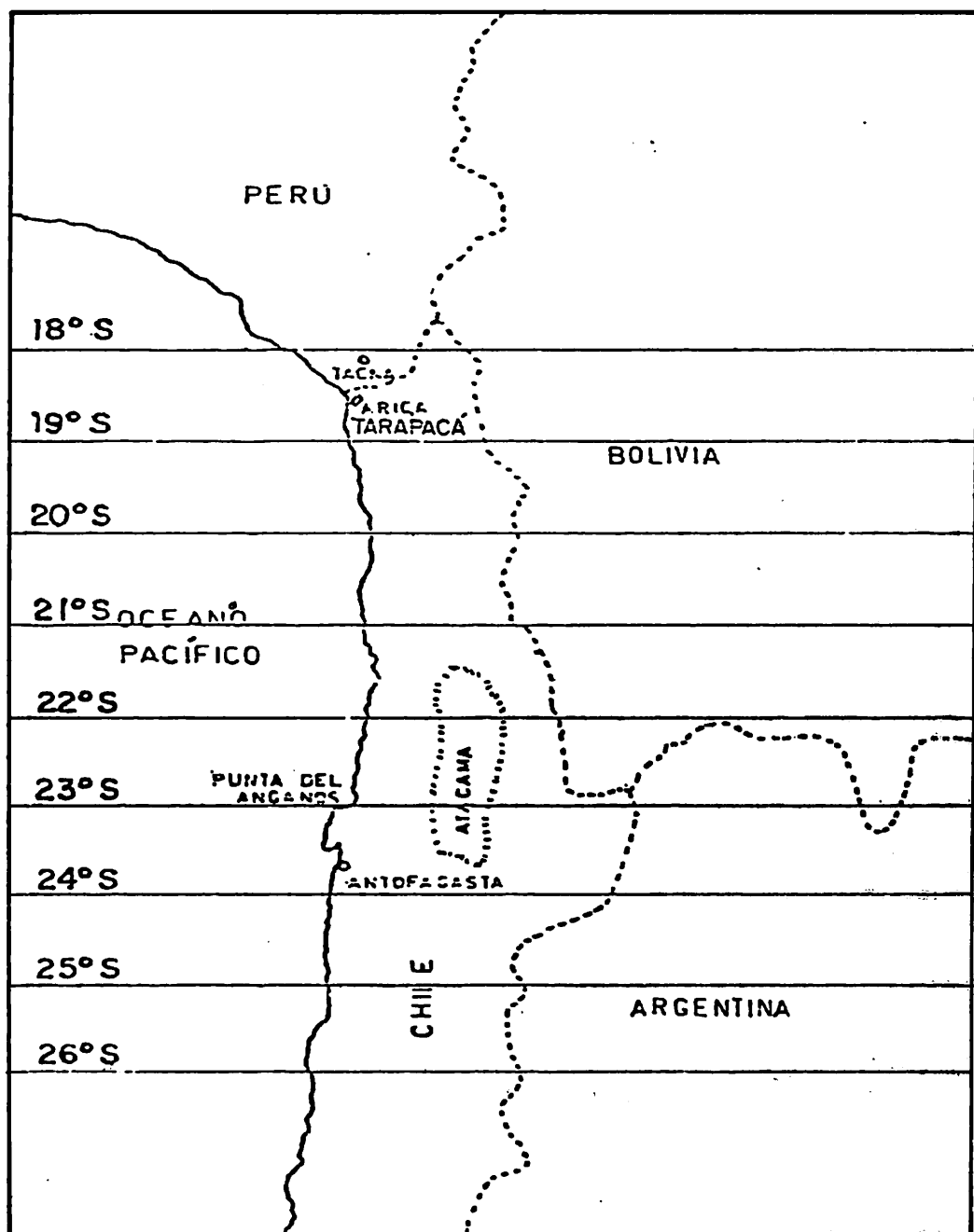


Fig. 4 – Questão de Arica (Bolívia X Chile)

os dois países. Como consequência, em 1866, foi assinado o "Tratado de Benefícios Mútuos", que estabelecia o paralelo de 24°S como fronteira norte do Chile com a Bolívia. O tratado estabeleceu, também, o usufruto em comum da exploração de todas as riquezas minerais na área compreendida entre os paralelos de 23° e 25°S.

Por outro lado, o Peru também envolvido em divergências com o Chile, referentes à exploração do salitre, decretou o monopólio do produto e tomou outras medidas contrárias aos interesses dos chilenos estabelecidos na região de Tarapacá (na época, a província mais meridional do Peru). Como medida de segurança, o Peru, antes de tomar essas medidas, assinara com a Bolívia, em 1873, um Tratado secreto de "Aliança Ofensiva e Defensiva."

Em 1876, surgiram novas divergências entre bolivianos e chilenos, envolvendo a exploração do salitre na região compreendida entre os paralelos de 23° e 25°S, que culminaram com a ocupação da cidade de Antofagasta por tropas chilenas, em 1879. A Bolívia declarou guerra ao Chile que, por sua vez, pouco depois, declarou guerra ao Peru, quando tomou conhecimento do Tratado secreto Peru - Bolívia, assinado em 1873. Eclodiu, dessa maneira, a chamada Guerra do Pacífico (1879-1883), na qual o Peru e a Bolívia foram derrotados pelo Chile. Terminada a guerra, o

Chile ficou com as províncias peruanas de Tarapacá, Arica e Tacna (a primeira em definitivo; as outras duas teriam suas situações definidas após dez anos de ocupação) e da província boliviana de Antofagasta, que constituía seu único acesso ao mar. A Bolívia tornava-se, assim, um país mediterrâneo.

Em 1929, o Chile e o Peru chegaram a um acordo, pelo qual o Chile devolveu a província de Tacna ao Peru, permanecendo com a de Arica. Concordearam, também, que nenhum dos dois países poderia ceder a um terceiro, a totalidade ou parte do território que lhe coubera, sem que o outro concordasse.

Quanto à Bolívia, desde fins do século XIX, vem tentando obter, junto ao Chile, uma "saída para o mar". A par disso, surgiu um novo desentendimento entre os dois países, em 1939, em torno do aproveitamento, pelo Chile, das águas do rio Lauca, que nasce em território chileno e deságua na Bolívia. Pretendia o Chile utilizar parte das águas do referido rio para irrigar o vale de Azapa, situado em região árida. Algumas obras neste sentido foram executadas pelo Governo chileno, sob protestos constantes da Bolívia, culminando com o rompimento das relações diplomáticas entre ambos, em 1962.

Com o reatamento das relações diplomáticas, em 1975, o Chile apresentou uma proposta para acabar com o enclausuramento da Bolívia. O Chile cede-

ria uma faixa de terreno à Bolívia, compreendida entre o rio Lauca e os limites com o Peru. Em troca, a Bolívia deveria autorizar a utilização das águas do rio Lauca pelos chilenos e, ainda, deveria ceder ao Chile uma área próxima à lagoa Colorada, que proporcionaria água em abundância para sua indústria de cobre.

Com base no tratado de 1929, o Peru não concordou com essas disposições, alegando que vínculos especiais o uniam à Arica e apresentou uma contraproposta, pela qual o Chile cederia à Bolívia uma faixa de território imediatamente ao norte da cidade de Arica. Entretanto, a Bolívia só teria soberania total em parte dessa faixa mais a leste, desde sua atual fronteira com o Chile até a Rodovia Pan - Americana. Na outra parte, junto ao litoral, a soberania seria compartilhada entre o Peru, a Bolívia e o Chile. Do mesmo modo, a administração do porto de Arica seria compartilhada entre os três países.

As negociações entre as partes interessadas não lograram êxito e o impasse permanece sem solução, continuando a causar atritos nas relações entre as três nações.

O acesso ao mar, "Objetivo Nacional Permanente" da Bolívia, esbarra em sérias dificuldades para sua concretização. O Chile parece demonstrar boa vontade em resolver o problema, mas não consegue chegar a um

consenso que satisfaça o Peru. Este, por sua vez, apoiado no Tratado de 1929, parece procurar tirar proveito da situação, tentando readquirir alguma espécie de soberania sobre a região de Arica. Mesmo para o Chile, a cada dia que passa, vai se tornando mais difícil atender a reivindicação boliviana, pois, a presença da população chilena é cada vez maior na região limítrofe com o Peru (região de Arica), a mais viável de ser cedida à Bolívia. A cessão de outro corredor, ao sul de Arica, seccionaria em dois o território chileno, a não ser que o Chile cedesse, também, uma faixa de terras ao Peru. As chances de concretização de uma dessas duas últimas hipóteses são muito remotas.

A não solução do impasse traz reflexos que prejudicam a harmonia do subcontinente sul-americano. Os países não implicados no problema, em sua maioria, parecem ver com simpatia a causa boliviana, embora não possam, ou não devam, tomar partido na pendência. O povo boliviano tem vivido uma história de sacrifícios, ao longo da qual viu seu território ser amputado por perdas territoriais significativas. O atendimento a essa aspiração, que deve ser das mais elevadas para a Bolívia, certamente amenizará o sentimento de inconformismo de seu povo e propiciará um clima amistoso no relacionamento entre os países da América do Sul.

A situação atual de isola-

mento da Bolívia como país mediterrâneo, faz com que ela busque corredores, através dos territórios de outros países, para que possa escoar seus produtos de exportação em melhores condições. Dois dos caminhos mais viáveis seriam através do próprio Chile (Arica é o mais adequado) e do Peru (porto de Mollendo). Entretanto, em face dos antagonismos existentes com esses países, a Bolívia tem se aproximado bastante do Brasil utilizando, em boa escala, o corredor de Santos para a exportação de seus produtos. O fato pode trazer algum ressentimento em outros países, que podem vislumbrar algum tipo de manifestação hegemônica por parte do Brasil na América do Sul.

Quanto à segurança do subcontinente, a questão não parece trazer maiores preocupações. A Bolívia, às voltas com tantos problemas internos e contando com um poder econômico e militar inferior ao do Peru e do Chile, dificilmente recorrerá ao confronto bélico para tentar resolver o impasse. Entretanto, em face de sua condição de país politicamente instável, premido por graves problemas econômicos e sociais, pode tornar-se um alvo preferencial de movimentos internacionais, visando à instalação de um regime totalitário de esquerda na América do Sul. A exploração dos ideais nacionalistas do povo boliviano, como por exemplo, a busca da "saída para o mar",

pode constituir-se numa arma a ser utilizada por elementos radicais influenciados por esses movimentos, com vistas, não só, a alcançar o poder na Bolívia como, também, a causar instabilidades no relacionamento entre os demais países da área. Neste caso, os reflexos para a harmonia e a segurança do subcontinente seriam consideráveis.

QUESTÃO DO CHACO BOREAL

A questão do Chaco Boreal refere-se à disputa, empreendida por Paraguai e Bolívia, pela posse de uma porção territorial a oeste do rio Paraguai e ao norte do rio Pilcomayo. A Guerra do Chaco, travada entre os dois países no período de 1932 a 1935, foi o ponto culminante da discórdia, ao fim da qual, o Paraguai teve anexada ao seu território uma vasta área do chamado Chaco Boreal.

A questão se originou, como a maioria das áreas de fricção na América do Sul, da imprecisão de limites entre as diversas circunscrições coloniais espanholas, posteriormente herdadas pelos novos países hispano-americanos.

Ao se tornarem independentes, Paraguai e Bolívia reivindicavam, cada qual para si, a área do Chaco Boreal, baseados em documentos distintos. O Paraguai apoiava-se na Cédula Real de 1617, pela qual o território de Santa Cruz de La Sierra (pertencente à Presidência de Char-

cas, que deu origem à Bolívia) era limitado, ao sul, pelo Chaco, que antigamente se chamava Paraguai. Assim, a área a oeste do rio Paraguai lhe pertenceria, faltando, apenas, precisar os limites na região do Chaco. A Bolívia, por sua vez, baseava-se na Cédula Real de 1743, pela qual o território de Santa Cruz de La Sierra era limitado a leste e ao sul, respectivamente, pelos rios Paraguai e Pilcomayo. Logo, toda a região do Chaco Boreal lhe pertenceria.

O primeiro Tratado de limites entre Paraguai e Bolívia foi firmado em 1879. Pelo mesmo, o limite entre os dois países seria representado pelo paralelo de 22°05'S, ficando o Paraguai com aproximadamente 4.130 léguas quadradas do território a W do rio Paraguai. Este Tratado não foi ratificado pelo Paraguai.

E 1887, novo tratado foi firmado. Dessa feita, a área em litígio foi dividida em três seções. A seção do sul (faixa entre o rio Pilcomayo e a linha do paralelo 22°05'S) ficaria com o Paraguai; a do N (faixa entre as linhas dos paralelos que passam pela Baía Negra e uma légua ao norte de Forte Olimpo) ficaria com a Bolívia e a do centro (situada entre as duas anteriores) seria submetida à arbitragem. Antes que ocorresse a ratificação do Tratado, o Paraguai ocupou a região de Baía Negra, que ficava na porção que seria destinada à Bolívia, ocasionando o rompimento de relações entre os dois países. Com relações

reatadas, novo tratado foi firmado em 1894, sem resultado prático algum. E assim, foram se sucedendo negociações sem êxito, ao mesmo tempo em que o território em litígio ia sendo ocupado, paulatinamente, por ambas as partes, provocando incidentes de crescente intensidade.

A partir de 1932, com a tomada do Forte Pitiantuta, pelos paraguaios, e dos Fortes Boquerón, Corrales e Toledo, pelos bolivianos, os choques armados entre os dois países passaram a caracterizar verdadeiras operações de guerra. Em março de 1933, o Paraguai declarou-se, oficialmente, em estado de guerra com a Bolívia.

Embora contasse com inferioridade em recursos materiais, o Paraguai mercê de seu melhor preparo profissional, logrou vencer a guerra. Em julho de 1935, foi assinado o "Tratado de paz, Amizade e Limites" entre os dois países que, completamentado por um laudo arbitral de 1938, definiu a fronteira entre eles por onde ela passa, atualmente.

Apesar do aumento considerável de seu território, o Paraguai não viu suas pretensões serem completamente satisfeitas, pois queria sua linha de fronteira mais ao norte da atual, ou seja, correspondente à linha de ocupação de suas tropas ao término de guerra.

A questão de limites, embora esteja oficialmente resolvida, ainda mantém latentes ressen-

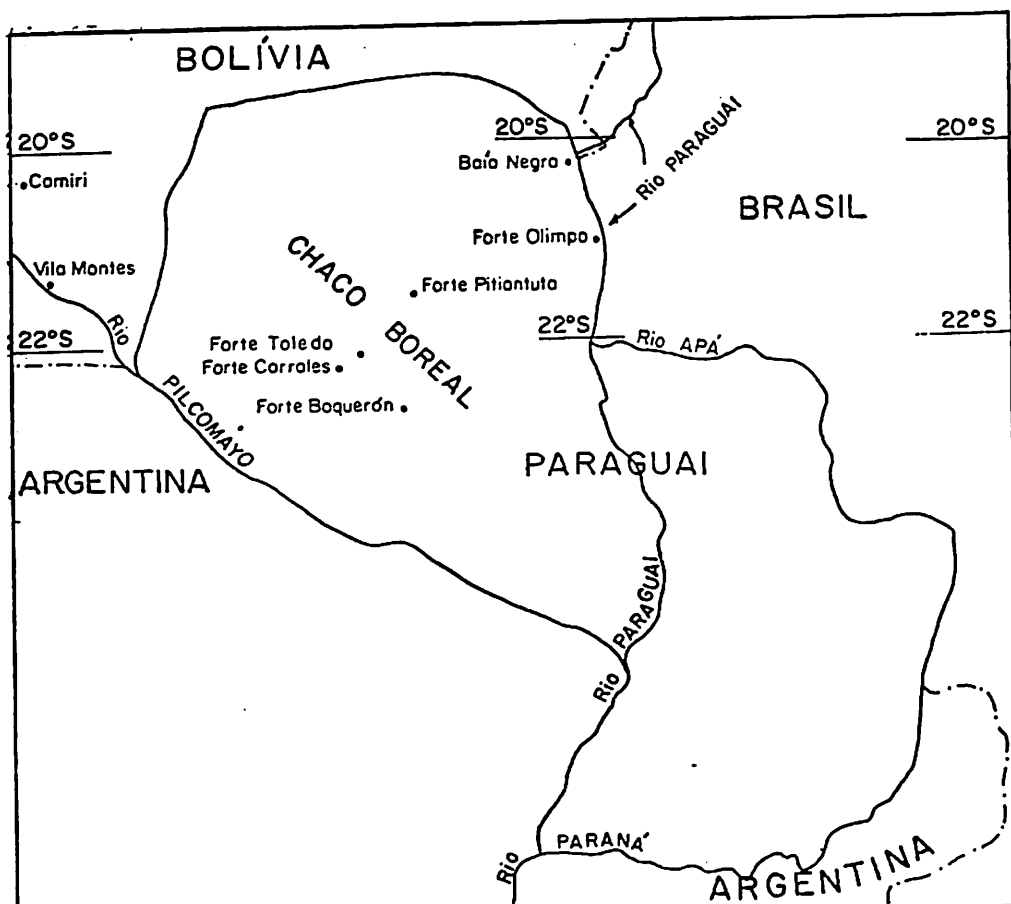


Fig. 5 – Região do Chaco Boreal (Bolívia X Paraguai)

timentos de ambos os lados. A Bolívia não se conforma com a perda de uma grande extensão do território que julga ser seu e o Paraguai sente-se frustrado por não ter sido mantido, em seu poder, parte das atuais regiões petrolíferas bolivianas de Vila Montes e Camiri, as quais ocupava ao fim da guerra.

Estes ressentimentos prejudicam um melhor relacionamento entre os dois países, produ-

zindo efeitos, também, sobre o clima geral de entendimento e integração entre as nações sul-americanas. Este parece ser o único aspecto da questão que traz algum reflexo no grau de harmonia entre os países do subcontinente.

Até o momento não se detectaram indícios de que Paraguai e Bolívia pretendam reavivar suas hostilidades. Parece ainda menos provável que um

novo confronto bélico, de iguais ou maiores proporções que o ocorrido no período de 1932 a 1935, venha a ocorrer. A Bolívia tem outros problemas internos de maior gravidade e, no campo externo, a busca de uma "saída para o mar" parece ser sua maior preocupação. O Paraguai, por seu lado, apesar de apresentar uma conjuntura sócio-econômica pouco favorável, atualmente é um país estável politicamente, onde pouco se faz sentir a ação de grupos extremistas radicais.

Portanto, ao nível atual, a questão do Chaco Boreal não parece suscitar maiores preocupações quanto a possíveis desdobramentos que possam prejudicar a segurança da América do Sul.

QUESTÃO DE BEAGLE

A questão de Beagle, envolvendo a Argentina e o Chile oficialmente está resolvida, depois que os dois países aceitaram o laudo arbitral emitido no início de 1985 pelo Papa João Paulo II. Entretanto, como veremos mais adiante, ela poderá ser revivida e, portanto, está sendo tratada no presente trabalho.

A questão referiu-se à disputa pela posse das ilhas Picton, Lennox e Nueva, localizadas na embocadura oriental do Canal de Beagle, bem como à determinação do mar territorial naquela região do extremo meridional da América do Sul, que

apresenta importância geopolítica, estratégica e econômica.

O ponto central da disputa entre os dois países não foi o valor das ilhas como território, visto que elas são inóspitas e de superfície insignificante. A força motriz dos desentendimentos se consubstanciou nas vantagens adicionais que a posse das mesmas poderia trazer para cada um dos litigantes.

Com a posse das ilhas, o Chile, antes confinado ao Oceano Pacífico, disporia, também, de litoral no Atlântico. A partir do momento em que o Direito Internacional passou a admitir direitos aos Estados sobre um mar territorial de 200 milhas, sua projeção atlântica ganharia ainda mais importância. Cumpre assinalar que a região onde elas se localizam são tidas como sendo ricas em petróleo e habitadas por enorme quantidade de "krill", pequeno crustáceo de grande valor como fonte de proteína animal. Para a Argentina, as ilhas, de posse dos chilenos, significaria a perda da exclusividade na soberania sobre águas territoriais do lado atlântico, no extremo sul do subcontinente. Além disso, poder-se-ia considerar que seus domínios perderiam continuidade em direção à Antártida.

Outras considerações a serem feitas referem-se às reivindicações na Antártida e ao controle do Canal de Drake, passagem do Atlântico para o Pacífico, localizado entre o extremo meridional da América do Sul e

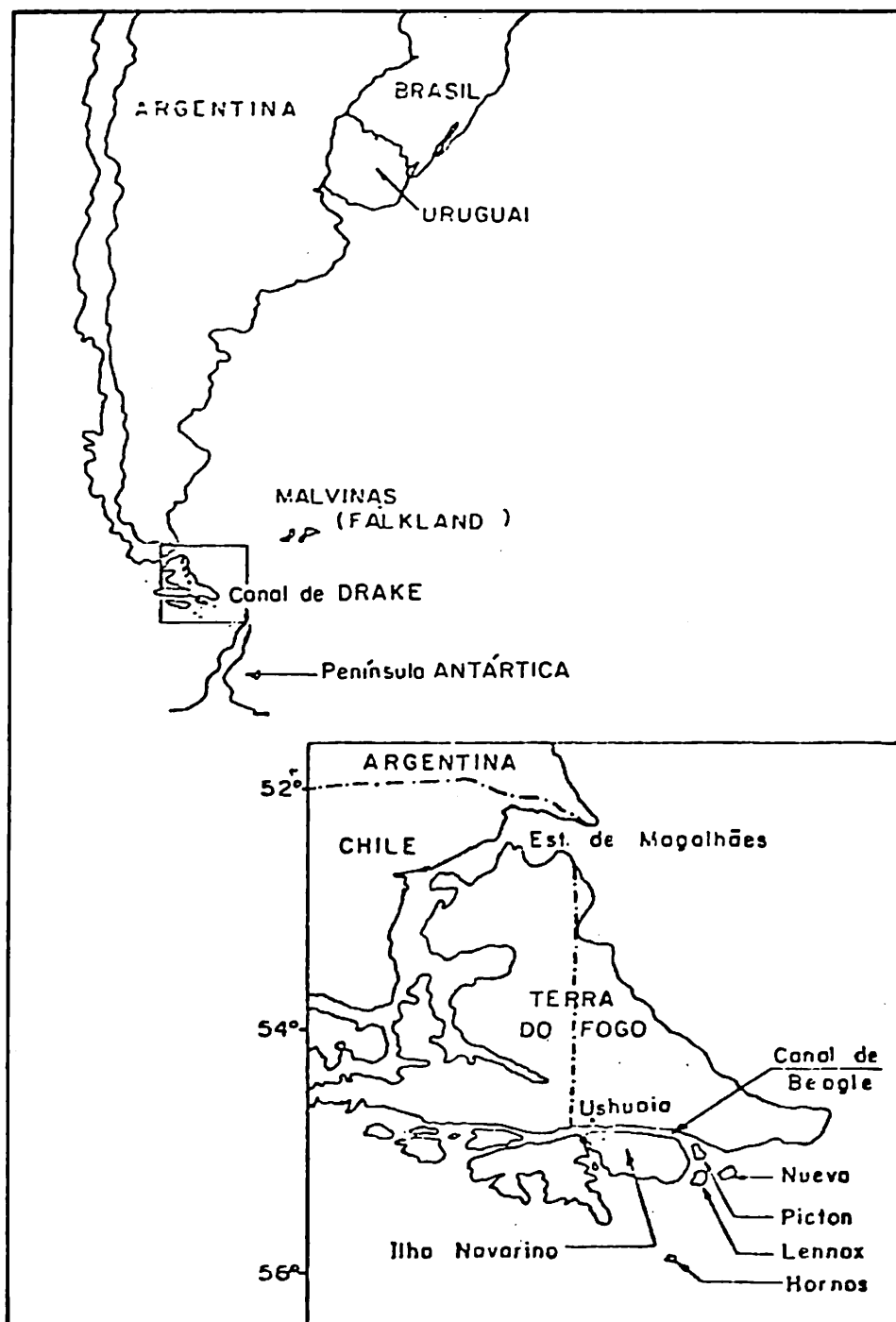


Fig. 6 – Região do Canal de Beagle (Argentina X Chile)

a península Antártica. Caso o Chile ficasse com a soberania sobre as ilhas e o mar territorial adjacente, desapareceria a possibilidade de controle absoluto do citado canal pelos argentinos. Além disso, o espaço de 1° de longitude ocupado pelas ilhas (66° a 67°W de Greenwich), projeta-se dentro do setor reclamado pelos dois países na Antártida. Quem ficasse com as linhas adquiriria maior poder de argumentação na questão da partilha de terras antárticas, considerando-se o princípio da defrontação.

Apresentadas essas considerações, fica mais fácil compreender as posições assumidas pelos dois países em vários desdobramentos da questão.

A origem da controvérsia remonta aos tempos da colonização espanhola na América do Sul, motivada pela estipulação vaga e imprecisa dos limites dos territórios sob jurisdição do Vice-Reinado do Rio da Prata e da Capitania Geral do Chile (hoje, Argentina e Chile, respectivamente,) contida nos antigos documentos do Governo espanhol. Por outro lado, a referida colonização, quando se desenvolveu nos territórios citados, não ultrapassou, na direção sul, a linha dos rios Colorado e Bio-Bio, dificultando ainda mais a fixação das fronteiras entre os dois países no extremo meridional, após os mesmos alcançarem suas independências, no início do século XIX. Além disso, o interesse pela região só

foi despertado quando, por volta de 1840, foi realizada a primeira travessia do Estreito de Magalhães (passagem entre o extremo sul continental e a atual Terra do Fogo), utilizando a máquina a vapor (os navios a vela tinham enorme dificuldade em navegar naquela área). Com isso, a sua importância na ligação dos Oceanos Pacífico e Atlântico ficou evidenciada.

Quando do reconhecimento da independência do Chile, em 1841, foi firmado pela Espanha e esse país o Tratado de Paz e Amizade, que estipulou, muito vagamente, estar compreendido o território chileno no sentido norte-sul, entre o Deserto de Atacama e o Cabo Hornos e, no sentido leste-oeste, entre a Cordilheira dos Andes e o Oceano Pacífico.

Entre a Argentina e o Chile, a primeira preocupação formal com as terras do extremo sul revelou-se no Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação, de 1856. Entretanto, os documentos que, mais tarde, iriam servir de base para as posições dos dois países no litígio foram o Tratado de 1881 e o Tratado Aclaratório de 1893. Pelo documento de 1881, pertenceriam à Argentina, a ilha dos Estados e as que se debruçassem sobre o Atlântico, a leste da Terra do Fogo e das costas orientais da Patagônia. Ao Chile pertenceriam todas as outras ilhas ao sul do Canal de Beagle, até o Cabo de Hornos e as que estivessem a oeste da Terra do Fogo. Pelo

documento de 1893, o Chile não poderia pretender ponto algum sobre o Atlântico, bem como a Argentina sobre o Pacífico (princípio dos oceanos). As discussões sobre as ilhas Picton, Lennox e Nueva começaram em 1902, baseadas na interpretação dos documentos citados. As três ilhas situadas na entrada do Canal de Beagle, presumivelmente do lado do Atlântico, deveriam pertencer a quem?

Muitas conversações, deliberações e propostas foram realizadas a partir daí. Em 1919, representantes de várias nações marítimas, reunidos em Londres, concordaram em estipular o meridiano que passa pelo Cabo de Hornos, como sendo o divisor entre o Atlântico e o Pacífico. Em 1967, com base no Tratado de 1902, firmado entre os dois litigantes, o Chile submeteu a questão à arbitragem da Rainha da Inglaterra, o que só foi aceito, pela Argentina, em 1970. O Chile defendeu sua posição, argumentando que as ilhas lhe pertenciam, com base no Tratado de 1881, pois estariam ao sul do Canal de Beagle. A Argentina, por sua vez, argumentou que o Canal principal de Beagle tinha outro curso, passando entre as Ilhas Navarino e Picton, definindo as ilhas em disputa como sendo argentinas.

Em 1977, foi divulgada, após retificação pelo Governo britânico, a sentença da Corte Arbitral designada para estudar e deliberar sobre o problema, dando a posse das ilhas Picton, Lennox e

Nueva para o Chile, bem como das ilhotas a elas adjacentes. O Chile, de imediato, aceitou o laudo e, baseado nele, baixou um Decreto, conhecido como das "Linhas de Bases Retas", definindo para si todas as ilhas ao Sul do Canal de Beagle, inclusive a de Hornos, e estendendo, a partir delas, a sua soberania sobre o mar territorial de 200 milhas, alcançando o Atlântico. A Argentina, por sua vez, não aceitou os termos do Laudo, alegando que os juízes tinham extrapolado suas funções, julgando questões não submetidas à arbitragem, e que o mesmo feria o Tratado de 1893. Com base neste Tratado rejeitou, também, o Decreto chileno da "Linhas de Bases Retas". Para a Argentina as questões submetidas à arbitragem seriam referentes, somente, à chamada "área do martelo" (região do Canal de Beagle e das três ilhas em disputa).

Seguiu-se um período de forte tensão entre os dois países, chegando a ocorrer perigo de eclosão de um conflito armado; só não efetivado, por interferência de outros países (Brasil, inclusive) e do Papa João Paulo II, que se ofereceu como mediador (proposta posteriormente aceita, primeiro pelo Chile e, depois, pela Argentina).

Apesar de vários incidentes, inclusive com fechamento da fronteira terrestre e violações do espaço aéreo e marítimo do Chile pela Argentina, as negociações progrediram e, em janei-

ro de 1984, foi assinada uma Declaração de Paz e Amizade entre os dois países. "Com este evento são incorporados novos aspectos geopolíticos à divergência: a criação do chamado Mar da Paz (um setor circular de 120° a 180°, com 200 milhas de profundidade), a ser explorado pelos dois países; e a cessão das três ilhas ao Chile, em troca da soberania Argentina sobre as águas situadas além de 12 milhas a leste das mesmas, com o que é limitado o acesso do Chile ao Oceano Atlântico" (Couto - 1985, 85-86).

Os resultados da mediação papal produziram resultados concretos, no início de 1985. Os termos da mesma, dando a posse das ilhas ao Chile, mas restringindo seu acesso ao Atlântico, satisfizeram os dois países. A decisão do Papa foi aceita pelos presidentes do Chile e da Argentina, com aprovação pelos respectivos Congressos nacionais. Na Argentina, a decisão contou, ainda, com a aprovação popular, após ter sido submetida a um plebiscito.

As divergências, considerando-se a situação atual, parecem superadas. Apesar dos problemas de ordem política e econômica que enfrentam, o Chile e a Argentina constituem-se em nações de proeminência dentro do contexto sul-americano. Assim sendo, a eliminação dos focos de tensão entre esses países reflete-se de maneira positiva em vários aspectos do relacionamento global entre todos os

países do subcontinente. Como exemplo, a superação dessa questão pode motivar outras nações com problemas semelhantes a acelerarem os entendimentos visando à obtenção de resultados igualmente satisfatórios. Além disso, as ações de organismos como a Aladi e a OEA poderão tornar-se mais flexíveis e fluidas.

Para o Brasil, particularmente, outros benefícios poderão advir. Torna-se mais viável, a partir de agora, uma possível união dos três países na defesa de seus interesses e dos interesses sul-americanos na Antártida. Problemas como o fechamento da fronteira terrestre chileno-Argentina, que prejudicavam a ligação terrestre entre Chile e Brasil deixarão de existir.

Por outro lado, a possibilidade de recrudescimento da questão parece remota, em face da difícil situação em que se encontram os dois países e da predisposição atual de paz. A Argentina ressentir-se, ainda, da desastrosa invasão das Malvinas e não deverá repetir experiências semelhantes. O Chile, considerando-se o processo conturbado de dissensões internas por que atravessa, também não deverá tomar iniciativas no sentido de reviver hostilidades. Não parece, portanto, pelo menos a curto prazo, que a questão de Beagle venha a trazer reflexos danosos à segurança do subcontinente.

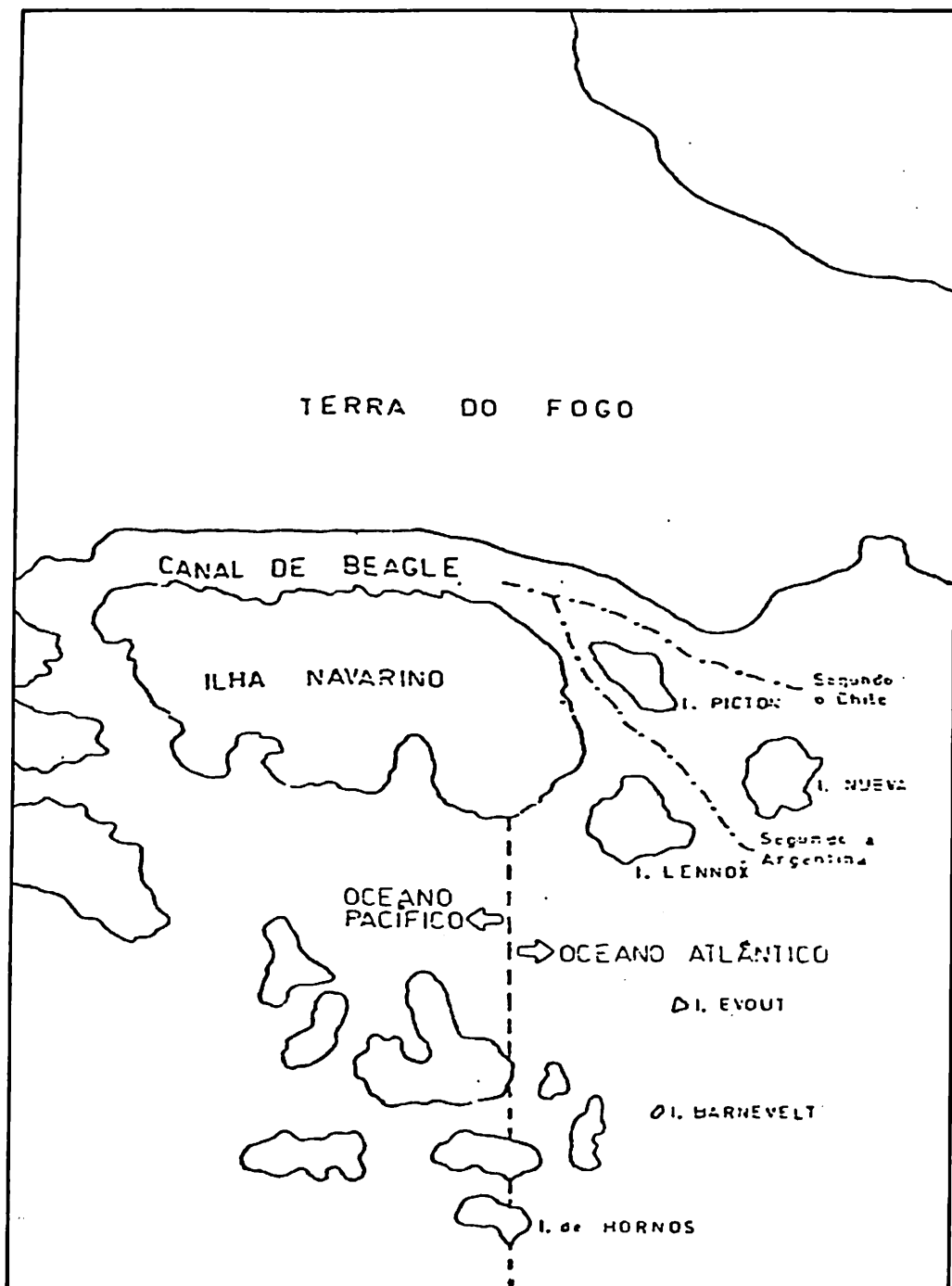


Fig. 7 – Posições da Argentina e do Chile (Beagle)

Entretanto, caso fatores novos intervenham no problema, essa possibilidade não pode ser descartada. Não pode ser esquecido, por exemplo, que, no Chile, o povo não deu aprovação oficial, através de plebiscito, para a aceitação do acordo com a Argentina, efetuado mediante a mediação papal. No futuro, este fato poderá servir de pretexto para reativar-se a pendência. Caso a referida hipótese venha a concretizar-se, a questão poderá tomar rumos imprevisíveis. Na ocorrência de um conflito armado entre as duas nações, a segurança do subcon-

tinente sofrerá sérios prejuízos. Deve-se levar em consideração a importância que Chile e Argentina representam para a segurança da América do Sul, não só por seus potenciais econômicos e militares como também, pela posição geoestratégica que ocupam. A referida posição privilegia os dois países quanto à possibilidade de controle de importantes rotas marítimas no extremo sul do subcontinente. Além disso, eles estão localizados próximos da Antártida, que vem atraindo, cada vez mais, as atenções das principais nações do mundo.

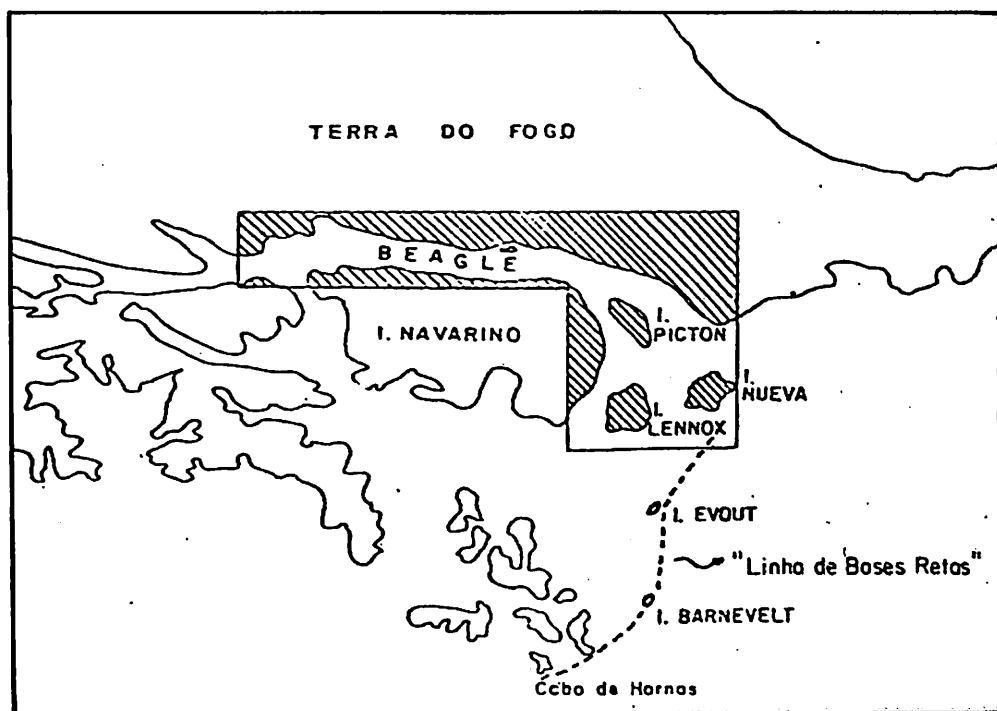


Fig. 8 - "Área do Martelo" e "Linha de Bases Retas" (Beagle)

QUESTÃO DAS ILHAS MALVINAS (FALKLAND)

A presente questão refere-se à disputa empreendida entre a Argentina e a Grã-Bretanha, pela posse de um grupo de ilhas localizado no Oceano Atlântico, distante cerca de 250 milhas das costas litorâneas do extremo sul do território argentino. Para os britânicos, as ilhas se chamam Falkland e, para os argentinos Malvinas.

Dentre as áreas de fricção existentes na América do Sul, a questão em pauta reveste-se de características especiais, por ser a única que envolve uma nação sul-americana e uma nação extracontinental e, também, por ser a questão que mais recentemente apresentou confronto bélico de razoáveis proporções. O referido conflito trouxe uma série de consequências, preponderantemente de ordem política, não só para os países nela envolvidos, como, também, para o subcontinente de uma maneira geral.

Embora tratando-se de região de pequena superfície e que apresenta condições ambientais hostis, o arquipélago das Malvinas (Falkland) adquire significação pela posição geoestratégica que ocupa. A região permite um relativo controle sobre as rotas marítimas do Atlântico Sul, bem como sua posse pode servir de base, a um ou outro país, para apoiar suas reivindicações na Antártida. Para a Grã-Bretanha, a manutenção da

soberania sobre a área lhe proporciona, também, um importante ponto de apoio para suas atividades no continente antártico.

Existe, ainda, o aspecto econômico a considerar. Além de permitir, em boas condições, o desenvolvimento de atividades como a pesca, a produção de lã, peles e óleo de baleia, a região contaria com significativas reservas de petróleo.

Alguns historiadores apontam o inglês John Davis, como sendo o descobridor das ilhas Malvinas (Falkland), em 1592. Outros apontam o holandês Sebald de Weert, em 1600. O fato, porém, é que elas permaneceram sem ocupação efetiva por um longo tempo, servindo, apenas, como ponto de passagem de navegadores. Numa dessas expedições, o inglês John Strong, em 1690, deu-lhes a denominação de ilhas Falkland.

A primeira ocupação efetiva das ilhas foi feita pelo francês De Bougainville, em 1764, o qual as denominou Malouines, donde derivou, mais tarde, a denominação espanhola de Malvinas. Entretanto, em 1765, uma das ilhas, ainda desocupada, foi ocupada por ingleses, a qual chamaram de Port Egmont.

A ocupação das ilhas, situadas próximas de suas possessões na América, preocupou os espanhóis, que procuraram obter a cessão das mesmas. Em 1767, os franceses, em troca de uma compensação monetária, cederam as ilhas aos espanhóis, que, em 1770, expulsaram os

ingleses de Port Egmont, originando-se séria crise entre Espanha e Inglaterra. Os espanhóis devolveram Port Egmont, mas ressalvaram junto ao Governo inglês os seus direitos de soberania sobre as ilhas.

Em 1774, por medida de economia, a Inglaterra evacuou sua guarnição de Port Egmont, ficando o arquipélago ocupado somente por espanhóis, até 1811, quando, também, por dificuldades econômicas, a Espanha abandonou as ilhas.

Após obter sua independência, a Argentina resolveu, em 1820, reassumir o controle sobre as ilhas, como sucessora dos direitos espanhóis naquela região. A reocupação efetiva das ilhas pelos argentinos permaneceu até 1831, quando suas bases foram destruídas por um navio de guerra dos Estados Unidos, após incidentes em que o governador argentino do local mandou aprisionar três navios pesqueiros americanos.

Os argentinos tentaram refazer sua colônia nas ilhas; entretanto, aproveitando-se da situação, os ingleses, também, tentaram reocupá-las. Em 1833, um poderoso contingente inglês expulsou os argentinos da região, após o que foi instalado um governo local e processou-se a efetiva ocupação da área.

A partir dessa data, permaneceu o domínio britânico sobre as ilhas, embora a Argentina, sistematicamente, não tenha deixado de reivindicar a soberania sobre as mesmas, apresen-

tando os seguintes argumentos: direito de suceder a Espanha na posse das ilhas (princípio do "uti possidetis juris" de 1810); abandono das mesmas pelos ingleses em 1774; ocupação efetiva (pelos espanhóis até 1811 e pelos próprios argentinos de 1820 a 1833); contigüidade territorial e alegação de que a ocupação inglesa, em 1833, se deu, através de um ato de arbítrio.

O passar dos anos não apagou o inconformismo da Argentina com a ocupação das ilhas pelos britânicos, o que era considerado usurpação de sua soberania. De tempos em tempos, emergiam manifestações mais contundentes contra tal situação; até que, em 2 de abril de 1982, o Governo argentino determinou a invasão das ilhas, através de uma rápida operação militar. Os motivos que teriam levado o Governo da Argentina a determinar a invasão das Malvinas teriam, além da tentativa de resgate da soberania sobre as ilhas, se baseado na hipótese de que tal fato uniria o povo argentino, criando condições para que o país saísse de uma grave crise política, econômica e social em que estava mergulhado.

A reação determinada pelo Governo britânico foi efetivada através da retaliação militar, surpreendendo os argentinos, que esperavam uma reação meramente diplomática, com imposição de sanções econômicas. O conflito armado durou cerca de dois meses, impondo grande

perda de vidas e de material a ambos os lados. Os britânicos, contando com a desvantagem de combater a uma grande distância do território pátrio, tiveram alguns insucessos na fase inicial dos conflitos. Aos poucos, porém, suas Forças Armadas, notoriamente melhor equipadas e preparadas, tomaram conta das ações e infligiram pesadas derrotas aos argentinos, que foram novamente expulsos das ilhas.

Um fato importante a destacar foi a posição tomada pelos Estados Unidos no conflito. Signatários do TIAR, teoricamente, eles teriam que prestar seu apoio à Argentina. Por outro lado, porém, americanos e britânicos, irmãos de sangue, sempre se postaram como aliados, não só nos conflitos mundiais ocorridos, mas também, como integrantes do bloco ocidental em seu confronto com o bloco socialista. A primeira reação do Governo americano, ante a iminência do conflito, foi tentar uma solução pacífica, oferecendo sua mediação. Com a deflagração do conflito, porém, os Estados Unidos claramente se colocaram ao lado da Grã-Bretanha. Teriam, inclusive, passado informações importantes aos britânicos. Esta tomada de posição dos americanos viria trazer importantes consequências para a América do Sul, como será visto no tópico seguinte.

De 1982 para cá não aconteceu nenhum fato importante

relacionado com a questão. Ficou, apenas, a impressão de que uma solução satisfatória para a Argentina tornou-se ainda mais difícil.

A questão das Malvinas (Falkland), na medida em que envolve as aspirações de uma nação sul-americana, em permanente e tenaz luta por seus direitos sobre um território localizado no próprio subcontinente, e ocupado, talvez, indevidamente, por uma nação estranha à área e de tradições colonialistas, traz um efeito muito importante para a harmonia na América do Sul. O fato em si tem o dom de despertar, muito provavelmente, na maioria das nações sul-americanas, um sentimento de solidariedade à causa argentina, reforçando o espírito de pan-americanismo.

Ainda referindo-se à questão, mas tratando-se especificamente do conflito armado desenvolvido no Atlântico Sul, em 1982, repercussões contraditórias poderão ser observadas nos países do subcontinente, que ainda têm pendências territoriais a resolver. Para alguns, a malsucedida experiência argentina pode ter trazido o sentimento de que a solução das armas não é a mais adequada para resolver problemas dessa natureza. Porém, para outros, principalmente aqueles que têm maior poderio em relação ao oponente, o efeito da impetuosidade argentina pode ter sido contrário, ensejando ser esta uma maneira corajosa de buscar

atendimento às suas reivindicações.

A maior repercussão proporcionada pelo conflito de 1982 e, por extensão, pela questão das Malvinas (Falkland) está relacionada, porém, com a segurança da América do Sul. O posicionamento dos Estados Unidos no conflito, francamente pró-britânico, adotando a decisão de ignorar o TIAR, parece pôr em xeque a adequação do atual sis-

tema interamericano representado pela OEA e pelo próprio TIAR. Se o objetivo da OEA é promover a solidariedade entre os países americanos membros da organização e o do TIAR, seu instrumento de segurança coletiva, é promover a defesa contra um inimigo externo comum, isto parece ter sido negado no referido conflito.

Nos termos em que se apresentam atualmente, será que a

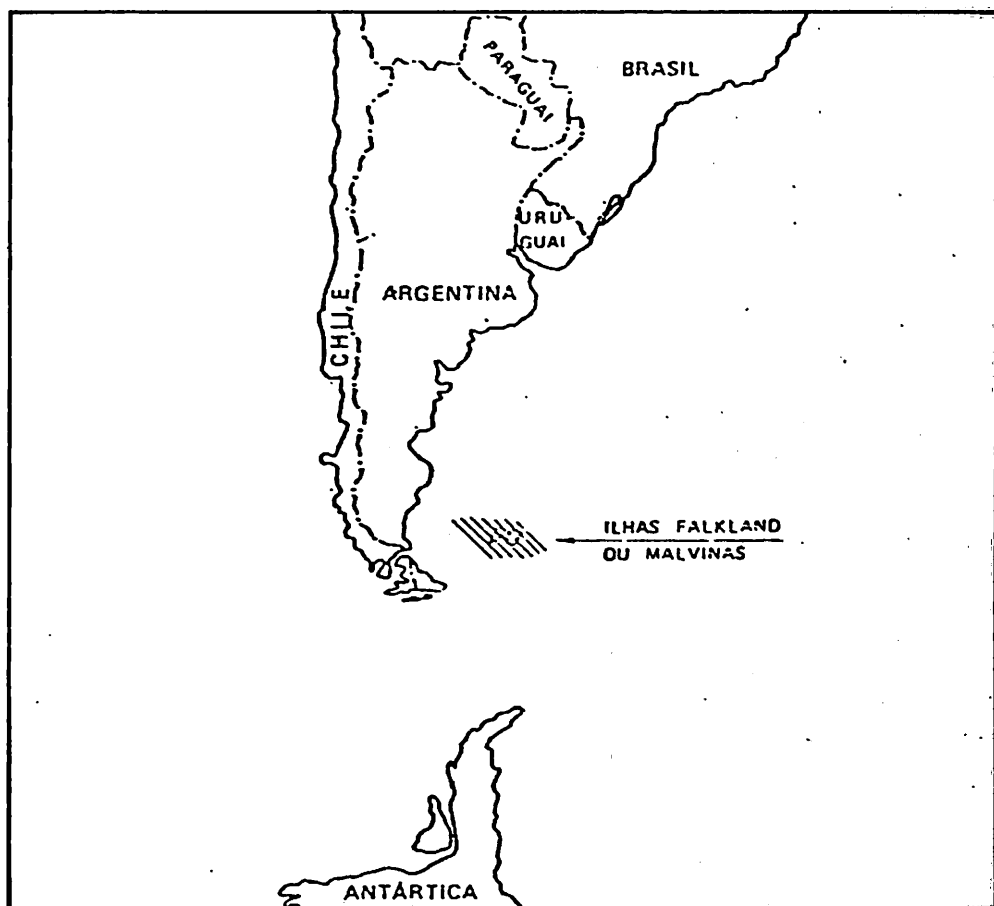


Fig. 9 – Região das ilhas Malvinas ou Falkland (Argentina X Grã-Bretanha)

OEA e o TIAR ainda têm legitimidade? Quando esses organismos foram criados (TIAR-1947, OEA-1948), os Estados Unidos tinham uma liderança incontestável no continente americano. Para lá convergia a maioria dos interesses dos países da área. Esses organismos atendiam, portanto, aos objetivos de disciplinar o relacionamento dos Estados Unidos com os demais países americanos. Hoje, a situação é bastante diversa. O grau de autonomia dos países do continente em relação aos Estados Unidos elevou-se bastante. Países como Cuba e Nicarágua já não se acham mais integrados no espírito pan-americano, como antes acontecia. Por outro lado, as preocupações norte-americanas estão voltadas, preponderantemente, para o fortalecimento da OTAN e, portanto, as suas relações com os países da Europa Ocidental são privilegiadas.

Com base nessas considerações e nas repercussões da tomada de posição norte-americana no conflito das Malvinas, pode-se inferir que a América do Sul, considerada especificamente, acha-se desprovida de um efetivo sistema de segurança coletiva, já que seus países não podem contar num grau de certeza desejável, com a proteção do sistema OEA-TIAR.

QUESTÕES DA ILHA DE MARTIN GARCIA

O Uruguai reivindica para si

a posse da ilha Martin Garcia, situada no estuário do rio da Prata e que, atualmente, se encontra ocupada pela Argentina, que nela tem uma Base Naval instalada.

A questão iniciou-se com a independência do Uruguai, em 1828, quando não foram estipulados limites preciosos entre os dois países. O Uruguai chegou a ocupar a ilha, em 1845. Entretanto, com a saída dos uruguaios, a Argentina, em 1852, tomou posse da mesma. Em várias oportunidades, no século passado, as partes interessadas discutiram sobre a posse da ilha e sobre a navegação no rio da Prata (contando, inclusive, com a presença do Brasil em algumas delas). A importância do caso refere-se ao aspecto militar, pela possibilidade de controle da embocadura do rio da Prata e de sua navegação.

O problema consiste em definir qual será o talvegue principal do Prata, o que é bastante difícil, devido ao assoreamento dos canais. Para a Argentina, o canal principal está situado entre a linha e as costas do Uruguai, enquanto que, para este, está localizado entre a ilha e o território argentino.

A questão não parece trazer preocupações quanto a possíveis desdobramentos que possam interferir na harmonia e na segurança do subcontinente. Apesar do natural ressentimento uruguaio, decorrente da ocupação da ilha pelos argentinos, os dois países têm mantido um

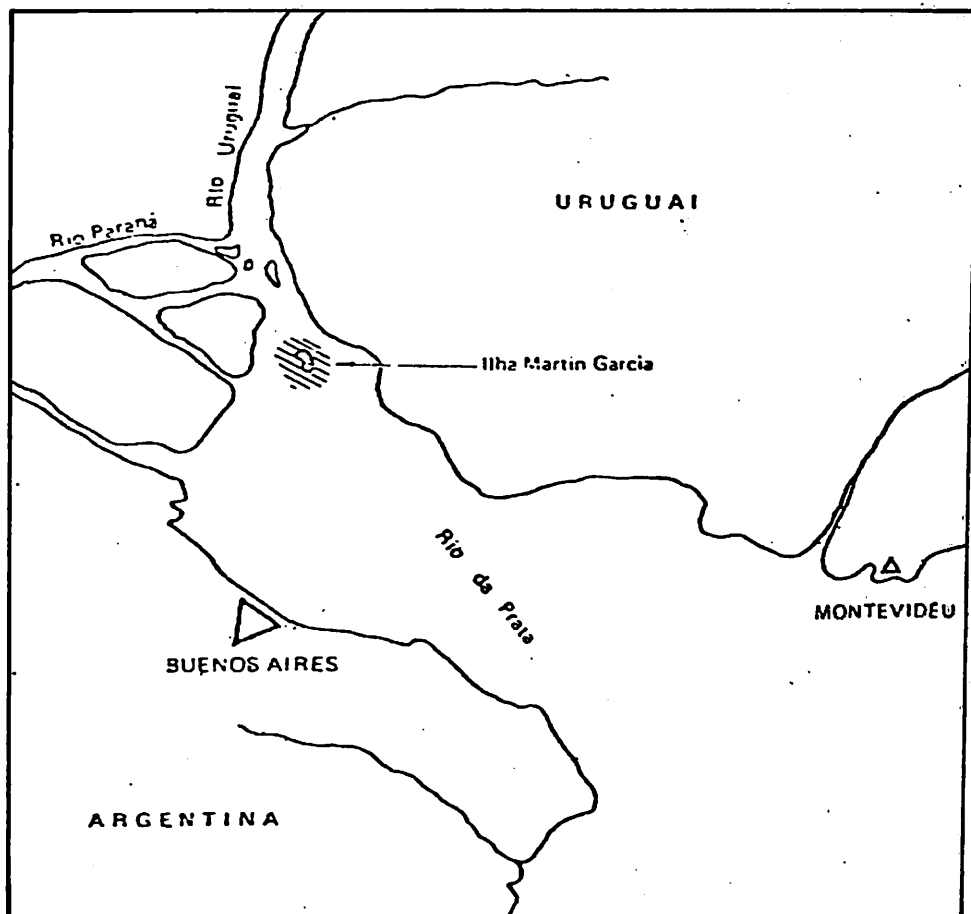


Fig. 10 – Ilha de Martin Garcia (Argentina X Uruguai)

bom nível de relacionamento, no qual a questão parece não causar interferência sensível.

QUESTÃO DA FRONTEIRA SURINAME GUIANA

O Suriname reivindica a posse da faixa territorial hoje ocupada pela Guiana, situada entre os rios Corentyne e Novo.

A questão remonta aos tempos coloniais, quando as fronteiras entre as três Guianas eram bastante instáveis, em face das guerras entre holandeses, ingleses e franceses, que traziam reflexos para suas colônias sul-americanas.

Um acordo fixado entre Inglaterra e Holanda, em 1799, estabelecia que a fronteira entre suas possessões na América do



Fig. 11 - Fronteira Suriname-Guiana

Sul seria o rio Corentyne. Entretanto, mais tarde, a Holanda passou a reivindicar o rio Novo como fronteira, por entender que a descrição do rio Corentyne, expressa no acordo, correspondia, na realidade, ao rio Novo. Ao se tornarem independentes, Guiana e Suriname herdaram essa questão.

Há pouco tempo atrás, as relações entre os dois países sofreram um sensível abalo, em virtude de divergências relativas ao aproveitamento hidrelétrico na região fronteira. Cumpre

assinalar, ainda, que a região reivindicada pelo Suriname seria rica em recursos minerais e dotada de rios possuidores de consideráveis recursos energéticos.

Embora se trate de nações ainda sem grande expressão política e econômica na América do Sul, a existência de uma área de atrito entre Guiana e Suriname não deixa de trazer alguma preocupação. Ambos os países possuem algumas características sociais semelhantes, tais como a diversidade de et-

nias, idiomas e religiões existentes internamente. Somando-se aos traços culturais bastante diversos em relação aos demais países da América do Sul, a integração dos mesmos no contexto sul-americano, por si só já é problemática. A existência de uma área de atrito entre eles torna essa integração mais difícil ainda.

Por outro lado, pelas características de suas populações e pelos problemas sócio-econômicos que enfrentam, os dois países podem tornar-se alvos preferenciais de interesses estranhos à área. A existência do ponto de fricção pode ser um aspecto a ser explorado. Até bem pouco tempo, o Suriname declarava-se socialista e seus laços com Cuba eram bastante significativos. Havia, inclusive, um razoável contingente de cubanos naquele país, sob pretexto de prestar assistência ao governo local. As relações com Cuba foram bastante arrefecidas, fruto da aproximação que o país vem desenvolvendo com o Brasil, bem como, do receio dos guianenses quanto a uma possível ação norte-americana em seu território, semelhante àquela realizada em Granada, recentemente.

No caso de deflagração de um conflito armado entre Guiana e Suriname, o mesmo terá possibilidade de alastrar-se, pois a Guiana tem, também, uma pendência séria com a Venezuela. Dessa maneira, a segu-

rança do subcontinente sofreria algum prejuízo.

CONCLUSÃO

As áreas de fricção de maior evidência, existentes na América do Sul, surgiram em consequência do processo histórico de descobrimento, ocupação e colonização desenvolvido no subcontinente.

Na maioria dos casos, a imprecisão de limites entre as diversas circunscrições político-administrativas da América de colonização espanhola foi herdada pelos países que ocupavam esses territórios, após tornarem-se independentes, no século XIX. Dentre as questões abordadas neste trabalho, tem-se, hoje, como fruto desse processo, as seguintes: Guajira-Zulia, Amazônia Equatoriana, Arica, Chaco Boreal, Beagle e Martin Garcia.

Por outro lado, o inicial desinteresse espanhol por outras áreas, contíguas às de sua colonização, ensejou a ocupação das mesmas por ingleses, franceses e holandeses. O posterior choque de interesses de colonizadores espanhóis e ingleses, em duas dessas áreas, permitiu o surgimento das questões da Guiana Essequiba e das ilhas Malvinas (Falkland). Finalmente, a instabilidade das fronteiras das três Guianas tornou-se o marco inicial da questão de limites entre Guiana e Suriname.

Em alguns casos, a perda ou anexação de grande porção territorial por um determinado país, aliada às injunções de ordem econômica que isso oferece, continua sendo o ponto central das disputas. Assim, têm-se as questões da Amazônia Equatorial, Chaco Boreal e Guiana Essequiba. Em outros, o valor econômico da área em litígio sobrepõe-se à sua extensão, como nas questões de Guajira-Zulia e da fronteira Guiana-Suriname. Nos demais casos, evidencia-se, como motivo principal da discórdia, o valor político-estratégico do território em disputa.

A existência de focos de tensão entre países sul-americanos traz reflexos na harmonia do subcontinente. Os ressentimentos mútuos, observados nos países envolvidos em questões, refletem-se negativamente no relacionamento mais amplo entre os países do subcontinente, tomados em sua totalidade ou em associações menores. Isto se faz sentir, mais particularmente, mas relações que envolvam um grupo de nações, do qual tomam parte dois ou mais países em litígio. Dentro do mesmo raciocínio, a atuação dos organismos regionais, como a OEA, a ALADI, o Pacto Andino e o Pacto de Cooperação Amazônica é prejudicada.

Particularmente, algumas questões podem trazer reflexos a outro países nelas não-envolvidos. Assim, as questões Equador-Peru e Guiana-Vene-

zuela podem suscitar um processo revisionista de fronteiras envolvendo outros países, ampliando as dissensões existentes.

Por outro lado, em alguns casos, efeitos positivos podem ser detectados. O empenho da Argentina, por exemplo, que busca retomada da soberania sobre as ilhas Malvinas (Falkland) ocupadas por uma nação extracontinental, tem o dom de mobilizar a solidariedade latino-sul-americana, reforçando o espírito de pan-americanismo no subcontinente. Além disso, essa questão, através do conflito armado de 1982, deixou claro que o emprego da força nem sempre é a maneira mais adequada de resolver pendências territoriais.

Ao longo do tempo, os fatores que atuam em cada foco de tensão provocam reações nos litigantes, influenciando o nível de relacionamento entre eles, em cada momento, e cujo grau pode variar, do entendimento diplomático à deflagração de conflito armado de grandes proporções.

Dentre as questões abordadas, algumas já apresentaram grau elevado de desentendimento, levando à guerra os países nelas envolvidos: a de Arica, a do Chaco, a da Amazônia Equatorial e, mais recentemente, a das ilhas Malvinas (Falkland). Atualmente, a questão que parece envolver maior risco de degenerar-se em conflito armado é a da Guiana Essequiba. A Venezuela, até 1966, estava

cerceada pelo maior poderio político-econômico da Grã-Bretanha. Neste aspecto, com a independência da Guiana, naquele ano, os venezuelanos passaram a contar com uma considerável vantagem. Além disso, fatores específicos como a diversidade cultural entre os países, a atuação de grupos nacionalistas radicais, o perigo de comunização da Guiana (com forte influência de Cuba e da União Soviética) contribuem para o acirramento dos ânimos. O exemplo proporcionado pela Argentina, com a invasão das ilhas Malvinas (Falkland), em 1982, pode, também, induzir a Venezuela a tentar ação semelhante, visto que a Guiana mantém ferrenha disposição de não ceder, pacificamente, qualquer porção do território contestado.

A questão Peru-Ecuador também preocupa, quanto a possíveis desdobramentos violentos, pelo valor que a área em litígio tem para o Ecuador, permitindo-lhe contar com um vasto território na região amazônica. Já a área de atrito Chile-Bolívia não deverá apresentar desfecho violento; pelo menos, a curto prazo, em face das dificuldades por que passa a Bolívia, apesar de a saída para o mar constituir-se numa das mais elevadas aspirações da nação. A consecução desse objetivo poderá contribuir para elevar o grau de harmonia entre os países sul-americanos, pois a causa boliviana parece contar com

a simpatia de grande parte do subcontinente.

Enquanto isso, a área de fricção Colômbia-Venezuela, embora até hoje não tenha apresentado lances de maior tensão, poderá, no futuro, causar consideráveis preocupações, quando se fizer necessária a definição da soberania sobre a área, tendo em vista a exploração de petróleo no golfo da Venezuela. Do mesmo modo, Guiana e Suriname poderão chegar a desentendimentos mais violentos, em face das divergências quanto ao aproveitamento hidrelétrico da região fronteira em litígio entre os dois países.

Por outro lado, as questões da ilha de Martin Garcia e do Chaco Boreal, ao que tudo indica, são as que menores preocupações trazem quanto à possibilidade de acirramento dos ânimos. A primeira, porque a ilha já não apresenta valor estratégico considerável como antes, quando os rios constituíam-se no principal meio de transporte para o interior dos territórios; e a segunda, porque a região do Chaco Boreal não apresentou, até agora, valor econômico ponderável.

Beagle, por sua vez, é uma incógnita. A questão, oficialmente, parece estar resolvida. Mas, como já aconteceu em outros casos, novos fatores poderão ocasionar o recrudescimento dos ânimos. Finalmente, outra aventura armada, como a acon-

tecida em 1982, com a invasão das ilhas Malvinas (Falkland), não deverá constar nos planos da Argentina por um tempo bastante longo.

A simples existência de um foco de tensão na América do Sul já traz reflexos à segurança do subcontinente, na medida em que a ativação de seus mecanismos de defesa depende do grau de integração e de harmonia existente entre os países da área. Se o foco de tensão agravar-se, podendo até chegar ao conflito armado, os prejuízos serão ainda maiores, pois dois ou mais países deixarão de cooperar para a segurança regional. Pode-se avaliar, por exemplo, os danos que seriam causados com um agravamento crescente da tensão entre Argentina e Chile, em torno da questão de Beagle. Estas nações, de grande projeção no contexto sul-americano, ocupam posições estratégicas no extremo sul do subcontinente, dominando importantes rotas marítimas e próximas da cobiçada Antártida.

Entretanto, o maior reflexo na harmonia e segurança do subcontinente foi trazido pela questão das ilhas Malvinas (Falkland); mais precisamente, em decorrência do conflito argentino-britânico, ocorrido em 1982. O apoio dado pelos Estados Unidos à Grã-Bretanha, no referido conflito, chocou-se contra o objetivo da OEA de promover a solidariedade continen-

tal, além de, praticamente, inviabilizar o TIAR.

Por outro lado, a América do Sul não tem um organismo próprio com o objetivo de promover a integração dos países da área; bem como, não dispõe de nenhum instrumento específico de segurança coletiva. O que se observa é a reunião de alguns países constituindo blocos regionais dentro do subcontinente, com objetivos setorizados. Esses organismos, atualmente, são representados pelo Pacto Andino, pelo Tratado de Cooperação Amazônica e pelo Tratado da Bacia do Prata. Em termos de segurança, no continente americano, nota-se um descompasso de situações e de posições entre a América do Norte, a América Central e a América do Sul. Os Estados Unidos encontram-se com seus interesses direcionados para o fortalecimento da Otan, enquanto que Cuba e Nicarágua quebram a homogeneidade de alinhamento estratégico na América Central. Poder-se-ia pensar numa identidade de propósitos das nações sul-americanas com o México. Entretanto, este país, pela contigüidade territorial, está diretamente ligado aos Estados Unidos, para fins de defesa. De forma diversa, não constitui impropriedade afirmar-se que a América do Sul possui um grau de individualidade operacional razoável, nesse contexto.

Com base nessas considerações e constatada a falibilidade do sistema OEA-TIAR, é apre-

sentada, como idéia final deste trabalho, a proposição de se organizar um sistema próprio sul-americano, principalmente, no que se refere à defesa integrada da área. A concretização da hipótese calcada na referida sugestão tornar-se-á mais viável, na medida em que os problemas de fricção na América do Sul forem sendo resolvidos ou, pelo menos, amenizados.

BIBLIOGRAFIA

1. CASTRO, Therezinha de 1984. "O Ser ou Não Ser do TIAR". In: *A Defesa Nacional* 713, 11-23. Rio de Janeiro.
2. COUTO, José Alberto Cunha 1985. "Os Fatores Geopolíticos e Estratégicos da Divergência Chileno-Argentina sobre o Canal de Beagle". In: *Revista Marítima Brasileira* 105, 81-89. Rio de Janeiro.
3. JAGUARIBE, Hélio 1982. "Reflexões sobre o Atlântico Sul". In: *Revista Brasileira de Política Internacional* 97-100, 5-21. Rio de Janeiro.
4. LIMA, Flamarion Barreto 1983. *Formação das Nacionalidades Latino-americanas*. Rio de Janeiro, ECEME.
5. ——— 1983. *Guerra entre as Nações Hispano-sul-americanas*. Rio de Janeiro, ECEME.
6. LOPES, Fernando Oscar 1966. *Áreas de Fricção política entre os países da América do Sul*. Rio de Janeiro, ECEME (Monografia).
7. MENDONÇA, Almir Taranto de 1983. *Áreas de Fricção política na América Latina*. Rio de Janeiro, ECEME.
8. ——— 1978. "A Questão do Canal de Beagle". In: *A Defesa Nacional* 680, 17-30. Rio de Janeiro.
9. MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DEL PERU 1981. *El Incidente Fronterizo Peruano - Ecuatoliano de La Cordillera del Condor*. Lima, Peru.
10. ——— s.d. *Documentos Básicos sobre el protocolo de Rio de Janeiro de 1942 Y Su Ejecucion*. Lima, Peru.
11. MINISTERIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - 1981. *Memorando sobre a Fronteira Guiana/Venezuela*. Guiana.
12. ——— s.d. *Documentos sobre a Integridade Territorial da Guiana*. Guiana.
13. MOTA, Petrúcio Nogueira 1982. *Reflexos dos Conflitos Atuais ou potenciais no Cone Sul sobre o Relacionamento do Brasil com os Países da Área*. Rio de Janeiro, ECEME (Monografia).
14. NIGRI, Salim 1982. *Reflexos dos Conflitos Atuais e Potenciais na Região Amazônica sobre o Relacionamento do Brasil com os Países da Área*. Rio de Janeiro, ECEME (Monografia).
15. OLIVEIRA, Cezar Tupinambá de 1982. "Conflito no Atlântico Sul. Conseqüências, Influências e perspectivas nos Pontos de fricção Política da América Latina". In: *Coletânea da ESNI* 46, 76-89. Brasília.
16. PORTELA, Arthur Gouveia 1952. *Bolívia, País Mediterrâneo*. Rio de Janeiro, ESG (B-008-52).
17. ROJAS, Armando s.d. *Venezuela Limita al Este con el Esequibo*. Caracas, Venezuela.
18. SOARES, Teixeira 1971. "Pontos de Fricção na América Latina". In: *Revista Brasileira de Política Internacional* 55-56, 45-63. Rio de Janeiro.
19. TOSTA, Octávio 1958. "Limites entre o Equador e o Peru". In: *A Defesa Nacional*, Out/Nov/Dez/58, 113-128. Rio de Janeiro.
20. VIDIGAL, Armando Amorim Ferrelra 1985. "Conflito no Atlântico Sul". In: *Revista Marítima Brasileira* 105, 3-14. Rio de Janeiro.
21. ——— *Almanaque Abril*, 1985. São Paulo (Editora Abril).
22. ——— *Enciclopédia Abril* 1973. São Paulo (Editora Abril).
23. ——— *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1968. *Resenha - O Litígio da Guiana*. 1º semestre/1968, 145-147. Rio de Janeiro.



Maj Com QEMA JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA – Possui os cursos da AMAN (1971 – Menção MB), da EsAO (1980 – Menção MB) e ECEME (1986 – Menção MB). É bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Administrativas da UNA, Belo Horizonte – MG (1974). Recebeu a Medalha Militar de Bronze. Como principais ocupações exerceu funções de Oficial Subalterno e Subcmt da 4ª Cia Com, Belo Horizonte – MG, S/1 e S/2 do 6º B Com Div, Bento Gonçalves – RS, Instrutor-Chefe do Curso de Comunicações da EsSA, Três Corações – MG, Subcmt da 14ª Cia Com, Campo Grande – MS, Comandante da 14ª Cia Com, Campo Grande – MS, Adjunto da 2ª Seção da Diretoria de Material de Comunicações e Eletrônica (DMCE), Brasília – DF. Atualmente exerce a função de Chefe da 4ª Seção do Cmdo da 4ª Bda Inf Mtz, Belo Horizonte – MG.



HOMENAGEM

A Biblioteca do Exército, através da Revista A DEFESA NACIONAL, presta uma homenagem ao Cel NEOMIL PORTELLA FERREIRA ALVES pela transcrição de seu elogio de despedida quando, após seis anos e como Subdiretor, afastava-se do serviço ativo, deixando grandes e inesquecíveis amizades entre funcionários civis e militares.

Idealista, sempre voltado para a união das Forças Armadas e para o engrandecimento da família Militar, mostrou-se um incansável lutador pela Democracia e contra o Comunismo.

ELOGIO

Bl nº 022, de 03 Fev 81 – Cel NEOMIL PORTELLA FERREIRA ALVES – Por motivo de sua transferência para a Reserva Remunerada, o Coronel de Artilharia NEOMIL PORTELLA FERREIRA ALVES, deixa hoje o serviço ativo do Exército, após 37 anos de relevantes serviços prestados, sendo, em consequência, desligado do estado efetivo da BIBLIOTECA DO EXÉRCITO, onde serviu nos últimos seis anos como seu Subdiretor. Militar competente, com notável capacidade de trabalho e invulgar tirocínio, o Coronel PORTELLA reúne, em sua personalidade animada do elevado espírito de servir, as qualidades de soldado de escol e os atributos de cidadão exemplar. Caráter firme, leal, dedicado, perseverante, franco, entusiasmado, objetivo, eficiente, interessado, tenaz e prestativo, soube o Coronel PORTELLA granjear a admiração e amizade de seus superiores, pares e subordinados. Afeito ao trabalho em equipe, deu grandeza às suas múltiplas atividades, quer no planejamento, quer na execução, demonstrando sólida cultura civil e militar, inteligência viva, honestidade profissional, iniciativa, senso de responsabilidade, disciplina intelectual, elevado poder de análise e síntese, raciocínio claro e rápido, facilidade de argumentação, equilíbrio, senso de organização, afabilidade, redação fluente e, sobretudo, abnegação no trato das coisas do Exército. Iniciou sua vida militar ingressando, como praça, na saudosa ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES, em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, no dia 10 Abr 44, de onde foi transferido por con-

clusão de curso, para a ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, em Resende, no Estado do Rio de Janeiro, na qual foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia, em 14 Dez 50, sendo, então, classificado no 6º GRUPO DE ARTILHARIA DE DORSO 75, em Castro, no Paraná, onde tempos depois, recebeu a estrela de 2º Tenente. Transferido para o 3º GRUPO DE ARTILHARIA DE COSTA, na cidade do Rio de Janeiro, foi promovido, sucessivamente, aos postos de 1º Tenente e Capitão. Revelou-se, nessa fase de sua carreira, um oficial entusiasmado com a vida da tropa, despontando como instrutor de escol. Nas funções de Ajudante-de-Ordens do General Aurélio de Lyra Tavares, serviu no QUARTEL GENERAL DA ARTILHARIA DIVISIONÁRIA DA 5ª REGIÃO MILITAR, em Curitiba, no Paraná, e, depois, na DIRETORIA GERAL DE ENGENHARIA E COMUNICAÇÕES, na cidade do Rio de Janeiro. Nomeado para a ESCOLA DE ARTILHARIA DE COSTA, demonstrou uma vez mais as suas qualidades de instrutor, impondo-se à admiração e ao respeito de quantos com ele privaram. Após cursar a ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS, foi classificado na 1ª BATERIA DO 6º GRUPO DE ARTILHARIA DE DORSO 75, em Castro, no Paraná, de onde, após o tempo de serviço regulamentar, foi transferido para o 2º GRUPO DE ARTILHARIA DE COSTA, na cidade do Rio de Janeiro. Retornou, posteriormente, à ESCOLA DE ARTILHARIA DE COSTA, onde foi promovido a Major. Classificado no CENTRO DE ESTUDOS DE PESSOAL, no qual foi promovido ao posto de Tenente-Coronel, desenvolveu notável atividade organizando, inclusive, pela primeira vez, a Colônia de Férias que transformou em excepcional veículo para o fortalecimento da boa imagem do Exército junto ao meio civil. Transferido para o 2º GRUPO DE CANHÕES AUTOMÁTICO ANTI-AÉREO, em Barueri, São Paulo, retomou o salutar contacto com a tropa, com dedicação e entusiasmo. Em seguida, transferido para a BIBLIOTECA DO EXÉRCITO, aqui serviu cerca de seis anos, destacando-se pela sua capacidade de trabalho, tato, competência e fina educação. Possui os cursos de formação de Oficial da Arma de Artilharia, Aperfeiçoamento de Oficiais, Artilharia de Costa e Técnica de Ensino. Recebeu as seguintes medalhas, como testemunho do seu valor: Medalha do Pacificador; Medalha Militar de Ouro; Medalha da Ordem de Santo Humberto de Lorena, no grau de Cavaleiro, conferida pelo Governo da Itália; Medalha da Ordem do Mérito Militar, no grau de Cavaleiro. Nesta oportunidade, louvo o Cel PORTELLA pelos excepcionais serviços prestados à BIBLIOTECA DO EXÉRCITO e agradeço a esse ilustre camarada e prezado amigo a valiosa cooperação prestada à minha Direção, desejando-lhe muitas felicidades e êxitos crescentes na nova fase de sua vida que hoje se inicia. (INDIVIDUAL).



Missões Silenciosas Gen Vernon A. Walters CORRIGINDO UM EQUÍVOCO

Elber de Mello Henriques
Membro dos IGHMB e IHGB

Com muita razão e oportunidade o Coronel R-1 ELBER DE MELLO HENRIQUES, Sócio Efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil presta o seu depoimento sobre afirmações contidas no livro MISSÕES SILENCIOSAS, de VERNON A. WALTERS, acerca de nossa Esquadrilha de Ligação e Observação nos Campos da Itália.

A verdade histórica deve transpirar sempre para os presentes e para as gerações futuras, como um princípio basilar da convivência humana.

Há pouco tempo resolvi ler o livro "Missões Silenciosas" do General Walters, antigo oficial de ligação entre o V Exército americano e a Força Expedicionária Brasileira na campanha italiana.

A leitura decorria agradavelmente. Era quase a autobiografia de um homem invariavelmente feliz e que, graças à facilidade em aprender idiomas e sua inegável inteligência, tivera a oportunidade de alcançar os maiores postos da hierarquia militar e, posteriormente, da diplomática. Convivera com personalidades marcantes do mun-

do inteiro e fora o eficiente acompanhante, como tradutor, de vários Presidentes americanos.

Eis que, de súbito, tive um sobressalto: Walters descrevia erroneamente acontecimentos da FEB de que eu participara diretamente, e que só podiam ser frutos de um lamentável equívoco de sua parte. Ele contava, em minúcias, episódios que jamais aconteceram, e o fazia com riqueza de pormenores.

Telefonei para meus companheiros Observadores Aéreos e todos ficaram estupefatos. Tínhamos recebido uma acusação

de irresponsabilidade de um grande amigo (estamos certos disso). Era inaceitável e inexplicável.

Tomei, então, a decisão de publicar esta retificação para que ficasse registrado o erro e restabelecida a verdade dos fatos.

Disse o General Walters (pág. 124):

“Durante algum tempo, após sua instalação na área de Porreta, os brasileiros não dispuseram de uma pista onde os aviões de Ligação e Observação da Artilharia da FEB pudessem pousar. O General Mascarenhas não costumava usar o avião dele, que ficava à minha disposição.” “Evitando o inconveniente de rodar cerca de 15 quilômetros, os brasileiros resolveram construir uma pista pequena, perto de uma curva do rio Reno, no outro lado de Porreta. Além da pista foi levantado também um abrigo de terra⁽¹⁾, para proteger o avião do general.” “Durante um certo prazo os alemães não hostilizaram, nem a pista nem o avião. Os brasileiros, então, aumentaram as instalações, construindo mais seis abrigos de terra⁽¹⁾. Decorreram mais alguns dias sem que nada acontecesse, *embora o local fosse claramente visível para o inimigo*⁽¹⁾, instalado nas alturas que circundavam o vale.”

“Certo dia recebi um telefonema avisando que estavam

caindo granadas nas proximidades da pista. Saltei no meu jeep e me dirigi para lá, no outro lado do rio. Ao atingi-lo começou o bombardeio. Sentei-me na margem e esperei, desanimado, praguejando cada vez que os alemães destruíam um por um os *aviões em seus abrigos*⁽¹⁾, uma verdadeira catástrofe para nós, que perdemos toda a frota fornecida à Divisão Brasileira.”

“Na tarde desse dia, o General Mascarenhas mandou que eu fosse até o quartel-general do V Exército pedir a substituição dos aviões destruídos.”

Resumindo, disse Walters que explicou ao major Chefe da Seção Aérea do V Exército que a Divisão Brasileira perdera alguns de seus aviões e necessitava de substituí-los.

– “Quantos aviões vocês perderam?”

– “Sete – repliquei.”

– “Ele me olhou espantado e exclamou:”

– “Meu Deus, quer dizer que foram todos?”

– “Foram.”

– “Como é que se podem perder sete aviões de uma só vez?”

Quem esteve na Itália, na linha de frente e, principalmente, os integrantes do QG da AD e os oficiais do Exército e da Aeronáutica que compunham a Esquadrilha de Ligação e Observação da Artilharia, percebe a

(1) O grifo é do autor.

seqüência de equívocos do General Walters. Mas os que não pertenceram à AD da FEB, os que não estiveram na guerra (como é o caso do tradutor do livro), e as gerações futuras, pensarão que tais afirmativas são verdadeiras. Para evitar isso vamos rever os fatos.

Disse o autor do livro.

1) "A dez de dezembro de 1944"... "certa noite de dezembro"... "a seguir *chegou a primeira nevada*"⁽¹⁾.

Não há dúvida, portanto, que os fatos contados aconteceram ou teriam acontecido no inverno de 1944. Como a primeira nevada que a FEB suportou foi no mês de dezembro, as datas coincidem. Nessa época, porém, a Esquadrilha de Observação brasileira estava no campo de Suviana, bem longe das margens do rio Reno e fora do alcance da Artilharia alemã. Somente a 18 de março de 1945, isto é, *três meses após*⁽¹⁾ os acontecimentos imaginados pelo autor, é que a ELO se deslocou para o campo onde houve (se houve), o bombardeio destruidor.

Pergunto: Como poderia a ELO brasileira ter sido atacada se lá não se encontrava?

2) Jamais o avião do General Walters, apesar de pertencer à Divisão de Infantaria Expedicionária, esteve estacionado e recebeu manutenção no campo da Esquadrilha brasileira. Pro-

vavelmente, sendo Walters americano, preferia que a manutenção e guarda fosse feita por seus compatriotas.

3) Os dez oficiais Observadores Aéreos eram da Arma de Artilharia e sabiam como ninguém da precisão e eficiência da artilharia alemã. Nunca ocupariam um campo sujeito à observação terrestre do inimigo. Se isso tivesse acontecido o General Mascarenhas nos teria punido exemplarmente por irresponsabilidade. Caso de Conselho de Guerra.

4) Em nenhuma ocasião construímos *abrigos de terra* para proteger os aviões. Citando esse pormenor novamente o autor entrou no reino da fantasia... A proteção consistia na dispersão e não alinhamento das aeronaves.

5) A descrição do bombardeio, a destruição dos aviões, o diálogo com o Chefe da Seção Aérea do V Exército, a referência aos abrigos de terra etc., além de não traduzir a realidade dos fatos configura uma lamentável e, sob certos aspectos, fantasiosa confusão do autor.

Resumindo:

O fantástico acontecimento nunca existiu. A Esquadrilha de Ligação e Observação da Artilharia não perdeu *um só avião* por efeito da Artilharia inimiga. Suas três perdas foram: 2 em

(1) O grifo é do autor.

consequência do congelamento da gasolina no cone difusor do carburador, em virtude dos 25° abaixo de zero a uma altitude de 3.000m, e uma por pane de decolagem.



Cel R-1 ELBER DE MELLO HENRIQUES. Cursos – Colégio Militar do Ceará, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Escola Superior de Guerra. Comissões Principais – Observador aéreo da Força Expedicionária Brasileira, tendo participado da luta, na linha de frente, do primeiro ao último dia da Campanha na Itália; Comandante da Bateria de Projetores do Forte de Copacabana; Comandante do Corpo de Alunos da Escola de Sargentos das Armas; Instrutor da Escola de Artilharia de Costa; Chefe de Gabinete do Estado-Maior das Forças Armadas; Representante do Ministério do Exército no IBGE; Comandante do 2º Grupo de Canhões 90 Antiáereo; Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; Vice-presidente do Conselho Nacional da Associação dos Ex-combatentes. Trabalhos Publicados – Além de inúmeros artigos e conferências, publicou o livro "A FEB 12 Anos Depois" (aprovado pelo Estado-Maior do Exército e publicado pela Biblioteca do Exército). Descobriu, preparou e apresentou a obra do Ten Cel Jorge Maia, "A invasão de Mato Grosso", editada pela Biblioteca do Exército.



INFORMAÇÕES

NOVO CONVÊNIO CONSOLIDA RELAÇÕES ENTRE A POUPEX E O BANCO DO BRASIL

No ano de 1986, em consequência dos ajustes econômicos feitos pelo Governo Federal, o Sistema Financeiro da Habitação viveu instantes de indecisão. A extinção do BNH, o juro trimestral para os de-

pósitos de poupança e a estagnação no setor dos financiamentos imobiliários podem ser citados como alguns exemplos.

Objetivando preservar e defender a sua solidez e os interesses dos seus associados, a POUPEX não mediu esforços no sentido de encontrar uma forma de alcançar aqueles objetivos.

Assim é que, através de uma Comissão Paritária, a POUPEX e o Banco do Brasil iniciaram estudos visando, entre outros, a manutenção do sistema FHE/POUPEX.



Ato de assinatura do convênio, presidida pelo Ministro Leonidas Pires Gonçalves e que contou com a presença do Dr. Camillo Calazans, Presidente do Banco do Brasil e do Gen. Milton Paulo Teixeira Rosa, Presidente da Fundação Habitacional do Exército.

Durante o período de negociações, é de se ressaltar o apoio pessoal do Sr. Ministro do Exército junto ao Sr. Ministro da Fazenda, evidenciando a necessidade da preservação da APE-POUPEX, ao mesmo tempo em que a FHE negociava com o Banco do Brasil a coexistência da POUPEX com a Caderneta de Poupança Rural, a ser criada pelo BB.

Finalmente, foi assinado um convênio entre a POUPEX e o Banco do Brasil, com a intervenção da FHE. O ato foi presidido pelo Ministro Leonidas Pires Gonçalves e contou com a presença do Dr. Camillo Calazans, presidente daquele órgão.

A partir do dia 3 Abr 87, a Caderneta de Poupança POUPEX passou a integrar o elenco de produtos que o BB coloca à disposição dos seus clientes e assegura aos funcionários do Banco do Brasil o acesso aos financiamentos e empreendimentos imobiliários promovidos pela FHE.

Com esse acordo, o BB passará a associar a sigla "POUPEX" à sua marca em todas as mensagens de caráter promocional e a POUPEX, que conta com uma tradição de 50 anos, torna-se uma entidade consolidada no mercado de captação de poupança.

EMBRAER EQUIPA-SE PARA INSPECIONAR SATÉLITES

Está sendo instalada na EDE Embraer Divisão Equipamentos a sétima máquina de inspeção tridimensional da Embraer. Esta avançada tecnologia aplicada à inspeção de peças usinadas não fica restrita apenas aos aviões da empresa, mas serve também para prestar relevantes serviços à ciência nacional. O Instituto de Pesquisas Espaciais, INPE, solicitou da Embraer a inspeção das peças dos satélites que vão compor a Missão Espacial Completa Brasileira.

Em março de 1984 foram instaladas as primeiras máquinas deste tipo, uma vez que a demanda de peças de geometria complexa aumentava dia a dia desde o início da produção dos aviões EMB-312 Tucano, EMB-120 Brasília e o caça-tático AMX. As máquinas de inspeção tridimensional possuem controle computadorizado

e inspecionam dezenas de itens das três aeronaves citadas, todos de configuração e geometria complexas. Brevemente estarão atuando também no 123. São chamadas tridimensionais porque possuem três eixos e, para maior operacionalidade, suas mesas são suspensas por colchões de ar. Das sete máquinas utilizadas na Embraer, duas delas são das mais avançadas disponíveis no mercado. Ambas têm capacidade para seguir programações com tolerâncias geométricas, linha de sistemas (perfil), contorno (ponto a ponto), planos, círculos, cones, esferas, cilindros, linhas e pontos. Possuem também recursos para medidas escalares (ângulos e distâncias). Com a inspeção tridimensional, a precisão é de um micrômetro (a milésima parte do milímetro).

BNDES COMPLETA 35 ANOS COM APOIO À MODERNIZAÇÃO E À TECNOLOGIA DE PONTA

Ao completar 35 anos de existência, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal agente do desenvolvimento brasileiro, aposta no futuro, direcionando seus financiamentos para a implantação e desenvolvimento dos setores tecnológicos de ponta (biotecnologia, química fina, microeletrônica e informática), modernização e expansão da capacidade produtiva, infra-estrutura, agroindústria e dos serviços sociais.

O Sistema BNDES, formado pelo Banco e suas subsidiárias FINAME (Agência Especial de Financiamento Industrial) e BNDESPAR (BNDES Participações S.A.), administra atualmente recursos da ordem de Cz\$ 166 bilhões – seu orçamento global para este ano – o que o coloca como o maior banco nacional de fomento do mundo, sendo superado somente, como agência de desenvolvimento, pelo Banco Mundial.

ENCONTROS DA JUNTA DE MANUTENÇÃO DO PRIMEIRO FALCON 900

Ao término do encontro da Junta de Manutenção e Eficiência do primeiro Falcon 900, realizado a 12 de setembro, em

Paris, o programa de manutenção de aeronaves proposto provocou uma reação entusiástica por parte dos operadores presentes.

O encontro foi organizado pela Dassault e Falcon Jet, a fim de estabelecer um fórum para que operadores de futuros Falcon 900 revejam e critiquem sobre o proposto Capítulo 5 de seu Manual de Manutenção, que aborda ampla variedade de tópicos, incluindo máquinas, aviônica, sistemas de aeronaves e aspectos de manutenção.

A reação dos operadores ao programa de manutenção proposto foi extremamente favorável, segundo Gerry Meyer,

vice-presidente senior para Apoio ao Cliente da Falcon Jet. "Eles estão achando o esquema conveniente, rápido e fácil de pôr em prática", disse Meyer.

Uma vez aceitas pela Dassault, as recomendações dos operadores para o programa de manutenção do Falcon 900 serão incluídas num Capítulo 5 revisado, antes que a primeira aeronave seja colocada a serviço do cliente, concluiu Meyer.

O programa de manutenção do Falcon 900 tem sido projetado para maximizar a eficácia da aeronave, com um ciclo básico de inspeção de 300 horas, similar ao do Falcon-50.



Assinatura do NE

Os militares, particularmente os da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do *Noticiário do Exército* deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias – Quartel-General do Exército – Setor de garagens – SMU – CEP 70630 – Brasília-DF – Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O valor da assinatura semestral será de Cz\$ 180,00 (cento e oitenta cruzados), e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEX-BSB, por vale postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: nome completo, endereço, bairro, cidade, estado, CEP e número do vale postal.

O NE será remetido diariamente.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

PEDIDO DE ASSINATURA

.....
Nome (em letra de imprensa)

.....
Identidade

.....
Posto, graduação ou profissão

.....
Endereço (rua, número e bairro)

.....
Cidade

.....
Estado

.....
CEP

Assinatura de 1987: Cz\$ 120,00

– PAGAMENTO:

Em cheque ☐

Emitido em nome de A DEFESA NACIONAL, podendo ser da praça de origem do assinante.

Em vale postal ☐

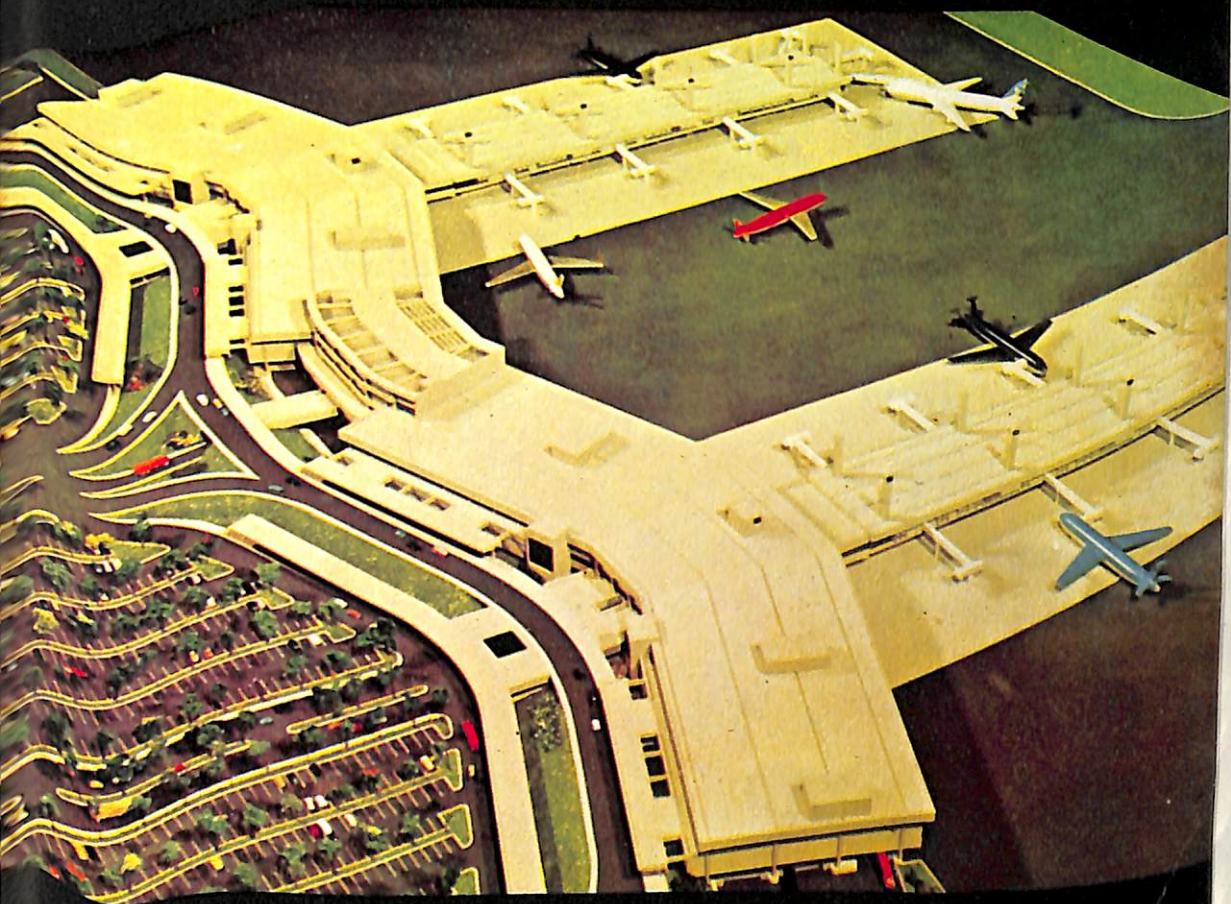
A favor de A DEFESA NACIONAL, pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" – Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL
Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25
20455 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: 253-4628



Como consequência da firme vontade de contribuir com suas especializações para o desenvolvimento do Brasil, a Constran está entre as principais Empreiteiras do País...*

... e se orgulha de ter participado da construção do novo aeroporto de São Paulo, o Aeroporto de Guarulhos, uma obra do Ministério da Aeronáutica através da Infraero.



CONSTRAN S.A.
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO

Aviação • Ferrovias • Rios • Canais • Saneamento • Aeroportos • Barragens • Construção Industrial • Construção Civil.

Quando o Exército Brasileiro e a Indústria andam de braços dados, quem ganha é o Brasil.

ASTROS II



ASTROS II - tecnologia de ponta em saturação de área - a engenharia nacional projetando a tecnologia brasileira de defesa e gerando divisas para o País.



EDT-FILA



EDT-FILA - a defesa anti-aérea no estado de arte - resultado concreto da cooperação entre o Exército e a AVIBRAS.



AVIBRAS AEROSPACIAL S.A.

Antiga Estrada de Paraíba, Km 118 - Caixa Postal 229 - CEP 12200
São José dos Campos - SP - Tel. (0123) 21-7433 - Telex (123) 3493 AIAE BR

